



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO D'ESTE NÚMERO — 4\$08

Toda a correspondência, quer official, quer relativa a anúncios e a assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares annunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As 3 séries . . .	Ano 50\$	Semestre.	28\$00
A 1.ª série. . . .	" 30\$	"	18\$00
A 2.ª série. . . .	" 20\$	"	14\$00
A 3.ª série. . . .	" 15\$	"	10\$00

Avulso: Número de duas páginas \$15;
de mais de duas páginas \$08 por cada duas páginas

O preço dos anúncios (pagamento adiantado), é de \$60 a linha, acrescido de \$01(5) de sêto por cada um. Exceptuam-se os casos previstos nos §§ 1.º e 2.º do artigo 3.º da lei n.º 1:043, publicada no *Diário do Governo* n.º 169, 1.ª série, 31-VIII-1920.

SUMÁRIO

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Carta de Confirmação e Ratificação da Convenção Postal Universal e de uma Convenção relativa à permutação de encomendas postais, bem como cinco Acordos referentes à permutação de cartas e caixas com valores declarados, ao serviço de vales do correio, ao serviço de cobranças, às assinaturas de jornais e publicações periódicas e ao serviço de transferências postais.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

1.ª Repartição

ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA, Presidente da República Portuguesa pelo voto do Congresso. Faço saber aos que a presente Carta de Confirmação e Ratificação virem que, aos trinta dias do mês de Novembro de mil novecentos e vinte, se concluíram e assinaram em Madrid, entre Portugal e outras nações, uma Convenção Postal Universal e uma Convenção relativa à permutação de encomendas postais, bem como cinco Acordos referentes à permutação de cartas e caixas com valores declarados, ao serviço de vales do correio, ao serviço de cobranças, às assinaturas de jornais e publicações periódicas e ao serviço de transferências postais.

Visto, examinado e considerado quanto se contém nas Convenções e Acordos adiante inseridos, aprovados por decreto de onze de Março de mil novecentos e vinte e um, são, pela presente Carta, as mesmas Convenções e Acordos confirmados e ratificados, assim no todo como em cada uma das suas cláusulas e estipulações, e dados por firmes e válidos para produzirem os seus devidos efeitos e serem inviolavelmente cumpridos e observados.

Em testemunho e firmeza do que a presente Carta vai por mim assinada e selada com o selo da República.

Dada nos Paços do Governo da República, em vinte e nove de Março de mil novecentos e vinte um.— ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA — *Domingos Leite Pereira*.

UNION POSTALE UNIVERSELLE

Convention Postale Universelle

Conclue entre

L'Allemagne, les Etats-Unis d'Amérique, les Iles Philippines, les Autres possessions insulaires des Etats Unis d'Amérique, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique et la Colonie du Congo belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Costa-Rica, la République de Cuba, le Danemark, la République Dominicaine, l'Egypte, l'Equateur, l'Espagne et les Colonies espagnoles, l'Ethiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et protectorats français de l'Indochine, l'Ensemble des autres colonies françaises, la Grande Bretagne et divers dominions, colonies et protectorats britanniques, l'Inde britannique, la Commonwealth de l'Australie, le Canada, la Nouvelle-Zélande, l'Union de l'Afrique du Sud, la Grece, le Guatemala, la République d'Haiti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Islande, l'Italie et les Colonies italiennes, le Japon, le Chosen, l'Ensemble des autres dépendances japonaises, la République de Libéria, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole), le Maroc (zone espagnole), le Mexique, le Nicaragua, la Norvège, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes néerlandaises, les Colonies néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies portugaises de l'Afrique, de l'Asie, et de l'Océanie, la Roumanie, la Russie, la République de Saint-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Uruguay et les Etats-Unis de Venezuela.

Les soussignés, plénipotentiaires des Gouvernements des pays ci dessus énumérés, s'étant réunis en Congrès à Madrid, en vertu de l'article 25 de la Convention postale universelle conclue à Rome le 26 mai 1906 ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, révisé ladite Convention conformément aux dispositions suivantes :

ARTICLE 1

Définition de l'Union postale

Les pays entre lesquels est conclue la présente Convention, ainsi que ceux qui y adhéreront ultérieurement forment sous la dénomination de **Union postale universelle**, un seul territoire postal pour l'échange réciproque des correspondances entre leurs bureaux de poste.

ARTICLE 2

Envois auxquels s'applique la Convention

Les dispositions de cette Convention s'étendent aux lettres, aux cartes postales simples et avec réponse payée, aux imprimés de toute nature, aux papiers d'affaires et aux échantillons de marchandises originaires de l'un des pays de l'Union et à destination d'un autre de ces pays. Elles s'appliquent également à l'échange postal des objets ci-dessus entre les pays de l'Union et les pays étrangers à l'Union, toutes les fois que cet échange emprunte les services de deux des parties contractantes au moins.

UNIÃO POSTAL UNIVERSAL

Convenção Postal Universal

Celebrada entre os seguintes países

Alemanha, Estados Unidos da América, Ilhas Filipinas, Outras possessões insulanas dos Estados Unidos da América, República Argentina, Áustria, Bélgica e Colónia do Congo belga, Bolívia, Brasil, Bulgária, Chile, China, República de Colômbia, República de Costa Rica, República de Cuba, Dinamarca, República Dominicana, Egipto, Equador, Espanha e Colónias espanholas, Etiópia, Finlândia, França, Argélia, Colónias e protectorados franceses da Indo-China, Conjunto das outras colónias francesas, Gran-Bretanha e diversos domínios, colónias e protectorados britânicos, Índia britânica, Commonwealth da Austrália, Canadá, Nova Zelândia, União da África do Sul, Grécia, Guatemala, República do Haiti, República de Honduras, Hungria, Islândia, Itália e Colónias italianas, Japão, Chosen, Conjunto das outras dependências japonesas, República de Libéria, Luxemburgo, Marrocos (com excepção da zona espanhola), Marrocos (zona espanhola), México, Nicarágua, Noruega, República de Panamá, Paraguai, Países Baixos, Índias neerlandesas, Colónias neerlandesas na América, Peru, Pérsia, Polónia, Portugal, Colónias portuguesas da África, da Ásia e da Oceânia, Roménia, Rússia, República de S. Marino, Salvador, Território do Sarre, Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios, Reino de Sião Suécia, Suíça, Tcheco-Slováquia, Tunísia, Turquia, Uruguai e os Estados Unidos de Venezuela.

Os abaixo assinados, plenipotenciários dos Governos dos países acima indicados, reunidos no Congresso de Madrid, em virtude do artigo 25 da Convenção postal universal, celebrada em Roma aos 26 de Maio de 1906, modificaram, de comum acôrdo e sob reserva de ratificação, a sobredita Convenção, conforme as disposições seguintes :

ARTIGO 1

Definição da União Postal

Os países entre os quais é celebrada a presente Convenção, bem como aqueles que a ela aderirem ulteriormente, formam, sob a denominação de **União Postal Universal**, um só território postal para a permutação recíproca de correspondências entre as suas Repartições postais.

ARTIGO 2

Correspondências a que se aplica a presente Convenção

As disposições desta Convenção compreendem as cartas, os bilhetes postais simples e com resposta paga, os impressos de qualquer natureza, os manuscritos e as amostras, procedentes de um dos países da União com destino a outro dos mesmos países. Aplicam-se igualmente as ditas disposições à permutação postal dos referidos objectos entre os países da União e os países estranhos à União, sempre que nessa permutação se utilize, pelo menos, o serviço de dois dos países aderentes.

ARTICLE 3

Transport des dépêches entre pays limitrophes;
services tiers

1.—Les Administrations des postes des pays limitrophes ou aptes à correspondre directement entre eux sans emprunter l'intermédiaire des services d'une tierce Administration, déterminent, d'un commun accord, les conditions du transport de leurs dépêches réciproques à travers la frontière ou d'une frontière à l'autre.

2.—A moins d'arrangement contraire, on considère comme services tiers les transports maritimes effectués directement entre deux pays, au moyen de paquebots ou bâtiments dépendant de l'un d'eux, et ces transports, de même que ceux effectués entre deux bureaux d'un même pays, par l'intermédiaire de services maritimes ou territoriaux dépendant d'un autre pays, sont régis par les dispositions de l'article suivant.

3.—Les hautes parties contractantes s'engagent à ne pas imposer, au titre postal, d'obligations spéciales aux paquebots affectés à des services réguliers de transport des correspondances et dépendant d'un pays de l'Union, en échange des avantages et privilèges qui pourraient exister ou être institués en faveur d'une catégorie quelconque de navires marchands, notamment pour les formalités et opérations au départ des ports ou à l'arrivée.

ARTICLE 4

Frais de transit et d'entrepôt

1.—La liberté du transit est garantie dans le territoire entier de l'Union.

Les Administrations ont le droit de supprimer le service postal avec tout pays qui n'observerait pas les dispositions de l'alinéa précédent. Ces Administrations doivent donner préalablement, par télégramme, avis de cette mesure à l'Administration intéressée.

2.—Les diverses Administrations postales de l'Union peuvent s'expédier réciproquement par l'intermédiaire d'une ou de plusieurs d'entre elles, tant des dépêches closes que des correspondances à découvert, suivant les besoins du trafic et les convenances du service postal.

3.—Les correspondances échangées en dépêches closes entre deux Administrations de l'Union, au moyen des services d'une ou de plusieurs autres Administrations de l'Union, sont soumises, au profit de chacun des pays traversés ou dont les services participent au transport, aux frais de transit suivants, savoir:

1^o pour les parcours territoriaux:

a) à 1 franc 50 centimes par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 20 centimes par kilogramme d'autres objets, si la distance parcourue n'exécède pas 3000 kilomètres;

b) à 3 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 40 centimes par kilogramme d'autres objets, si la distance parcourue est supérieure à 3000 kilomètres, mais n'exécède pas 6000 kilomètres;

c) à 4 francs 50 centimes par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 60 centimes par kilogramme d'autres objets, si la distance parcourue est supérieure à 6000 kilomètres, mais n'exécède pas 9000 kilomètres;

d) à 6 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 80 centimes par kilogramme d'autres objets, si la distance parcourue excède 9000 kilomètres.

2^o pour les parcours maritimes:

a) à 1 franc 50 centimes par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 20 centimes par kilogramme d'autres objets, si le trajet n'exécède pas 300 milles marins.

ARTIGO 3

Transporte de malas entre países limítrofes;
terceiros serviços

1.—As Administrações postais dos países limítrofes, ou que podem directamente corresponder-se sem utilizar o serviço de uma terceira Administração, determinam de comum acôrdo as condições do transporte das suas recíprocas malas através da fronteira ou de uma à outra fronteira.

2.—Quando não houver acôrdo em contrário, consideram-se como terceiros serviços os transportes marítimos feitos directamente entre dois países, por meio de paquetes ou navios dependentes de um dêles, e estes transportes, assim como os que se efectuarem entre duas Repartições de um mesmo país, por intermédio de serviços marítimos ou terrestres dependentes doutro país, ficam sujeitos ás disposições do artigo seguinte.

3.—As Altas Partes Contratantes comprometem-se a não impor, com o pretexto de serviço postal, obrigações especiais aos paquetes encarregados dos serviços regulares de transporte de correspondências e dependentes dum país da União, em troca de vantagens e privilégios que possam existir ou ser instituídos a favor duma categoria qualquer de navios mercantes, especialmente no que respeita ás formalidades e operações a efectuar à partida ou chegada aos portos.

ARTIGO 4

Direitos de trânsito e de entreposto

1.—A liberdade de trânsito é garantida em todo o território da União.

As Administrações têm o direito de suprimir o serviço postal com qualquer país que não observar as disposições da alínea antecedente. Estas Administrações devem avisar antecipadamente desta medida, por meio de telegrama, a administração interessada.

2.—As diferentes Administrações postais da União podem expedir reciprocamente, por intermédio de uma ou mais delas, não só malas fechadas mas também correspondências a descoberto, segundo a necessidade do tráfico e as conveniências do serviço postal.

3.—As correspondências permutadas em malas fechadas entre duas Administrações da União, por meio dos serviços de uma ou mais Administrações da mesma União, ficam sujeitas, em proveito de cada um dos países percorridos ou daqueles cujos serviços tomam parte no transporte, aos seguintes direitos de trânsito:

1.^o Pelos percursos terrestres:

a) A 1 franco e 50 cêntimos por quilograma de cartas e bilhetes postais, e a 20 cêntimos por quilograma doutros objectos, se a distância percorrida não exceder a 3:000 quilómetros;

b) A 3 francos por quilograma de cartas e bilhetes postais, e a 40 cêntimos por quilograma doutros objectos, se a distância percorrida fôr superior a 3:000 quilómetros, mas não excedente a 6:000 quilómetros;

c) A 4 francos e 50 cêntimos por quilograma de cartas e bilhetes postais e a 60 cêntimos por quilograma doutros objectos, se a distância percorrida fôr superior a 6:000 quilómetros, mas não excedente a 9:000 quilómetros;

d) A 6 francos por quilograma de cartas e bilhetes postais, e a 80 cêntimos por quilograma doutros objectos, se a distância percorrida exceder a 9:000 quilómetros.

2.^o Pelos percursos marítimos:

a) A 1 franco e 50 cêntimos por quilograma de cartas e bilhetes postais, e a 20 cêntimos por quilograma doutros objectos, se o percurso não exceder a 300 milhas marinhas.

Toutefois, le transport maritime sur un trajet n'excédant pas 300 milles marins est gratuit si l'Administration intéressée reçoit déjà, du chef des dépêches transportées, la rémunération afférente au transit territorial;

b) à 4 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 50 centimes par kilogramme d'autres objets, pour les échanges effectués sur un parcours excédant 300 milles marins, entre pays d'Europe, entre l'Europe et les ports d'Afrique et d'Asie sur la Méditerranée et la mer Noire ou de l'un à l'autre de ces ports, et entre l'Europe et l'Amérique du Nord. Les mêmes prix sont applicables aux transports assurés dans tout le ressort de l'Union entre deux ports d'un même Etat, ainsi qu'entre les ports de deux Etats desservis par la même ligne de paquebots lorsque le trajet maritime n'excède pas 1500 milles marins;

c) à 8 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et à 1 franc par kilogramme d'autres objets, pour tous les transports ne rentrant pas dans les catégories énoncées aux alinéas a et b ci-dessus.

En cas de transport maritime effectué par deux ou plusieurs Administrations, les frais du parcours total ne peuvent pas dépasser 8 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et 1 franc par kilogramme d'autres objets; ces frais sont, le cas échéant, répartis entre les Administrations participant au transport, au prorata des distances parcourues, sans préjudice des arrangements différents qui peuvent intervenir entre les parties intéressées.

4.—L'entrepôt, dans un port, de dépêches closes apportées par un paquebot et destinées à être reprises par un autre paquebot, donne lieu au paiement d'une rémunération fixée à 50 centimes par sac au profit de l'Office des postes du lieu d'entrepôt, pourvu que cet Office ne reçoive pas de paiement pour un service de transit territorial ou maritime. Toutefois, le simple transbordement de paquebot à paquebot ne donne lieu à aucun paiement.

5.—Les correspondances échangées à découvert entre deux Administrations de l'Union sont soumises, par article et sans égard au poids ou à la destination, aux frais de transit suivants, savoir:

Lettres	6	centimes pièce
Cartes postales	2 1/2	centimes pièce
Autres objets.	2 1/2	centimes pièce

6.—Les prix de transit spécifiés au présent article ne s'appliquent pas aux transports dans l'Union au moyen de services extraordinaires spécialement créés ou entretenus par une Administration sur la demande d'une ou de plusieurs autres Administrations. Les conditions de cette catégorie de transports sont réglées de gré à gré entre les Administrations intéressées.

En outre, partout où le transit, tant territorial que maritime, est actuellement gratuit ou soumis à des conditions plus avantageuses ce régime est maintenu.

7.—Les frais de transit et d'entrepôt sont à la charge de l'Administration du pays d'origine.

8.—Le décompte général de ces frais a lieu sur la base de relevés établis une fois tous les trois ans, pendant une période de 28 jours à déterminer dans le Règlement d'exécution de la présente Convention.

9.—Sont exemptes de tous frais de transit territorial ou maritime, les correspondances mentionnées aux §§ 3 et 4 de l'article 13 ci-après; les cartes postales-réponse renvoyées au pays d'origine; les objets réexpédiés ou mal dirigés; les rebuts; les avis de réception; les mandats de poste et tous autres documents relatifs au service postal.

milhas marítimas. Todavía, o transporte marítimo num percurso não excedente a 300 milhas marítimas é gratuito, se a Administração interessada já receber, pelas malas transportadas, a remuneração relativa ao trânsito terrestre;

b) A 4 francos por quilograma de cartas e bilhetes postais e a 50 centimos por quilograma doutros objectos, nas permutações efectuadas num percurso excedente a 300 milhas marítimas, entre países da Europa, entre a Europa e os portos da África e da Ásia no Mediterrâneo e no Mar Negro ou dum a outro desses portos, e entre a Europa e a América do Norte. Iguais direitos se aplicam aos transportes garantidos em toda a área da União entre dois portos dum Estado, assim como entre os portos do dois Estados servidos pela mesma carreira de paquetes, quando o percurso marítimo não exceder a 1:500 milhas marítimas;

c) A 8 francos por quilograma de cartas e bilhetes postais e a 1 franco por quilograma doutros objectos, em todos os transportes não compreendidos nas categorias especificadas nas alíneas a) e b) supras.

Sendo o transporte marítimo feito por duas ou mais Administrações, os direitos do percurso total não podem exceder a 8 francos por quilograma de cartas e bilhetes postais e a 1 franco por quilograma doutros objectos; esses direitos, quando os houver, serão repartidos entre aquelas Administrações *pro rata* das distâncias percorridas, sem prejuízo dos diferentes acórdos que se efectuam entre as partes interessadas.

4.—O entreposto, num porto, de malas fechadas desembarcadas dum paquete e destinadas a serem reembarcadas em outro paquete, dá lugar ao pagamento de uma remuneração fixada em 50 centimos por cada saco, a qual reverte a favor do correio a que pertence o entreposto, desde que este correio não receba qualquer pagamento por um serviço de trânsito territorial ou marítimo. Todavía, o simples trasbordo de um para outro paquete não dá lugar a qualquer pagamento.

5.—As correspondências permutadas a descoberto entre duas Administrações da União ficam sujeitas, por cada objecto, seja qual for o seu peso ou destino, aos direitos de trânsito seguintes:

Cartas, 6 centimos cada uma;
Bilhetes postais, 2 1/2 centimos cada um;
Outros objectos, 2 1/2 centimos cada um.

6.—Os direitos de trânsito especificados no presente artigo não se aplicam aos transportes que se realizam dentro da União por meio de serviços extraordinários especialmente criados ou sustentados por uma Administração, a pedido de uma ou de mais Administrações. As condições desta categoria de transportes regulam-se mutuamente entre as Administrações interessadas.

Além disso, em todos os países onde o trânsito terrestre ou marítimo é presentemente gratuito ou sujeito a condições mais vantajosas subsiste esse regime.

7.—Os direitos de trânsito e de entreposto ficam a cargo da Administração do país de procedência.

8.—A conta geral desses direitos formula-se, tomando por base as notas estatísticas organizadas uma vez cada três anos, durante um período de 28 dias, que será determinado no Regulamento de execução da presente Convenção.

9.—São isentos de quaisquer direitos de trânsito terrestre ou marítimo: as correspondências mencionadas nos §§ 3 e 4 do artigo 13, a parte dos bilhetes postais de resposta paga que se reenvia ao país de procedência, os objectos reexpedidos ou mal dirigidos, os refugos, os avisos de recepção, os vales de correio e todos os outros documentos relativos ao serviço postal.

10. — Lorsque le solde annuel des décomptes des frais de transit et d'entrepôt entre deux Administrations ne dépasse pas 1000 francs, l'Administration débitrice est exonérée de tout paiement de ce chef.

ARTICLE 5

Services aériens

Sont assimilés aux services extraordinaires dont il est fait mention à l'article 4, § 6, les services aériens établis pour le transport de correspondances entre deux ou plusieurs pays.

Les conditions du transport sont déterminées de gré à gré entre les Administrations intéressées. Toutefois, les frais de transit afférents à chaque parcours effectué par voie aérienne sont uniformes pour toutes les Administrations qui font emploi de ce service sans participer aux frais d'exploitation.

ARTICLE 6

Taxes, surtaxes et conditions générales applicables aux envois

1. — Les taxes pour le transport des envois postaux dans toute l'étendue de l'Union, y compris leur remise au domicile des destinataires dans les pays de l'Union où le service de distribution est ou sera organisé, sont fixées en cas d'affranchissement comme il suit :

1° pour les lettres, à 50 centimes pour le premier poids de 20 grammes et à 25 centimes par chaque poids de 20 grammes ou fraction de 20 grammes au-dessus du premier poids de 20 grammes.

2° pour les cartes postales, à 30 centimes pour la carte simple ou pour chacune des deux parties de la carte avec réponse payée.

3° Pour les imprimés de toute nature, les papiers d'affaires et les échantillons de marchandises, à 10 centimes par chaque objet ou paquet portant une adresse particulière et par chaque poids de 50 grammes ou fraction de 50 grammes, pourvu que cet objet ou paquet ne contienne aucune lettre ou note manuscrite ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle, et soit conditionné de manière à pouvoir être facilement vérifié.

La taxe des papiers d'affaires ne peut être inférieure à 50 centimes par envoi; la taxe des échantillons ne peut être inférieure à 20 centimes par envoi.

Exceptionnellement, les impressions en relief, à l'usage spécial des aveugles, sont admises au tarif de 5 centimes par envoi et par chaque poids de 500 grammes ou fraction de 500 grammes.

2. — Il peut être perçu, en sus des taxes fixées par le paragraphe précédent pour tout objet transporté par des services dépendant d'Administrations étrangères à l'Union, ou par des services extraordinaires dans l'Union donnant lieu à des frais spéciaux, une surtaxe en rapport avec ces frais.

Lorsque le tarif d'affranchissement de la carte postale simple comprend la surtaxe autorisée par l'alinéa précédent, ce même tarif est applicable à chacune des parties de la carte postale avec réponse payée.

Le pays de destination est autorisé à percevoir, pour les objets adressés poste restante, une surtaxe spéciale d'après sa législation interne. La surtaxe ne suit pas l'objet en cas de réexpédition ou de mise en rebut.

3. — En cas d'absence ou d'insuffisance d'affranchissement, les objets de correspondance de toute nature sont

10. — Quando o saldo anual das contas de direitos de trânsito e de entreposto entre duas Administrações não exceder a 1:000 francos, fica a Administração devedora isenta de qualquer pagamento por aqueles direitos.

ARTIGO 5

Serviços aéreos

Os serviços aéreos estabelecidos para o transporte de correspondências entre dois ou mais países são assimilados aos serviços extraordinários de que trata o § 6 do artigo 4.

As condições do transporte são determinadas de comum acordo entre as Administrações interessadas. Todavia os direitos de trânsito correspondentes a cada percurso efectuado por via aérea são uniformes para todas as Administrações que se utilizarem deste serviço sem cooperarem nas despesas de exploração.

ARTIGO 6

Taxas, sobretaxas e condições gerais aplicáveis às correspondências

1. — As taxas pelo transporte das correspondências postais em toda a União, incluindo a sua entrega no domicílio dos destinatários, dentro dos países da União onde o serviço de distribuição se achar organizado ou vier a sê-lo, sendo franqueadas, são fixadas pelo modo seguinte :

1.º Para as cartas, em 50 centimos pelo primeiro peso de 20 gramas e em 25 centimos por cada peso de 20 gramas ou fracção de 20 gramas a mais das primeiras 20;

2.º Para os bilhetes postais, em 30 centimos por cada bilhete simples ou por cada uma das duas partes do bilhete com resposta paga;

3.º Para os impressos de qualquer natureza, manuscritos e amostras, em 10 centimos por cada objecto ou maço com endereço especial e por cada peso de 50 gramas ou fracção de 50 gramas, contanto que esse objecto ou maço não contenha carta alguma ou indicação manuscrita com carácter de correspondência actual e pessoal, e esteja acondicionado de maneira que se possa examinar facilmente.

A taxa dos manuscritos não pode ser inferior a 50 centimos por maço, nem a das amostras inferior a 20 centimos por maço.

Os impressos em relevo, para uso especial dos cegos, são excepcionalmente admitidos mediante o pagamento da taxa de 5 centimos por remessa e por cada peso de 500 gramas ou fracção de 500 gramas.

2. — Além das taxas fixadas no parágrafo antecedente pode ser cobrada uma sobretaxa pelas correspondências transportadas por serviços dependentes de Administrações estranhas à União ou por serviços extraordinários dentro da União, quando dêem lugar a direitos de trânsito especiais, devendo tal sobretaxa ser em relação aos referidos direitos.

Desde que a taxa da franquia do bilhete postal simples compreenda a sobretaxa autorizada pela alínea antecedente, esta mesma taxa é aplicável a cada uma das partes do bilhete com resposta paga.

O país destinatário é autorizado a cobrar pelas correspondências dirigidas à posta restante uma sobretaxa especial em harmonia com a sua legislação interna; contudo esta sobretaxa fica sem efeito em caso de reexpedição da correspondência ou da sua remessa para refugio.

3. — No caso de falta ou de insuficiência de franquia, as correspondências de qualquer natureza ficam sujeitas

passíveis, à la charge des destinataires, d'un taxe double du montant de l'affranchissement manquant ou de l'insuffisance, sans que cette taxe puisse être inférieure à 30 centimes.

4. — Les objets autres que les lettres et les cartes postales doivent être affranchis au moins partiellement.

La faculté de ne pas affranchir ou d'affranchir partiellement ne s'applique pas aux lettres et cartes postales ni aux autres objets expédiés avec l'intention évidente d'éviter l'affranchissement.

5. — Les lettres ne peuvent pas dépasser le poids de 2 kilogrammes, ni présenter sur aucun de leurs côtés une dimension supérieure à 45 centimètres, ou, si elles ont la forme de rouleau 75 centimètres de longueur et 10 centimètres de diamètre.

6. — Les paquets d'échantillons de marchandises ne peuvent renfermer aucun objet ayant une valeur marchande; ils ne doivent pas dépasser le poids de 500 grammes, ni présenter des dimensions supérieures à 30 centimètres en longueur, 20 centimètres en largeur et 10 centimètres en épaisseur ou, s'ils ont la forme de rouleau, à 30 centimètres de longueur et 15 centimètres de diamètre.

7. — Les paquets de papiers d'affaires et d'imprimés ne peuvent pas dépasser le poids de 2 kilogrammes, ni présenter, sur aucun de leurs côtés, une dimension supérieure à 45 centimètres. On peut toutefois, admettre au transport par la poste les paquets en forme de rouleau dont le diamètre ne dépasse pas 10 centimètres et dont la longueur n'excede pas 75 centimètres.

Les paquets d'imprimés destinés à l'usage spécial des aveugles ainsi que les volumes imprimés expédiés isolément peuvent atteindre le poids de 3 kilogrammes mais ne peuvent dépasser les dimensions prévues pour les autres catégories d'imprimés.

8. — Sont exclus de la modération de taxe les timbres ou formules d'affranchissement, oblitérés ou non, ainsi que tous imprimés constituant le signe représentatif d'une valeur, sauf les exceptions autorisées par le Règlement d'exécution de la présente Convention.

ARTICLE 7

Objets recommandés; avis de réception; demandes de renseignements

1. — Les objets désignés dans l'article 6 peuvent être expédiés sous recommandation.

Toutefois, les parties «Réponse» adhérentes aux cartes postales ne peuvent être recommandées par les expéditeurs primitifs de ces envois.

2. — Tout envoi recommandé est passible, à la charge de l'expéditeur:

1^o du prix d'affranchissement ordinaire de l'envoi, selon sa nature;

2^o d'un droit fixe de recommandation de 50 centimes au maximum, y compris la délivrance d'un bulletin de dépôt à l'expéditeur.

3. — L'expéditeur d'un objet recommandé peut obtenir un avis de réception de cet objet en payant au moment du dépôt, un droit fixe de 50 centimes ou maximum. Le double de ce droit peut être perçu pour les avis de réception demandés postérieurement au dépôt de l'objet et pour les demandes de renseignements relatives aux objets ordinaires ou recommandés. S'il s'agit de demandes de renseignements concernant des objets recommandés, aucune taxe n'est perçue si l'expéditeur a déjà acquitté le droit spécial pour obtenir un avis de réception.

ao pagamento duma taxa igual ao dôbro da importância da falta ou insuficiência. Esta taxa, que não pode ser inferior a 30 centimos, será paga pelos destinatários.

4. — Todos os objectos de correspondência que não forem cartas ou bilhetes postais devem ser franqueados, pelo menos, parcialmente.

A faculdade de não franquear ou de franquear parcialmente não se aplica às cartas e bilhetes postais nem aos outros objectos expedidos com a intenção evidente de evitar a franquia.

5. — As cartas não podem exceder o peso de 2 quilogramas nem apresentar em qualquer das suas faces dimensão superior a 45 centímetros, ou, se tiverem a forma de rôlo, a 75 centímetros de comprimento e 10 centímetros de diâmetro.

6. — Os maços de amostras não devem conter objecto algum que tenha valor comercial, não pesar mais de 500 gramas, nem apresentar dimensões superiores a 30 centímetros de comprimento, 20 de largura e 10 de espessura, ou, se tiverem a forma de rôlo, a 30 centímetros de comprimento e 15 de diâmetro.

7. — Os maços de manuscritos ou de impressos não podem pesar mais de 2 quilogramas, nem apresentar, em algum dos lados, dimensão superior a 45 centímetros. Podem, contudo, ser transportados pelo correio os maços em forma de rolos, cujo diâmetro não exceder a 10 centímetros e cujo comprimento não for superior a 75 centímetros.

Os maços de impressos destinados ao uso especial dos cegos, assim como os volumes impressos expedidos isoladamente podem atingir o peso de 3 quilogramas mas não podem exceder as dimensões previstas para as outras categorias de impressos.

8. — Excluem-se da redução da taxa os selos ou fórmulas de franquia, inutilizados ou não, assim como todos os impressos dalgum valor, salvas as excepções autorizadas no Regulamento de execução da presente Convenção.

ARTIGO 7

Correspondências registadas; avisos de recepção; pedidos de informações

1. — As correspondências designadas no artigo 6 podem ser expedidas com a formalidade do registo.

Não podem, contudo, ser registadas pelos remetentes de bilhetes postais com resposta paga os respectivos bilhetes *Resposta*.

2. — Qualquer correspondência registada fica sujeita por parte do remetente:

1.^o A franquia ordinária, conforme a sua natureza;

2.^o A um prémio fixo de registo que não exceda a 50 centimos, incluindo a entrega de um recibo ao remetente;

3. — O remetente de qualquer objecto registado pode exigir um aviso de recepção desse objecto, pagando na ocasião do registo uma taxa fixa que não pode exceder 50 centimos. O dôbro desta taxa pode ser cobrado pelos avisos de recepção pedidos posteriormente ao registo do objecto e pelos pedidos de informações acerca de objectos ordinários ou registados. Quando se tratar de pedidos de informações sobre objectos registados pelos quais o remetente tiver já pago a taxa especial relativa ao aviso de recepção, nenhuma outra taxa será cobrada do mesmo remetente.

ARTICLE 8

ARTIGO 8

Envois contre remboursement

Correspondências sujeitas a embólso

1. — Les correspondances recommandées peuvent être expédiées grevées de remboursement dans les relations entre les pays dont les Administrations conviennent d'assurer ce service.

Les objets contre remboursement sont soumis aux formalités et aux taxes des envois recommandés.

L'expéditeur paie, en outre, un droit fixe de remboursement de 10 centimes.

Le maximum du remboursement est égal à celui fixé pour les mandats de poste à destination du pays d'origine de l'envoi.

Sauf arrangement contraire entre les Administrations intéressées, le montant du remboursement est exprimé dans la monnaie du pays de destination.

2. — Sous la même réserve le montant encaissé du destinataire doit être transmis à l'expéditeur au moyen d'un mandat de poste après déduction d'un droit d'encaissement de 15 centimes et de la taxe ordinaire des mandats calculée sur le montant du reliquat.

Les mandats de remboursement, qui n'ont pas été payés aux bénéficiaires pour un motif quelconque, ne sont pas remboursés à l'Office d'émission, et le montant en revient définitivement à l'Administration du pays expéditeur des envois grevés de remboursement, après l'expiration du délai légal de prescription.

A tous les autres égards les mandats de remboursement sont soumis aux dispositions fixées par l'Arrangement concernant le service des mandats de poste.

3. — La perte d'un envoi recommandé grevé de remboursement engage la responsabilité du service postal envers l'expéditeur dans les conditions déterminées par l'article 10 ci-après pour les envois recommandés.

4. — Les sommes encaissées régulièrement du destinataire, déduction faite de la taxe du mandat et du droit d'encaissement, sont garanties à l'expéditeur dans les conditions déterminées par l'Arrangement concernant le service des mandats de poste pour les sommes converties en mandats de poste, sauf dans le cas prévu au 2^e alinéa du § 1 de l'article 10 ci-après.

5. — Si l'envoi a été livré au destinataire sans encaissement du montant du remboursement, l'expéditeur a droit à une indemnité, à moins que le non-encaissement ne soit dû à une faute ou une négligence de sa part. L'indemnité ne pourra dépasser, dans aucun cas, le montant du remboursement. Il en est de même, si la somme encaissée du destinataire, est inférieure au montant du remboursement indiqué. Par le fait du paiement de l'indemnité, l'Administration est subrogée dans les droits de l'expéditeur pour tout recours éventuel contre le destinataire ou les tiers.

La responsabilité incombe à l'Office du pays de destination à moins que celui-ci ne puisse prouver que le non-encaissement du remboursement ou l'encaissement d'une somme inférieure est dû à la non-observation d'une disposition réglementaire par l'Office du pays d'origine.

6. — Pour les envois grevés de remboursement dont le montant encaissé régulièrement du destinataire n'a pas été transmis à l'expéditeur, l'Office d'origine est autorisé à payer ce montant à l'ayant droit au plus tard dans le délai d'un an à partir du jour qui suit celui de la réclamation. Ce paiement a lieu pour le compte de l'Office destinataire. L'indemnité éventuelle pour les envois grevés de remboursement livrés au destinataire sans encaissement du montant indiqué ou contre encaissement d'une somme inférieure, ainsi que pour les envois dont le montant a été encaissé frauduleusement, doit être payée par l'Office d'origine à l'ayant droit dans le même délai. Le paiement se fait également pour le compte de l'Office

1. — As correspondências registadas podem expedir-se, sujeitas a embólso, para os países cujas Administrações resolverem adoptar esse serviço.

Aos objectos sujeitos a embólso applicam-se as mesmas formalidades e taxas das correspondências registadas.

O remetente pagará além disso uma taxa fixa de embólso de 10 cêntimos.

A importância máxima do embólso é igual à fixada para os vales do correio destinados ao país de procedência do objecto.

Salvo acôrdo em contrário entre as Administrações interessadas, a importância do embólso será expressa em moeda do país de destino.

2. — Sob a mesma restrição, a importância cobrada do destinatário será enviada ao remetente por meio de um vale de correio, depois de se lhe deduzir o prêmio de cobrança de 15 cêntimos e o prêmio ordinário dos vales, calculado sobre a importância líquida.

Os vales de embólso que não forem pagos aos destinatários por qualquer motivo não são reembolsados à Repartição emissora e a sua importância reverte definitivamente a favor da Administração remetente dos objectos sujeitos a embólso, depois de terminado o prazo legal de validade.

Em todos os outros casos, são applicáveis aos vales de embólso as disposições do acôrdo relativo ao serviço de vales de correio.

3. — Pela perda de um objecto registado sujeito a embólso é responsável o serviço postal para com o remetente, nas condições determinadas no seguinte artigo 10 para os objectos registados.

4. — As importâncias cobradas regularmente do destinatário, depois de deduzidos os prêmios do vale e do embólso, serão enviadas ao remetente nas condições determinadas no acôrdo relativo ao serviço de vales do correio para as importâncias convertidas em vales do correio, salvo no caso previsto na 2.^a alínea do § 1 do artigo 10 abaixo.

5. — Se o objecto fôr entregue ao destinatário e dêste não fôr recebida a importância do embólso, ou se a importância recebida fôr inferior à do mesmo embólso, o remetente tem direito a uma indemnização, salvo se a falta de pagamento da importância fôr devida a culpa ou negligência da sua parte. A indemnização não poderá, em caso algum, exceder a importância do embólso. A Administração que effectuar o pagamento da indemnização fica subrogada em todos os direitos do remetente em qualquer recurso eventual contra o destinatário ou terceiros.

A responsabilidade pertence à Administração do país de destino, salvo se este puder provar que a falta de pagamento do embólso ou a recepção duma importância inferior é devida à falta de observação duma disposição regulamentar pela Repartição do país de procedência.

6. — Pelos objectos sujeitos a embólso cuja importância recebida regularmente do destinatário não fôr enviada ao remetente, a Administração de procedência é autorizada a pagar esta importância ao interessado o mais tardar no prazo de um ano, a contar do dia imediato ao da reclamação. Este pagamento realiza-se por conta da Administração destinatária. A indemnização eventual pelos objectos sujeitos a embólso, entregues ao destinatário sem recepção da importância indicada ou contra recepção duma quantia inferior, assim como pelos objectos cuja importância foi recebida fraudulentamente, deve ser paga pela Administração de procedência ao interessado, no mesmo prazo. O pagamento faz-se igualmente por

destinataire, si la responsabilité incombe à cet Office en vertu des dispositions du § 5 précédent. Il en est de même si l'Office destinataire régulièrement saisi a laissé s'écouler six mois sans donner de solution à l'affaire. Ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les pays d'outre-mer. Les délais comprennent le temps nécessaire pour l'expédition de la demande à l'Office destinataire et son renvoi à l'Office d'origine.

Toutefois, l'Office d'origine peut différer exceptionnellement le dédommagement de l'expéditeur au delà du délai précité, lorsque, à l'expiration de ce délai, il n'est pas encore fixé sur le sort de l'envoi grevé de remboursement ou sur les responsabilités encourues.

L'Office destinataire est tenu de restituer à l'Office expéditeur les sommes avancées dans les conditions prévues au § 5 précédent.

ARTICLE 9

Cartes d'identité

1.— Chaque Administration peut délivrer, aux personnes qui en font la demande, des cartes d'identité destinées à servir de pièces justificatives pour toutes les transactions effectuées par les bureaux de poste. Ces cartes sont valables dans tous les pays de l'Union sauf dans ceux qui notifieraient leur non-adhésion à ce service.

2.— L'Administration qui délivre une carte d'identité est autorisée à percevoir, de ce chef, une taxe qui doit être représentée en timbres-poste sur la carte; cette taxe ne peut être supérieure à un franc.

3.— Les Administrations sont dégagées de toute responsabilité lorsqu'il est établi que la livraison d'un envoi postal ou le paiement d'un mandat a eu lieu sur la présentation d'une carte d'identité régulière.

4.— Le titulaire d'une carte d'identité est responsable des conséquences que peut entraîner la perte, la soustraction ou l'emploi frauduleux de la carte.

5.— La carte d'identité est valable pendant deux ans à partir du jour de son émission. Si, pendant le délai de validité de la carte, la physionomie du titulaire s'est modifiée à tel point qu'elle ne concorde plus avec la photographie ou le signalement, la carte doit être renouvelée, même avant l'expiration de ce délai.

ARTICLE 10

Responsabilité en matière d'envois recommandés

1.— En cas de perte d'un envoi recommandé et sauf le cas de force majeure, l'expéditeur a droit à une indemnité de 50 francs.

Toutefois, les Administrations sont dégagées de toute responsabilité pour la perte d'envois recommandés dont le contenu tombe sous le coup des interdictions prévues à l'article 18, § 2, de la présente Convention.

2.— Les pays disposés à se charger des risques pouvant dériver du cas de force majeure sont autorisés à percevoir de ce chef sur l'expéditeur une surtaxe de 50 centimes au maximum pour chaque envoi recommandé.

3.— L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Administration dont relève le bureau expéditeur. Est réservé à cette Administration le recours contre l'Administration responsable, c'est-à-dire contre l'Administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte a eu lieu.

En cas de perte, dans des circonstances de force majeure, sur le territoire ou dans le service d'un pays se

conta da Administração destinatária, se a responsabilidade pertencer a esta Administração, em virtude das disposições do § 5 antecedente. Do mesmo modo se procederá se a Administração destinatária, tendo sido oportunamente inteirada do assunto, deixar decorrer seis meses sem lhe dar solução. Este prazo é elevado a nove meses nas relações com os países de ultramar. Os prazos compreendem o tempo necessário para a remessa da reclamação à Repartição destinatária e a sua devolução à de procedência.

Todavia, a Administração de procedência pode excepcionalmente adiar o pagamento da indemnização ao remetente além do prazo indicado, se à data da expiração desse prazo não estiver ainda apurado o destino que teve o objecto sujeito a embolso nem a quem cabe a responsabilidade.

A Administração destinatária é obrigada a restituir à Administração remetente as importâncias das indemnizações pagas adiantadamente, nas condições previstas no antecedente § 5.

ARTIGO 9

Bilhetes de identidade

1.— Cada Administração pode fornecer, às pessoas que lhos pedirem, bilhetes de identidade destinados a servir de documento justificativo para todas as transacções efectuadas pelas estações postais. Estes bilhetes são válidos em todos os países da União, com excepção dos que comunicarem que não aderem a este serviço.

2.— A Administração que fornecer um bilhete de identidade é autorizada a cobrar por este serviço uma taxa que deve ser representada em selos postais afixados sobre o dito bilhete, não podendo esta taxa ser superior a 1 franco.

3.— A responsabilidade das Administrações cessa por completo desde que se prove que a entrega dum objecto postal ou o pagamento dum vale se realizou mediante a apresentação dum bilhete de identidade regular.

4.— O titular dum bilhete de identidade é responsável pelas consequências a que possa dar lugar a perda, subtracção ou emprêgo fraudulento do mesmo bilhete.

5.— O bilhete de identidade é válido durante dois anos, a contar da data da sua emissão. Se durante o prazo de validade do bilhete a fisionomia do titular se modificar a ponto de se não parecer com a fotografia e sinais característicos, deve o bilhete ser renovado mesmo antes da expiração do dito prazo.

ARTIGO 10

Responsabilidade pelos objectos registados

1.— No caso da perda dum objecto registado e salvo caso de força maior, o remetente tem direito a uma indemnização de 50 francos.

Todavia, as Administrações deixam de ser responsáveis pela perda dos objectos registados cujo conteúdo esteja incursão nas proibições previstas no § 2 do artigo 18 da presente Convenção.

2.— Os países que assumem a responsabilidade pelos riscos resultantes de caso de força maior ficam, por isso, autorizados a cobrar do remetente uma taxa adicional que não pode exceder a 50 centimos por cada objecto registado.

3.— Compete à Administração de que depende a Repartição expedidora o pagamento da referida indemnização. Essa Administração pode interpor recurso contra a Administração responsável, isto é, contra a Administração em cujo território ou em cujo serviço a perda se realizou.

No caso de perda, por efeito de circunstâncias de força maior, no território ou no serviço dum país que assume

chargeant des risques mentionnés au paragraphe précédent, d'un objet recommandé provenant d'un autre pays, le pays où la perte a eu lieu en est responsable devant l'Office expéditeur, si ce dernier se charge, de son côté, des risques en cas de force majeure à l'égard de ses expéditeurs.

4.—Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'Administration qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation, et étant mise en possession de tous les moyens réglementaires d'investigation, ne peut établir ni la délivrance au destinataire, ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Administration suivante. Pour les envois adressés poste restante, ou conservés en instance à la disposition des destinataires, la responsabilité cesse par la délivrance à une personne qui a justifié de son identité suivant les règles en vigueur dans le pays de destination, et dont les noms et qualité sont conformes aux indications de l'adresse.

5.—Le paiement de l'indemnité par l'Office expéditeur doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai de six mois à partir du jour de la réclamation. Ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les pays d'outre-mer.

L'Office expéditeur a la faculté de différer exceptionnellement le règlement de l'indemnité au delà du délai précité lorsque, à son expiration, il n'est pas encore fixé sur le sort de l'objet recherché ou lorsque la question de savoir si la perte de l'envoi est due à un cas de force majeure n'est pas encore tranchée.

Toutefois, l'Office d'origine est autorisé à désintéresser l'expéditeur pour le compte de l'Office intermédiaire ou destinataire qui, régulièrement, saisi, a laissé s'écouler six mois (neuf mois dans les relations avec les pays d'outre-mer) sans donner de solution à l'affaire.

L'Office responsable ou pour le compte duquel le paiement est effectué en conformité de l'alinéa précédent est tenu de rembourser à l'Office expéditeur le montant de l'indemnité et, le cas échéant, des intérêts dans le délai de trois mois après avis du paiement. Ce remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créditeur, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite, soit en espèces ayant cours dans le pays créditeur. Passé le délai de trois mois, la somme due à l'Office expéditeur est productive d'intérêts, à raison de 7 % l'an, à dater du jour de l'expiration dudit délai.

Dans le cas où un Office dont la responsabilité est dûment établie, a tout d'abord décliné le paiement de l'indemnité, il doit, en outre, prendre à sa charge tous les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au paiement.

6.—Il est entendu que la réclamation n'est admise que dans le délai d'un an, à compter du jour qui suit le dépôt à la poste de l'envoi recommandé; passé ce terme, le réclamant n'a droit à aucune indemnité.

7.—Si la perte a eu lieu en cours de transport sans qu'il soit possible d'établir sur le territoire ou dans le service de quel pays le fait s'est accompli, les Administrations en cause supportent le dommage par parts égales.

8.—Les Administrations cessent d'être responsables des envois recommandés dont les ayants droit ont donné reçu et pris livraison, ainsi que des envois dont elles ne peuvent rendre compte par suite de la destruction des documents de service pour cause de force majeure.

a responsabilidade pelos riscos a que alude o parágrafo antecedente, dum objecto registado procedente doutro país, o país onde a perda succedeu é por ela responsável para com o país remetente, se este último, pela sua parte, assume igualmente no seu serviço a responsabilidade pelos riscos resultantes de caso de força maior.

4.—Emquanto se não obtiver prova em contrário, a responsabilidade pertence à Administração que, tendo recebido o objecto registado sem contestação e desde que esteja de posse de todos os meios regulamentares de investigação, não puder provar a sua entrega ao destinatário nem a sua regular transmissão, quando a houver, à Administração imediata. Pelo que respeita às correspondências registadas dirigidas à posta restante ou que se achem retidas à disposição dos destinatários, cessa a responsabilidade logo que essas correspondências forem entregues às pessoas que justificarem a sua identidade, segundo os regulamentos em vigor no país do destino e cujos nomes e qualidades estiverem de acôrdo com as indicações dos endereços das mesmas correspondências.

5.—O pagamento da indemnização pela Administração expedidora deve ser efectuado no mais curto prazo possível e, o mais tardar, dentro de seis meses, a contar do dia da reclamação. Este prazo pode ser elevado a nove meses nas relações com os países de ultramar.

A Administração do país de procedência tem a faculdade de adiar excepcionalmente o pagamento da indemnização além do prazo indicado, se nessa data não estiver ainda averiguado o destino do objecto reclamado e se ignore se a sua perda é devida a qualquer caso de força maior.

Todavia, a Administração do país de procedência fica autorizada a indemnizar o remetente por conta da Administração intermediária ou destinatária que, tendo sido regularmente informada sobre o assunto, deixou decorrer seis meses (nove nas relações com os países de ultramar) sem lhe dar solução.

A Administração responsável ou aquela por conta da qual é efectuado o pagamento em conformidade com a antecedente alínea, é obrigada a reembolsar a Administração expedidora da importância da indemnização e juros, no caso de os haver, no prazo de três meses a contar do aviso do pagamento. Este reembolso deve realizar-se, livre de despesas para a Administração credora, por meio dum vale de correio, dum cheque ou em valores com curso no país credor. Decorrido o prazo de três meses, a importância devida à Administração expedidora vence juros à razão de 7 por cento ao ano, a contar da data da expiração do dito prazo.

Quando uma Administração, cuja responsabilidade se ache devidamente comprovada, tenha desde princípio declinado o pagamento da indemnização, tanto essa indemnização como as despesas accessórias resultantes da demora injustificada em realizar tal pagamento devem ficar a cargo da mesma Administração.

6.—Fica entendido que a reclamação da indemnização só é admitida dentro do prazo de um ano, a contar do dia seguinte àquele em que o objecto registado foi entregue no correio; passado este prazo, o reclamante não tem direito a indemnização alguma.

7.—Se a perda dum objecto registado se efectuar durante o seu transporte, sem se poder determinar o território ou o serviço do país em que ela se realizou, a respectiva indemnização é paga em partes iguais pelas Administrações dos países que tomaram parte no mesmo transporte.

8.—As Administrações deixam de ser responsáveis pelas correspondências registadas de que os destinatários tiverem tomado posse e passado os competentes recibos, assim como por aquelas que em consequência de destruição dos documentos de serviço, por motivo de força maior, não possam ser objecto de averiguações.

ARTICLE 11

Retrait de correspondances; modification de l'adresse ou des conditions d'envoi

1.— L'expéditeur d'un objet de correspondance peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse, tant que cet objet n'a pas été livré au destinataire.

2.— La demande à formuler à cet effet est transmise par voie postale ou par voie télégraphique aux frais de l'expéditeur, qui doit payer, savoir:

1^o Pour toute demande par voie postale, la taxe applicable à une lettre simple recommandée;

2^o Pour toute demande par voie télégraphique, la taxe du télégramme d'après le tarif ordinaire.

3.— L'expéditeur d'un envoi recommandé grevé de remboursement peut, aux conditions fixées pour les demandes de modification de l'adresse, demander le dégrèvement total ou partiel du montant du remboursement.

ARTICLE 12

Fixation des équivalents par rapport au franc pour les taxes à percevoir et les comptes à régler

Le franc pris pour base des taxes postales s'entend du franc-or conforme au poids et au titre des monnaies d'or établis par la législation en vigueur dans les divers pays qui ont adopté cette unité monétaire.

Dans tous les pays de l'Union les taxes sont établies d'après une équivalence correspondant, aussi exactement que possible, dans la monnaie actuelle de chaque pays, à la valeur du franc-or.

Quant aux règlements qu'ont à se faire entre eux les Offices postaux des divers pays en exécution des dispositions de la présente Convention, pour solde de leurs comptes réciproques, ils se font sur la base du franc-or.

ARTICLE 13

Affranchissement des envois; coupons-réponse; franchise de port

1.— L'affranchissement de tout envoi quelconque peut être opéré soit au moyen de timbres-poste valables dans le pays d'origine pour la correspondance des particuliers, soit au moyen d'empreintes de machines à affranchir, officiellement adoptées et fonctionnant sous le contrôle immédiat de l'Administration.

Sont considérés comme dûment affranchis: les cartes-réponse portant des timbres-poste du pays d'émission de ces cartes, les envois régulièrement affranchis pour leur premier parcours et dont le complément de taxe a été acquitté avant leur réexpédition ainsi que les journaux ou paquets de journaux dont la suscription porte la mention «Abonnements poste» ou une mention équivalente et qui sont expédiés en vertu de l'Arrangement particulier sur les abonnements aux journaux, prévu à l'article 21 de la présente Convention.

2.— Des coupons-réponse peuvent être mis en vente dans les pays dont les Administrations ont accepté de se charger de ce débit. Le prix de vente minimum du coupon-réponse est de 50 centimes ou de l'équivalent de cette somme dans la monnaie du pays qui le débite.

Ce coupon est échangeable dans tout pays de l'Union contre un timbre ou des timbres représentant l'affranchissement d'une lettre simple originaire de ce pays à destination de l'étranger. Toutefois, l'échange doit se faire avant l'expiration du deuxième mois qui suit celui de l'émission; ce délai est majoré de quatre mois dans les

ARTIGO 11

Retirada de correspondências; modificação de endereço ou das condições de remessa

1.— O remetente de qualquer correspondência pode reclamar que ela seja retirada das Repartições postais ou que lhe seja modificado o endereço, enquanto essa correspondência não for entregue ao destinatário.

2.— A reclamação, feita para esse fim, transmite-se pelas vias postal ou telegráfica, a expensas do remetente, que tem a pagar:

1.^o Pelas reclamações feitas por via postal, a taxa aplicável a uma carta simples registrada;

2.^o Pelas reclamações feitas por via telegráfica, a taxa do telegrama conforme a tarifa ordinária.

3.— O remetente de qualquer correspondência registrada sujeita a embolso pode reclamar a anulação total ou parcial da importância do embolso, nas condições estabelecidas para as reclamações de modificação de endereços.

ARTIGO 12

Fixação das equivalências do franco para efeito da aplicação das taxas e liquidação das contas

Para base das taxas postais considera-se como franco o franco-ouro em relação ao pêso e título das moedas de ouro estabelecidas pela legislação em vigor nos diversos países que adoptam esta unidade monetária.

Em todos os países da União as taxas são estabelecidas segundo uma equivalência correspondente, tão exactamente quanto possível, na moeda actual de cada país, ao valor do franco-ouro.

Quanto às liquidações que houverem de fazer-se entre as Administrações postais dos diversos países, para execução das disposições da presente Convenção, pelos saldos das suas contas recíprocas, serão feitas sobre a base do franco-ouro.

ARTIGO 13

Franquia das correspondências; cupões-resposta; isenção de franquia

1.— A franquia de qualquer correspondência pode ser feita por meio dos selos postais em uso no país de procedência para as correspondências do público ou por meio de impressões de máquinas de franquiar oficialmente adoptadas e funcionando sob a fiscalização directa da Administração.

Consideram-se como devidamente franqueados a parte dos bilhetes postais de resposta paga que apresentar selos postais do país em que esses bilhetes forem emitidos, os objectos regularmente franqueados para o seu primeiro percurso e cujo complemento de taxa foi pago antes da sua reexpedição, assim como os jornais ou maços de jornais em cujos endereços se veja a indicação *abonnement-poste* ou outra equivalente e que sejam expedidos em virtude do Acôrdo particular relativo ás assinaturas de jornais, previsto no artigo 21 da presente Convenção.

2.— Podem ser vendidos ao público cupões-resposta nos países cujas Administrações resolverem aderir a este serviço. O preço mínimo de venda do cupão-resposta é de 50 centimos ou o equivalente desta importância na moeda do país que o vende.

Este cupão pode trocar-se em qualquer dos países da União por um selo ou selos representativos da franquia duma carta de porte simples procedente desse país com destino ao estrangeiro. Todavia a troca deve ser feita antes da expiração do segundo mês seguinte ao da emissão; este prazo é elevado a quatro meses nas relações

relations avec les pays d'outre-mer. Le Règlement d'exécution de la Convention détermine les autres conditions de cet échange et notamment l'intervention du Bureau international dans la confection, l'approvisionnement et la comptabilité desdits coupons.

3. — Les correspondances officielles relatives au service postal, échangées entre les Administrations postales, entre ces Administrations et le Bureau international, entre les bureaux de poste des pays de l'Union, et entre ces bureaux et les Administrations sont admises à la franchise de port.

4. — Il en est de même des correspondances concernant les prisonniers de guerre, expédiées ou reçues, soit directement, soit à titre d'intermédiaire, par les bureaux de renseignements qui seraient établis éventuellement pour ces personnes, dans des pays belligérants ou dans les pays neutres ayant recueilli des belligérants sur leur territoire.

Les correspondances, à l'exception des envois grevés de remboursement, destinées aux prisonniers de guerre ou expédiées par eux sont également affranchies de toutes taxes postales, aussi bien dans les pays d'origine et de destination que dans les pays intermédiaires.

Les belligérants recueillis et internés dans un pays neutre sont assimilés aux prisonniers de guerre proprement dits, en ce qui concerne l'application des dispositions ci-dessus.

5. — Les correspondances déposées en pleine mer dans la boîte d'un paquebot ou entre les mains des agents des postes embarqués ou des commandants de navires peuvent être affranchies, sauf arrangement contraire entre les Administrations intéressées, au moyen des timbres-poste et d'après le tarif du pays auquel appartient ou dont dépend ledit paquebot. Si le dépôt à bord a lieu pendant le stationnement aux deux points extrêmes du parcours ou dans l'une des escales intermédiaires, l'affranchissement n'est valable qu'autant qu'il est effectué au moyen des timbres-poste et d'après le tarif du pays dans les eaux duquel se trouve le paquebot.

ARTICLE 14

Attribution des taxes

1. — Chaque Administration garde en entier les sommes qu'elle a perçues en exécution des divers articles de la présente Convention, sauf la bonification due pour les mandats prévus au § 2 de l'article 8 et exception faite en ce qui concerne les coupons-réponse (art. 13).

2. — En conséquence, il n'y a pas lieu, de ce chef, à un décompte entre les diverses Administrations de l'Union, sous les réserves prévues au § 1 du présent article.

3. — Les lettres et autres envois postaux ne peuvent, dans le pays d'origine, comme dans celui de destination, être frappés à la charge des expéditeurs ou des destinataires, d'aucune taxe ni d'aucun droit postal autres que ceux prévus par la présente Convention.

ARTICLE 15

Envois exprès

1. — Les objets de correspondance de toute nature sont, à la demande des expéditeurs, remis à domicile par un porteur spécial immédiatement après l'arrivée, dans les pays de l'Union qui consentent à se charger de ce service.

2. — Ces envois, qui sont qualifiés «exprès», sont soumis à une taxe spéciale de remise à domicile; cette taxe est fixée à un franc en sus du port ordinaire et droit

com os países de ultramar. O Regulamento de execução da Convenção determina as outras condições desta permutação e muito especialmente a intervenção da Secretaria Internacional na fabricação, fornecimento e contabilidade dos referidos cupões.

3. — As correspondências oficiais relativas ao expediente dos correios, permutadas entre as Administrações postais, entre essas Administrações e a Secretaria Internacional, entre as Repartições de correios dos países da União e entre estas Repartições e as Administrações, são isentas de franquia.

4. — Igualmente são admitidas nas mesmas condições as correspondências relativas a prisioneiros de guerra, expedidas ou recebidas, quer directamente, quer por intermédio de Repartições de informações, estabelecidas eventualmente para esse fim em países beligerantes ou em países neutros que tenham recolhido beligerantes no seu território.

As correspondências, com excepção das sujeitas a embolso, destinadas a prisioneiros de guerra ou por elles expedidas são igualmente isentas de taxas postais, tanto nos países de procedência e de destino, como nos países intermediários.

Os beligerantes recolhidos e internados num país neutro são assimilados aos prisioneiros de guerra propriamente ditos, pelo que respeita à aplicação das disposições acima indicadas.

5. — As correspondências que, em alto mar, se lançarem na caixa de correio dum paquete ou se entregarem aos agentes postais embarcados ou ao comandante de qualquer navio, podem ser franqueadas, salvo acôrdo em contrário entre as Administrações interessadas, por meio de selos postais e conforme as taxas do país a que pertence ou de que depende o mesmo paquete ou navio. Se a entrega das correspondências a bordo se realizar enquanto o paquete ou navio estiver nalgum dos dois pontos extremos da derrota ou em qualquer das suas escales intermediárias, a franquia só é válida quando efectuada por meio de selos postais e conforme as taxas do país em cujas águas o referido paquete ou navio estacionar.

ARTIGO 14

Arrecadação das taxas

1. — Cada Administração arrecada por inteiro as quantias recebidas em virtude dos diversos artigos da presente Convenção, com excepção dos abonos devidos pelos vales do correio indicados no § 2 do artigo 8 e pelo que respeita aos cupões-resposta (artigo 13).

2. — Por este motivo não há contas a estabelecer entre as diversas Administrações da União, salvas as reservas previstas no § 1 do presente artigo.

3. — As cartas e outras correspondências não podem, quer no país de procedência, quer no de destino, estar sujeitas, por parte dos remetentes ou dos destinatários, a qualquer taxa ou prémio postal, além dos previstos na presente convenção.

ARTIGO 15

Correspondências para entregar por próprio

1. — As correspondências de qualquer natureza, logo que chegarem ao correio de destino, são, a pedido dos remetentes, entregues por um próprio nos domicílios dos destinatários, em todos os países da União que resolverem encarregar-se deste serviço.

2. — Estas correspondências, que são qualificadas de *exprès*, estão sujeitas a uma taxa especial de entrega no domicílio, a qual é fixada em um franco além do porte

être acquittée complètement et à l'avance, par l'expéditeur. Elle est acquise à l'Administration du pays d'origine.

3.—Lorsque le domicile du destinataire se trouve en dehors du rayon de la distribution gratuite du bureau de destination, ce bureau peut percevoir une taxe complémentaire, jusqu'à concurrence du prix fixé pour la remise par exprès dans le service interne, déduction faite de la taxe fixe payée par l'expéditeur, ou de son équivalent dans la monnaie du pays qui perçoit ce complément.

La taxe complémentaire prévue ci-dessus, reste exigible en cas de réexpédition ou de mise en rebut de l'objet; elle est acquise à l'Administration qui l'a perçue.

4.—Les objets exprès non complètement affranchis pour le montant total des taxes payables à l'avance sont distribués par les moyens ordinaires, à moins qu'ils n'aient été traités comme exprès par le bureau d'origine.

ARTICLE 16

Réexpédition; rebuts

1.—Il n'est perçu aucun supplément de taxe pour la réexpédition d'envois postaux dans l'intérieur de l'Union.

2.—Les correspondances tombées en rebut ne donnent pas lieu à restitution des droits de transit revenant aux Administrations intermédiaires, pour le transport antérieur des dites correspondances.

3.—Les lettres et les cartes postales non affranchies et les correspondances de toute nature insuffisamment affranchies, qui font retour au pays d'origine par suite de réexpédition et de mise en rebut, sont remises aux destinataires ou aux expéditeurs contre paiement des taxes dont elles étaient grevées au départ ou à l'arrivée ou en cours de route par suite de réexpédition au delà du premier parcours.

ARTICLE 17

Echange de dépêches closes avec les bâtiments de guerre

1.—Des dépêches closes peuvent être échangées entre les bureaux de poste de l'un des pays contractants et les commandants de divisions navales ou bâtiments de guerre de ce même pays en station à l'étranger ou entre le commandant d'une de ces divisions navales ou bâtiments de guerre et le commandant d'une autre division ou bâtiment du même pays, par l'intermédiaire des services territoriaux ou maritimes dépendant d'autres pays.

2.—Les correspondances de toute nature comprises dans ces dépêches doivent être exclusivement à l'adresse ou en provenance des états-majors et des équipages des bâtiments destinataires ou expéditeurs des dépêches; les tarifs et conditions d'envoi qui leur sont applicables sont déterminés, d'après ses règlements intérieurs, par l'Administration des postes du pays auquel appartiennent les bâtiments.

3.—Sauf arrangement contraire entre les Offices intéressés, l'Office postal expéditeur ou destinataire des dépêches dont il s'agit est redevable, envers les Offices intermédiaires, de frais de transit calculés conformément aux dispositions de l'article 4.

ARTICLE 18

Interdictions

1.—Sauf les exceptions prévues par la présente Convention et le Règlement d'exécution il n'est pas donné

ordinaire e deve ser paga adiantadamente e por inteiro, pelo remetente. A referida taxa reverte a favor da Administração do país de procedência.

3.—Quando o domicílio do destinatário fôr situado fora do raio da distribuição gratuita da estação destinatária, esta estação pode cobrar uma taxa complementar até a importância do preço fixado para a entrega por próprio no serviço interno, depois de feita a dedução da taxa fixa paga pelo remetente, ou da sua equivalência na moeda do país que receber a referida taxa complementar.

A mesma taxa complementar é exigida, no caso de reexpedição ou de refugo das correspondências, e reverte a favor da Administração que a cobrar.

4.—As correspondências a entregar por próprio, que não estiverem completamente franqueadas pela importância total das taxas a pagar adiantadamente, são distribuídas pelos meios ordinários, salvo se forem consideradas pela Repartição de procedência como correspondência a entregar por próprio.

ARTIGO 16

Reexpedição; refugos

1.—Pela reexpedição de correspondências no interior da União não se recebe suplemento algum de taxa.

2.—As correspondências caídas em refugo não dão lugar à restituição dos direitos de trânsito, que pertencerem às Administrações intermediárias pelo anterior transporte das mesmas correspondências.

3.—As cartas e os bilhetes postais não franqueados e as correspondências de qualquer natureza insuficientemente franqueadas, que voltarem ao país de procedência por motivo de reexpedição ou por terem caído em refugo, são entregues aos destinatários ou aos remetentes mediante o pagamento das taxas que as oneravam à partida ou à chegada, ou ainda durante o seu trânsito por motivo de reexpedição além do primeiro percurso.

ARTIGO 17

Permutação de malas fechadas com os navios de guerra

1.—Podem ser permutadas malas fechadas entre as Repartições postais de um dos países aderentes e os comandantes de divisões navais ou navios de guerra desse país, estacionados no estrangeiro, ou entre o comandante duma dessas divisões navais ou navios de guerra e o comandante doutra divisão ou navio de guerra do mesmo país, por intermédio dos serviços terrestres ou marítimos dependentes doutros países.

2.—As correspondências de qualquer natureza contidas nessas malas devem pertencer exclusivamente aos estados maiores e às tripulações dos navios destinatários ou remetentes das mesmas malas; as taxas e condições de expedição aplicáveis a estas correspondências são determinadas, segundo os seus regulamentos internos, pela Administração postal do país a que pertencerem os navios.

3.—Salvo acôrdo em contrário entre as Administrações interessadas, a Administração postal remetente ou destinatária das malas, de que se trata, é devedora às Administrações intermediárias de direitos de trânsito, calculados em conformidade com as disposições do artigo 4.

ARTIGO 18

1.—Não são admitidas à circulação as correspondências que não satisfaçam às condições exigidas para cada

cours aux envois qui ne remplissent pas les conditions requises, pour chaque catégorie de correspondances.

2.— Il est interdit d'expédier :

a) des échantillons et autres objets qui, par leur nature, peuvent présenter du danger pour les agents postaux, salir ou détériorer les correspondances ;

b) des matières explosibles, inflammables ou dangereuses ; des animaux et insectes, vivants ou morts, sauf les exceptions mentionnées au Règlement d'exécution de la présente Convention ;

c) des échantillons dont le nombre expédié par un même expéditeur à l'adresse d'un même destinataire montre l'intention évidente d'éviter la perception des droits de douane dus au pays de destination ;

d) des objets passibles de droits de douane ;

e) de l'opium, de la morphine, de la cocaïne et autres stupéfiants ;

f) des objets obscènes ou immoraux ;

g) des objets quelconques dont l'entrée ou la circulation sont interdites dans les pays d'origine ou de destination.

3.— Les envois tombant sous les prohibitions du présent article et qui auraient été à tort admis à l'expédition doivent être renvoyés au timbre d'origine, sauf le cas où l'Administration du pays de destination serait autorisée, par sa législation ou par ses règlements intérieurs, à en disposer autrement.

Toutefois, les matières explosibles, inflammables ou dangereuses et les objets obscènes ou immoraux ne sont pas renvoyés au timbre d'origine ; ils sont détruits sur place par les soins de l'Administration qui en constate la présence.

4.— Est d'ailleurs réservé le droit du Gouvernement de tout pays de l'Union de ne pas effectuer, sur son territoire, le transport ou la distribution, tant des objets jouissant de la modération de taxe à l'égard desquels il n'a pas été satisfait aux lois, ordonnances ou décrets qui règlent les conditions de leur publication ou de leur circulation dans ce pays, que des correspondances de toute nature qui portent ostensiblement des inscriptions, dessins, etc., interdits par les dispositions légales ou réglementaires en vigueur dans le même pays.

5.— Les hautes parties contractantes s'engagent à prendre ou à proposer à leurs pouvoirs législatifs les mesures nécessaires pour empêcher et, le cas échéant, punir l'insertion dans les envois énumérés à l'article 2 de la présente Convention, d'opium, de morphine, de cocaïne et autres stupéfiants.

ARTICLE 19

Relations avec les pays étrangers à l'Union

1.— Les Offices de l'Union qui ont des relations avec des pays situés en dehors de l'Union, doivent prêter leur concours à tous les autres Offices de l'Union :

1º Pour la transmission, par leur intermédiaire, soit à découvert, soit en dépêches closes, si ce mode de transmission est admis d'un commun accord par les Offices d'origine et de destination des dépêches, des correspondances à destination ou provenant des pays en dehors de l'Union ;

2º Pour l'échange des correspondances, soit à découvert, soit en dépêches closes, à travers les territoires ou par l'intermédiaire de services dépendant desdits pays en dehors de l'Union ;

3º Pour que les correspondances soient soumises en dehors de l'Union, comme dans le ressort de l'Union, aux frais de transit déterminés par l'article 4.

2.— Les frais totaux de transit maritime dans l'Union

uma das suas classes, salvas as excepções previstas pela presente Convenção e seu Regulamento de execução.

2.— É proibido expedir pelo correio :

a) Amostras e outros quaisquer objectos que, pela sua natureza, puderem ocasionar perigo para os empregados postais, macular ou deteriorar as correspondências ;

b) Matérias explosivas, inflamáveis ou perigosas ; animais e insectos vivos ou mortos, salvas as excepções mencionadas no Regulamento de execução da presente Convenção ;

c) Amostras expedidas pelo mesmo remetente para o mesmo destinatário em tal número que mostrem evidentemente a intenção de evitar a cobrança dos direitos alfandegários devidos ao país destinatário ;

d) Objectos sujeitos a direitos alfandegários ;

e) Ópio, morfina, cocaína e outros estupefacientes ;

f) Objectos obscenos ou imorais ;

g) Quaisquer objectos cuja entrada ou circulação nos países de procedência ou de destino fôr proibida.

3.— As correspondências que incorrerem nas proibições do presente artigo, e que tiverem sido indevidamente expedidas, devem devolver-se à Repartição postal de procedência, excepto no caso em que a Administração do país de destino estiver autorizada pela sua legislação ou pelos seus regulamentos internos a proceder doutra forma.

Contudo, as matérias explosivas, inflamáveis ou perigosas e os objectos obscenos ou imorais, não se devolvem à Repartição postal de procedência, e devem, sem demora, ser mandados destruir pela Administração em cujo serviço forem encontrados.

4.— Fica, todavia, reservado ao Governo de qualquer país da União o direito de não efectuar, no seu território, o transporte ou a distribuição, não só dos objectos a que é aplicável a redução de taxa, quando não satisfizerem às leis ou decretos que regulam as condições da sua publicação ou circulação nesse país, mas também das correspondências de qualquer natureza que apresentarem ostensivamente indicações, desenhos, etc., proibidos pelas disposições legais ou regulamentos em vigor no mesmo país.

5.— As Altas Partes Contratantes obrigam-se a tomar ou propor aos seus poderes legislativos as medidas necessárias para impedir e punir a inclusão do ópio, da morfina, da cocaína e outros estupefacientes nas correspondências de que trata o artigo 2 da presente Convenção.

ARTIGO 19

Relações com países estranhos à União

1.— As Administrações da União, que têm relações com países situados fora da União, devem prestar o seu concurso a todas as outras Administrações da União :

1.º Para a transmissão, por seu intermédio, quer a descoberto, quer em malas fechadas, sempre que esta forma de transmissão seja aceita de comum acordo entre as Administrações de procedência e de destino das malas, das correspondências destinadas a países fora da União ou de seus procedentes ;

2.º Para a permutação de correspondências, quer a descoberto, quer em malas fechadas, pelos territórios ou por intermédio de serviços dependentes dos ditos países fora da União ;

3.º Para que as correspondências fiquem sujeitas, tanto fora da União, como dentro da União, aos direitos de trânsito fixados no artigo 4.

2.— Os direitos totais de trânsito marítimo dentro e

et en dehors de l'Union ne peuvent pas excéder 15 francs par kilogramme de lettres et de cartes postales et 1 franc par kilogramme d'autres objets. Le cas échéant, ces frais sont répartis au prorata des distances, entre les Offices intervenant dans le transport.

3.— Les frais de transit, territorial ou maritime, en dehors des limites de l'Union comme dans le ressort de l'Union, des correspondances auxquelles s'applique le présent article, sont constatés dans la même forme que les frais de transit afférents aux correspondances échangées entre pays de l'Union au moyen des services d'autres pays de l'Union.

4.— Les frais de transit des correspondances à destination des pays en dehors de l'Union postale sont à la charge de l'Office du pays d'origine, qui fixe les taxes d'affranchissement dans son service des dites correspondances, sans que ces taxes puissent être inférieures au tarif normal de l'Union.

5.— Les frais de transit des correspondances originaires des pays en dehors de l'Union ne sont pas à la charge de l'Office du pays de destination. Cet Office distribue sans taxe les correspondances qui lui sont livrées comme complètement affranchies; il taxe les correspondances non ou insuffisamment affranchies selon la règle applicable dans son propre service aux envois similaires à destination du pays d'où proviennent les dites correspondances.

6.— A l'égard de la responsabilité en matière d'objets recommandés, les correspondances sont traitées :

Pour le transport dans le ressort de l'Union, d'après les stipulations de la présente Convention;

Pour le transport en dehors des limites de l'Union, d'après les conditions notifiées par l'Office de l'Union qui sert d'intermédiaire.

ARTICLE 20

Empreintes et timbres-poste contrefaits

Les hautes parties contractantes s'engagent à prendre, ou à proposer à leurs pouvoirs législatifs respectifs, les mesures nécessaires pour punir l'emploi frauduleux, pour l'affranchissement de correspondances, de timbres-poste contrefaits ou ayant déjà servi ainsi que d'empreintes contrefaites ou ayant déjà servi de machines à affranchir. Elles s'engagent également à prendre, ou à proposer à leurs législatures respectives, les mesures nécessaires pour interdire et réprimer les opérations frauduleuses de fabrication, vente, colportage ou distribution de vignettes et timbres en usage dans le service des postes, contrefaits ou imités de telle manière qu'ils pourraient être confondus avec les vignettes et timbres émis par l'Administration d'un des pays adhérents.

ARTICLE 21

Services faisant l'objet d'arrangements particuliers

Le service des lettres et boîtes avec valeur déclarée, et ceux des mandats de poste, des colis postaux, des valeurs à recouvrer, des abonnements aux journaux, des virements postaux, font l'objet d'arrangements particuliers entre les divers pays ou groupes de pays de l'Union.

ARTICLE 22

Règlement d'exécution; arrangements spéciaux entre Administrations

1.— Les Administrations postales des divers pays qui composent l'Union sont compétentes pour arrêter d'un

fora da União não podem exceder a 15 francos por quilograma de cartas e bilhetes postais, e a 1 franco por quilograma doutros objectos; devendo esses direitos, quando os houver, ser repartidos, *pro rata*, das distâncias entre as Administrações que intervierem no transporte.

3.— Os direitos de trânsito terrestre ou marítimo, dentro e fora dos limites da União, das correspondências a que se refere este artigo, são calculados pela mesma forma por que se calculam os direitos de trânsito relativos às correspondências permutadas entre países da União, por meio dos serviços doutros países da União.

4.— Os direitos de trânsito das correspondências destinadas a países fora da União ficam a cargo da Administração do país de procedência, a qual fixa as taxas de franquia no seu serviço para as ditas correspondências, não podendo essas taxas ser inferiores às taxas normais da União.

5.— Os direitos de trânsito das correspondências procedentes de países fora da União não ficam a cargo da Administração do país destinatário. Esta Administração distribui sem taxa alguma as correspondências que lhe forem entregues como estando devidamente franqueadas e portea as correspondências não franqueadas ou com franquia insuficiente segundo o regime aplicado no seu serviço às correspondências da mesma natureza, destinadas ao país donde aquelas são procedentes.

6.— Pelo que respeita à responsabilidade sobre objectos registados, procede-se com as correspondências de que se trata :

Pelo transporte dentro dos limites da União, segundo as disposições da presente Convenção;

Pelo transporte fora dos limites da União, segundo as condições indicadas pela Administração da União que serve de intermediária.

ARTIGO 20

Impressões e selos postais falsos ou já servidos

As Altas Partes Contratantes comprometem-se a tomar ou a propor aos respectivos poderes legislativos as necessárias medidas para punir o uso fraudulento, na franquia das correspondências, de selos postais falsos ou que já tiverem servido, assim como de impressões falsificadas ou já servidas, de máquinas de franquear. Igualmente se comprometem a tomar, ou a propor aos poderes legislativos, as necessárias medidas para proibir e reprimir as operações fraudulentas do fabrico, venda ou distribuição de vinhetas e selos em uso no serviço dos correios, falsos ou imitados de forma que possam confundir-se com as vinhetas e selos emitidos pela Administração de qualquer dos países aderentes.

ARTIGO 21

Serviços dependentes de acordos particulares

Os serviços de cartas e caixas com valores declarados, de vales de correio, de encomendas postais, de cobrança de valores, de assinaturas de jornais e de transferências postais, constituem assunto de Acordos particulares entre os diversos países ou grupos de países da União.

ARTIGO 22

Regulamento de execução; acordos especiais entre as Administrações

1.— As Administrações postais dos diversos países que compõem a União têm competência para determinar de

commun accord, dans un Règlement d'exécution, toutes les mesures d'ordre et de détail qui sont jugées nécessaires.

2.—Les différentes Administrations peuvent, en outre, prendre entre elles les arrangements nécessaires au sujet des questions qui ne concernent pas l'ensemble de l'Union, pourvu que ces arrangements ne dérogent pas à la présente Convention.

3.—Il est toutefois permis aux Administrations intéressées de s'entendre mutuellement pour l'adoption de taxes réduites dans un rayon de 30 kilomètres.

ARTICLE 23

Législation interne; unions restreintes

1.—La présente Convention ne porte point altération à la législation de chaque pays dans tout ce qui n'est pas prévu par les stipulations contenues dans cette Convention.

2.—Elle ne restreint pas le droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des traités, ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes, en vue de la réduction des taxes ou de toute autre amélioration des relations postales.

ARTICLE 24

Bureau international

1.—Est maintenue l'institution, sous le nom de Bureau international de l'Union postale universelle, d'un Office central qui fonctionne sous la haute surveillance de l'Administration des postes suisses, et dont les frais sont supportés par toutes les Administrations de l'Union.

2.—Ce Bureau demeure chargé de réunir, de coordonner, de publier et de distribuer les renseignements de toute nature qui intéressent le service international des postes; d'émettre, à la demande des parties en cause, un avis sur les questions litigieuses; d'instruire les demandes en modification des Actes du Congrès; de notifier les changements adoptés, et, en général, de procéder aux études et aux travaux dont il serait saisi dans l'intérêt de l'Union postale.

ARTICLE 25

Litiges à régler par arbitrage

1.—En cas de dissentiment entre deux ou plusieurs membres de l'Union, relativement à l'interprétation de la présente Convention ou à la responsabilité dérivant, pour une Administration, de l'application de ladite Convention, la question en litige est réglée par jugement arbitral. A cet effet, chacune des Administrations en cause choisit un autre membre de l'Union qui n'est pas directement intéressé dans l'affaire.

Au cas où l'un des Offices en cause ne donnerait, dans les 12 mois à partir du jour qui suit la date de la première réclamation, aucune suite à une proposition d'arbitrage, le Bureau international pourra, sur la demande qui lui en sera faite, provoquer à son tour la désignation d'un arbitre par l'Office défaillant ou en désigner un lui-même, d'office.

2.—La décision des arbitres est donnée à la majorité absolue des voix.

3.—En cas de partage des voix, les arbitres choisissent, pour trancher le différend, une autre Administration également désintéressée dans le litige.

4.—Les dispositions du présent article s'appliquent également à tous les Arrangements conclus en vertu de l'article 21 précédent.

comum acôrdo, num Regulamento de execução, todas as disposições que se julgarem necessárias.

2.—Além disso, as diferentes Administrações podem celebrar entre si quaisquer Acordos acerca de assuntos que não respeitem ao conjunto da União, uma vez que esses Acordos não sejam contrários à presente Convenção.

3.—É, contudo, permitido às Administrações interessadas entenderem-se mutuamente para a adopção de taxas reduzidas num raio de 30 quilómetros.

ARTIGO 23

Legislação interna; direito de celebrar novos tratados ou estabelecer relações mais íntimas

1.—A presente Convenção não prejudica a legislação de cada país em tudo o que não se achar previsto pelas estipulações contidas na mesma Convenção.

2.—Não restringe aos países aderentes o direito de manterem ou celebrarem tratados, assim como o de manterem ou estabelecerem relações mais íntimas, quer para a redução das taxas, quer para qualquer outro melhoramento nas permutações postais.

ARTIGO 24

Secretaria Internacional

1.—É mantida sob a denominação de Secretaria Internacional da União Postal Universal uma repartição central, que fica sujeita à superior inspecção da Administração dos correios suíços e cujas despesas são pagas por todas as Administrações postais da União.

2.—Esta secretaria fica encarregada de reunir, coordenar, publicar e distribuir os esclarecimentos de qualquer natureza que possam utilizar ao serviço internacional dos correios; de emitir, a pedido das partes interessadas, a sua opinião sobre quaisquer questões litigiosas; de instruir os pedidos para modificações dos actos do Congresso; de notificar as alterações adoptadas; e, em geral, de proceder aos estudos e aos trabalhos de que fôr encarregada no interesse da União Postal.

ARTIGO 25

Arbitragem em litígios

1.—Quando houver desacôrdo entre dois ou mais países da União, relativamente à interpretação da presente Convenção ou à responsabilidade que derive para uma Administração da aplicação da mesma Convenção, é regulada a questão pendente por um juízo arbitral. Para esse fim, cada uma das Administrações discordantes escolhe um país da União que não esteja directamente interessado no assunto.

No caso dalguma das Administrações discordantes não dar, no prazo de 12 meses contados do dia immediato ao da primeira reclamação, qualquer solução a uma proposta de arbitragem, poderá a Secretaria Internacional, se lho pedirem, promover por sua vez a designação dum árbitro pela Administração em falta ou nomear ela própria um, ex-officio.

2.—A decisão dos árbitros é tomada por maioria absoluta de votos.

3.—No caso de empate de votos, devem os árbitros escolher, para decisão final da questão, qualquer outro país também desinteressado no litígio.

4.—As disposições deste artigo são igualmente applicáveis a todos os Acordos celebrados em virtude do artigo 21 da presente Convenção.

ARTICLE 26

Adhésions à la Convention

1.— Les pays qui n'ont point pris part à la présente Convention sont admis à y adhérer sur leur demande.

2.— Cette adhésion est notifiée, par la voie diplomatique, au Gouvernement de la Confédération suisse et, par ce Gouvernement, à tous les pays de l'Union.

3.— Elle emporte, de plein droit, accession à toutes les clauses et admission à tous les avantages stipulés par la présente Convention.

4.— Il appartient au Gouvernement de la Confédération suisse de déterminer, d'un commun accord avec le Gouvernement du pays intéressé, la part contributive de l'Administration de ce dernier pays dans les frais du Bureau international, et, s'il y a lieu, les taxes à percevoir par cette Administration en conformité de l'article 12 précédent.

ARTICLE 27

Congrès et Conférences

1.— Des Congrès de plénipotentiaires des pays contractants ou de simples Conférences administratives, selon l'importance des questions à résoudre, sont réunis lorsque la demande en est faite ou approuvée par les deux tiers, au moins, des Gouvernements ou Administrations, suivant le cas.

2.— Toutefois, un Congrès doit avoir lieu au plus tard cinq ans après la date de la mise à exécution des Actes conclus au dernier Congrès.

3.— Chaque pays peut se faire représenter, soit par un ou plusieurs délégués, soit par la délégation d'un autre pays. Mais il est entendu que le délégué ou les délégués d'un pays ne peuvent être chargés que de la représentation de deux pays, y compris celui qu'ils représentent.

4.— Dans les délibérations, chaque pays dispose d'une seule voix.

5.— Chaque Congrès fixe le lieu de la réunion du prochain Congrès.

6.— Pour les Conférences, les Administrations fixent les lieux de réunion sur la proposition du Bureau international.

ARTICLE 28

Propositions dans l'intervalle des réunions

1.— Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions, toute Administration des postes d'un pays de l'Union a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions concernant le régime de l'Union.

Pour être mise en délibération, chaque proposition doit être appuyée par au moins 2 Administrations, sans compter celle dont la proposition émane. Lorsque le Bureau international ne reçoit pas, en même temps que la proposition, le nombre nécessaire de déclarations d'appui, la proposition reste sans aucune suite.

2.— Toute proposition est soumise au procédé suivant:

Un délai de six mois est laissé aux Administrations de l'Union pour examiner les propositions et pour faire parvenir au Bureau international, le cas échéant, leurs observations. Les amendements ne sont pas admis. Les réponses sont réunies par les soins du Bureau international et communiquées aux Administrations avec l'invitation de se prononcer pour ou contre. Celles qui n'ont

ARTIGO 26

Adesões à Convenção

1.— Têm a faculdade de aderir à presente Convenção, quando o pedirem, todos os países que não tomarão parte nela.

2.— Esta adesão é notificada, por via diplomática, ao Governo da Confederação Suíça e, por este Governo, a todos os países da União.

3.— A dita adesão representa completa anuência a todas as cláusulas e inteira participação de todas as vantagens estipuladas na presente Convenção.

4.— Pertence ao Governo da Confederação Suíça determinar, de comum acôrdo com o Governo do país interessado, a parte com que a Administração deste último país tem de concorrer para as despesas da Secretaria Internacional, e quando fôr necessário, as taxas que essa Administração tem a cobrar, em conformidade com o artigo 12 antecedente.

ARTIGO 27

Congressos e Conferências

1.— Haverá Congressos de plenipotenciários dos países aderentes ou simples Conferências administrativas, segundo a importância dos assuntos a resolver, quando o pedido para esse fim fôr feito ou aprovado por dois terços, pelo menos, dos Governos ou das Administrações, conforme se tratar de Congressos ou de Conferências.

2.— Em todo o caso, porém, deverá reunir-se um Congresso postal, pelo menos, cinco anos depois da data em que forem postas em execução as actas celebradas no último Congresso.

3.— Cada país pode fazer-se representar, quer por um ou mais delegados, quer pela delegação doutro país. Mas, fica entendido que o delegado ou delegados dum país não podem encarregar-se de representar mais de dois países, entrando nesse número o que eles representam.

4.— Nas resoluções a tomar, cada país dispõe de um único voto.

5.— Cada Congresso determina o ponto do reunião para o Congresso imediato.

6.— O ponto de reunião para as Conferências é determinado pelas Administrações da União, mediante proposta da Secretaria Internacional.

ARTIGO 28

Propostas no intervalo das reuniões

1.— No intervalo que mediar entre as reuniões, qualquer Administração postal dum país da União tem o direito de dirigir às outras Administrações interessadas, por intermédio da Secretaria Internacional, propostas relativas ao regime da União.

Qualquer dessas propostas deve, para entrar em discussão, ter, pelo menos, o assentimento de duas Administrações, sem contar aquela que é autora da proposta. Sempre que a Secretaria Internacional deixe de receber, juntamente com a proposta, o respectivo número de declarações, que a aprovam, fica a mesma proposta sem efeito.

2.— Essas propostas ficam sujeitas ao seguinte processo:

É concedido às Administrações da União um prazo de seis meses para examinarem as propostas e enviarem à Secretaria Internacional as observações que tiverem de apresentar, não se accitando emendas a essas propostas. A mesma Secretaria Internacional colige e comunica às Administrações as respostas recebidas, convidando essas Administrações a pronunciarem-se a favor ou contra elas.

point fait parvenir leur vote dans un délai de six mois, à compter de la date de la seconde circulaire du Bureau international leur notifiant les observations apportées, sont considérées comme s'abstenant.

3. — Pour devenir exécutoires les propositions doivent réunir, savoir :

1° l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 20, 29, 30 et 31.

2° les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions de la présente Convention autres que celles des articles précités.

3° la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions de la présente Convention hors le cas de litige prévu à l'article 25 précédent.

4. — Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique que le Gouvernement de la Confédération suisse est chargé d'établir et de transmettre à tous les Gouvernements des pays contractants, et, dans le troisième cas, par une simple notification du Bureau international à toutes les Administrations de l'Union.

5. — Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

ARTICLE 29

Protectorats et colonies dans l'Union

Sont considérés comme formant, pour l'application des articles 24, 27 et 28 précédents, un seul pays ou une seule Administration, suivant le cas :

- 1° La colonie du Congo belge;
- 2° L'Empire de l'Inde britannique;
- 3° Le Dominion du Canada;
- 4° La Confédération australienne (Commonwealth of Australia) avec la Nouvelle-Guinée britannique;
- 5° L'Union de l'Afrique du Sud;
- 6° Les autres Dominions et l'ensemble des colonies et protectorats britanniques;
- 7° Les Îles Philippines;
- 8° L'ensemble de toutes les autres possessions insulaires des États-Unis d'Amérique, comprenant les Îles Hawaï, Porto-Rico, Guam, et les Îles Vierges des États-Unis d'Amérique;
- 9° L'ensemble des colonies espagnoles;
- 10° L'Algérie;
- 11° Les colonies et protectorats français de l'Indochine;
- 12° L'ensemble des autres colonies françaises;
- 13° L'ensemble des colonies italiennes;
- 14° Le Chosen;
- 15° L'ensemble des autres dépendances japonaises;
- 16° Les Indes néerlandaises;
- 17° Les colonies néerlandaises en Amérique;
- 18° Les colonies portugaises de l'Afrique;
- 19° Les colonies portugaises en Asie et en Océanie.

ARTICLE 30

Durée de la Convention

La présente Convention sera mise à exécution le 1^{er} Janvier 1922 et demeurera en vigueur pendant un temps indéterminé; mais chaque partie contractante a le droit de se retirer de l'Union, moyennant un avertissement donné une année à l'avance par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération suisse.

As Administrações que não emitirem voto num prazo de seis meses, a contar da data da segunda circular da Secretaria Internacional, em que lhes forem notificadas as observações feitas, consideram-se como abstendo-se de votar.

3. — Para que se tornem executivas, as propostas devem reunir :

1.º A unanimidade dos votos, se se tratar da adopção de novas disposições ou da modificação das disposições do presente artigo e dos artigos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 20, 29, 30 e 31;

2.º Dois terços dos votos, se se tratar da modificação das disposições da Convenção, que não forem as estipuladas nos artigos citados;

3.º A simples maioria absoluta, se se tratar da interpretação das disposições da Convenção, excepto no caso de litígio previsto no artigo 25 precedente.

4. — As resoluções que se tomarem serão sancionadas, nos dois primeiros casos, por uma declaração diplomática que o Governo da Confederação Suíça é encarregado de redigir e de transmitir a todos os Governos dos países aderentes e, no terceiro caso, por uma simples notificação da Secretaria Internacional a todas as Administrações da União.

5. — Qualquer resolução ou modificação aprovada só começa a ter vigor três meses depois, pelo menos, de haver sido notificada.

ARTIGO 29

Protectorados e colónias na União

Para aplicação dos artigos 24, 27 e 28 precedentes, consideram-se como formando um só país ou uma só administração, segundo o caso :

- 1.º A colónia do Congo belga;
- 2.º O Império da Índia britânica;
- 3.º O Domínio do Canadá;
- 4.º A Confederação australiana (Commonwealth of Australia) com a Nova Guiné britânica;
- 5.º A União da África do Sul;
- 6.º Os outros Dominios e o conjunto das colónias e protectorados britânicos;
- 7.º As Ilhas Filipinas;
- 8.º O conjunto de todas as outras possessões insulares dos Estados Unidos da América, compreendendo as Ilhas Hawaï, Porto Rico, Guam, e as Ilhas Virgens dos Estados Unidos da América;
- 9.º O conjunto das colónias espanholas;
- 10.º A Argélia;
- 11.º As colónias e protectorados franceses da Indochina;
- 12.º O conjunto das outras colónias francesas;
- 13.º O conjunto das colónias italianas;
- 14.º O Chosen;
- 15.º O conjunto das outras dependências japonesas;
- 16.º As Índias neerlandesas;
- 17.º As colónias neerlandesas na América;
- 18.º As colónias portuguesas da África;
- 19.º As colónias portuguesas na Ásia e na Oceânia.

ARTIGO 30

Duração da Convenção

A presente Convenção começará a ter execução no 1.º de Janeiro de 1922 e vigorará por prazo indeterminado. Cada uma das partes contratantes, porém, tem o direito de se retirar da União, mediante aviso feito, com um ano de antecedência, pelo seu Governo ao Governo da Confederação Suíça.

Toutefois, en ce qui concerne les taxes postales, chaque pays est autorisé à les mettre en vigueur avant la date précitée à la condition d'en informer le Bureau international au moins un mois d'avance, et, au besoin, par télégramme.

ARTICLE 31

Abrogation des traités antérieurs; ratification

1.—Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution de la présente Convention, les stipulations de la Convention de l'Union postale universelle conclue à Rome en 1906.

2.—La présente Convention sera ratifiée aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Madrid.

3.—En foi de quoi les plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé la présente Convention à Madrid le trente novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne:

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pour les États-Unis d'Amérique:

Conde de Colombi.

Pour les Îles Philippines et les autres possessions insulaires des États-Unis d'Amérique:

Conde de Colombi.

Pour la République Argentine:

A. Barrera Nicholson.

Pour l'Autriche:

Eberan.

Pour la Belgique:

*A. Pirard.
Tixhon.
Hub. Krains.*

Pour la colonie du Congo belge:

*M. Halewick.
G. Tondeur.*

Pour la Bolivie:

Luis Rodríguez.

Pour le Brésil:

*Alcibiades Pessanha.
J. Henrique Aderne.*

Pour la Bulgarie:

*N. Startcheff.
N. Boschnakoff.*

Pour le Chili:

*A. de la Cruz.
Florencio Marquez de la Plata
Gus. Cousiño.*

Pour la Chine:

Liou Fou-Tcheng.

Pour la République de Colombie:

*W. Mac Lellan.
Gabriel Roldan.*

Todavia pelo que respeita às taxas postais, cada país fica autorizado a pô-las em vigor antes da data indicada, com a condição de informar de tal medida a Secretaria Internacional pelo menos com um mês de antecedência e, sendo necessário, telegraficamente.

ARTIGO 31

Derrogação de tratados anteriores; ratificação

1.—Ficam derogadas, a contar do dia em que a presente Convenção for posta em execução, as disposições da Convenção da União Postal Universal celebrada em Roma em 1906.

2.—A presente Convenção será ratificada no mais curto prazo possível, e os instrumentos de ratificação serão trocados em Madrid.

3.—Em firmeza do que, os plenipotenciários dos países acima mencionados assinaram a presente Convenção em Madrid, aos trinta de Novembro de mil novecentos e vinte.

Pela Alemanha:

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pelos Estados Unidos da América:

Conde de Colombi.

Pelas Ilhas Filipinas e outras possessões insulares dos Estados Unidos da América:

Conde de Colombi.

Pela República Argentina:

A. Barrera Nicholson.

Pela Áustria:

Eberan.

Pela Bélgica:

*A. Pirard.
Tixhon.
Hub. Krains.*

Pela colónia do Congo belga:

*M. Halewyck.
G. Tondeur.*

Pela Bolívia:

Luis Rodríguez.

Pelo Brasil:

*Alcibiades Pessanha.
J. Henrique Aderne.*

Pela Bulgária:

*N. Startcheff.
N. Boschnakoff.*

Pelo Chile:

*A. de la Cruz.
Florencio Marquez de la Plata
Gus. Cousiño.*

Pela China:

Liou Fou-Tcheng.

Pela República de Colômbia:

*W. Mac Lellan.
Gabriel Roldan.*

Pour la République de Costa-Rica :

Pela República de Costa Rica :

Pour la République de Cuba :
Juan Iruretagoyena.

Pela República de Cuba :
Juan Iruretagoyena.

Pour le Danemark :
Hollnagel Jensen.
Holmblad.

Pela Dinamarca :
Hollnagel Jensen.
Holmblad.

Pour la République Dominicaine :
Leopoldo Lovelace.

Pela República Dominicana :
Leopoldo Lovelace.

Pour l'Égypte :
N. T. Borton.

Pelo Egipto :
N. T. Borton.

Pour la République de l'Équateur :
Luis Robalino Dávila.
Leonidas A. Yerovi.

Pela República do Equador :
Luis Robalino Dávila.
Leonidas A. Yerovi.

Pour l'Espagne :
Conde de Colombi.
José de Garcia Torres.
Guillermo Capdevilla.
José de España.
Martin Vicente.
António Camacho.

Pela Espanha :
Conde de Colombi.
José de Garcia Torres.
Guillermo Capdevilla.
José de España.
Martin Vicente.
António Camacho.

Pour les colonies espagnoles :
Bernardo Rolland.
Manuel A. Acebo.

Pelas colónias espanholas :
Bernardo Rolland.
Manuel G. Acebo.

Pour l'Éthiopie :
Weuldeu-Berhane.

Pela Etiópia :
Weuldeu-Berhane.

Pour la Finlande :
G. E. F. Albrecht.

Pela Finlândia :
G. E. F. Albrecht.

Pour la France :
M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.

Pela França :
M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.

Pour l'Algérie :
H. Treuillé.

Pela Argélia :
H. Treuillé.

Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine :
André Touzet.

Pelas colónias e protectorados franceses da Índochina :
André Touzet.

Pour l'ensemble des autres colonies françaises :
G. Demartial.

Pelo conjunto das outras colónias francesas :
G. Demartial.

Pour la Grande-Bretagne et divers dominions, colonies et protectorats britanniques :
F. H. Williamson.
E. J. Harrington.
E. L. Ashley Foakes.

Pela Gran-Bretanha e diversos domínios, colónias e protectorados britânicos :
F. H. Williamson.
E. J. Harrington.
E. L. Ashley Foakes.

Pour l'Inde britannique :
G. R. Clarke.

Pela Índia britânica :
G. R. Clarke.

Pour la Commonwealth de l'Australie :
Justinian Owenham.

Pela Commonwealth da Austrália :
Justinian Owenham.

Pour le Canada :
F. H. Williamson.

Pelo Canadá :
F. H. Williamson.

Pour la Nouvelle-Zélande :
R. B. Morris.

Pour l'Union de l'Afrique du Sud :
H. W. S. Twycross.
D. J. O'Kelly.

Pour la Grèce :
P. Scassi.
Th. Penthéroudakis.

Pour la Guatemala :
Juan J. Ortega.
Enrique Traumann.

Pour la République d'Haïti :
Luis Ma. Solér.

Pour la République du Honduras :
Ricardo Beltrán y Rózpide.

Pour la Hongrie :
C. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Islande :
Hollnagel Jensen.

Pour l'Italie et les colonies italiennes :
E. Delmati.
T. C. Giannini.
S. Ortisi.

Pour le Japon :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour le Chosen :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour la République de Libéria :
Luis Ma. Solér.

Pour le Luxembourg :
G. Faber.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole) :
Gérard Japy.
J. Walter.

Pour le Maroc (zone espagnole) :
M. Aguirre de Cárcer.
L. López-Ferrer.
C. García de Castro.

Pour le Mexique :
P. Cosme Hinojosa.
Julio Poulat.
Julio Poulat.
Alfonso Reyes.

Pela Nova Zelândia :
R. B. Morris.

Pela União da África do Sul :
H. W. S. Twycross.
D. J. O'Kelly.

Pela Grécia :
P. Scassi.
Th. Penthéroudakis.

Pela Guatemala :
Juan J. Ortega.
Enrique Traumann.

Pela República do Haiti :
Luis Ma. Solér.

Pela República de Honduras :
Ricardo Beltrán y Rózpide.

Pela Hungria :
C. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pela Islândia :
Hollnagel Jensen.

Pela Itália e colónias italianas :
E. Delmati.
T. C. Giannini.
S. Ortisi.

Pelo Japão :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pelo Chosen :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pelo conjunto das outras dependências japonesas :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pela República da Libéria :
Luis Ma. Solér.

Pelo Luxemburgo :
G. Faber.

Por Marrocos (com exclusão da zona espanhola) :
Gérard Japy.
J. Walter.

Por Marrocos (zona espanhola) :
M. Aguirre de Cárcer.
L. López-Ferrer.
C. García de Castro.

Pelo México :
P. Cosme Hinojosa.
Julio Poulat.
Julio Poulat.
Alfonso Reyes.

Pour le Nicaragua:
M. Ig. Terán.

Pour la Norvège:
Sommerschield.
Klaus Helsing.

Pour la République de Panama:
J. D. Arosemena.

Pour le Paraguay:
Fernand Pignet.

Pour les Pays-Bas:
A. W. Kimmell.
J. S. V. Gelder.

Pour les Indes néerlandaises:
Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pour les colonies néerlandaises en Amérique:
Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pour le Pérou:
D. C. Urrea.
O. Barrenechea y Raygada.

Pour la Perse:
Husséin Khan Alaï.
C. Molitor.

Pour la Pologne:
W. Dobrowolski.
Maciejewski.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:
Henrique Mousinho de Albuquerque.]

Pour les colonies portugaises de l'Afrique:
Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:
José Emilio dos Santos e Silva.

Pour la Roumanie:
D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pour la Russie:

Pour la République de St-Marin:

Pour le Salvador:
Ismael G. Fuentes.

Pour le Territoire de la Sarre:
Douarche.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:
Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr. Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pela Nicaragua:
M. Ig. Terán.

Pela Noruega:
Sommerschield.
Klaus Helsing.

Pela República de Panamá:
J. D. Arosemena.

Pelo Paraguai:
Fernando Pignet.

Pelos Países Baixos:
A. W. Kimmell.
J. S. V. Gelder.

Pelas Índias neerlandesas:
Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pelas colónias neerlandesas na América:
Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pelo Peru:
D. C. Urrea.
O. Barrenechea y Raygada.

Pela Pérsia:
Husséin Khan Alaï.
C. Molitor.

Pela Polónia:
W. Dobrowolski.
Maciejewski.
Dr. Marjan Blachier.

Por Portugal:
Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pelas colónias portuguesas de África:
Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia:
José Emilio dos Santos e Silva.

Pela Roménia:
D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pela Rússia:

Pela República de S. Marino:

Pelo Salvador:
Ismael G. Fuentes.

Pelo Território do Sarre:
Douarche.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios:
Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr. Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pour le Royaume de Siam :
Phra Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède :
Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse :
Mengotti.
F. Boss.

Pour la Tchécoslovaquie :
Dr. Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pour la Tunisie :
Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pour la Turquie :
Méhmed-Ali.

Pour l'Uruguay :
Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Venezuela :
Pedro Emilio Coll.
Barceló.
A. Posse.

Pelo Reino de Sião :
Phra Sanpakitch Preecha.

Pela Suécia :
Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça :
Mengotti.
F. Boss.

Pela Tcheco-Slováquia :
Dr. Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pela Tunísia :
Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pela Turquia :
Méhmed-Ali

Pelo Uruguai :
Adolfo Agorio.

Pelos Estados Unidos de Venezuela :
Pedro Emilio Coll.
Barceló.
A. Posse.

Protocole final

Au moment de procéder à la signature des Conventions arrêtées par le Congrès postal universel de Madrid, les plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit :

I

Les dispositions de l'article 11 de la Convention ne s'appliquent pas à la Grande-Bretagne et aux Dominions, Colonies et Protectorats britanniques, dont la législation intérieure ne permet pas le retrait de correspondances à la demande de l'expéditeur.

II

Chaque pays de l'Union qu'il ait ou non le franc pour unité monétaire, a la faculté de fixer dans sa monnaie intérieure, d'accord avec l'Administration des postes suisses, les équivalents des taxes prévues par la présente Convention.

Ces équivalents ne peuvent pas être supérieurs au montant des taxes fixées par la présente Convention ni inférieurs au montant des taxes qui étaient en vigueur le 1^{er} octobre 1920. Ils pourront cependant subir des modifications correspondant à la hausse ou à la baisse de la valeur de la monnaie légale du pays considéré, à condition de ne pas descendre en dessous des taxes adoptées lors de la mise à exécution de la Convention de Rome.

III

Lorsque les taxes en vigueur dans un pays sont, par rapport au franc-or, à tel point inférieurs à celles d'un autre pays qu'il devient avantageux d'expédier non affranchis ou insuffisamment affranchis les objets de la poste aux lettres à destination du premier de ces pays, l'Administration du second pays peut déclarer obligatoire l'affranchissement complet de ces objets.

Protocolo final

Por ocasião de se proceder à assinatura das Convenções celebradas pelo Congresso Postal Universal de Madrid os plenipotenciários abaixo assinados concordam no seguinte :

I

As disposições do artigo 11 da Convenção não se aplicam à Gran-Bretanha nem aos domínios, colónias e protectorados britânicos, nos quais a legislação interna não permite a retirada de correspondências a pedido do remetente.

II

Cada país da União, quer tenha ou não o franco por unidade monetária, tem a faculdade de fixar na sua moeda interna, de acordo com a Administração dos correios suíços, as equivalências das taxas previstas pela presente Convenção.

Estas equivalências não podem ser superiores à importância das taxas fixadas pela presente Convenção, nem inferiores às taxas em vigor em 1 de Outubro de 1920. Poderão, contudo, ser modificadas em conformidade com a alta ou baixa do valor da moeda legal do país interessado, contanto que não sejam inferiores às adoptadas por ocasião de ser posta em execução a Convenção de Roma.

III

Desde que as taxas em vigor num país forem, relativamente ao franco-ouro, a tal ponto inferiores às dum outro país, que se torne vantajoso expedir as correspondências postais destinadas ao primeiro destes países, não franqueadas ou com franquia insufficiente, a Administração do segundo país pode declarar obrigatória a franquia completa destas correspondências.

L'Administration du pays à l'égard duquel cette mesure a été prise, est autorisée à l'appliquer, à titre de réciprocité et pour la même période, aux objets de correspondance à destination de l'autre pays.

Est réservée à chaque pays la faculté de ne pas admettre les cartes postales avec réponse payée, dans les relations avec les autres pays lorsque la différence entre les taxes des deux pays est telle que l'emploi de ces cartes peut donner lieu à des abus de la part du public.

IV

Est réservée aux pays de l'Union la faculté de percevoir une surtaxe, qui ne peut dépasser 30 centimes par 20 grammes ou fraction de 20 grammes, pour chaque envoi qui, à la demande de l'expéditeur, est transporté dans un coffre-fort flottant placé à bord d'un paquebot postal. La surtaxe est acquise au pays d'origine de l'envoi.

L'emploi de coffres-forts flottants est réglé de commun accord entre les Administrations qui conviennent d'assurer ce service dans leurs relations réciproques.

V

Il est pris acte de la déclaration faite par la délégation britannique au nom de son Gouvernement et portant qu'il a cédé à la Nouvelle-Zélande avec les îles Cook et autres îles dépendantes, la voix que l'article 29, 6°, de la Convention attribue aux autres dominions et à l'ensemble des colonies et protectorats britanniques.

VI

Le Protocole demeure ouvert en faveur des pays dont les représentants n'ont signé aujourd'hui que la Convention principale, ou un certain nombre seulement des Conventions arrêtées par le Congrès, à l'effet de leur permettre d'adhérer aux autres Conventions signées ce jour, ou à l'une ou l'autre d'entre elles.

VII

Dans le cas où une ou plusieurs des parties contractantes aux Conventions postales signées aujourd'hui à Madrid ne ratifieraient pas l'une ou l'autre de ces Conventions, cette Convention n'en sera pas moins valable pour les Etats qui l'auront ratifiée.

En foi de quoi les plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même des Conventions auxquelles il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement de l'Espagne et dont une copie sera remise à chaque partie.

Fait à Madrid, le trente novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne:

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pour les Etats-Unis d'Amérique:

Conde de Colombi.

Pour les Iles Philippines et les autres possessions insulaires des Etats-Unis d'Amérique:

Conde de Colombi.

Pour la République Argentine:

A. Barrera Nicholson.

A Administração do país a respeito do qual esta medida fôr tomada é autorizada a aplicá-la, a título de reciprocidade e durante o mesmo periodo, às correspondências destinadas ao outro país.

É reservada a cada país a faculdade de não admitir nas relações com os outros países os bilhetes postais de resposta paga, quando a diferença entre as taxas dos dois fôr tal que o emprêgo destes bilhetes possa dar lugar a abusos por parte do público.

IV

É reservada aos países da União a faculdade de cobrar uma sobretaxa, que não pode exceder 30 centimos por cada 20 gramas ou fracção de 20 gramas, por cada objecto que, a pedido do remetente, fôr transportado num cofre forte flutuante colocado a bordo de um paquete postal. A sobretaxa reverte a favor do país de procedência do objecto.

O emprêgo de cofres fortes flutuantes é regulado de comum acôrdo entre as Administrações que resolverem estabelecer este serviço nas suas relações recíprocas.

V

Fica registada a declaração feita pela delegação britânica, em nome do seu Governo, cedendo á Nova Zelândia, com as ilhas Cook e outras ilhas dependentes, o voto que pelo artigo 29, 6.º, da Convenção, é conferido aos outros dominios e ao conjunto das colónias e protectorados britânicos.

VI

O Protocolo fica aberto em favor dos países, cujos representantes só hoje assinaram a Convenção principal, ou algumas das Convenções celebradas pelo Congresso, a fim de poderem aderir a todas as outras Convenções, ou a qualquer delas, no mesmo dia assinadas.

VII

No caso em que uma ou mais das Partes Contratantes nas Convenções assinadas hoje em Madrid não ratifiquem qualquer dessas Convenções, não será por isso tal Convenção menos válida para os Estados que a tiverem ratificado.

Em firmeza do que, os plenipotenciários abaixo assinados lavraram o presente Protocole final, que terá tanta força e validade como se as suas disposições fôsem insertas no próprio texto das Convenções a que êle se refere, e assinaram-no num exemplar que fica depositado nos arquivos do Governo de Espanha e de que será dada uma cópia a cada um dos referidos plenipotenciários.

Feito em Madrid, aos trinta de Novembro de mil novecentos e vinte.

Pela Alemanha:

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pelos Estados Unidos da América:

Conde de Colombi.

Pelas Ilhas Filipinas e outras possessões insulares dos Estados Unidos da América:

Conde de Colombi.

Pela República Argentina:

A. Barrera Nicholson.

Pour l'Autriche : <i>Eberan.</i>	Pela Áustria : <i>Eberan.</i>
Pour la Belgique : <i>A. Pirard.</i> <i>Tixhon.</i> <i>Hub. Krains.</i>	Pela Bélgica : <i>A. Pirard.</i> <i>Tixhon.</i> <i>Hub. Krains.</i>
Pour la colonie du Congo belge : <i>M. Halewyck.</i> <i>G. Tondeur.</i>	Pela colónia do Congo belga : <i>M. Halewyck.</i> <i>G. Tondeur.</i>
Pour la Bolivie : <i>Luis Rodriguez.</i>	Pela Bolívia : <i>Luis Rodriguez.</i>
Pour le Brésil : <i>Alcibiades Peçanha.</i> <i>J. Henrique Aderne.</i>	Pelo Brasil : <i>Alcibiades Peçanha.</i> <i>J. Henrique Aderne.</i>
Pour la Bulgarie : <i>N. Startcheff.</i> <i>N. Boschnakoff.</i>	Pela Bulgária : <i>N. Startcheff.</i> <i>N. Boschnakoff.</i>
Pour le Chili : <i>A. de la Cruz.</i> <i>Florencio Marquez de la Plata.</i> <i>Gus. Cousiño.</i>	Pelo Chile : <i>A. de la Cruz.</i> <i>Florencio Marquez de la Plata.</i> <i>Gus. Cousiño.</i>
Pour la Chine : <i>Liou Fou-Tcheng.</i>	Pela China : <i>Liou Fou-Tcheng.</i>
Pour la République de Colombie : <i>W. Mac Lellan.</i> <i>Gabriel Roldan.</i>	Pela República de Colômbia : <i>W. Mac Lellan.</i> <i>Gabriel Roldan.</i>
Pour la République de Costa-Rica :	Pela República de Costa Rica :
Pour la République de Cuba : <i>Juan Iruretagoyena.</i>	Pela República de Cuba : <i>Juan Iruretagoyena.</i>
Pour le Danemark : <i>Hollnagel Jensen.</i> <i>Holmblad.</i>	Pela Dinamarca : <i>Hollnagel Jensen.</i> <i>Holmblad.</i>
Pour la République Dominicaine : <i>Leopoldo Lovelace.</i>	Pela República Dominicana : <i>Leopoldo Lovelace.</i>
Pour l'Égypte : <i>N. T. Borton.</i>	Pelo Egipto : <i>N. T. Borton.</i>
Pour la République de l'Équateur : <i>Luis Robalino Dávila.</i> <i>Leónidas A. Yerovi.</i>	Pela República do Equador : <i>Luis Robalino Dávila.</i> <i>Leónidas A. Yerovi.</i>
Pour l'Espagne : <i>Conde de Colombi.</i> <i>José de García Torres.</i> <i>Guillermo Capdevila.</i> <i>José de España.</i> <i>Martín Vicente.</i> <i>Antonio Camacho.</i>	Pela Espanha : <i>Conde de Colombi.</i> <i>José de García Torres.</i> <i>Guillermo Capdevila.</i> <i>José de España.</i> <i>Martín Vicente.</i> <i>Antonio Camacho.</i>
Pour les colonies espagnoles : <i>Bernardo Rolland.</i> <i>Manuel G. Acebo.</i>	Pelas colónias espanholas : <i>Bernardo Rolland.</i> <i>Manuel G. Acebo.</i>
Pour l'Éthiopie : <i>Weuldeu-Berhane.</i>	Pela Etiópia : <i>Weuldeu-Berhane.</i>

Pour la Finlande;
G. E. F. Albrecht.

Pela Finlândia:
G. E. F. Albrecht.

Pour la France:
M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.

Pela França:
M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.

Pour l'Algérie:
H. Treuillé.

Pela Argélia:
H. Treuillé.

Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine:
André Touzet.

Pelas colónias e protectorados franceses da Indo-China:
André Touzet.

Pour l'ensemble des autres colonies françaises:
G. Demartial.

Pelo conjunto das outras colónias francesas:
G. Demartial.

Pour la Grande-Bretagne et divers dominions, colonies et protectorats britanniques:
F. H. Williamson.
E. J. Harrington.
E. L. Asley Foakes.

Pela Gran-Bretanha e diversos domínios, colónias e protectorados britânicos:
F. H. Williamson.
E. J. Harrington.
E. L. Asley Foakes.

Pour l'Inde britannique:
G. R. Clarke.

Pela Índia britânica:
G. R. Clarke.

Pour la Commonwealth de l'Australie:
Justinian Oxenham.

Pela Commonwealth da Austrália:
Justinian Oxenham.

Pour le Canada:
F. H. Williamson.

Pelo Canadá:
F. H. Williamson.

Pour la Nouvelle-Zélande:
R. B. Morris.

Pela Nova Zelândia:
R. B. Morris.

Pour l'Union de l'Afrique du Sud:
H. W. S. Twycross.
D. J. O'Kelly.

Pela União da África do Sul:
H. W. S. Twycross.
D. J. O'Kelly.

Pour la Grèce:
P. Scassi.
Th. Penthéroudakís.

Pela Grécia:
P. Scassi.
Th. Penthéroudakís.

Pour la Guatemala:
Juan J. Ortega.
Enrique Traumann.

Pela Guatemala:
Juan J. Ortega.
Enrique Traumann.

Pour la République d'Haïti:
Luis Ma. Solér.

Pela República de Haiti:
Luis Ma. Solér.

Pour la République du Honduras:
Ricardo Beltrán y Rózpide.

Pela República de Honduras:
Ricardo Beltrán y Rózpide.

Pour la Hongrie:
O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pela Hungria:
O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Islande:
Holtnagel Jensen.

Pela Islândia:
Holtnagel Jensen.

Pour l'Italie et les colonies italiennes:
E. Delmati.
T. C. Giannini.
S. Ortisi.

Pela Itália e colónias italianas:
E. Delmati.
T. C. Giannini.
S. Ortisi.

Pour le Japon :	Pelo Japão :
<i>S. Nakanishi.</i>	<i>S. Nakanishi.</i>
<i>Arajiro Miura.</i>	<i>Arajiro Miura.</i>
<i>Y. Hiratsuka.</i>	<i>Y. Hiratsuka.</i>
Pour le Chosen :	Pelo Chosen :
<i>S. Nakanishi.</i>	<i>S. Nakanishi.</i>
<i>Arajiro Miura.</i>	<i>Arajiro Miura.</i>
<i>Y. Hiratsuka.</i>	<i>Y. Hiratsuka.</i>
Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises :	Pelo conjunto das outras dependências japonesas :
<i>S. Nakanishi.</i>	<i>S. Nakanishi.</i>
<i>Arajiro Miura.</i>	<i>Arajiro Miura.</i>
<i>Y. Hiratsuka.</i>	<i>Y. Hiratsuka.</i>
Pour la République de Libéria :	Pela República de Libéria :
<i>Luis Ma. Solér.</i>	<i>Luis Ma. Solér.</i>
Pour le Luxembourg :	Pelo Luxemburgo :
<i>G. Faber.</i>	<i>G. Faber.</i>
Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole) :	Por Marrocos (com exclusão da zona espanhola) :
<i>Gérard Japy.</i>	<i>Gérard Japy.</i>
<i>J. Walter.</i>	<i>J. Walter.</i>
Pour le Maroc (zone espagnole) :	Por Marrocos (zona espanhola) :
<i>M. Aguirre de Cárcer.</i>	<i>M. Aguirre de Cárcer.</i>
<i>L. López-Ferrer.</i>	<i>L. López-Ferrer.</i>
<i>C. García de Castro.</i>	<i>C. García de Castro.</i>
Pour le Mexique :	Pelo México :
<i>P. Cosme Hinojosa.</i>	<i>P. Cosme Hinojosa.</i>
<i>Julio Poulat.</i>	<i>Julio Poulat.</i>
<i>Julio Poulat.</i>	<i>Julio Poulat.</i>
<i>Alfonso Reyes.</i>	<i>Alfonso Reyes.</i>
Pour le Nicaragua :	Pela Nicarágua :
<i>M. Ig. Terán.</i>	<i>M. Ig. Terán.</i>
Pour la Norvège :	Pela Noruega :
<i>Sommerschield.</i>	<i>Sommerschield.</i>
<i>Klaus Helsing.</i>	<i>Klaus Helsing.</i>
Pour la République de Panama :	Pela República de Panamá :
<i>J. D. Arosemena.</i>	<i>J. D. Arosemena.</i>
Pour le Paraguay :	Pelo Paraguai :
<i>Fernando Pignet.</i>	<i>Fernando Pignet.</i>
Pour les Pays-Bas :	Pelos Países Baixos :
<i>A. W. Kimmell.</i>	<i>A. W. Kimmell.</i>
<i>J. S. V. Gelder.</i>	<i>J. S. V. Gelder.</i>
Pour les Indes néerlandaises :	Pelas Índias neerlandesas :
<i>Wigman.</i>	<i>Wigman.</i>
<i>W. F. Gerdes Oosterbeek.</i>	<i>W. F. Gerdes Oosterbeek.</i>
<i>J. van der Werf.</i>	<i>J. van der Werf.</i>
Pour les colonies néerlandaises en Amérique :	Pelas colónias neerlandesas na América :
<i>Wigman.</i>	<i>Wigman.</i>
<i>W. F. Gerdes Oosterbeek.</i>	<i>W. F. Gerdes Oosterbeek.</i>
<i>J. van der Werf.</i>	<i>J. van der Werf.</i>
Pour le Pérou :	Pelo Peru :
<i>D. C. Urrea.</i>	<i>D. C. Urrea.</i>
<i>O. Barrenechea y Raygada.</i>	<i>O. Barrenechea y Raygada.</i>
Pour la Perse :	Pela Pérsia :
<i>Husséin Khan Alaï.</i>	<i>Husséin Khan Alaï.</i>
<i>C. Molitor.</i>	<i>C. Molitor.</i>

Pour la Pologne:

W. Dobrowolski.
Maciejewski.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:

Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pour les colonies portugaises de l'Afrique:

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:

José Emilio dos Santos e Silva.

Pour la Roumanie:

D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pour la Russie:

Pour la République de St-Marin:

Pour le Salvador:

Ismael G. Fuentes.

Pour le Territoire de la Sarre:

Douarche.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr. Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pour le Royaume de Siam:

Phra Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:

Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

Mengotti.
F. Boss.

Pour la Tchécoslovaquie:

Dr. Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pour la Tunisie:

Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pour la Turquie:

Méhmed-Ali.

Pour l'Uruguay:

Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Venezuela:

Pedro-Emilio Coll.
Barceló.
A. Posse.

Pela Polónia:

W. Dobrowolski.
Maciejewski.
Dr. Marjan Blachier.

Por Portugal:

Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pelas colónias portuguesas de África:

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia:

José Emilio dos Santos e Silva.

Pela Roménia:

D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pela Rússia:

Pela República de S. Marino:

Pelo Salvador:

Ismael G. Fuentes.

Pelo Território do Sarre:

Douarche.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios:

Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr. Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pelo Reino de Sião:

Phra Sanpakitch Preecha.

Pela Suécia:

Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça:

Mengotti.
F. Boss.

Pela Tcheco-Slováquia:

Dr. Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pela Tunísia:

Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pela Turquia:

Méhmed-Ali.

Pelo Uruguai:

Adolfo Agorio.

Pelos Estados Unidos de Venezuela:

Pedro-Emilio Coll.
Barceló.
A. Posse.

Arrangement concernant l'échange des lettres et des boîtes avec valeur déclarée

Conclu entre

L'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique et la Colonie du Congo belge, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, le Danemark, l'Égypte, l'Espagne, l'Éthiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et protectorats français de l'Indochine, l'Ensemble des autres colonies françaises, la Grande-Bretagne et divers dominions, colonies et protectorats britanniques, l'Inde britannique, la Nouvelle-Zélande, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haiti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Islande, l'Italie et les Colonies italiennes, le Japon, le Chosen, l'Ensemble des autres dépendances japonaises, la République de Libéria, le Luxembourg, Le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole), le Maroc (zone espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la République de Panamá, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes néerlandaises, les Colonies néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies portugaises de l'Afrique, de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la Russie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, Le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie et la Turquie.

Les soussignés, plénipotentiaires des Gouvernements des pays ci-dessus énumérés, vu l'article 21 de la Convention principale, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant:

ARTICLE 1

Étendue de l'Arrangement; poids maximum des boîtes

1.—Il peut être expédié, de l'un des pays mentionnés ci-dessus pour un autre de ces pays, des lettres contenant des valeurs-papier déclarées et des boîtes contenant des bijoux et objets précieux déclarés avec assurance du montant de la déclaration.

La participation au service des boîtes avec valeur déclarée est limitée aux échanges entre ceux des pays adhérents dont les Administrations sont convenues d'établir ce service dans leurs relations réciproques.

2.—Le poids maximum des boîtes est fixé à 1 kilogramme par envoi.

3.—Les divers Offices, pour leurs rapports respectifs, ont la faculté de déterminer un maximum de déclaration de valeur qui, dans aucun cas, ne peut être inférieur à 10,000 francs par envoi, et il est entendu que les diverses Administrations intervenant dans le transport ne sont engagées que jusqu'à concurrence du maximum qu'elles ont respectivement adopté.

ARTICLE 2

Remboursements

1.—Les lettres et boîtes avec valeur déclarée peuvent être grevées de remboursement, aux conditions admises par les §§ 1 et 2 de l'article 8 de la Convention principale. Ces objets sont soumis aux formalités et aux taxes des envois de valeur déclarée de la catégorie à laquelle ils appartiennent.

Acôrdo relativo à permutação de cartas e caixas com valores declarados

Celebrado entre os seguintes países

Alemanha, República Argentina, Áustria, Bélgica e colónia do Congo belga, Brasil, Bulgária, Chile, China, República de Colômbia, Dinamarca, Egipto, Espanha, Etiópia, Finlândia, França, Argélia, Colónias e protectorados franceses da Indo-China, Conjunto das outras colónias francesas, Gran-Bretanha e diversos domínios, colónias e protectorados britânicos, Índia britânica, Nova Zelândia, Grécia, Guatemala, República do Haiti, República de Honduras, Hungria, Islândia, Itália e Colónias italianas, Japão, Chosen, Conjunto das outras dependências japonesas, República de Libéria, Luxemburgo, Marrocos (com excepção da zona espanhola), Marrocos (zona espanhola), Nicarágua, Noruega, República de Panamá, Paraguai, Países Baixos, Índias neerlandesas, Colónias neerlandesas na América, Peru, Pérsia, Polónia, Portugal, Colónias portuguesas da África, da Ásia e da Oceânia, Roménia, Rússia, República de S. Marino, Salvador, Território do Sarre, Reino dos Sérvios, Croatas e Slovenios, Suécia, Suíça, Tcheco-Slováquia, Tunísia e Turquia.

Os abaixo assinados, plenipotenciários dos Governos acima indicados, visto o artigo 21 da Convenção Principal, estipularam de comum acôrdo e sob reserva de ratificação as disposições seguintes:

ARTIGO 1

Objecto do acôrdo; pêso máximo das caixas

1.—Podem ser expeditas com declaração de valor, de um dos países acima mencionados para outro desses países, cartas contendo valores em papel e caixas contendo jóias e objectos preciosos, segurando-se a importância dessa declaração.

A admissão no serviço das caixas com valores declarados limita-se às permutações entre aqueles dos países aderentes a este Acôrdo, cujas Administrações concordarem em estabelecer o mesmo serviço nas suas recíprocas relações.

2.—O pêso máximo das caixas é fixado em 1 quilograma por cada caixa.

3.—As diferentes Administrações têm, para as suas respectivas relações, a faculdade de determinar um máximo de declaração de valor que, em caso algum, pode ser inferior a 10.000 francos por cada carta ou caixa, ficando entendido que as diversas Administrações que intervierem no transporte só empenham a sua responsabilidade até a importância do máximo que respectivamente adoptarem.

ARTIGO 2

Emboiros

1.—As cartas e caixas com valores declarados podem expedir-se sujeitas a cobrança, nas condições indicadas pelos §§ 1 e 2 do artigo 8 da Convenção principal. Aplicam-se a estes objectos as formalidades e taxas relativas aos objectos de valor declarado da categoria respectiva.

2.—La perte d'une lettre ou boîte avec valeur déclarée, grevée de remboursement, engage la responsabilité du service postal dans les conditions déterminées par l'article 12 ci-après.

3.—Les sommes encaissées régulièrement du destinataire, déduction faite des taxes prévues au § 4 de l'article 8 de la Convention principale, sont garanties à l'expéditeur dans les conditions déterminées par l'Arrangement concernant le service des mandats de poste pour les sommes converties en mandats de poste, sauf dans les cas prévus à l'article 9 du présent Arrangement.

4.—Les dispositions de l'article 8, §§ 5 et 6, de la Convention principale s'appliquent également aux envois avec valeur déclarée grevés de remboursement.

ARTICLE 3

Mode de transmission des envois de valeur déclarée

1.—La liberté du transit est garantie sur le territoire de chacun des pays adhérents.

Il en est de même à l'égard du transport maritime effectué ou assuré par les Offices des pays adhérents, pourvu toutefois que ces Offices soient en mesure d'accepter la responsabilité des valeurs à bord des paquebots ou bâtiments dont ils font emploi.

2.—A moins d'arrangement contraire entre les Offices d'origine et de destination, la transmission des valeurs déclarées échangées entre pays non limitrophes s'opère à découvert et par les voies utilisées pour l'acheminement des correspondances ordinaires.

3.—L'échange de lettres et de boîtes contenant des valeurs déclarées entre deux pays qui correspondent, pour les relations ordinaires, par l'intermédiaire d'un ou de plusieurs pays non participant au présent Arrangement, ou au moyen de services maritimes dégagés de responsabilité, est subordonné à l'adoption de mesures spéciales à concerter entre les Administrations des pays d'origine et de destination: telles que l'emploi d'une voie détournée, l'expédition en dépêches closes, etc.

ARTICLE 4

Port et droit d'assurance

1.—Les frais de transit prévus par l'article 4 de la Convention principale sont payables par l'Office d'origine aux Offices qui participent au transport intermédiaire, à découvert ou en dépêches closes, des lettres contenant des valeurs déclarées.

En ce qui concerne les boîtes avec valeur déclarée, les frais de transit sont dus d'après les taxes prévues à la Convention principale pour les autres objets.

2.—Indépendamment de ces frais, l'Administration du pays d'origine est redevable, à titre de droit d'assurance, envers l'Administration du pays de destination et, s'il y a lieu, envers chacune des Administrations participant au transit territorial avec garantie de responsabilité, d'un droit proportionnel de 5 centimes par chaque somme de 300 francs ou fraction de 300 francs déclarée.

3.—En outre, s'il y a transport par mer avec la même garantie, l'Administration d'origine est redevable, envers chacun des Offices participant à ce transport, d'un droit d'assurance maritime de 10 centimes par chaque somme de 300 francs ou fraction de 300 francs déclarée.

4.—Le décompte de ces droits a lieu sur la base de relevés établis tous les trois ans, pendant une période de 28 jours à déterminer par le Règlement d'exécution prévu par l'article 16 ci-après.

2.—Pela perda duma carta ou caixa de valor declarado sujeita a embolso é responsável o serviço postal, nas condições determinadas pelo artigo 12 abaixo.

3.—As importâncias recebidas regularmente do destinatário, depois de deduzidas as taxas previstas no § 4 do artigo 8 da Convenção principal, serão enviadas ao remetente nas condições determinadas no Acôrdo respeitante ao serviço de vales do correio para as importâncias convertidas em vales do correio, salvo no caso previsto no artigo 9 do presente Acôrdo.

4.—As disposições do artigo 8, §§ 5 e 6, da Convenção principal são igualmente applicadas aos objectos com valor declarado sujeitos a embolso.

ARTIGO 3

Transmissão dos objectos com valor declarado

1.—A liberdade do trânsito é garantida no território de cada um dos países aderentes.

Igual principio vigora em relação ao trânsito marítimo efectuado ou garantido pelas Administrações dos países aderentes, contanto que essas Administrações estejam no caso de aceitar a responsabilidade dos valores a bordo dos paquetes ou navios de que se utilizarem.

2.—Salvo combinação em contrário entre as Administrações de procedência e de destino, a transmissão dos valores declarados, permutados entre os países não limitrofes, faz-se a descoberto e pelas vias empregadas para a remessa das correspondências ordinárias.

3.—A permutação de cartas e caixas com valores declarados entre dois países que se correspondem, para as relações ordinárias, por intermédio de um ou mais países que não aderiram ao presente Acôrdo, ou por meio de serviços marítimos livres de responsabilidade, fica sujeita à adopção de medidas especiais, que devem ser reguladas entre as Administrações dos países de procedência e de destino, tais como o emprêgo duma via indirecta, a expedição em malas fechadas, etc.

ARTIGO 4

Porte e prémio de seguro

1.—Os direitos de trânsito designados no artigo 4 da Convenção principal são abonados pela Administração de procedência às Administrações que tomam parte no transporte intermediário, a descoberto ou em malas fechadas, das cartas com valores declarados.

Pelo que respeita às caixas com valor declarado, os direitos de trânsito devem ser pagos em harmonia com as taxas previstas na Convenção principal para os outros objectos.

2.—Além desses direitos, a Administração do país de procedência é devedora à Administração do país de destino e, quando as houver, a cada uma das Administrações que tomarem parte no trânsito terrestre com a garantia de responsabilidade, de um prémio proporcional de 5 centimos, por cada quantia declarada de 300 francos ou fracção de 300 francos, a título de prémio de seguro.

3.—Além disso, se houver transporte marítimo com a mesma garantia, a Administração do país de procedência é devedora a cada uma das Administrações, que tomarem parte nesse transporte, de um prémio de seguro marítimo de 10 centimos, por cada quantia declarada de 300 francos ou fracção de 300 francos.

4.—A conta dos sobreditos prémios é feita em presença de notas organizadas de três em três anos, durante um período de 28 dias que será fixado no Regulamento de execução, previsto no artigo 16 do presente Acôrdo.

ARTICLE 5

Taxes

1.—La taxe des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées doit être acquittée à l'avance, et se compose :

1° Pour les lettres, du port et du droit fixe applicables à une lettre recommandée du même poids et pour la même destination — port et droit acquis en entier à l'Office expéditeur — ; pour les boîtes, d'un port de 20 centimes par 50 grammes avec un minimum de 1 franc et, en outre, du droit fixe de recommandation (port et droit fixe acquis en entier à l'Office expéditeur) ;

2° Pour les lettres et les boîtes, d'un droit proportionnel d'assurance comprenant, par 300 francs ou fraction de 300 francs déclarés, autant de fois 5 centimes qu'il y a d'Offices participant au transport territorial, avec addition, s'il y a lieu, du droit d'assurance maritime prévu au 3° paragraphe de l'article 4 précédent.

Toutefois, est réservée à l'Office d'origine la faculté de percevoir un droit autre que celui indiqué ci-dessus, pourvu que le droit perçu sur l'expéditeur ne dépasse pas au total 50 centimes par 300 francs de la somme déclarée ;

3° Les pays disposés à se charger des risques pouvant dériver du cas de force majeure ont le droit de percevoir de ce chef une surtaxe spéciale, sans que le total de cette surtaxe et du droit d'assurance normal puisse dépasser le droit prévu à l'alinéa précédent.

2.—L'expéditeur d'un envoi contenant des valeurs déclarées reçoit, sans frais, au moment du dépôt, un récépissé sommaire de son envoi.

3.—Il est loisible au pays de destination de percevoir pour le factage des boîtes avec valeur déclarée et pour l'accomplissement des formalités en douane, un droit dont le montant total ne peut pas excéder 50 centimes par envoi, ainsi qu'un droit de magasinage pour tous les envois avec valeur déclarée adressés poste restante ou qui ne seraient pas retirés de la poste dans le délai stipulé par les règlements internes de ce pays. Le montant de ce droit est fixé par la législation interne de chaque pays et n'est pas exigible en cas de réexpédition ou de mise en rebut de l'envoi.

Les lettres et les boîtes renfermant des valeurs déclarées ne peuvent être frappées, à la charge des destinataires, d'aucun droit postal autre que ceux prévus par les divers articles du présent Arrangement.

4.—Les pays adhérents, qu'ils aient ou non le franc pour unité monétaire, perçoivent les taxes prévues au § 1 qui précède :

1° Pour ce qui concerne le port et le droit fixe de recommandation des lettres et boîtes avec valeur déclarée, d'après les équivalents, dans leurs monnaies respectives, des taxes applicables aux objets de la poste aux lettres ;

2° Pour ce qui concerne le droit d'assurance des lettres et des boîtes avec valeur déclarée aux taux qu'ils ont fixés et notifiés au Bureau international par l'intermédiaire de l'Administration des postes suisses.

ARTICLE 6

Franchise

1.—Les lettres de valeur déclarée échangées soit par les Administrations postales entre elles, soit entre ces Administrations et le Bureau international, sont admises à la franchise de port, de droit fixe et de droit d'assurance dans les conditions déterminées par l'article 13, § 3, de la Convention principale.

2.—Il en est de même des lettres et des boîtes avec valeur déclarée non grevées de remboursement expédiées

ARTIGO 5

Taxes

1.—A taxa das cartas e caixas com valores declarados deve ser paga antecipadamente e compõe-se :

1.º Para as cartas, da taxa e do prémio fixo aplicáveis a uma carta registada com igual peso e para o mesmo destino, taxa e prémio pertencentes na sua totalidade à Administração expedidora ; para as caixas, da taxa de 20 centimos por cada 50 grammas com o mínimo de 1 franco, além do prémio fixo de registo, revertendo um e outro a favor da Administração expedidora ;

2.º Para as cartas e caixas, de um prémio proporcional de seguro compreendendo, por cada 300 francos ou fracção de 300 francos declarados, tantas vezes 5 centimos quantas forem as Administrações que tomarem parte no trânsito terrestre, adicionando-se-lhe o prémio de seguro marítimo, quando o houver, previsto no § 3 do artigo 4 precedente.

É todavia reservada à Administração de procedência a faculdade de cobrar um prémio, além do indicado acima, contanto que o prémio cobrado do remetente não exceda o total de 50 centimos por cada 300 francos da importância declarada ;

3.º Os países dispostos a assumir a responsabilidade em caso de força maior têm o direito de cobrar, por este motivo, uma sobretaxa especial, a qual, junta ao prémio de seguro normal, não pode exceder o prémio previsto na alínea precedente.

2.—Ao remetente duma carta ou caixa com valores declarados entrega-se gratuitamente, na ocasião do registo, um recibo sumário desse objecto.

3.—É permitido ao país destinatário cobrar, pela distribuição domiciliária das caixas com valor declarado e pelo cumprimento das formalidades aduaneiras, uma taxa cuja importância total não pode ser superior a 50 centimos por objecto, assim como uma taxa de armazenagem, por todos os objectos com valor declarado endereçados à posta restante ou que não forem retirados do correio no prazo estipulado nos regulamentos internos desse país. A importância desta taxa é fixada pela legislação interna de cada país e não é exigível no caso em que o objecto seja reexpedido ou vá para refugo.

As cartas e caixas com valores declarados não podem ser oneradas com qualquer taxa postal a cobrar dos destinatários, além das previstas nos diversos artigos do presente Acôrdo.

4.—Os países aderentes, quer tenham ou não o franco como unidade monetária, cobram as taxas previstas no § 1 precedente :

1.º Pelo que respeita ao porte e prémio fixo de registo das cartas e caixas com valores declarados, segundo os equivalentes nas suas moedas respectivas, das taxas aplicáveis às correspondências postais ;

2.º Relativamente ao prémio de seguro das cartas e caixas com valor declarado, em conformidade com os preços que fixaram e notificaram à Secretaria Internacional, por intermédio da Administração dos correios suíços.

ARTIGO 6

Isenção de franquia

1.—Os officios com valores declarados, que se trocam entre umas e outras Administrações postais, e entre estas Administrações e a Secretaria Internacional, estão isentos de porte e de prémio de registo e de seguro, nas condições determinadas pelo artigo 13, § 3, da Convenção principal.

2.—Igual isenção é applicável às cartas e caixas com valor declarado, quando não sejam sujeitas a embolso,

ou reçues par des prisonniers de guerre, soit directement, soit par l'intermédiaire des bureaux de renseignements dont il est question au paragraphe 4 de l'article 13 précité.

3. — Les envois avec valeur déclarée expédiés en franchise ne donnent pas lieu aux bonifications prévues par l'article 4 du présent Arrangement.

ARTICLE 7

Avis de réception et demandes de renseignements

1. — L'expéditeur d'un envoi contenant des valeurs déclarées peut, aux conditions déterminées par le paragraphe 3 de l'article 7 de la Convention principale en ce qui concerne les objets recommandés, obtenir qu'il lui soit donné avis de la remise de cet objet au destinataire ou demander des renseignements sur le sort de son envoi, postérieurement au dépôt.

2. — Le produit du droit applicable aux avis de réception et, le cas échéant, aux demandes de renseignements sur le sort des envois, est acquis en entier à l'Office du pays qui le perçoit.

ARTICLE 8

Demandes de retrait ou de modification d'adresse; dégrèvement du montant d'un remboursement; remise par exprès

1. — L'expéditeur d'un envoi avec valeur déclarée peut le retirer du service ou en faire modifier l'adresse pour réexpédier cet envoi, soit à l'intérieur du pays de destination primitif, soit sur l'un quelconque des pays contractants, aussi longtemps qu'il n'a pas été livré au destinataire, aux conditions et sous les réserves déterminées, pour les correspondances ordinaires et recommandées, par l'article 11 de la Convention principale.

L'expéditeur d'un envoi avec valeur déclarée grevé de remboursement peut, sous les conditions fixées pour les demandes de modification de l'adresse, demander le dégrèvement total ou partiel du montant du remboursement.

2. — Il peut, de même, demander la remise à domicile par porteur spécial aussitôt après l'arrivée, aux conditions et sous les réserves fixées par l'article 15 de la dite Convention.

Est, toutefois, réservée à l'Office du lieu de destination, la faculté de faire remettre par exprès un avis d'arrivée de l'envoi au lieu de l'envoi lui-même lorsque ses règlements intérieurs le comportent.

ARTICLE 9

Interdictions

1. — Toute déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réellement insérée dans une lettre ou dans une boîte est interdite.

En cas de déclaration frauduleuse de cette nature, l'expéditeur perd tout droit à l'indemnité, sans préjudice des poursuites judiciaires que peut comporter la législation du pays d'origine.

Il en est de même lorsque les lettres de valeur déclarée contiennent des objets dont l'insertion dans les envois de l'espèce est interdite aux termes du paragraphe 2 ci-après.

Il n'y a pas fraude du fait de ne déclarer qu'une partie de la valeur incluse dans une lettre ou dans une boîte.

expedidas ou recebidas por prisioneiros da guerra, quer directamente, quer por intermédio das Repartições de informações de que trata o § 4 do citado artigo 13.

3. — Pelas cartas e caixas com valores declarados, expedidas francas de porte, não se fazem os abonos indicados no artigo 4 do presente Acôrdo.

ARTIGO 7

Avisos de recepção e pedidos de informação

1. — O remetente duma carta ou caixa com valores declarados pode exigir, nas condições estabelecidas no § 3 do artigo 7 da Convenção principal com relação a objectos registados, que lhe seja acusada a entrega da referida carta ou caixa ao destinatário ou, depois de ter sido expedida, pedir informações sobre a mesma entrega.

2. — O produto da taxa aplicável aos avisos de recepção ou aos pedidos de informações pertence, na sua totalidade, à Administração do país de procedência.

ARTIGO 8

Pedidos para retirar as cartas ou caixas com valor declarado ou para alterar-lhes o endereço; anulação das importâncias dos embolsos; entrega por próprio

1. — O remetente duma carta ou caixa com valores declarados pode retirá-la do serviço ou pedir que lhe seja alterado o endereço, a fim de ser reexpedida, quer para o interior do país do primitivo destino, quer para outro qualquer dos países aderentes, emquanto a mesma carta ou caixa não fôr entregue ao destinatário, nas condições e com as reservas estabelecidas, para as correspondências ordinárias e registadas, no artigo 11 da Convenção principal.

O remetente duma carta ou caixa com valor declarado sujeita a embolso pode reclamar que a importância do embolso seja anulada total ou parcialmente, nas condições estabelecidas para os pedidos de alteração de endereço.

2. — Igualmente pode ser pedida a entrega no domicílio por um próprio, logo depois da chegada da carta ou caixa ao ponto do destino, nas condições e com as reservas estabelecidas no artigo 15 da referida Convenção.

Fica, porém, reservada à Repartição destinatária, quando os seus regulamentos internos assim o exigirem, a faculdade de mandar entregar por um próprio, em vez dos sobreditos objectos, um aviso da sua chegada.

ARTIGO 9

Proibições

1. — É proibida qualquer declaração fraudulenta de valores que exceder ao valor realmente incluído na carta ou caixa.

Dado o caso de declaração fraudulenta desta natureza, o remetente perde completamente o direito à indemnização, independentemente da acção judicial que possa haver, em virtude da legislação do país de procedência.

O mesmo se dá quando as cartas com valor declarado contenham objectos cuja inclusão nas cartas é proibida nos termos do § 2 abaixo.

O facto de não se declarar senão uma parte do valor incluído numa carta ou caixa não constitui fraude.

2.—Il est interdit d'insérer dans les lettres de valeur :

- a) des espèces monnayées;
- b) des objets passibles de droits de douane, à l'exception des valeurs-papier;
- c) des matières d'or et d'argent, des pierreries, des bijoux et autres objets précieux;
- d) de l'opium, de la morphine, de la cocaïne et autres stupéfiants. Toutefois, l'interdiction ne s'applique pas aux envois de cette nature effectués dans un but médical sous la forme de boîtes avec valeur déclarée, pour les pays qui les admettent à cette condition;
- e) des objets dont l'entrée ou la circulation sont prohibées dans le pays de destination.

Il est interdit d'insérer dans les boîtes avec valeur déclarée outre les objets mentionnés sous lettre e) ci-dessus des lettres ou notes pouvant tenir lieu de correspondance, des monnaies ayant cours, des billets de banque ou valeurs quelconques au porteur, des titres et des objets rentrant dans la catégorie des papiers d'affaires.

Toutefois, il est permis d'insérer dans l'envoi la facture ouverte réduite à ses énonciations constitutives de même qu'une simple copie de l'adresse de la boîte avec mention de l'adresse de l'expéditeur.

Les objets qui auraient été à tort admis à l'expédition, doivent être renvoyés au timbre d'origine, sauf le cas où l'Administration du pays de destination serait autorisée, par sa législation ou par ses règlements intérieurs, à les remettre aux destinataires.

Toutefois, les objets adressés sous des initiales ou dont l'adresse est indiquée au crayon sont obligatoirement renvoyés au timbre d'origine.

ARTICLE 10

Réexpédition

1.—Une lettre ou boîte de valeur déclarée réexpédiée par suite du changement de résidence du destinataire, à l'intérieur du pays de destination, n'est passible d'aucune taxe supplémentaire.

2.—En cas de réexpédition sur un des pays contractants autre que le pays de destination, les droits d'assurance fixés par les paragraphes 2 et 3 de l'article 4 du présent Arrangement sont perçus sur le destinataire, du chef de la réexpédition, au profit de chacun des Offices intervenant dans le nouveau transport.

3.—La réexpédition par suite de fausse direction ou de mise en rebut ne donne lieu à aucune perception postale supplémentaire à la charge du public.

ARTICLE 11

Droits de douane ; garantie ; droits fiscaux et frais d'essayage

1.—Les boîtes avec valeur déclarée sont soumises à la législation du pays d'origine ou du pays de destination, en ce qui concerne, à l'exportation, la restitution des droits de garantie, et, à l'importation, l'exercice du contrôle de la garantie et de la douane.

2.—Les droits fiscaux et frais d'essayage exigibles à l'importation sont perçus sur les destinataires lors de la distribution. Si, par suite de changement de résidence du destinataire, de refus ou pour toute autre cause, une boîte de valeur déclarée vient à être réexpédiée sur un autre pays participant à l'échange ou renvoyée au pays d'origine, ceux des frais dont il s'agit qui ne sont pas remboursables à la réexportation sont répétés d'Office à Office pour être recouvrés sur le destinataire ou sur l'expéditeur.

2.—É proibido inserir nas cartas com valores declarados :

- a) Dinheiro em metal;
- b) Objectos sujeitos a direitos de Alfândega, com excepção de valores em papel;
- c) Objectos de ouro ou prata, pedras preciosas, jóias e outros objectos preciosos;
- d) Ópio, morfina, cocaína e outros estupefacientes. Todavia esta proibição não se entende com as remessas desta natureza efectuadas com um fim medicinal, sob a forma de caixas com valor declarado, para os países que as admitam nestas condições;
- e) Objectos cuja importação ou circulação forem proibidas no país de destino.

Além dos objectos mencionados nesta alínea é igualmente proibido incluir nas caixas com valores declarados cartas ou notas com caracter de correspondência, moedas em circulação, notas de banco ou quaisquer valores ao portador, títulos e objectos pertencentes à categoria de manuscritos.

É porém permitido incluir na caixa a factura aberta e reduzida às suas enunciações constitutivas, assim como uma simples cópia do endereço da caixa, com indicação da morada do remetente.

Os objectos que tenham sido indevidamente expedidos devem devolver-se à estação de procedência, excepto quando a Administração do país de destino estiver autorizada pela sua legislação ou regulamentos internos a entregá-los aos destinatários.

Todavia os objectos endereçados sob iniciais ou com o endereço escrito a lápis são obrigatoriamente devolvidos à Repartição de procedência.

ARTIGO 10

Reexpedição

1.—Uma carta ou caixa com valores declarados, reexpedida, por motivo de mudança de residência do destinatário, para o interior do país de destino, não fica sujeita a qualquer taxa suplementar.

2.—No caso de reexpedição para um dos países aderentes, que não fôr o país de destino, os prémios de seguro, determinados nos §§ 2 e 3 do artigo 4 do presente Acôrdo, são cobrados do destinatário, por efeito da reexpedição, a favor de cada uma das Administrações que tomaram parte naquele novo transporte.

3.—A reexpedição, por causa de errada direcção ou por motivo de refugo, não dá direito a exigir-se do público taxa alguma postal suplementar.

ARTIGO 11

Direitos de Alfândega ; garantia ; direitos fiscais e despesas de contrastaria

1.—As caixas com valores declarados ficam sujeitas à legislação do país de procedência ou de destino, pelo que respeita à restituição dos direitos de garantia, na exportação, e à fiscalização da garantia e da Alfândega, na importação.

2.—Os direitos fiscaes e as despesas de contrastaria, na importação das caixas com valores declarados, são cobrados dos destinatários no acto da entrega. Se, em consequência de mudança de residência do destinatário, de recusa ou doutra qualquer causa, uma caixa com valor declarado fôr reexpedida para outro país que tomar parte neste serviço, ou devolvida ao país de procedência, os direitos e despesas, de que se trata, que não forem reembolsáveis na ocasião da reexpedição, passam de Administração para Administração, a fim de serem cobrados do destinatário ou do remetente.

ARTICLE 12

Responsabilité

1.—La responsabilité des Offices qui participent au transport, soit à découvert, soit en dépêches closes, de lettres ou de boîtes avec valeur déclarée est engagée dans les limites déterminées aux paragraphes suivants.

Il en est de même à l'égard du transport maritime effectué ou assuré par les Offices des pays adhérents, pourvu toutefois que ces Offices soient en mesure d'accepter la responsabilité des valeurs à bord des paquebots ou bâtiments dont ils font emploi.

2.—Sauf le cas de force majeure et les cas prévus au paragraphe 1 de l'article 9 du présent Arrangement, lorsqu'une lettre ou une boîte contenant des valeurs déclarées a été perdue, spoliée ou avariée, l'expéditeur ou, à défaut de celui-ci, le destinataire, a droit à une indemnité correspondant au montant réel de la perte, de la spoliation ou de l'avarie, à moins que le dommage n'ait été causé par la faute ou la négligence de l'expéditeur, ou ne provienne de la nature de l'objet, et sans que l'indemnité puisse dépasser en aucun cas la somme déclarée. Les dommages indirects ou les bénéfices non réalisés ne sont pas pris en considération.

En cas de perte de l'envoi ou de destruction complète de son contenu, et si le remboursement est effectué au profit de l'expéditeur, celui-ci a, en outre, droit à la restitution des frais d'expédition, ainsi que des frais postaux de réclamation lorsque la réclamation a été motivée par une faute de la poste. Toutefois, le droit d'assurance reste acquis aux Administrations postales.

3.—L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Administration dont relève le bureau expéditeur. Est réservé à cette Administration le recours contre l'Administration responsable, c'est-à-dire contre l'Administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte, l'avarie ou la spoliation a eu lieu.

Lorsqu'une lettre ou une boîte contenant des valeurs déclarées a été perdue, spoliée ou avariée par suite de force majeure, l'Office sur le territoire ou dans le service duquel la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu en est responsable devant l'Office expéditeur, si les deux pays se chargent des risques, en cas de force majeure, quant aux envois avec valeur déclarée.

4.—Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'Administration qui, ayant reçu l'objet sans faire d'observation et étant mise en possession de tous les moyens réglementaires d'investigation, ne peut établir ni la délivrance au destinataire, ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Administration suivante.

5.—Le paiement de l'indemnité par l'Office expéditeur doit avoir lieu le plus tôt possible, et, au plus tard, dans le délai de six mois à partir du jour de la réclamation; dans les relations avec les pays d'outre-mer ce délai est porté à neuf mois.

L'Office expéditeur a la faculté de différer exceptionnellement le règlement de l'indemnité au delà du délai précité lorsqu'à son expiration il n'est pas encore fixé sur le sort de l'objet recherché ou sur l'importance du dommage, ou lorsque la question de savoir si la perte de l'envoi est due à un cas de force majeure n'est pas encore tranchée.

Toutefois, l'Office d'origine est autorisé à désintéresser l'expéditeur pour le compte de l'Office intermédiaire ou destinataire qui, régulièrement saisi, a laissé s'écouler six mois sans donner de solution à l'affaire. Ce délai est porté à neuf mois pour les pays d'outre-mer.

ARTIGO 12

Responsabilidade

1.—A responsabilidade das Administrações que intervêm no transporte, quer a descoberto, quer em malas fechadas, das cartas ou caixas com valores declarados, é assumida nos limites determinados nos seguintes parágrafos.

A mesma responsabilidade é assumida no que respeita aos transportes marítimos efectuados ou assegurados pelas Administrações dos países aderentes, desde que estas Administrações possam aceitar a responsabilidade dos valores a bordo dos paquetes ou navios que empregam.

2.—Salvo o caso de força maior e os casos previstos no § 1 do artigo 9 do presente Acôrdo, quando uma carta ou caixa com valores declarados se perder ou sofrer subtracção ou avaria, o remetente, e na falta deste o destinatário, tem direito a uma indemnização correspondente à importância real da perda, da subtracção ou da avaria, quando esta não for causada por negligência ou falta do remetente, ou não provier da natureza do próprio objecto. A referida indemnização não pode em caso algum exceder à importância declarada. Os prejuízos indirectos ou os lucros não realizados não são tomados em consideração.

No caso de perda do objecto ou de destruição completa do seu conteúdo, e sendo a indemnização paga ao remetente, tem este igualmente direito, não só ao reembolso das despesas de expedição, como à restituição das taxas postais da reclamação, quando esta for motivada por uma falta do correio. O prémio de seguro fica porém pertencendo às Administrações postais.

3.—A obrigação de pagar a indemnização pertence à Administração de que depende a Repartição expedidora. Fica reservado a esta Administração o recurso contra a Administração responsável, isto é, contra a Administração em cujo território ou serviço se tiver dado a perda, subtracção ou avaria.

Quando uma carta ou uma caixa de valores declarados se perder, ou sofrer subtracção ou avaria por caso de força maior, a Administração em cujo território ou serviço teve lugar a perda, subtracção ou avaria, é responsável para com a Administração expedidora, desde que ambos os países assumam a responsabilidade resultante dos casos de força maior, pelo que respeita aos objectos com valores declarados.

4.—A responsabilidade pertence, até prova em contrário, à Administração que, tendo recebido o objecto sem contestação, e tendo em seu poder todos os meios regulamentares de investigação, não puder provar nem a sua entrega ao destinatário, nem a sua transmissão regular, quando a houver, à Administração imediata.

5.—O pagamento da indemnização deve ser feito pela Administração expedidora no mais curto prazo possível, e, o mais tardar, no prazo de seis meses a contar do dia da reclamação; nas relações com os países de ultramar este prazo é elevado a nove meses.

A Administração do país de procedência tem a faculdade de, excepcionalmente, adiar o pagamento da indemnização além do prazo indicado, se nessa data não estiver ainda averiguado o destino do objecto reclamado nem a importância do prejuízo, bem como se a sua perda é devida a qualquer caso de força maior.

Todavia a Administração do país de procedência fica autorizada a indemnizar o remetente, por conta da Administração intermediária ou destinatária que, tendo sido oportunamente inteirada do assunto, deixou decorrer seis meses sem lhe dar solução. Este prazo é elevado a nove meses para os países de ultramar.

L'Office responsable ou pour le compte duquel le paiement est effectué en conformité de l'alinéa précédent est tenu de rembourser à l'Office expéditeur le montant de l'indemnité et, le cas échéant, des intérêts, dans le délai de trois mois après avis de paiement. Ce remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créancier, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite, soit en espèces ayant cours dans le pays créancier. Passé le délai de trois mois, la somme due à l'Office expéditeur est productive d'intérêts, à raison de 7 % l'an, à dater du jour de l'expiration du dit délai.

Tout Office dont la responsabilité est dûment établie et qui a tout d'abord décliné le paiement de l'indemnité doit en outre, prendre à sa charge tous les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au paiement.

6.—Il est entendu que la réclamation n'est admise que dans le délai d'un an qui suit le jour du dépôt à la poste de l'envoi portant déclaration; passé ce terme, le réclamant n'a droit à aucune indemnité.

7.—L'Administration pour le compte de laquelle est opéré le remboursement du montant des valeurs déclarées non parvenues à destination, est subrogée dans tous les droits du propriétaire.

8.—Si la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu en cours de transport, sans qu'il soit possible d'établir sur le territoire ou dans le service de quel pays le fait s'est accompli, les Administrations en cause supportent le dommage par parts égales. Toutefois, si la spoliation ou l'avarie a été constatée dans le pays de destination, il incombe à l'Administration de ce pays de prouver que ni l'emballage, ni la fermeture de l'objet n'ont montré aucune défectuosité apparente et que le poids n'a pas différé de celui établi lors du dépôt.

Si la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu sur le territoire ou dans le service d'un Office intermédiaire qui n'a pas adhéré au présent Arrangement, les autres Administrations supportent le dommage par parts égales. Dans ce cas, il est de rigueur pour l'expéditeur, de prouver d'une manière authentique que le contenu de l'envoi était complet, intact et soigneusement emballé.

9.—Les Administrations cessent d'être responsables des valeurs déclarées contenues dans les envois dont les ayants droit ont donné reçu et pris livraison, à moins que ceux-ci ne déposent immédiatement une réclamation et ne puissent prouver leur bonne foi, en cas de déclaration ultérieure du dommage. Les Administrations cessent aussi d'être responsables des envois dont elles ne peuvent rendre compte par suite de la destruction des documents de service pour cause de force majeure.

ARTICLE 13

Législation des pays contractants; arrangements spéciaux

1.—Est réservé le droit de chaque pays d'appliquer, aux envois contenant des valeurs déclarées à destination ou provenant d'autres pays, ses lois ou règlements intérieurs, en tant qu'il n'y est pas dérogé par le présent Arrangement.

2.—Les stipulations du présent Arrangement ne portent pas restriction au droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des arrangements spéciaux, ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes en vue de la réduction des taxes ou de toute autre amélioration de service.

3.—Dans les relations entre Offices qui se sont mis d'accord à cet égard, les expéditeurs de boîtes avec va-

A Administração responsável ou aquela por conta da qual é efectuado o pagamento, em conformidade com a antecedente alínea, é obrigada a reembolsar a Administração expedidora da importância da indemnização e juros, no caso de os haver, no prazo de três meses a contar do aviso de pagamento. Este reembolso deve efectuar-se livre de despesas para a Administração credora, por meio de um vale do correio, de um cheque ou em valores com curso no país credor. Decorrido o prazo de três meses, a importância devida à Administração expedidora vence juros à razão de 7 por cento ao ano, a contar da data da expiração do dito prazo.

Se qualquer Administração declinar desde princípio o pagamento de qualquer indemnização, desde que a sua responsabilidade esteja devidamente comprovada, ficam a seu cargo todas as despesas acessórias resultantes da demora injustificada na realização de tal pagamento.

6.—Fica entendido que a reclamação só será admitida dentro do prazo de um ano, a contar da entrega no correio da carta ou caixa com declaração de valor; passado esse prazo, o reclamante não tem direito a indemnização alguma.

7.—A Administração, por conta da qual é feito o reembolso da importância dos valores declarados que não chegaram ao seu destino, fica subrogada em todos os direitos do proprietário dos referidos valores.

8.—Se a perda, subtracção ou avaria se realizou durante o percurso sem que seja possível averiguar qual o país em cujo território ou serviço se deu o facto, as Administrações que tomaram parte no transporte pagam o prejuízo em partes iguais. Todavia, se a subtracção ou avaria foi verificada no país destinatário, compete à Administração deste país provar que nem o involucro nem o fecho do objecto apresentavam qualquer defeito aparente e que o seu peso era igual ao indicado na ocasião da entrega ao correio.

Se a perda, subtracção ou avaria tiver lugar no território ou serviço duma Administração intermediária que não tenha aderido ao presente Acôrdo, o prejuízo será pago em partes iguais pelas outras Administrações. Neste caso tem o expedidor obrigação de provar duma forma autêntica que o conteúdo do objecto estava completo, intacto e cuidadosamente empacotado.

9.—As Administrações deixam de ser responsáveis pelos valores declarados incluídos nos objectos, logo que os interessados tiverem passado recibo desses objectos, salvo quando apresentarem imediatamente qualquer reclamação e possam provar a sua boa fé, no caso de declaração posterior do prejuízo.

As Administrações deixam também de ser responsáveis pelos objectos quando pela destruição dos documentos de serviço, por causa de força maior, não possam proceder a averiguações.

ARTIGO 13

Legislação dos países aderentes; acordos especiais

1.—Fica reservado a cada país o direito de aplicar às remesas com valores declarados, destinados a outros países ou deles procedentes, as suas leis ou regulamentos internos em tudo o que não fôr contrário ao presente Acôrdo.

2.—As estipulações do presente Acôrdo não restringem o direito que assiste aos países aderentes de manter e celebrar Acordos especiais, assim como de manter e estabelecer uniões mais íntimas, no intuito de reduzir as taxas ou por qualquer outra forma melhorar o serviço das cartas e das caixas com valores declarados.

3.—Nas relações entre as Administrações que assim o tenham combinado, podem os remetentes de caixas

leur déclarée peuvent prendre à leur charge les droits de douane et autres droits non postaux dont l'envoi serait passible dans le pays de destination, moyennant déclaration préalable au bureau de dépôt et obligation de payer, sur la demande du bureau de destination, les sommes indiquées par ce dernier.

L'Administration qui fait opérer le dédouanement pour le compte de l'expéditeur est autorisée à percevoir de ce chef un droit spécial qui ne peut dépasser 25 centimes par boîte. Ce droit est indépendant de celui prévu à l'article 5, § 3.

ARTICLE 14

Suspension temporaire du service

Chacune des Administrations des pays contractants peut, dans des circonstances extraordinaires de nature à justifier la mesure, suspendre temporairement le service des valeurs déclarées, tant à l'expédition qu'à la réception et d'une manière générale ou partielle, sous la condition d'en donner immédiatement avis, au besoin par le télégraphe, à l'Administration ou aux Administrations intéressées.

ARTICLE 15

Adhésions

Les pays de l'Union qui n'ont point pris part au présent Arrangement sont admis à y adhérer sur leur demande et dans la forme prescrite par l'article 26 de la Convention principale, en ce qui concerne les adhésions à l'Union postale universelle.

ARTICLE 16

Règlement d'exécution

Les Administrations des postes des pays contractants règlent la forme et le mode de transmission des lettres et des boîtes contenant des valeurs déclarées et arrêtent toutes les autres mesures de détail ou d'ordre nécessaires pour assurer l'exécution du présent Arrangement.

ARTICLE 17

Propositions formulées dans l'intervalle des Congrès

1.— Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 27 de la Convention principale, toute Administration des postes d'un des pays contractants, a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions concernant le service des lettres et des boîtes avec valeur déclarée.

Pour être mise en délibération, chaque proposition doit être appuyée par au moins deux Administrations sans compter celle dont la proposition émane. Lorsque le Bureau international ne reçoit pas, en même temps que la proposition, le nombre nécessaire de déclarations d'appui, la proposition reste sans aucune suite.

2.— Toute proposition est soumise au procédé déterminé par le paragraphe 2 de l'article 28 de la Convention principale.

3.— Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir :

1° l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12 et 18;

com valores declarados tomar a seu cargo os direitos de Alfândega e outras despesas não postais a que esses objectos estejam sujeitos no país de destino, mediante prévia declaração na Repartição de procedência e obrigação de pagarem as quantias indicadas pela Repartição destinatária, quando por esta forem reclamadas.

A Administração que promove o despacho alfandegário por conta do remetente é autorizada a cobrar por este serviço uma taxa especial, que não pode ser superior a 25 centimos por cada caixa.

Esta taxa é independente das previstas no artigo 5, § 3.

ARTIGO 14.

Suspensão temporária do serviço

Cada uma das Administrações dos países aderentes pode, em circunstâncias extraordinárias que justifiquem essa medida, suspender temporariamente o serviço dos valores declarados, quer na expedição, quer na recepção, dum modo geral ou parcial, contanto que o participe imediatamente, se preciso fôr pelo telégrafo, à Administração ou Administrações interessadas.

ARTIGO 15

Adesões

Os países da União, que não tomaram parte no presente Acôrdo, podem, a seu podido, aderir a êle, segundo a forma prescrita no artigo 26 da Convenção principal, no que respeita às adesões à União Postal Universal.

ARTIGO 16

Regulamento de execução

As Administrações dos correios dos países aderentes regulam a forma e o modo de transmissão das cartas e das caixas com valores declarados, e determinam todas as outras medidas necessárias para assegurar a execução do presente Acôrdo.

ARTIGO 17

Propostas apresentadas no intervalo dos Congressos

1.— No intervalo que mediar entre as reuniões previstas no artigo 27 da Convenção principal, qualquer Administração dos correios de um dos países aderentes tem o direito de dirigir às outras Administrações dos mesmos países, por intermédio da Secretaria Internacional, propostas relativas ao serviço das cartas e caixas com valores declarados.

Qualquer dessas propostas deve, para entrar em discussão, ter, pelo menos, o assentimento de duas Administrações, sem contar aquela que é autora da proposta. Sempre que a Secretaria Internacional deixe de receber, juntamente com a proposta, o respectivo número de declarações que a aprovam, fica a mesma proposta sem efeito.

2.— Essas propostas ficam sujeitas ao processo determinado no § 2 do artigo 28 da Convenção principal.

3.— Para que se tornem executivas, devem as mesmas propostas reunir:

1.º A unanimidade dos votos, se se tratar da adopção de novas disposições ou da modificação das disposições do presente artigo e dos artigos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12 e 18;

2° les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions du présent Arrangement autres que celles des articles 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 17 et 18;

3° la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions du présent Arrangement, sauf le cas de litige prévu à l'article 25 de la Convention principale.

4.— Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, et dans le troisième cas, par une notification administrative, selon la forme indiquée à l'article 28 de la Convention principale.

5.— Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

ARTICLE 18

Durée de l'Arrangement; abrogation des dispositions antérieures

1.— Le présent Arrangement entrera en vigueur le 1^{er} janvier 1922 et il aura la même durée que la Convention principale, sans préjudice du droit, réservé à chaque pays, de se retirer de cet Arrangement moyennant un avis donné, un an à l'avance, par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération suisse.

Toutefois, en ce qui concerne les taxes et droits d'assurance, chaque pays est autorisé à les mettre en vigueur avant la date précitée, à la condition d'en informer le Bureau international au moins un mois à l'avance et au besoin par télégramme.

2.— Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution du présent Arrangement, toutes les dispositions de l'Arrangement pour l'échange des lettres et des boîtes avec valeur déclarée, conclu à Rome en 1906.

3.— Le présent Arrangement sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Madrid.

En foi de quoi, les plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement à Madrid, le trente novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne:

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pour la République Argentine:

A. Barrera Nicholson.

Pour l'Autriche:

Eberan.

Pour la Belgique:

*A. Pirard.
Tixhon.
Hub. Krains.*

Pour la colonie du Congo belge:

*M. Halewyck.
G. Tondeur.*

Pour le Brésil:

*Alcibiades Peçanha.
J. Henrique Aderne.*

Pour la Bulgarie:

*N. Startcheff.
N. Boschnakoff.*

2° Os dois terços dos votos, se se tratar da modificação de quaisquer disposições do presente Acôrdo que não forem as dos artigos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 17 e 18;

3° A simples maioria absoluta, se se tratar da interpretação das disposições do presente Acôrdo, excepto no caso de litigio previsto no artigo 25 da Convenção principal.

4.— As resoluções que se tomarem serão sancionadas, nos dois primeiros casos, por uma declaração diplomática, e, no terceiro caso, por uma notificação administrativa, segundo a forma indicada no artigo 28 da Convenção principal.

5.— Qualquer resolução ou modificação aprovada só começará a ter vigor três meses depois, pelo menos, de haver sido notificada.

ARTIGO 18

Duração do Acôrdo; derrogação das disposições anteriores

1.— O presente Acôrdo começará a vigorar no 1.º de Janeiro de 1922 e terá a mesma duração que a Convenção principal, sem prejuízo do direito reservado a cada país de se retirar do mesmo Acôrdo, mediante aviso dado, com um ano de antecedência, pelo seu Governo ao Governo da Confederação Suíça.

Todavia, pelo que respeita às taxas e prémios de seguro, cada país fica autorizado a pô-los em vigor antes da data citada, com a condição de informar do facto a Secretaria Internacional com um mês de antecedência, pelo menos, e, sendo necessário, por telegrama.

2.— Ficam derrogadas, a contar do dia em que o presente Acôrdo fôr pôsto em execução, todas as disposições do Acôrdo para a permutação de cartas e caixas com valor declarado celebrado em Roma, em 1906.

3.— O presente Acôrdo será ratificado no mais breve prazo e os instrumentos de ratificação serão trocados em Madrid.

Em firmeza do que, os plenipotenciários dos países acima mencionados assinaram o presente Acôrdo em Madrid, aos trinta de Novembro de mil novecentos e vinte.

Pela Alemanha:

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pela República Argentina:

A. Barrera Nicholson.

Pela Áustria:

Eberan.

Pela Bélgica:

*A. Picard.
Tixhon.
Hub. Krains.*

Pela colónia do Congo belga:

*M. Halewyck.
G. Tondeur.*

Pelo Brasil:

*Alcibiades Peçanha.
J. Henrique Aderne.*

Pela Bulgária:

*N. Startcheff.
N. Boschnakoff.*

Pour le Chili: <i>A. de la Cruz.</i> <i>Florencio Marquez de la Plata.</i> <i>Gus. Cousiño.</i>	Pelo Chile: <i>A. de la Cruz.</i> <i>Florencio Marquez de la Plata.</i> <i>Gus. Cousiño.</i>
Pour la Chine: <i>Liou Fou-Tcheng.</i>	Pela China: <i>Liou Fou-Tcheng.</i>
Pour la République de Colombie: <i>W. Mac Lellan.</i> <i>Gabriel Roldan.</i>	Pela República de Colômbia: <i>W. Mac. Lellan.</i> <i>Gabriel Roldan.</i>
Pour le Danemark: <i>Hollnagel Jensen.</i> <i>Holmblad.</i>	Pela Dinamarca: <i>Hollnagel Jensen.</i> <i>Holmblad.</i>
Pour l'Égypte: <i>N. T. Borton.</i>	Pelo Egipto: <i>N. T. Borton.</i>
Pour l'Espagne: <i>Conde de Colombi.</i> <i>José de Garcia Torres.</i> <i>Guillermo Capdevila.</i> <i>José de España.</i> <i>Martin Vicente.</i> <i>António Camacho.</i>	Pela Espanha: <i>Conde de Colombi.</i> <i>José de Garcia Torres.</i> <i>Guillermo Capdevila.</i> <i>José de España.</i> <i>Martin Vicente.</i> <i>António Camacho.</i>
Pour l'Éthiopie: <i>Weuldeu-Berhane.</i>	Pela Etiópia: <i>Weuldeu-Berhane.</i>
Pour la Finlande: <i>G. E. F. Albrecht.</i>	Pela Finlândia: <i>G. E. F. Albrecht.</i>
Pour la France: <i>M. Lebon.</i> <i>P. M. Georges Bonnet.</i> <i>M. Lebon.</i> <i>G. Blin.</i> <i>P. Bouillard.</i> <i>Barraïl.</i>	Pela França: <i>M. Lebon.</i> <i>P. M. Georges Bonnet.</i> <i>M. Lebon.</i> <i>G. Blin.</i> <i>P. Bouillard.</i> <i>Barraïl.</i>
Pour l'Algérie: <i>H. Treuillé.</i>	Pela Argélia: <i>H. Treuillé.</i>
Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine: <i>André Touzet.</i>	Pelas colónias e protectorados franceses da Indo-China: <i>André Touzet.</i>
Pour l'ensemble des autres colonies françaises: <i>G. Demartial.</i>	Pelo conjunto das outras colónias francesas: <i>G. Demartial.</i>
Pour la Grande-Bretagne et divers dominions, colonies et protectorats britanniques: <i>F. H. Williamson.</i> <i>E. J. Harrington.</i> <i>E. L. Ashley Foakes.</i>	Pela Gran-Bretanha e diversos domínios, colónias e protectorados britânicos: <i>F. H. Williamson.</i> <i>E. J. Harrington.</i> <i>E. L. Ashley Foakes.</i>
Pour l'Inde britannique: <i>G. R. Clarke.</i>	Pela Índia britânica: <i>J. R. Clarke.</i>
Pour la Nouvelle-Zélande: <i>R. B. Morris.</i>	Pela Nova Zelândia: <i>E. B. Morris.</i>
Pour la Grèce: <i>P. Scassi.</i> <i>Th. Penthéroudakis.</i>	Pela Grécia: <i>P. Scassi.</i> <i>Th. Penthéroudakis.</i>
Pour le Guatemala: <i>Juan J. Ortega.</i> <i>Enrique Traumann.</i>	Pela Guatemala: <i>Juan J. Ortega.</i> <i>Enrique Trauman.</i>
Pour la République d'Haïti: <i>Luis Ma. Solér.</i>	Pela República de Haïti: <i>Luis Ma. Solér.</i>

Pour la République du Honduras :
Ricardo Beltrán y Rózpide.

Pour la Hongrie :
O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Islande :
Hollnagel Jensen.

Pour l'Italie et les colonies italiennes :
E. Delmati.
S. Ortisi.

Pour le Japon :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour le Chosen :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour la République de Libéria :
Luis Ma. Solér.

Pour le Luxembourg :
G. Faber.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole) :
Gérard Japy.
J. Walter.

Pour le Maroc (zone espagnole) :
M. Aguirre de Cárcer.
L. López-Ferrer.
G. García de Castro.

Pour le Nicaragua :
M. Ig. Terán.

Pour la Norvège :
Sommerschield.
Klaus Helsing.

Pour la République de Panama :
J. D. Arosemena.

Pour le Paraguay :
Fernando Pignet.

Pour les Pays-Bas :
A. W. Kymmell.
J. S. V. Gelder.

Pour les Indes néerlandaises :
Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pour les colonies néerlandaises en Amérique :
Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pela República de Honduras :
Ricardo Beltrán y Rózpide.

Pela Hungria :
O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pela Islândia :
Hollnagel Jensen.

Pela Itália e colónias italianas :
E. Delmati.
S. Ortisi.

Pelo Japão :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pelo Chosen :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pelo conjunto das outras dependências japonesas :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pela República de Libéria :
Luis Ma. Solér.

Pelo Luxemburgo :
G. Faber.

Por Marrocos (com exclusão da zona espanhola) :
Gérard Japy.
J. Walter.

Por Marrocos (zona espanhola) :
M. Aguirre de Cárcer.
L. López-Ferrer.
G. García de Castro.

Pela Nicarágua :
M. Ig. Terán.

Pela Noruega :
Sommerschield.
Klaus Helsing.

Pela República de Panamá :
J. D. Arosemena.

Pelo Paraguai :
Fernando Pignet.

Pelos Países Baixos :
A. W. Kymmell.
J. S. V. Gelder.

Pelas Índias neerlandesas :
Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pelas colónias neerlandesas na América :
Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pour le Pérou :
D. C. Urrea.
O. Barrenechea y Raygada.

Pour la Perse :
Husséin Khan Alaï.
C. Molitor.

Pour la Pologne :
W. Dobrowolski.
Maciejewski.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal :
Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pour les colonies portugaises de l'Afrique :
Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie :
José Emílio dos Santos e Silva.

Pour la Roumanie :
D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pour la Russie :

Pour la République de St-Marin :

Pour le Salvador :
Ismael G. Fuentes.

Pour le Territoire de la Sarre :
Douarche.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes :
Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr. Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pour la Suède :
Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse :
Mengotti.
F. Boss.

Pour la Tchécoslovaquie :
Dr. Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pour la Tunisie :
Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pour la Turquie :
Méhmed-Ali.

Pelo Peru :
D. C. Urrea.
O. Barrenechea y Raygada.

Pela Pérsia :
Husséin Khan Alaï.
C. Molitor.

Pela Polónia :
W. Dobrowolski.
Maciejewski
Dr. Marjan Blachier

Por Portugal :
Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pelas colónias portuguesas da África :
Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia :
José Emílio dos Santos e Silva.

Pela Roménia :
D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pela Rússia :

Pela República de S. Marino :

Pelo Salvador :
Ismael G. Fuentes.

Pelo Território do Sarre :
Douarche.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios :
Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr. Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pela Suécia :
Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça :
Mengotti.
F. Boss.

Pela Theco-Slováquia :
Dr. Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pela Tunísia :
Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pela Turquia :
Méhmed-Ali.

Protocole final

Au moment de procéder à la signature de l'Arrangement concernant l'échange des lettres et des boîtes avec valeur déclarée, les plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit :

I

En dérogation à la disposition du paragraphe 3 de l'article premier de l'Arrangement qui fixe à 10:000

Protocolo final

Por ocasião de se proceder à assinatura do Acôrdo relativo à permutação de cartas e caixas com valores declarados, os plenipotenciários abaixo assinados concordaram no seguinte :

I

Em derrogação do disposto no § 3 do artigo 1 do Acôrdo que fixa em 10:000 francos o limite, abaixo

francs la limite au-dessous de laquelle le maximum de déclaration de valeur ne peut en aucun cas être fixé, il est convenu que tout pays peut réduire ce maximum à 5:000 francs, ou au chiffre adopté dans son service intérieur, si ce chiffre est inférieur à 5:000 francs.

II

En dérogation aux prescriptions du § 4 de l'article 4 de l'Arrangement, est maintenue provisoirement, en ce qui concerne les droits d'assurance pour les valeurs déclarées, la suspension de l'établissement du décompte de ces droits stipulée par la circulaire du Bureau international de Berne du 17 janvier 1916, n° 270/17.

En foi de quoi, les plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même de l'Arrangement auquel il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement espagnol et dont une copie sera remise à chaque partie.

Fait, à Madrid, le trente novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne:

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pour la République Argentine:

A. Barrera Nicholson.

Pour l'Autriche:

Eberan.

Pour la Belgique:

*A. Pirard.
Tixhon.
Hub. Krains.*

Pour la colonie du Congo belge:

*M. Halewyck.
G. Tondeur.*

Pour le Brésil:

*Alcibiades Peçanha.
J. Henrique Aderne.*

Pour la Bulgarie:

*N. Startcheff.
N. Boschnakoff.*

Pour le Chili:

*A. de la Cruz.
Florencio Marquez de la Plata.
Gus. Cousiño.*

Pour la Chine:

Liou Fou-Tcheng.

Pour la République de Colombie:

*W. Mac Lellan.
Gabriel Roldan.*

Pour le Danemark:

*Holtnagel Jensen.
Holmblad.*

Pour l'Égypte:

N. T. Borton.

do qual não pode, em caso algum, ser determinado o máximo da declaração de valor, fica estabelecido que qualquer país pode reduzir este máximo a 5:000 francos ou à importância adoptada no seu serviço interno, caso esta importância seja inferior a 5:000 francos.

II

Em derrogação do disposto no § 4 do artigo 4 do Acôrdo é mantida provisoriamente, no que respeita aos prémios de seguro para os valores declarados, a suspensão da organização da conta destes prémios, estipulada pela circular da Secretaria Internacional de Berna, de 17 de Janeiro de 1916, n.º 270/17.

Em firmeza do que, os plenipotenciários abaixo assinados lavraram o presente protocolo final, que terá tanta força e validade como se as suas disposições fossem insertas no próprio texto do Acôrdo a que elle se refere, e assinaram-no num exemplar que fica depositado nos arquivos do Governo Espanhol, e de que será dada uma cópia a cada um dos referidos plenipotenciários.

Feito em Madrid, aos trinta de Novembro de mil novecentos e vinte.

Pela Alemanha:

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pela República Argentina:

A. Barrera Nicholson.

Pela Áustria:

Eberan.

Pela Bélgica:

*A. Pirard.
Tixhon.
Hub. Krains.*

Pela colónia do Congo belge:

*M. Halewyck.
G. Tondeur.*

Pelo Brasil:

*Alcibiades Peçanha.
J. Henrique Aderne.*

Pela Bulgária:

*N. Startcheff.
N. Boschnakoff.*

Pelo Chile:

*A. de la Cruz.
Florêncio Marquez de la Plata.
Gus. Cousiño.*

Pela China:

Liou Fou-Tcheng.

Pela República da Colômbia:

*W. Mac Lellan.
Gabriel Roldan.*

Pela Dinamarca:

*Holtnagel Jensen.
Holmblad.*

Pelo Egipto:

N. T. Borton.

Pour l'Espagne :	Pela Espanha :
<i>Conde de Colombi.</i>	<i>Conde de Colombi.</i>
<i>José de Garcia Torres.</i>	<i>José de Garcia Torres.</i>
<i>Guillermo Capdevila.</i>	<i>Guillermo Capdevila.</i>
<i>José de España.</i>	<i>José de España.</i>
<i>Martin Vicente.</i>	<i>Martin Vicente.</i>
<i>Antonio Camacho.</i>	<i>António Camacho.</i>
Pour l'Éthiopie :	Pela Etiópia :
<i>Weuldeu-Berhane.</i>	<i>Weuldeu-Berhane.</i>
Pour la Finlande :	Pela Finlândia :
<i>G. E. F. Albrecht.</i>	<i>G. E. F. Albrecht.</i>
Pour la France :	Pela França :
<i>M. Lebon.</i>	<i>M. Lebon.</i>
<i>P. M. Georges Bonnet.</i>	<i>P. M. Georges Bonnet.</i>
<i>M. Lebon.</i>	<i>M. Lebon.</i>
<i>G. Blin.</i>	<i>G. Blin.</i>
<i>P. Bouillard.</i>	<i>P. Bouillard.</i>
<i>Barrail.</i>	<i>Barrail.</i>
Pour l'Algérie :	Pela Argélia :
<i>H. Treuillé.</i>	<i>H. Treuillé.</i>
Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine :	Pelas colónias e protectorados franceses da Indo-China :
<i>André Touzet.</i>	<i>André Touzet.</i>
Pour l'ensemble des autres colonies françaises :	Pelo conjunto das outras colónias francesas :
<i>G. Demartial.</i>	<i>G. Demartial.</i>
Pour la Grande-Bretagne et divers dominions, colonies et protectorats britanniques :	Pela Gran-Bretanha e diversos domínios, colónias e protectorados britânicos :
<i>F. H. Williamson.</i>	<i>F. H. Williamson.</i>
<i>E. J. Harrington.</i>	<i>E. J. Harrington.</i>
<i>E. L. Ashley Foakes.</i>	<i>E. L. Ashley Foakes.</i>
Pour l'Inde britannique :	Pela Índia britânica :
<i>G. R. Clarke.</i>	<i>G. R. Clarke.</i>
Pour la Nouvelle-Zélande :	Pela Nova Zelândia :
<i>R. B. Morris.</i>	<i>R. B. Morris.</i>
Pour la Grèce :	Pela Grécia :
<i>P. Scassi.</i>	<i>P. Scassi.</i>
<i>Th. Pentheroudakis.</i>	<i>Th. Pentheroudakis.</i>
Pour le Guatemala :	Pela Guatemala :
<i>Juan J. Ortega.</i>	<i>Juan J. Ortega.</i>
<i>Enrique Traumann.</i>	<i>Enrique Traumann.</i>
Pour la République d'Haïti :	Pela República do Haiti :
<i>Luis Ma. Solér.</i>	<i>Luis Ma. Solér.</i>
Pour la République du Honduras :	Pela República de Honduras :
<i>Ricardo Beltrán y Rózpide.</i>	<i>Ricardo Beltrán y Rózpide.</i>
Pour la Hongrie :	Pela Hungria :
<i>O. de Fejér.</i>	<i>O. de Fejér.</i>
<i>G. Baron Szalay.</i>	<i>G. Baron Szalay.</i>
Pour l'Islande :	Pela Islândia :
<i>Hollnagel Jensen.</i>	<i>Hollnagel Jensen.</i>
Pour l'Italie et les colonies italiennes :	Pela Itália e colónias italianas :
<i>E. Delmati.</i>	<i>E. Delmati.</i>
<i>S. Ortisi.</i>	<i>S. Ortisi.</i>
Pour le Japon :	Pelo Japão :
<i>S. Nakanishi.</i>	<i>S. Nakanishi.</i>
<i>Arajiro Miura.</i>	<i>Arajiro Miura.</i>
<i>Y. Hiratsuka.</i>	<i>Y. Hiratsuka.</i>

Pour le Chosen :

S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises :

S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour la République de Libéria :

Luis Ma. Solér.

Pour le Luxembourg :

G. Faber.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole) :

Gérard Japy.
J. Walter.

Pour le Maroc (zone espagnole) :

M. Aguirre de Cárcer.
L. López-Ferrer.
C. Garcia de Castro.

Pour le Nicaragua :

M. Ig. Terán.

Pour la Norvège :

Sommerschuld.
Klaus Helsing.

Pour la République de Panama :

J. D. Arosemena.

Pour le Paraguay :

Fernando Pignet.

Pour les Pays-Bas :

A. W. Kymmell.
J. S. V. Gelder.

Pour les Indes néerlandaises :

Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pour les colonies néerlandaises en Amérique :

Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pour le Pérou :

D. C. Urrea.
O. Barrenechea y Raygada.

Pour la Perse :

Husséin Khan Alaï.
C. Molitor.

Pour la Pologne :

W. Dobrowolski.
Maciejewski.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal :

Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pour les colonies portugaises de l'Afrique :

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie :

José Emilio dos Santos e Silva.

Pelo Chosen :

S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pelo conjunto das outras dependências japonesas :

S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pela República da Libéria :

Luis Ma. Solér.

Pelo Luxemburgo :

G. Faber.

Por Marrocos (com exclusão da zona espanhola) :

Gérard Japy.
J. Walter.

Por Marrocos (zona espanhola) :

M. Aguirre de Cárcer.
L. López-Ferrer.
C. Garcia de Castro.

Pela Nicarágua :

M. Ig. Terán.

Pela Noruega :

Sommerschuld.
Klaus Helsing.

Pela República do Panamá :

J. D. Arosemena.

Pelo Paraguai :

Fernando Pignet.

Pelos Países Baixos :

A. W. Kymmell.
J. S. v. Gelder.

Pelas Índias neerlandesas :

Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pelas colónias neerlandesas na América :

Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pelo Peru :

D. C. Urrea.
O. Barrenechea y Raygada.

Pela Pérsia :

Husséin Khan Alaï.
C. Molitor.

Pela Polónia :

W. Dobrowolski.
Maciejewski.
Dr. Marjan Blachier.

Por Portugal :

Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pelas colónias portuguesas de África :

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia :

José Emilio dos Santos e Silva.

Pour la Roumanie :
D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pour la Russie :

Pour la République de St-Marin :

Pour le Salvador :
Ismael G. Fuentes.

Pour le Territoire de la Sarre :
Douarche.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes :
Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr. Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pour la Suède :
Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse :
Mengotti.
F. Boss.

Pour la Tchécoslovaquie :
Dr. Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pour la Tunisie :
Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pour la Turquie :
Méhmed-Ali.

Pela Roménia :
D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pela Rússia :

Pela República de S. Marino :

Pelo Salvador :
Ismael G. Fuentes.

Pelo Território do Sarre :
Douarche.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios :
Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr. Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pela Suécia :
Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça :
Mengotti.
F. Boss.

Pela Tcheco-Slováquia :
Dr. Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pela Tunísia :
Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pela Turquia :
Méhmed-Ali.

Arrangement concernant le service des mandats de poste

Conclu entre

L'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique et la Colonie du Congo belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, le Danemark, l'Égypte, l'Espagne, l'Éthiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et protectorats français de l'Indochine, l'Ensemble des autres colonies françaises, la Grèce, la République du Honduras, la Hongrie, l'Islande, l'Italie et les Colonies italiennes, le Japon, le Chosen, l'Ensemble des autres dépendances japonaises, la République de Libéria, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole), le Maroc (zone espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la République de Panama, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes Néerlandaises, les Colonies néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Pologne, le Portugal, les Colonies portugaises de l'Afrique, de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Uruguay et les États-Unis de Venezuela.

Acôrdo relativo ao serviço dos vales de correio

Celebrado entre os seguintes países

Alemanha, República Argentina, Áustria, Bélgica e Colónia do Congo belge, Bolívia, Brasil, Bulgária, Chile, China, República de Colômbia, Dinamarca, Egipto, Espanha, Etiópia, Finlândia, França, Argélia, Colónias e protectorados franceses da Indo-China, Conjunto das outras colónias francesas, Grécia, República de Honduras, Hungria, Islândia, Itália e Colónias italianas, Japão, Chosen, Conjunto das outras dependências japonesas, República de Libéria, Luxemburgo, Marrocos (com excepção da zona espanhola), Marrocos (zona espanhola), Nicarágua, Noruega, República de Panamá, Paraguai, Países Baixos, Índias neerlandesas, Colónias neerlandesas na América, Peru, Polónia, Portugal, Colónias portuguesas da África, da Ásia e da Oceânia, Roménia, República de S. Marino, Território do Sarre, Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios, Reino de Sião, Suécia, Suíça, Tcheco-Slováquia, Tunísia, Turquia, Uruguai e os Estados Unidos de Venezuela.

Les soussignés, plénipotentiaires des Gouvernements des pays ci-dessus énumérés.

Vu l'article 21 de la Convention principale, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant:

ARTICLE 1

Dispositions préliminaires

L'échange des envois de fonds par la voie de la poste et au moyen de mandats, entre ceux des pays contractants dont les Administrations conviennent d'établir ce service, est régi par les dispositions du présent Arrangement.

ARTICLE 2

Versement; montant maximum; transmissibilité

1.—En principe, le montant des mandats doit être versé par les déposants et payé aux bénéficiaires en numéraire; mais chaque Administration a la faculté de recevoir et d'employer elle-même, à cet effet, tout papier-monnaie ayant cours légal dans son pays, sous réserve de tenir compte, le cas échéant, de la différence de cours.

2.—Chaque Administration a la faculté de fixer le maximum des mandats qu'elle émet à condition que ce maximum n'excede pas 1.000 francs-or.

Sauf arrangement contraire, le maximum des mandats payables dans un pays déterminé est le même que celui qui a été adopté par ce pays pour l'émission.

Lorsqu'un même expéditeur a fait émettre, le même jour, dans une même localité, au profit du même bénéficiaire plusieurs mandats dont le montant total excède le maximum adopté par le pays de destination, le bureau destinataire est autorisé à échelonner le paiement des titres de telle façon que la somme payée au bénéficiaire dans une même journée n'excede pas ce maximum.

3.—Sauf arrangement contraire entre les Administrations intéressées, le montant de chaque mandat est exprimé dans la monnaie du pays où le paiement doit avoir lieu. A cet effet, l'Administration du pays d'origine détermine elle-même, s'il y a lieu, le taux de conversion de sa monnaie en monnaie du pays de destination.

L'Administration du pays d'origine détermine également s'il y a lieu, le cours à payer par l'expéditeur, lorsque ce pays et le pays de destination possèdent le même système monétaire.

4.—Est réservé à chacun des pays contractants le droit de déclarer transmissible par voie d'endossement, sur son territoire, la propriété des mandats de poste provenant d'un autre de ces pays.

ARTICLE 3

Taxes; avis de paiement; retrait et changement d'adresse; remise par exprès

1.—La taxe générale à payer par l'expéditeur pour chaque envoi de fonds effectué en vertu de l'article précédent est fixée, pour les 100 premières unités monétaires à $\frac{1}{2}$ unité monétaire par 50 unités monétaires ou fraction de 50 unités monétaires et, en outre, au delà des 100 premières unités monétaires à $\frac{1}{2}$ unité monétaire par 100 unités monétaires ou fraction de 100 unités monétaires.

Sont exemptés de toute taxe les mandats d'office relatifs au service des postes et échangés entre les Adminis-

Os abaixo assinados, plenipotenciários dos Governos dos países acima indicados, visto o artigo 21 da Convenção principal, estipularam, de comum acordo e sob reserva de ratificação, as disposições seguintes:

ARTIGO 1

Disposições preliminares

A permutação de fundos, por via do correio e por meio de vales, entre aqueles dos países aderentes cujas Administrações concordem em estabelecer este serviço, obedece às disposições do presente Acôrdo.

ARTIGO 2

Entrega das quantias; importância máxima; transmissibilidade

1.—Em regra geral, a importância dos vales deve ser entregue pelos tomadores e paga aos destinatários em numerário; mas cada Administração tem a faculdade de receber e de empregar, para esse fim, qualquer papel moeda que tiver curso legal no seu país, com a condição de atender à diferença de câmbio, quando a houver.

2.—Cada Administração tem a faculdade de fixar a importância máxima dos vales que emitir com a condição de que esta importância não exceda 1.000 francos-ouro.

Salvo acôrdo em contrário, a importância máxima dos vales a pagar num determinado país é a mesma que a que for adoptada por esse país para a emissão.

Quando o mesmo expedidor fizer emitir, no mesmo dia, na mesma localidade e para o mesmo destinatário, diversos vales cuja importância total exceda a importância máxima adoptada pelo país de destino, a Repartição destinatária é autorizada a efectuar o pagamento dos títulos, de forma que a quantia paga ao destinatário no mesmo dia não exceda essa importância.

3.—Salvo acôrdo em contrário entre as Administrações interessadas, a importância de cada vale é expressa em moeda do país em que deve ser feito o pagamento. Para esse fim, a Administração do país de procedência determina, se preciso for, a taxa de conversão da sua moeda em moeda do país destinatário.

A Administração do país de procedência determina igualmente, se preciso for, o valor corrente da moeda que tem de ser pago pelo tomador, quando aquele país e o de destino tiverem o mesmo sistema monetário.

4.—Fica reservado a cada um dos países aderentes o direito de declarar transmissível, por meio de endosso no seu território, a propriedade dos vales de correio, provenientes doutro desses países.

ARTIGO 3

Prêmios; avisos de pagamento; retirada do serviço e alteração de enderêço; entrega por próprio

1.—O prêmio que tem a pagar o tomador por cada remessa de fundos, efectuada em virtude do artigo precedente, é fixado, para as 100 primeiras unidades monetárias em $\frac{1}{2}$ unidade monetária por 50 unidades monetárias ou fracção de 50 unidades monetárias e, além das 100 primeiras unidades monetárias, em $\frac{1}{2}$ unidade monetária por 100 unidades monetárias ou fracção de 100 unidades monetárias.

São isentos de qualquer prêmio os vales relativos ao serviço do correio, permutados entre as Administrações

trations postales ou entre les bureaux relevant de ces Administrations, ainsi que les mandats des Administrations postales destinés au Bureau international de l'Union postale universelle et les mandats adressés aux prisonniers de guerre ou expédiés par eux.

2.—L'Administration qui a délivré des mandats tient compte, à l'Administration qui les a acquittés, d'un droit de $\frac{1}{4}$ pour cent du montant total des mandats payés abstraction faite des mandats émis en franchise de taxe.

3.—Les mandats échangés, par l'intermédiaire d'un des pays participant à l'Arrangement, entre un autre de ces pays et un pays non participant, peuvent être soumis, au profit de l'Office intermédiaire, à un droit supplémentaire, prélevé sur le montant du titre et représentant la quote-part du pays non participant.

4.—Les mandats de poste et les acquits donnés sur ces mandats, de même que les récépissés délivrés aux déposants, ne peuvent être soumis, à la charge des expéditeurs ou des destinataires des fonds, à un droit ou à une taxe quelconque en sus de la taxe perçue en vertu du § 1 du présent article, sauf, toutefois, le droit de factage pour le paiement à domicile, s'il y a lieu, et le droit supplémentaire prévu par le § 3 ci-dessus.

5.—L'expéditeur d'un mandat peut obtenir un avis de paiement de ce mandat, en acquittant d'avance, au profit exclusif de l'Administration du pays d'origine, un droit fixe égal à celui qui est perçu dans ce pays pour les avis de réception des correspondances recommandées.

Toutefois, si cet avis n'est pas réclamé au moment de l'émission du mandat, l'expéditeur peut ultérieurement en faire la demande, mais dans le délai fixé par le § 6 de l'article 7 et moyennant paiement d'un droit double de celui prévu à l'alinéa précédent.

6.—L'expéditeur d'un mandat de poste peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse aux conditions et sous les réserves déterminées pour les correspondances ordinaires par l'article 11 de la Convention principale, tant que le bénéficiaire n'a pas pris livraison, soit du titre lui-même, soit du montant de ce titre.

7.—L'expéditeur peut également demander la remise des fonds à domicile, par porteur spécial, aussitôt après l'arrivée du mandat, aux conditions fixées par l'article 15 de ladite Convention.

8.—Est toutefois réservée à l'Office du pays de destination la faculté de faire remettre par exprès, au lieu des fonds, un avis d'arrivée du mandat ou le titre lui-même, lorsque ses règlements intérieurs le comportent.

ARTICLE 4

Mandats télégraphiques

1.—Les mandats de poste peuvent être transmis par le télégraphe, dans les relations entre les Offices dont les pays sont reliés par un télégraphe d'État ou qui consentent à employer à cet effet la télégraphie privée; ils sont qualifiés, en ce cas, de mandats télégraphiques.

2.—Les mandats télégraphiques peuvent, comme les télégrammes ordinaires et aux mêmes conditions que ces derniers, être soumis aux formalités de l'urgence, de la réponse payée, du collationnement et de l'accusé de réception, ainsi qu'aux formalités de la transmission par la poste ou de la remise par exprès, si le domicile du destinataire se trouve en dehors du rayon de la distribution gratuite du bureau de destination.

L'expéditeur doit indiquer, le cas échéant, le mode de transport à employer au delà des lignes télégraphiques (poste ou exprès).

postais ou entre as Repartições delas dependentes, assim como os vales das Administrações postais destinados à Secretaria Internacional da União Postal Universal e os destinados aos prisioneiros de guerra ou por eles expedidos.

2.—A Administração que emitir vales é devedora à Administração que os pagar de um direito de $\frac{1}{4}$ por cento sobre a importância total dos vales pagos, com exclusão dos vales emitidos sem pagamento de prêmio.

3.—Os vales permutados por intermédio de um dos países aderentes, entre um desses países e um país não aderente, podem ficar sujeitos, em proveito da Administração intermediária, a um direito suplementar, deduzido da respectiva importância e representativo da cota parte do país não aderente.

4.—Os vales de correio e os recibos dos destinatários passados nestes vales, bem como os recibos entregues aos tomadores, não podem estar sujeitos, quer por parte dos tomadores, quer por parte dos destinatários, a prêmio ou taxa alguma, além do prêmio recebido em virtude do § 1 do presente artigo, salvo a taxa pelo pagamento no domicílio, quando a houver, e o direito suplementar indicado no § 3 antecedente.

5.—O tomador dum vale pode exigir um aviso do seu pagamento, satisfazendo adiantadamente, em proveito exclusivo da Administração do país de procedência, uma taxa fixa igual à que nesse mesmo país se recebe pelos avisos de recepção das correspondências registradas.

Não sendo este aviso reclamado na ocasião de se emitir o vale, pode o tomador reclamá-lo ulteriormente, dentro do prazo fixado no § 6 do artigo 7 e mediante o pagamento de uma taxa dupla da prevista na alínea precedente.

6.—O tomador dum vale pode reclamar que ele seja retirado do correio ou que lhe seja alterado o endereço, enquanto esse vale não for entregue ou pago ao destinatário, mediante as condições e com as reservas estabelecidas para as correspondências ordinárias no artigo 11 da Convenção principal.

7.—O tomador pode igualmente reclamar o pagamento do vale, por um próprio, no domicílio do destinatário, logo depois da chegada do mesmo vale, nas condições determinadas no artigo 15 da referida Convenção.

8.—Fica, porém, reservada à Administração destinatária, quando os seus regulamentos internos assim o exigirem, a faculdade de mandar entregar por um próprio um aviso da chegada do vale ou o mesmo vale, em vez da respectiva importância.

ARTIGO 4

Vales telegráficos

1.—Os vales de correio podem ser transmitidos pelo telégrafo entre as Administrações cujos países se acharem ligados pela telegrafia do Estado, ou que permitirem para esse fim o emprêgo da telegrafia particular; sendo, em tal caso, os aludidos vales qualificados de vales telegráficos.

2.—Os vales telegráficos, à semelhança do que acontece com os telegramas ordinários e nas mesmas condições destes, podem ser urgentes, com resposta paga, com aviso de recepção, conferidos, assim como transmitidos pelo correio ou entregues por próprio, quando o domicílio do destinatário se achar fora da área da distribuição gratuita da Repartição destinatária.

Neste último caso, o tomador deve indicar o modo por que deverá ser feito o transporte, além das linhas telegráficas (correio ou distribuição por próprio).

Les mandats télégraphiques peuvent, en outre, donner lieu à des demandes d'avis de paiement à délivrer et à expédier par la poste.

Les expéditeurs de mandats télégraphiques peuvent les faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse aux conditions et sous les réserves déterminées pour les correspondances ordinaires par l'article 11 de la Convention principale, tant que le bénéficiaire n'a pas pris livraison, soit du titre lui-même, soit du montant de ce titre. Le bureau destinataire ne peut toutefois donner suite aux demandes de modification d'adresse, qu'après réception de l'avis confirmatif.

Les expéditeurs des mandats télégraphiques peuvent ajouter à la formule réglementaire du mandat, des communications pour le destinataire, pourvu qu'ils en payent le montant d'après le tarif.

3.— L'expéditeur d'un mandat télégraphique doit payer:

a) la taxe ordinaire des mandats de poste et, si un avis de paiement est demandé, le droit fixe de cet avis;

b) la taxe du télégramme.

4.— Le bénéficiaire d'un mandat télégraphique doit être avisé immédiatement et sans frais, de l'arrivée du mandat; toutefois, lorsque son domicile, se trouve en dehors du rayon de distribution gratuite du bureau de destination, les frais de remise par exprès, de l'avis, s'ils n'ont pas été payés par l'expéditeur, peuvent être perçus sur le destinataire.

Lorsque, au lieu de l'avis, l'Administration du pays de destination remet les fonds à domicile, il lui est loisible de percevoir, de ce chef, une taxe spéciale en tenant compte, le cas échéant, des frais d'exprès qui ont été payés par l'expéditeur.

5.— Les mandats télégraphiques ne sont grevés d'aucuns frais autres que ceux prévus au présent article, ou qui peuvent être perçus en conformité des règlements télégraphiques internationaux.

ARTICLE 5

Réexpédition

1.— Par suite du changement de résidence du bénéficiaire, les mandats ordinaires peuvent être réexpédiés d'un des pays participant à l'Arrangement sur un autre de ces pays, si le pays de la nouvelle destination entretient avec celui d'origine un échange de mandats de poste sur la base du présent Arrangement.

La demande de réexpédition peut être formulée par l'expéditeur ou par le destinataire.

Le montant du mandat est converti par le bureau réexpéditeur en monnaie du pays de la nouvelle destination d'après le taux convenu pour les mandats à destination de ce pays et émanant du pays qui effectue la réexpédition. Il n'est perçu aucun supplément de taxe pour la réexpédition, mais le pays de la nouvelle destination touche en tout cas à son profit la quote-part de taxe qui lui serait dévolue si le mandat lui avait été primitivement adressé, même dans le cas où, par suite d'un arrangement spécial conclu entre le pays d'origine et le pays de la destination primitive, la taxe effectivement perçue serait inférieure à la taxe prévue par l'article 3 du présent Arrangement.

Toutefois, la conversion du montant n'est pas opérée quand le mandat est réexpédié sur le pays d'origine ou sur le pays de première destination. Suivant le cas, le titre est payé pour son montant primitif ou pour la somme versée en monnaie du pays d'origine et figurant aux indications de service.

Os vales telegráficos podem, além disso, dar lugar a pedidos de avisos de pagamento a entregar e a expedir pelo correio.

Os tomadores de vales telegráficos podem reclamar que eles sejam retirados do serviço ou que lhes seja alterado o endereço, enquanto esses vales não forem entregues ou pagos ao destinatário, mediante as condições e com as reservas estabelecidas para as correspondências ordinárias no artigo 11 da Convenção principal. A Repartição destinatária não deve, entretanto, dar seguimento aos pedidos de rectificação de endereço, antes de receber o respectivo aviso confirmativo.

Os tomadores de vales telegráficos podem acrescentar na fórmula regulamentar do vale quaisquer comunicações para o destinatário, sempre que paguem a taxa telegráfica a que essas comunicações derem lugar.

3.— O tomador dum vale telegráfico tem a pagar:

a) O prémio ordinário dos vales de correio e, quando for pedido aviso de pagamento, a taxa fixa desse aviso;

b) A taxa do telegrama.

4.— O destinatário dum vale telegráfico deve ser avisado, imediata e gratuitamente, da sua chegada; todavia, quando o seu domicílio se achar fora da área de distribuição gratuita da Repartição destinatária, podem as despesas de entrega do aviso por próprio ser cobradas do destinatário, se não tiverem sido pagas já pelo remetente.

Quando, em lugar do aviso, a Administração do país de destino entregar os fundos no domicílio do destinatário, é-lhe facultado cobrar, por este motivo, uma taxa especial, tendo em atenção as despesas de entrega por próprio que tiverem já sido pagas pelo remetente.

5.— Os vales telegráficos não podem ser onerados com outras despesas além das previstas no presente artigo ou com as que deverem ser-lhes impostas, em virtude dos regulamentos telegráficos internacionais.

ARTIGO 5

Reexpedição

1.— Os vales ordinários podem, por motivo de mudança de residência do destinatário, ser reexpedidos dum dos países que fazem parte deste Acôrdo para outro qualquer dos mesmos países, se o país do novo destino mantiver com o da procedência um serviço de permutação de vales de correio sobre a base do presente Acôrdo.

O pedido de reexpedição pode ser feito tanto pelo expeditor como pelo destinatário.

A importância do vale é convertida pela Repartição reexpedidora em moeda do país do novo destino, segundo a taxa estabelecida para os vales destinados a esse país, e provenientes do país que efectuar a reexpedição. Não se cobra prémio algum suplementar pela reexpedição, mas, em todo o caso, o país do novo destino percebe em seu proveito a cota parte do prémio que lhe pertenceria se o vale lhe fôsse primitivamente dirigido, ainda mesmo que, em virtude de acôrdo especial celebrado entre o país de procedência e o país do primitivo destino, o prémio realmente cobrado seja inferior ao fixado no artigo 3 do presente Acôrdo.

A conversão da importância do vale não se opera, porém, quando o vale for reexpedido para o país de procedência ou para o país do primitivo destino. O vale será pago, conforme o caso, pela sua primitiva importância ou pela quantia depositada em moeda do país de procedência e designada nas indicações oficiais do mesmo vale.

2.— Les mandats télégraphiques peuvent être réexpédiés sur une nouvelle destination par voie postale, aux mêmes conditions que les mandats ordinaires.

3.— Si l'Administration du nouveau pays de destination entretient avec celle de la destination primitive un échange de mandats télégraphiques, la réexpédition des mandats ordinaires ou télégraphiques peut, à la demande de l'expéditeur ou du destinataire, être opérée par voie télégraphique sans attendre la réception de l'avis confirmatif, en ce qui concerne les mandats télégraphiques. En pareil cas, le mandat original est quittancé par le bureau réexpéditeur et comptabilisé comme mandat payé, et les frais postaux et télégraphiques afférents au nouveau parcours sont déduits du montant à transmettre.

4.— Les mandats ordinaires originaux de pays ne participant pas au présent Arrangement, mais entretenant un échange de mandats de poste avec un pays contractant, peuvent, si les Arrangements particuliers ne s'y opposent pas, être réexpédiés, par voie postale, de ce dernier pays sur un tiers pays signataire de l'Arrangement. En pareil cas, le bureau réexpéditeur quittance le mandat original, le comptabilise comme mandat payé et établit un nouveau mandat dont la taxe est déduite du montant à transmettre.

ARTICLE 6

Décomptes

1.— Les Administrations des postes des pays contractants dressent, aux époques fixées par le Règlement ci-après, les comptes sur lesquels sont récapitulées toutes les sommes payées par leurs bureaux respectifs; et ces comptes, après avoir été débattus et arrêtés contradictoirement son soldés par l'Administration qui est reconnue redevable envers une autre, dans le délai fixé par le même Règlement. Sauf arrangement contraire, le paiement du solde a lieu dans la monnaie que le pays créancier applique au paiement des mandats de poste (article 2, § 3, ci-dessus).

2.— A cet effet, et sauf autre arrangement, lorsque les mandats ont été payés dans des monnaies différentes, la créance la plus faible est convertie en même monnaie que la créance la plus forte, en prenant pour base de la conversion le cours moyen officiel du change dans le pays débiteur pendant la période à laquelle le compte se rapporte.

3.— En cas de non-paiement du solde d'un compte dans les délais fixés, le montant de ce solde est productif d'intérêts, à dater du jour de l'expiration desdits délais jusqu'au jour où le paiement a lieu. Ces intérêts sont calculés à raison de 7 % l'an et sont portés au débit de l'Administration retardataire, sur le compte suivant.

ARTICLE 7

Responsabilité; mandats non distribuables périmés

1.— Les sommes converties en mandats de poste sont garanties aux déposants, jusqu'au moment où elles ont été régulièrement payées aux destinataires ou à leurs ayants droit. Tout mandat qui n'a pu être payé au destinataire pour une cause quelconque doit être remboursé à l'expéditeur.

Tout mandat dont le montant a été inscrit au crédit du compte courant postal du destinataire en conformité des règles qui concernent le service des chèques postaux est considéré comme valablement payé.

Lorsqu'un mandat n'a pas atteint son but par suite d'une faute de service et doit pour cette raison être rem-

2.— Os vales telegraficos podem ser reexpedidos para novo destino pela via postal, nas mesmas condições dos vales ordinários.

3.— Se a Administração do país do novo destino mantiver com a Administração do país do destino primitivo uma permutação de vales telegraficos, pode a reexpedição dos vales ordinários ou telegraficos efectuar-se a pedido do tomador ou do destinatário, pela via telegrafica, sem esperar a recepção do aviso confirmativo, pelo que respeita aos vales telegraficos. Neste caso, a Repartição reexpedidora passa recibo no vale original e lança-o nas suas contas como vale pago, sendo as despesas postais e telegraficas inerentes ao novo percurso deduzidas da importância que tiver de ser transmitida.

4.— Os vales ordinários procedentes dum país não aderente ao presente Acôrdo, mas que mantenha um serviço de permutação de vales de correio com um país aderente, podem, se acordos particulares a isso se não opuserem, ser reexpedidos, por via postal, deste último país para um terceiro país signatário do acôrdo. Neste caso, a Repartição reexpedidora passa recibo no vale original, lança-o nas suas contas como vale pago e estabelece um novo vale cuja taxa é deduzida da quantia a transmitir.

ARTIGO 6

Contas

1.— As Administrações dos correios dos países aderentes formulam, nas épocas determinadas pelo Regulamento que se segue, as contas em que são recapituladas todas as quantias pagas pelas suas respectivas Repartições, e essas contas, depois de terem sido verificadas e reciprocamente aceitas, são saldadas pela Administração que resultou devedora para com outra, no prazo fixado pelo mesmo Regulamento. Salvo acôrdo em contrário, o pagamento do saldo realiza-se na moeda que o país credor applica ao pagamento dos vales de correio (artigo 2, § 3, acima).

2.— Para esse fim, e salvo outro acôrdo, quando os vales forem pagos em moedas diferentes, o crédito menor converte-se na moeda do crédito maior, tomando por base da conversão o câmbio médio official no país devedor durante o período a que a conta se refere.

3.— No caso de falta de pagamento do saldo duma conta nos prazos fixados, a importância desse saldo vence juros, a contar do dia em que terminarem os ditos prazos até o dia em que se efectuar o pagamento. Esses juros calculam-se na razão de 7 por cento ao ano e lançam-se em débito da Administração retardatária na sua conta imediata.

ARTIGO 7

Responsabilidade; vales não entregues no período de validade

1.— As quantias que se converterem em vales de correio são garantidas aos tomadores, até o momento em que forem regularmente pagas aos destinatários ou aos seus representantes. Todo o vale que não fôr pago ao destinatário, por qualquer motivo, deve ser reembolsado ao expedidor.

O vale cuja importância fôr creditada na conta corrente postal do destinatário, em conformidade com as disposições relativas ao serviço dos cheques postais, é considerado como legalmente pago.

Quando um vale não tenha chegado ao seu destino por motivo duma irregularidade no serviço do correio e

boursé à l'expéditeur, celui-ci a droit, en outre, à la restitution des frais postaux de réclamation.

2.—Lorsque le paiement d'un mandat a été contesté, l'obligation de désintéresser le réclamant incombe à l'Office d'émission ou à l'Office de paiement dûment saisi d'une réclamation reconnue fondée.

S'il n'y a pas eu faute de sa part, l'Office qui a désintéressé le réclamant a le droit d'exercer son recours contre l'Administration responsable du paiement sur faux acquit.

3.—Pour dégager sa responsabilité à l'égard de tout mandat payé par lui, l'Office de destination doit être en mesure d'établir que le paiement a eu lieu dans les conditions prescrites par ses règlements intérieurs.

4.—Le réclamant doit être désintéressé le plus tôt possible et au plus tard dans le délai d'un an à partir du jour de la réclamation.

Ce délai peut être exceptionnellement dépassé lorsque malgré toute la diligence apportée par les Administrations dans l'examen d'une affaire, il n'a pas été suffisant pour permettre de déterminer les responsabilités.

5.—Lorsque l'Office d'origine a été saisi d'une réclamation par l'expéditeur et que l'Office de destination a laissé s'écouler une période d'une année sans donner de solution à l'affaire, ce dernier Office peut être mis en demeure d'avoir à rembourser le réclamant dans un délai qui lui est indiqué en tenant compte des distances. Si la mise en demeure n'est pas suivie d'effet à l'expiration de ce délai, l'Office d'origine est autorisé à désintéresser l'expéditeur pour le compte de l'Office de destination.

L'Office de destination pour le compte duquel un paiement est effectué, conformément aux dispositions de l'alinéa précédent, est tenu d'en rembourser le montant à l'Office expéditeur dans un délai de trois mois après la réception de l'avis dudit paiement. Le remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créditeur, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite, soit en espèces ayant cours dans le pays créditeur. Passé le délai de trois mois, la somme due à l'Office expéditeur est productive d'intérêt à raison de 7 % l'an, à dater du jour de l'expiration du dit délai.

6.—Il est toutefois entendu que la réclamation concernant le paiement d'un mandat à une personne non autorisée n'est admise que dans le délai d'un an à partir du lendemain du jour de l'expiration de la validité normale du mandat; passé ce terme, les Administrations cessent d'être responsables des paiements sur faux acquits.

7.—Les sommes encaissées par chaque Administration, en échange de mandats de poste dont le montant n'a pas été réclamé dans les délais fixés par les lois ou règlements du pays d'origine, sont définitivement acquises à l'Administration qui a délivré ces mandats.

ARTICLE 8

Législation des pays contractants; unions restreintes

Est réservé à chaque pays le droit d'appliquer, aux mandats de poste à destination ou en provenance d'autres pays, ses lois et règlements intérieurs, en tant qu'il n'y est pas dérogé par le présent Arrangement.

Les stipulations du présent Arrangement ne portent pas restriction au droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des arrangements spéciaux, ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes en vue de la réduction des taxes ou de toute autre amélioration du service.

deva por isso ser reembolsado ao expedidor, este tem também direito à restituição das despesas postais de reclamação.

2.—Quando o pagamento dum vale fôr contestado, a obrigação de indemnizar o reclamante pertence à Administração de emissão ou à Administração de pagamento quando o facto lhe fôr comunicado por uma reclamação fundamentada.

Se não houve falta da sua parte, a Administração que indemnizou o reclamante tem o direito de recurso contra a Administração responsável pelo pagamento contra recibo falso.

3.—Para se isentar de responsabilidade pelos vales que pague, a Administração de destino deve poder provar que o pagamento foi efectuado nas condições prescritas pelos seus regulamentos internos.

4.—O reclamante deve ser indemnizado o mais depressa possível e o mais tardar no prazo de um ano a contar do dia da reclamação.

Este prazo pode excepcionalmente ser excedido quando, apesar de todas as diligências empregadas pelas Administrações no exame do assunto, ele não fôr suficiente para se poderem determinar as responsabilidades.

5.—Quando à Administração de procedência fôr apresentada qualquer reclamação feita pelo expedidor e que a Administração de destino tenha deixado decorrer o período de um ano sem lhe dar solução, esta última Administração pode ser citada para reembolsar o reclamante num prazo que lhe será indicado, tendo em atenção as distâncias entre os dois países. Se a citação não der resultado até a expiração deste prazo, a Administração de procedência fica autorizada a indemnizar o expedidor por conta da Administração destinatária.

A Administração destinatária, por conta da qual se efectuar um pagamento de indemnização em conformidade com as disposições da alínea precedente, é obrigada a reembolsar a Administração expedidora pela importância desse pagamento no prazo de três meses depois da recepção do aviso do dito pagamento. O reembolso efectua-se sem encargos para a Administração credora, quer por meio de vale de correio ou cheque, quer em valores com curso no país credor. Decorrido o prazo de três meses, a importância devida à Administração expedidora vence juros à razão de 7 por cento ao ano, a contar do dia da expiração do dito prazo.

6.—Fica, porém, entendido que as reclamações relativas ao pagamento de vales feito a pessoas não autorizadas para os receber só se admitem no prazo de um ano, contado do dia seguinte àquele em que terminar a validade normal do vale; passado esse prazo, deixam as Administrações de ser responsáveis pelos pagamentos de vales mediante recibos falsos.

7.—As quantias recebidas por cada Administração, em troca de vales de correio, cuja importância os interessados não tiverem reclamado nos prazos fixados pelas leis ou regulamentos do país de procedência, ficam definitivamente pertencendo à Administração que emitiu esses vales.

ARTIGO 8

Legislação dos países aderentes; estabelecimento de relações mais íntimas

É reservado a cada país o direito de aplicar, aos vales de correio procedentes ou destinados a outros países, as suas leis e regulamentos internos em tudo o que não fôr contrário às disposições do presente Acôrdo.

As estipulações do presente Acôrdo não restringem o direito que assiste aos países aderentes de manter e celebrar Acordos especiais, assim como de manter e estabelecer uniões mais íntimas, no intuito de reduzir taxas ou de realizar qualquer outro melhoramento de serviço.

ARTICLE 9

Suspension extraordinaire du service

Chaque Administration peut, dans des circonstances extraordinaires qui sont de nature à justifier la mesure, suspendre temporairement le service des mandats internationaux, d'une manière générale ou partielle, sous la condition d'en donner immédiatement avis, au besoin par le télégraphe, à l'Administration ou aux Administrations intéressées.

ARTICLE 10

Adhésions à l'Arrangement

Les pays de l'Union qui n'ont point pris part au présent Arrangement sont admis à y adhérer sur leur demande, et dans la forme prescrite par l'article 26 de la Convention principale en ce qui concerne les adhésions à l'Union postale universelle.

ARTICLE 11

Désignation des bureaux participant à l'échange; Règlement d'exécution

1.—Les Administrations des postes des pays contractants prennent les mesures nécessaires pour assurer autant que possible le payement des mandats dans toutes les localités de leurs pays respectifs.

2.—Ces Administrations règlent la forme et le mode de transmission des mandats, la forme des comptes désignés à l'article 6 et toute autre mesure de détail ou d'ordre nécessaire pour assurer l'exécution du présent Arrangement.

ARTICLE 12

Propositions dans l'intervalle des réunions

1.—Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 27 de la Convention principale, toute Administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions concernant le service des mandats de poste.

Pour être mise en délibération, chaque proposition doit être appuyée par au moins deux Administrations, sans compter celle dont la proposition émane. Lorsque le Bureau international ne reçoit pas, en même temps que la proposition, le nombre nécessaire de déclarations d'appui, la proposition reste sans aucune suite.

2.—Toute proposition est soumise au procédé déterminé par le § 2 de l'article 28 de la Convention principale.

3.—Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir:

- 1° l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1, 2, 3, 4, 6 et 14;
- 2° les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions autres que celles des articles précités;
- 3° la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions du présent Arrangement, sauf le cas de litige prévu par l'article 25 de la Convention principale.
- 4.—Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, et, dans le troisième cas, par une notification administrative, selon la forme indiquée à l'article 28 de la Convention principale.

ARTIGO 9

Suspensão extraordinária do serviço

Cada uma das Administrações dos países aderentes pode, em circunstâncias extraordinárias que justifiquem essa medida, suspender temporariamente o serviço dos vales internacionais dum modo geral ou parcial, contanto que o participe imediatamente, se preciso for pelo telegrafo, à Administração ou Administrações interessadas.

ARTIGO 10

Adesões ao Acôrdo

Os países da União que não tomaram parte no presente Acôrdo são admitidos a aderir a êle, a seu pedido, na forma prescrita pelo artigo 26 da Convenção principal, no que respeita às adesões à União Postal Universal.

ARTIGO 11

Designação das Repartições que tomam parte no serviço de vales; Regulamento de execução

1.—As Administrações dos correios dos países aderentes devem tomar as necessárias medidas para assegurar, tanto quanto possível, o pagamento dos vales em todas as localidades dos seus respectivos países.

2.—As mesmas Administrações regulam a forma e o modo de transmissão dos vales, a organização das contas designadas no artigo 6, bem como quaisquer outras medidas que forem necessárias para assegurar a execução do presente Acôrdo.

ARTIGO 12

Propostas no intervalo das reuniões

1.—No intervalo que mediar entre as reuniões previstas no artigo 27 da Convenção principal, qualquer Administração dos correios dum dos países aderentes tem o direito de dirigir às outras Administrações dos mesmos países, por intermédio da Secretaria Internacional, propostas relativas aos serviços dos vales de correio.

Qualquer dessas propostas deve, para entrar em discussão, ter, pelo menos, o assentimento de duas Administrações, sem contar aquela que é autora da proposta. Sempre que a Secretaria Internacional deixe de receber, juntamente com a proposta, o respectivo número de declarações que a aprovam, fica a mesma proposta sem efeito.

2.—Essas propostas ficam sujeitas ao processo determinado no § 2 do artigo 28 da Convenção principal.

3.—Para que se tornem executivas, devem as mesmas propostas reunir:

- 1.º A unanimidade dos votos, se se tratar da adopção de novas disposições ou da modificação das disposições do presente artigo e dos artigos 1, 2, 3, 4, 6 e 14;
- 2.º Os dois terços dos votos, se se tratar da modificação de quaisquer outras disposições que não forem as dos referidos artigos;
- 3.º A simples maioria absoluta, se se tratar da interpretação das disposições do presente Acôrdo, excepto no caso de litigio previsto no artigo 25 da Convenção principal.
- 4.—As resoluções que se tomarem serão sancionadas, nos dois primeiros casos, por uma declaração diplomática e no terceiro caso por uma notificação administrativa, segundo a forma indicada no artigo 28 da Convenção principal.

5. — Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

ARTICLE 13

Participation d'autres Administrations au service des mandats

Les pays dans lesquels le service des mandats relève d'une Administration autre que celle des postes, peuvent participer à l'échange régi par les dispositions du présent Arrangement.

Il appartient à l'Administration chargée, dans ces pays, du service des mandats, de s'entendre avec l'Administration postale, pour assurer la complète exécution de toutes les clauses de l'Arrangement.

Cette dernière Administration lui servira d'intermédiaire pour toutes ses relations avec les Administrations postales des autres pays contractants avec le Bureau international.

ARTICLE 14

Durée de l'Arrangement; ratification

1. — Le présent Arrangement entrera en vigueur le 1^{er} janvier 1922.

2. — Il aura la même durée que la Convention principale, sans préjudice du droit réservé à chaque pays de se retirer de cet Arrangement moyennant un avis donné, un an à l'avance, par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération suisse.

3. — Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution du présent Arrangement, toutes les dispositions convenues antérieurement entre les divers Gouvernements ou Administrations des parties contractantes.

4. — Le présent Arrangement sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Madrid.

En foi de quoi, les plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement à Madrid, le trente novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne :

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pour la République Argentine :

A. Barrera Nicholson.

Pour l'Autriche.

Eberan.

Pour la Belgique :

*A. Pirard.
Tichon.
Hub. Krains.*

Pour la colonie du Congo belge :

*M. Halewyck.
G. Tondeur.*

Pour la Bolivie :

Luis Rodriguez.

Pour le Brésil :

*Alcibiades Peganha.
J. Henrique Aderne.*

Pour la Bulgarie :

*N. Startcheff.
N. Boschnakoff.*

5. — Qualquer resolução ou modificação aprovada só começa a ter vigor três meses depois, pelo menos, de haver sido notificada.

ARTIGO 13

Admissão de Administrações estranhas ao correio, no serviço de vales

Os países onde o serviço de vales depender duma Administração que não seja a dos correios podem tomar parte na permutação estabelecida pelas disposições do presente Acôrdo.

Compete à Administração encarregada do serviço de vales nesses países entender-se com a respectiva Administração postal, a fim de assegurar a completa execução de todas as cláusulas do Acôrdo.

Esta última Administração postal servir-lhe há de intermediária em todas as suas relações com as Administrações postais dos outros países aderentes ao Acôrdo, assim como com a Secretaria Internacional.

ARTIGO 14.

Duração do Acôrdo; ratificação

1. — O presente Acôrdo começará a vigorar em 1 de Janeiro de 1922.

2. — Terá a mesma duração que a Convenção principal, sem prejuízo do direito, reservado a cada país, de se retirar do referido Acôrdo, mediante aviso dado com um ano de antecedência pelo seu Govêrno ao Govêrno da Confederação Suíça.

3. — Ficam derogadas, a contar do dia em que o presente Acôrdo fôr pôsto em execução, todas as disposições convencionadas anteriormente entre os diversos Governos ou Administrações das partes contratantes.

4. — O presente Acôrdo será ratificado no menor prazo possível. Os instrumentos de ratificação serão trocados em Madrid.

Em firmeza do que, os plenipotenciários dos países acima mencionados assinaram o presente acôrdo em Madrid, aos trinta de Novembro de mil novecentos e vinte

Pela Alemanha :

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pela República Argentina :

A. Barrera Nicholson.

Pela Áustria :

Eberan.

Pela Bélgica :

*A. Pirard.
Tichon.
Hub. Krains.*

Pela colônia do Congo belge :

*M. Halewyck.
G. Tondeur.*

Pela Bolívia :

Luis Rodriguez.

Pelo Brasil :

*Alcibiades Peganha.
J. Henrique Aderne.*

Pela Bulgária :

*N. Startcheff.
N. Boschnakoff.*

Pour le Chili :

A. de la Cruz.
Florencio Marquez de la Plata.
Gus. Cousiño.

Pour la Chine :

Liou Fou-Tcheng.

Pour la République de Colombie :

W. Mac Lellan.
Gabriel Roldan.

Pour le Danemark :

Holtnagel Jensen.
Holmblad.

Pour l'Egypte :

N. T. Borton.

Pour l'Espagne :

Conde de Colombi.
José de Garcia Torres.
Guillermo Capdevila.
Martin Vicente.
António Camacho.

Pour l'Ethiopie :

Weuldeu-Berhane.

Pour la Finlande :

G. E. F. Albrecht.

Pour la France :

M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.

Pour l'Algérie :

H. Treuillé.

Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine :

André Touzet.

Pour l'ensemble des autres colonies françaises :

G. Demartial.

Pour la Grèce :

P. Scassi.
Th. Penthéroudakis.

Pour la République du Honduras :

Ricardo Beltrán y Rózpide.

Pour la Hongrie :

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Islande :

Holtnagel Jensen.

Pour l'Italie et les colonies italiennes :

E. Delmati.
T. C. Giannini.
S. Ortisi.

Pelo Chile :

A. de la Cruz.
Florencio Marquez de la Plata.
Gus. Cousiño.

Pela China :

Liou Fou-Tcheng.

Pela República de Colômbia :

W. Mac Lellan.
Gabriel Roldan.

Pela Dinamarca :

Holtnagel Jensen.
Holmblad.

Pelo Egipto :

N. T. Borton.

Pela Espanha :

Conde de Colombi.
José de Garcia Torres.
Guillermo Capdevila.
Martin Vicente.
Antonia Camacho.

Pela Etiópia :

Weuldeu-Berhane.

Pela Finlândia :

G. E. F. Albrecht.

Pela França :

M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.

Pela Argélia :

H. Treuillé.

Pelas colónias e protectorados franceses da Indo-China :

André Touzet.

Pelo conjunto das outras colónias francesas :

G. Demartial.

Pela Grécia :

P. Scassi.
Th. Penthéroudakis.

Pela República de Honduras :

Ricardo Beltrán y Rózpide.

Pela Hungria :

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pela Islândia :

Holtnagel Jensen.

Pela Itália e colónias italianas :

E. Delmati.
T. C. Giannini.
S. Ortisi.

Pour le Japon :

S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour le Chosen :

S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises :

S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour la République de Libéria :

Luis Ma. Solér.

Pour le Luxembourg :

G. Faber.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole) :

Gérard Japy.
J. Walter.

Pour le Maroc (zone espagnole) :

M. Aguirre de Cárcer.
L. López-Ferrer.
C. Garcia de Castro.

Pour le Nicaragua :

M. Ig. Terán.

Pour la Norvège :

Sommerschield.
Klaus Helsing.

Pour la République de Panamá :

J. D. Arosemena.

Pour le Paraguay :

Fernando Pignet.

Pour les Pays-Bas :

A. W. Kymmell.
J. S. v. Gelder.

Pour les Indes Néerlandaises :

Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pour les colonies néerlandaises en Amérique :

Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pour le Pérou :

D. C. Urrea.
O. Barrenechea y Raygada.

Pour la Pologne :

W. Dobrowolski.
Maciejewski.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal :

Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pour les colonies portugaises de l'Afrique :

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelo Japão :

S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pelo Chosen :

S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pelo conjunto das outras dependências japonesas :

S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pela República de Libéria :

Luis Ma. Solér.

Pelo Luxemburgo :

G. Faber.

Por Marrocos (com exclusão da zona espanhola) :

Gérard Japy.
J. Walter.

Por Marrocos (zona espanhola) :

M. Aguirre de Cárcer.
L. López-Ferrer.
C. Garcia de Castro.

Pela Nicarágua :

M. Ig. Terán.

Pela Noruega :

Sommerschield.
Klaus Helsing.

Pela República de Panamá :

J. D. Arosemena.

Pelo Paraguai :

Fernando Pignet.

Pelos Países Baixos :

A. W. Kymmell.
J. S. v. Gelder.

Pelas Índias neerlandesas :

Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pelas colónias neerlandesas na América :

Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pelo Peru :

D. C. Urrea.
O. Barrenechea y Raygada.

Pela Polónia :

W. Dobrowolski.
Maciejewski.
Dr. Marjan Blachier.

Por Portugal :

Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pelas colónias portuguesas de África :

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:
José Emilio dos Santos e Silva.

Pour la Roumanie:
D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pour la République de Saint-Marin:

Pour le Territoire de la Sarre:
Douarche.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:
Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr. Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pour le Royaume de Siam:
Phra Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:
Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:
Mengotti.
F. Ross.

Pour la Tchécoslovaquie:
Dr. Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pour la Tunisie:
Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pour la Turquie:
Méhmed-Ali.

Pour l'Uruguay:
Adolfo Agorio.

Pour les États-Unis de Vénézuëla
Pedro-Emilio Coll.
S. Barceló.
A. Posse.

Pelas colónias portuguesas da Ásia e da Occânia:
José Emilio dos Santos e Silva.

Pela Roménia:
D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pela República de S. Marino:

Pelo Território do Sarre:
Douarche.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios:
Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr. Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pelo Reino de Sião:
Phra Sanpakitch Preecha.

Pela Suécia:
Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça:
Mengotti.
F. Boss.

Pela Tcheco-Slováquia:
Dr. Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pela Tunísia:
Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pela Turquia:
Méhmed-Ali.

Pelo Uruguai:
Adolfo Agorio.

Pelos Estados Unidos de Venezuela:
Pedro-Emilio Coll.
S. Barceló.
R. Posse.

Protocole final

Au moment de procéder à la signature de l'Arrangement concernant le service des mandats de poste, les plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I

A titre provisoire chaque pays a la faculté de percevoir une taxe inférieure à celle prévue à l'article 3 du présent Arrangement.

II

En ce qui concerne les taxes prévues par l'Arrangement, chaque pays est autorisé à les mettre en vigueur avant le 1^{er} janvier 1922, à la condition d'en informer le Bureau international au moins un mois d'avance et, au besoin, par télégramme.

En foi de quoi, les plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final, qui aura la même force

Protocolo final

Por ocasião de se proceder à assinatura do Acôrdo relativo ao serviço dos vales de correio, os plenipotenciários abaixo assinados concordaram no seguinte:

I

A título provisório, cada país tem a faculdade de cobrar uma taxa inferior à prevista no artigo 3 do presente Acôrdo.

II

Pelo que respeita às taxas previstas pelo presente Acôrdo, cada país fica autorizado a pô-las em execução antes do 1.º de Janeiro de 1922, com a condição de assim o notificar à Repartição Internacional, se fôr necessário, pelo telégrafo, e pelo menos com um mês de antecedência.

Em firmeza do que, os plenipotenciários abaixo assinados lavraram o presente Protocolo final, que terá

et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même de l'Arrangement auquel il se rapporte, et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement espagnol et dont une copie sera remise à chaque partie.

Fait à Madrid, le trente novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne :

Ronge.
Schenk.
Orth.

Pour la République Argentine :

A. Barrera Nicholson.

Pour l'Autriche :

Eberan.

Pour la Belgique :

A. Pirard.
Tixhon.
Hub. Krains.

Pour la colonie du Congo belge :

M. Halewyck.
G. Tondeur.

Pour la Bolivie :

Luis Rodriguez.

Pour le Brésil :

Alcibiades Peçanha.
J. Henrique Aderne.

Pour la Bulgarie :

N. Startcheff.
N. Boschnakoff.

Pour le Chili :

A. de la Cruz.
Florencio Marquez de la Plata.
Gus. Cousiño.

Pour la Chine :

Liou Fou-Tcheng.

Pour la République de Colombie :

W. Mac Lellan.
Gabriel Roldan.

Pour le Danemark :

Hollnagel Jensen.
Holmblad.

Pour l'Égypte :

N. T. Borton.

Pour l'Espagne :

Conde de Colombi.
José de Garcia Torres.
Guillermo Capdevila.
Martin Vicente.
Antonio Camacho.

Pour l'Éthiopie :

Weuldeu-Berhane.

Pour la Finlande :

G. E. F. Albrecht.

Pour la France :

M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.

tanta força e validade como se as disposições nele contidas estivessem insertas no próprio texto do Acôrdo a que se refere, e assinaram-no num exemplar que ficará depositado nos arquivos do Govêrno Espanhol, e de que será dada uma cópia a cada uma das partes.

Feito em Madrid, aos trinta de Novembro de mil novecentos e vinte.

Pela Alemanha :

Ronge.
Schenk.
Orth.

Pela República Argentina :

A. Barrera Nicholson.

Pela Áustria :

Eberan.

Pela Bélgica :

A. Pirard.
Tixhon.
Hub. Krains.

Pela colônia do Congo belga :

M. Halewyck.
G. Tondeur.

Pela Bolívia :

Luis Rodriguez.

Pelo Brasil :

Alcibiades Peçanha.
J. Henrique Aderne.

Pela Bulgária :

N. Startcheff.
N. Boschnakoff.

Pelo Chile :

A. de la Cruz.
Florencio Marquez de la Plata.
Gus. Cousiño.

Pela China :

Liou Fou-Tcheng.

Pela República de Colômbia :

W. Mac Lellan.
Gabriel Roldan.

Pela Dinamarca :

Hollnagel Jensen.
Holmblad.

Pelo Egipto :

N. T. Borton.

Pela Espanha :

Conde de Colombi.
José de Garcia Torres.
Guillermo Capdevila.
Martin Vicente.
Antonio Camacho.

Pela Etiópia :

Weuldeu-Berhane.

Pela Finlândia :

G. E. F. Albrecht.

Pela França :

M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.

Pour l'Algérie: <i>H. Treuillé.</i>	Pela Argélia: <i>H. Treuillé.</i>
Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine: <i>André Touzet.</i>	Pelas colónias e protectorados franceses da Indo-China: <i>André Touzet.</i>
Pour l'ensemble des autres colonies françaises: <i>G. Demartial.</i>	Pelo conjunto das outras colónias francesas: <i>G. Demartial.</i>
Pour la Grèce: <i>P. Scassi.</i> <i>Th. Penthéroudakis.</i>	Pela Grécia: <i>P. Scassi.</i> <i>Th. Penthéroudakis.</i>
Pour la République du Honduras: <i>Ricardo Beltrán y Rózpide.</i>	Pela República de Honduras: <i>Ricardo Beltrán y Rózpide.</i>
Pour la Hongrie: <i>O. de Fejér.</i> <i>G. Baron Szalay.</i>	Pela Hungria: <i>O. de Fejér.</i> <i>G. Baron Szalay.</i>
Pour l'Islande: <i>Hollnagel Jensen.</i>	Pela Islândia: <i>Hollnagel Jensen.</i>
Pour l'Italie et les colonies italiennes: <i>E. Delmati.</i> <i>T. C. Giannini.</i> <i>S. Ortisi.</i>	Pela Itália e colónias italianas: <i>E. Delmati.</i> <i>T. C. Giannini.</i> <i>S. Ortisi.</i>
Pour le Japon: <i>S. Nakanishi.</i> <i>Arajiro Miura.</i> <i>Y. Hiratsuka.</i>	Pelo Japão: <i>S. Nakanishi.</i> <i>Arajiro Miura.</i> <i>Y. Hiratsuka.</i>
Pour le Chosen: <i>S. Nakanishi.</i> <i>Arajiro Miura.</i> <i>Y. Hiratsuka.</i>	Pelo Chosen: <i>S. Nakanishi.</i> <i>Arajiro Miura.</i> <i>Y. Hiratsuka.</i>
Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises: <i>S. Nakanishi.</i> <i>Arajiro Miura.</i> <i>Y. Hiratsuka.</i>	Pelo conjunto das outras dependências japonesas: <i>S. Nakanishi.</i> <i>Arajiro Miura.</i> <i>Y. Hiratsuka.</i>
Pour la République de Libéria: <i>Luis Ma. Solér.</i>	Pela República de Libéria: <i>Luis Ma. Solér.</i>
Pour le Luxembourg: <i>G. Faber.</i>	Pelo Luxemburgo: <i>G. Faber.</i>
Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole): <i>Gérard Japy.</i> <i>J. Walter.</i>	Por Marrocos (com exclusão da zona espanhola): <i>Gérard Japy.</i> <i>J. Walter.</i>
Pour le Maroc (zone espagnole): <i>M. Aguirre de Cárcer.</i> <i>L. López-Ferrer.</i> <i>C. Garcia de Castro.</i>	Por Marrocos (zona espanhola): <i>M. Aguirre de Cárcer.</i> <i>L. López-Ferrer.</i> <i>C. Garcia de Castro.</i>
Pour le Nicaragua: <i>M. Ig. Terán.</i>	Pela Nicarágua: <i>M. Ig. Terán.</i>
Pour la Norvège: <i>Sommerschield.</i> <i>Klaus Helsing.</i>	Pela Noruega: <i>Sommerschield.</i> <i>Klaus Helsing.</i>
Pour la République de Panama: <i>J. D. Arosemena.</i>	Pela República de Panamá: <i>J. D. Arosemena.</i>
Pour le Paraguay: <i>Fernando Pignet.</i>	Pelo Paraguai: <i>Fernando Pignet.</i>
Pour les Pays-Bas: <i>A. W. Kymmell.</i> <i>J. S. v. Gelder.</i>	Pelos Países Baixos: <i>A. W. Kymmell.</i> <i>J. S. v. Gelder.</i>

Pour les Indes néerlandaises :

Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pour les colonies néerlandaises en Amérique :

Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pour le Pérou :

D. C. Urrea.
O. Barrenechea y Raygada.

Pour la Pologne :

W. Dobrowolski.
Maciejewski.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal :

Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pour les colonies portugaises de l'Afrique :

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie :

José Emilio dos Santos e Silva.

Pour la Roumanie :

D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pour la République de Saint-Marin.

Pour le Territoire de la Sarre :

Douarche.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes :

Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr. Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pour le Royaume de Siam :

Phra Sampakitch Preecha.

Pour la Suède :

Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse :

Mengotti.
F. Boss.

Pour la Tchécoslovaquie :

Dr. Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pour la Tunisie :

Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pour la Turquie :

Méhmed-Ali.

Pour l'Uruguay :

Adolfo Agorio.

Pour les Etats-Unis de Vénézuëla :

Pedro-Emilio Coll.
S. Barceló.
A. Posse.

Pelas Índias neerlandesas :

Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pelas colónias neerlandesas na América :

Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pelo Peru :

D. C. Urrea.
O. Barrenechea y Raygada.

Pela Polónia :

W. Dobrowolski.
Maciejewski.
Dr. Marjan Blachier.

Por Portugal :

Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pelas colónias portuguesas de África :

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia :

José Emilio dos Santos e Silva.

Pela Roménia :

D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pela República de S. Marino :

Pelo Território do Sarre :

Douarche.

Pelo Reino das Sérvias, Croatas e Slovénios :

Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr. Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pelo Reino de Sião :

Phra Sampakitch Preecha.

Pela Suécia :

Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça :

Mengotti.
F. Boss.

Pela Tcheco-Slováquia :

Dr. Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pela Tunísia :

Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pela Turquia :

Méhmed-Ali.

Pelo Uruguai :

Adolfo Agorio.

Pelos Estados Unidos de Venezuela :

Pedro-Emilio Coll.
S. Barceló.
A. Posse.

Convention concernant l'échange des colis postaux

Conclue entre

L'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique, et la Colonie du Congo belge, la Bolivie, le Brésil, la Bulgarie, le Chili, la Chine, la République de Colombie, la République de Costa-Rica, la République de Cuba, le Danemark, la République Dominicaine, l'Égypte, l'Équateur, l'Espagne et les Colonies espagnoles, l'Éthiopie, la Finlande, la France, l'Algérie, les Colonies et protectorats français de l'Indochine, l'Ensemble des autres colonies françaises, la Grèce, le Guatemala, la République d'Haïti, la République du Honduras, la Hongrie, l'Inde britannique, l'Islande, l'Italie et les Colonies italiennes, le Japon, le Chosen, l'Ensemble des autres dépendances japonaises, la République de Libéria, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole), le Maroc (zone espagnole), le Nicaragua, la Norvège, la République de Panamá, le Paraguay, les Pays-Bas, les Indes néerlandaises, les Colonies néerlandaises en Amérique, le Pérou, la Perse, la Pologne, le Portugal, les Colonies portugaises de l'Afrique, de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la Russie, la République de St-Marin, le Salvador, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, le Royaume de Siam, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie, l'Uruguay et les États-Unis de Venezuela.

Les soussignés, plénipotentiaires des Gouvernements des pays ci-dessus énumérés, vu l'article 21 de la Convention principale, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté la Convention suivante:

ARTICLE 1

Objet de la Convention

1.—Il peut être expédié, sous la dénomination de colis postaux, de l'un des pays mentionnés ci-dessus pour un autre de ces pays, des colis avec ou sans valeur déclarée jusqu'à concurrence de 10 kilogrammes, avec les coupures de poids suivantes: Jusqu'à 1 kilogramme, de 1 à 5 kilogrammes et de 5 à 10 kilogrammes.

Par exception, il est loisible à chaque pays de n'accepter que les colis de la coupure de poids de 5 kilogrammes et de ne pas se charger des colis avec déclaration de valeur, ni des colis encombrants.

Chaque pays fixe, en ce qui le concerne, la limite supérieure de la déclaration de valeur, laquelle ne peut, en aucun cas, descendre au-dessous de 1.000 francs.

Dans les relations entre deux ou plusieurs pays qui ont adopté des maxima différents, c'est la limite la plus basse qui doit être réciproquement observée.

2.—Les Administrations des postes des pays correspondants peuvent convenir d'admettre les colis d'un poids de plus de 10 kilogrammes sur la base des dispositions de la Convention, sauf augmentation de la taxe et de la responsabilité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie.

3.—Le Règlement d'exécution détermine les autres conditions auxquelles les colis sont admis au transport.

ARTICLE 2

Transit des colis

1.—La liberté du transit est garantie sur le territoire de chacun des pays adhérents, et la responsabilité des

Convenção relativa à permutação de encomendas postais

Celebrada entre os seguintes países

Alemanha, República Argentina, Áustria, Bélgica e Colónia do Congo belga, Bolívia, Brasil, Bulgária, Chile, China, República de Colômbia, República de Costa Rica, República de Cuba, Dinamarca, República Dominicana, Egipto, Equador, Espanha e Colónias espanholas, Etiópia, Finlândia, França, Argélia, Colónias e protectorados franceses da Indo-China, Conjunto das outras colónias francesas, Grécia, Guatemala, República de Haïti, República de Honduras, Hungria, Índia britânica, Islândia, Itália e Colónias italianas, Japão, Chosen, Conjunto das outras dependências japonesas, República de Libéria, Luxemburgo, Marrocos (com exclusão da zona espanhola), Marrocos (zona espanhola), Nicarágua, Noruega, República de Panamá, Paraguai, Países Baixos, Índias neerlandesas, Colónias neerlandesas na América, Peru, Pérsia, Polónia, Portugal, Colónias portuguesas da África, da Ásia e da Oceânia, Roménia, Rússia, República de S. Marino, Salvador, Território do Sarre, Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios, Reino de Sião, Suécia, Suíça, Tcheco-Slováquia, Tunísia, Turquia, Uruguai e Estados Unidos de Venezuela.

Os abaixo assinados, plenipotenciários dos Governos dos países acima mencionados, visto o artigo 21 da Convenção principal, celebraram, de comum acordo e sob reserva de ratificação, a Convenção seguinte:

ARTIGO 1

Objecto da Convenção

1.—Podem ser expedidos, com a denominação de encomendas postais, de um dos países acima mencionados para outro dos mesmos países, quaisquer volumes com ou sem declaração de valor, cujo peso não exceder a 10 quilogramas, com as seguintes fracções de peso: até 1 quilograma, de 1 a 5 quilogramas e de 5 a 10 quilogramas.

Excepcionalmente é permitido a cada país não se encarregar de encomendas senão do peso de 5 quilogramas, nem com declaração de valor, nem ainda de encomendas de difícil acomodação.

Cada país fixa, na parte que lhe diz respeito, o limite máximo da declaração de valor, a qual não pode, em caso algum, ser inferior a 1.000 francos.

Nas relações entre dois ou mais países que tiverem adoptado limites máximos diferentes é o limite menos elevado o que deve ser reciprocamente seguido.

2.—As Administrações postais dos países correspondentes podem concordar na aceitação de encomendas de peso superior a 10 quilogramas, nas bases da presente Convenção, salvo a elevação da taxa e o aumento da responsabilidade no caso de perda, subtracção ou avaria.

3.—O Regulamento da presente Convenção determina as outras condições em que as encomendas são admitidas ao transporte.

ARTIGO 2

Trânsito das encomendas

1.—A liberdade do trânsito é garantida no território de cada um dos países aderentes, e a responsabilidade

Offices qui participent au transport est engagée dans les limites déterminées par l'article 16 ci-après.

En conséquence, les diverses Administrations participant à la présente Convention peuvent s'expédier réciproquement des colis postaux par l'intermédiaire d'une ou de plusieurs d'entre elles.

2.—A moins d'arrangement contraire entre les Offices intéressés, la transmission des colis postaux échangés entre pays non limitrophes s'opère à découvert.

ARTICLE 3

Rétribution du transport

1.—L'Administration du pays d'origine est redevable envers chacune des Administrations participant au transit territorial, d'un droit de 0 fr. 30 par colis jusqu'au poids de 1 kilogramme, de 0 fr. 50 par colis jusqu'au poids de 5 kilogrammes, et de 0 fr. 90 par colis de 5 à 10 kilogrammes.

2.—En outre, s'il y a un ou plusieurs transports maritimes, l'Administration du pays d'origine doit, à chacun des Offices dont les services participent au transport maritime, et, le cas échéant, pour chacun de ces services, un droit dont le taux est fixé par colis savoir :

Echelons de distance	Colis jusqu'à 1 kilogramme	Colis jusqu'à 5 kilogrammes	Colis de 5 à 10 kilogrammes
Jusqu'à 500 milles marins . .	0,15	0,25	0,45
De 501 à 1.000 milles marins	0,25	0,40	0,75
De 1.001 à 2.000 milles marins	0,40	0,60	1,10
De 2.001 à 3.000 milles marins	0,50	0,80	1,45
De 3.001 à 4.000 milles marins	0,60	1,00	1,80
De 4.001 à 5.000 milles marins	0,70	1,20	2,15
De 5.001 à 6.000 milles marins	0,80	1,40	2,50
De 6.001 à 7.000 milles marins	0,90	1,60	2,85
De 7.001 à 8.000 milles marins	1,00	1,80	3,20
De 8.001 à 9.000 milles marins	(maximum)	2,00	3,55
De 9.001 à 10.000 milles marins	"	2,20	3,90
C'est-à-dire, au delà de 1.000 milles marins, il convient d'ajouter . . .	"	0,20	0,35
Par 1.000 milles ou fraction de 1.000 milles excédant.			

Ces parcours sont calculés, le cas échéant, d'après la distance moyenne entre les ports respectifs des deux pays correspondants.

Toutefois, pour les colis jusqu'à 1 kilogramme le droit dû à chacun des Offices dont les services participent au transport maritime, ne doit pas excéder le taux de 1 franc par colis, sans égard aux parcours.

3.—Les pays signataires de la présente Convention, qu'ils aient ou non le franc comme unité monétaire, ont la faculté, sous réserve d'aviser un mois au moins à l'avance, l'Administration des postes suisses, de réduire ou de majorer simultanément leurs taxes territoriales de départ et d'arrivée. La réduction ou la majoration sera valable pendant une période de six mois au minimum. La majoration ne pourra en aucun cas, dépasser, pour chaque coupure de poids, les taxes normales correspondantes.

Toutefois, la taxe qui revient au pays d'origine ou de destination ne pourra dépasser la taxe perçue dans son service interne pour les colis de la même coupure de poids.

La même faculté de réduction ou de majoration de 100 pour cent au maximum, est accordée aux pays contractants, en ce qui concerne les droits applicables aux trans-

das Administrações que tomam parte no transporte fica limitada às disposições do artigo 16 da presente Convenção.

Por consequência, as diversas Administrações que aderiram à presente Convenção podem permutar encomendas postais por intermédio de uma ou mais Administrações.

2.—Salvo acôrdo em contrário por parte das Administrações interessadas, a transmissão das encomendas postais, permutadas entre países não limitrofes, faz-se a descoberto.

ARTIGO 3

Retribuição pelo transporte

1.—A Administração do país de procedência é devedora, a cada uma das Administrações que tomam parte no trânsito terrestre, de um direito de 30 cêntimos por encomenda até o peso de 1 quilograma, de 50 cêntimos por encomenda até o peso de 5 quilogramas e de 90 cêntimos por encomenda de 5 a 10 quilogramas.

2.—Se houver, além disso, um ou mais transportes marítimos, a Administração do país de procedência deve, a cada uma das Administrações e por cada um dos seus serviços utilizados no transporte marítimo, um direito por encomenda fixado da seguinte forma:

Distâncias	Encomendas até 1 quilograma	Encomendas até 5 quilogramas	Encomendas de 5 a 10 quilogramas
Até 500 milhas marítimas . . .	0,15	0,25	0,45
De 501 a 1.000 milhas marítimas	0,25	0,40	0,75
De 1.001 a 2.000 milhas marítimas	0,40	0,60	1,10
De 2.001 a 3.000 milhas marítimas	0,50	0,80	1,45
De 3.001 a 4.000 milhas marítimas	0,60	1,00	1,80
De 4.001 a 5.000 milhas marítimas	0,70	1,20	2,15
De 5.001 a 6.000 milhas marítimas	0,80	1,40	2,50
De 6.001 a 7.000 milhas marítimas	0,90	1,60	2,85
De 7.001 a 8.000 milhas marítimas	1,00	1,80	3,20
De 8.001 a 9.000 milhas marítimas	(máximo)	2,00	3,55
De 9.001 a 10.000 milhas marítimas	"	2,20	3,90
Isto é, além de 1.000 milhas marítimas deve acrescentar-se . . . por cada 1.000 milhas ou fracção a mais.	"	0,20	0,35

Estes percursos são calculados, quando os houver, segundo a distância média entre os portos respectivos dos dois países correspondentes.

Por cada encomenda, porém, que não pesar mais de 1 quilograma, não pode o direito devido a cada uma das Administrações, cujos serviços tomarem parte no transporte marítimo, ser superior a 1 franco, qualquer que seja a distância do percurso.

3.—Os países signatários da presente Convenção, quer tenham ou não o franco por unidade monetária, têm a faculdade de reduzir ou de aumentar simultaneamente as suas taxas territoriais de partida e de chegada, com a condição de avisarem do facto a Administração dos correios suíços, pelo menos, com um mês de antecedência. A redução ou aumento serão válidos durante um período de seis meses, pelo menos. O aumento não poderá, em caso algum, exceder, em cada fracção de peso, as taxas normais correspondentes.

Todavia, a taxa que reverte para o país de origem ou de destino não poderá exceder a taxa cobrada no seu serviço interno pelas encomendas da mesma fracção de peso.

A mesma faculdade de redução ou de aumento até o máximo de 100 por cento é concedida aos países aderentes pelo que respeita aos direitos aplicáveis aos trans-

ports maritimes indiqués au paragraphe 2 ci-dessus. Toutefois, la majoration ne peut être demandée que lorsqu'elle est appliquée aussi aux colis postaux du pays dont dépendent les services qui effectuent les transports maritimes, les relations entre ce pays et ces colonies étant exceptées.

4.—Pour les colis encombrants, les bonifications fixées par les paragraphes 1 et 2 précédents sont augmentées de 50 pour cent.

5.—Indépendamment des frais de transit précités, l'Administration du pays d'origine est redevable, à titre de droit d'assurance pour les colis avec valeur déclarée, envers chacune des Administrations dont les services participent au transport avec responsabilité et, le cas échéant, pour chacun de ces services, d'une quote-part de droit d'assurance fixée, par 300 francs ou fraction de 300 francs, à 0 fr. 05 pour transit territorial et à 0 fr. 10 pour transit maritime.

6.—Les droits fixés en francs ou en centimes et prévus par la présente Convention, se rapportent au franc-or conforme au poids et au titre des monnaies d'or établis par la législation en vigueur dans les divers pays qui ont adopté cette unité monétaire.

Les équivalents des droits sont fixés, dans la monnaie des pays contractants, de la manière prévue à l'article II du Règlement d'exécution de la présente Convention.

ARTICLE 4

Obligation de l'affranchissement

L'affranchissement des colis postaux est obligatoire.

ARTICLE 5

Taxes et surtaxes; avis de réception

1.—La taxe des colis postaux se compose d'un droit comprenant autant de fois 0 fr. 30 par colis jusqu'au poids de 1 kilog., 50 centimes par colis jusqu'au poids de 5 kilog. et 90 centimes par colis de 5 à 10 kilog., qu'il y a d'Offices, participant au transport territorial, avec addition, le cas échéant, pour les quotes-parts terminales (départ et arrivée) de la surtaxe prévue au § 3 de l'article 3. Il convient d'ajouter, s'il y a lieu, le droit maritime prévu à l'article 3, paragraphe 2, ainsi que la surtaxe maritime correspondante prévue au § 3 et les taxes, droits et surtaxes mentionnés dans les paragraphes ci-après.

2. Les colis encombrants sont soumis à une taxe additionnelle de 50 pour cent qui est arrondie, s'il y a lieu, par 5 centimes. Cette taxe additionnelle ne s'applique pas aux surtaxes prévues aux §§ 4 et 5 ci-après.

3.—Pour les colis avec valeur déclarée, il est ajouté, par fraction indivisible de 300 francs :

- a) un droit de 5 centimes par Administration participant au transport territorial;
- b) un droit de 10 centimes par service maritime emprunté.

Toutefois, comme mesure de transition, est réservée à l'Office d'origine la faculté de percevoir un droit autre que ceux indiqués ci-dessus, pourvu que le droit perçu sur l'expéditeur ne dépasse pas au total 50 centimes par 300 francs de la somme déclarée.

Les pays disposés à se charger des risques pouvant dériver du cas de force majeure ont le droit de percevoir, de ce chef, pour les colis avec valeur déclarée, une surtaxe spéciale sans que le total de cette surtaxe et du droit d'assurance normal puisse dépasser le droit prévu à l'alinéa précédent.

portes marítimos indicados no § 2 supra. Todavia, o aumento não pode ser pedido senão quando fôr também aplicado às encomendas postais do país de que dependem os serviços que effectuem os transportes marítimos, exceptuando as relações entre este país e as suas colónias.

4.—Para as encomendas de difficil acomodação, os abonos fixados nos §§ 1 e 2 precedentes são aumentados com 50 por cento.

5.—Independientemente dos direitos de trânsito, acima citados, a Administração do país de procedência é devedora, a título de prémio de seguro pelas encomendas com valores declarados, a cada uma das Administrações cujos serviços tomam parte com responsabilidade no transporte, e por cada um desses serviços, duma cota parte fixada, por cada 300 francos ou fracção de 300 francos, em 5 centimos, quanto ao trânsito terrestre, e em 10 centimos, quanto ao trânsito marítimo.

6.—Os direitos fixados em francos ou em centimos, e previstos pela presente Convenção, referem-se ao franco-ouro, em conformidade com o peso e o título das moedas de ouro estabelecidos pela legislação em vigor nos diversos países que adoptarem esta unidade monetária.

Os equivalentes dos direitos são fixados na moeda dos países aderentes pela forma prevista no artigo II do regulamento de execução da presente Convenção.

ARTIGO 4

Franquia obrigatória

A franquia das encomendas postais é obrigatória.

ARTIGO 5

Taxes e sobretaxas; avisos de recepção

1.—A taxa das encomendas postais compõe-se dum direito compreendendo tantas vezes 30 centimos por encomenda até o peso de 1 quilograma, 50 centimos por encomenda até o peso de 5 quilogramas e 90 centimos por encomenda de 5 a 10 quilogramas, quantas forem as Administrações que tomarem parte no transporte territorial, adicionadas, se a isso houver lugar, com as cotas partes terminais da sobretaxa prevista no § 3 do artigo 3 (partida e chegada). Deve também acrescentar-se o direito marítimo previsto no artigo 3, § 2, quando o houver, assim como a sobretaxa marítima correspondente prevista no § 3 e ainda as taxas, direitos e sobretaxas mencionadas nos parágrafos seguintes.

2.—As encomendas de difficil acomodação ficam sujeitas a uma taxa adicional do 50 por cento, que se arredonda, quando fôr preciso, por 5 centimos. Esta taxa adicional não se aplica às sobretaxas previstas nos §§ 4 e 5 seguintes.

3.—As encomendas com valores declarados adicionam-se por fracção indivizível de 300 francos :

- a) Um prémio de seguro de 5 centimos por cada Administração que tomar parte no transporte terrestre;
- b) Um prémio de seguro de 10 centimos por cada serviço marítimo que fôr utilizado.

Como medida de transição fica reservada à Administração de procedência a faculdade de cobrar um prémio diferente dos acima indicados, contanto que o prémio cobrado do expedidor não exceda o total de 50 centimos por 300 francos da importância declarada.

Os países que assumam a responsabilidade resultante de casos de força maior têm direito a cobrar, por este motivo, pelas encomendas de valor declarado, uma sobretaxa especial sem que o total desta sobretaxa e do prémio de seguro normal possa exceder o prémio previsto na alínea precedente.

Chaque pays d'origine a la faculté d'appliquer, à son profit, un droit d'expédition dont la quotité ne peut dépasser 50 centimes par colis avec valeur déclarée.

4.— Comme mesure de transition, chacun des pays contractants a la faculté d'appliquer aux colis postaux provenant ou à destination de ses bureaux une surtaxe de 0 fr. 25 par colis.

Exceptionnellement, cette surtaxe peut être élevée à 0 fr. 75 au maximum pour la République Argentine, l'Autriche, la Bolivie, le Brésil, le Chili, la Chine, la Colombie, l'Égypte (pour ce qui concerne les bureaux du Soudan), l'Équateur, la Finlande, la Grèce, le Guatemala, l'Indochine (pour divers bureaux du Laos indochinois), l'Inde britannique, le Nicaragua, la République de Panama, le Pérou, les Colonies portugaises d'Afrique (pour divers bureaux de l'Angola et du Mozambique), la Russie d'Europe et la Russie d'Asie prises chacune séparément, le Salvador, le Siam, la Suède, la Turquie d'Asie, l'Uruguay, le Venezuela; à 50 centimes pour la Bulgarie, la République d'Haïti et l'Islande; à 40 centimes pour la République Dominicaine, et à 1 fr. 50 pour les Colonies néerlandaises.

L'Éthiopie a la faculté d'appliquer provisoirement les surtaxes de 40 centimes, 1 fr. 25 et 1 fr. 70 respectivement, pour les colis de chacune des trois coupures de poids (1 kg., 1 à 5 kg., 5 à 10 kg.).

La République de Panama a la faculté d'appliquer provisoirement une surtaxe de 50 centimes pour le transport des colis à travers l'Isthme.

5.— Le transport entre la France continentale, d'une part, l'Algérie et la Corse, d'autre part, donne lieu, à la charge de l'expéditeur et par colis à une surtaxe égale, à titre de bonification maritime, au droit maritime applicable au transport n'excédant pas 500 milles marins, et pour les colis de valeur déclarée, à un droit supplémentaire d'assurance de 10 centimes par 300 francs ou fraction.

Tout colis postal avec déclaration de valeur en provenance ou à destination de la Corse et de l'Algérie donne lieu à la charge de l'expéditeur et à titre de droit territorial corse ou algérien, à une taxe supplémentaire d'assurance de 5 centimes par 300 francs ou fraction.

Il est loisible à l'Administration espagnole de percevoir une surtaxe de 0 fr. 25 pour le transport entre l'Espagne continentale d'une part, les îles Baléares, les possessions espagnoles du Nord de l'Afrique et les bureaux de la zone espagnole du Maroc, d'autre part, et de 0 fr. 50 pour le transport entre l'Espagne continentale et les îles Canaries.

Il est loisible à l'Administration portugaise de percevoir une surtaxe de 1 fr. 50 par colis jusqu'à 5 kilog. pour le transport entre le Portugal continental et les îles Madère et Açores.

6.— L'expéditeur d'un colis postal peut obtenir un avis de réception de cet objet en payant d'avance un droit fixe égal à la taxe d'une lettre de port simple. Le double de ce droit peut être perçu pour les avis de réception demandés postérieurement au dépôt du colis, ainsi que pour les demandes de renseignements, à moins que l'expéditeur n'ait déjà acquitté la taxe spéciale pour obtenir un avis de réception. Le double du dit droit peut être également perçu de l'expéditeur d'un colis tombé en rebut, au moment où il aura à remplir la formule d'avis de non-remise mentionnée à l'article XV du Règlement d'exécution. Les droits sont acquis en entier à l'Administration du pays d'origine.

Cada país de procedência pode também aplicar, em seu proveito, um prêmio de expedição cuja importância não pode exceder 50 centimos por encomenda de valor declarado.

4.— Como medida de transição, cada um dos países aderentes tem a faculdade de aplicar às encomendas postais, provenientes das suas Repartições ou com destino a elas, uma taxa adicional de 25 centimos por encomenda.

A aludida taxa adicional pode, excepcionalmente, ser elevada a 75 centimos, o máximo, para a República Argentina, Austria, Bolívia, Brasil, Chile, China, Colômbia, Egípto (pelo que respeita às estações de Sudão), Equador, Finlândia, Grécia, Guatemala, Indo-China (para diversas estações do Laos indo-chinês), Índia britânica, Nicarágua, República de Panamá, Peru, Colónias portuguesas de África (para diversas estações de Angola e Moçambique), Rússia da Europa e Rússia da Ásia, consideradas separadamente. Salvador, Sião, Suécia, Turquia da Ásia, Uruguai, Venezuela; em 50 centimos para a Bulgária, a República do Haiti e a Islândia; em 40 centimos para a República Dominicana; e em 1,50 francos para as Colónias neerlandesas.

A Etiópia tem a faculdade de aplicar provisoriamente as taxas adicionais de 40 centimos, 1 franco e 25 centimos e 1 franco e 70 centimos, respectivamente, às encomendas de cada uma das três fracções de peso (1 quilograma, 1 a 5 quilogramas, 5 a 10 quilogramas).

A República de Panamá tem a faculdade de aplicar, provisoriamente, uma taxa adicional de 50 centimos pelo transporte das encomendas através do Istmo.

5.— O transporte entre a França continental, por um lado, a Argélia e a Córsega, por outro, dá lugar a uma taxa adicional, a cobrar do remetente, igual ao direito marítimo aplicável ao transporte até 500 milhas marítimas, a título de abono marítimo por cada encomenda, e a um prêmio suplementar de seguro de 10 centimos por 300 francos ou fracção de 300 francos nas encomendas de valor declarado.

Qualquer encomenda postal com valor declarado, procedente ou destinada à Córsega ou Argélia, dá lugar, a título de direito terrestre, curso ou argelino, a um prêmio suplementar de seguro de 5 centimos, a cobrar, do respectivo remetente, por cada 300 francos ou fracção de 300 francos de valor declarado.

É permitido à Administração espanhola cobrar uma taxa adicional de 25 centimos pelo transporte entre a Espanha continental, por um lado, e as Ilhas Baleares, as possessões espanholas do norte de África e as estações da zona espanhola de Marrocos, por outro lado, e de 50 centimos pelo transporte entre a Espanha continental e as Ilhas Canárias.

É permitido à Administração portuguesa cobrar uma taxa adicional de 1 franco e 50 centimos por encomenda, até 5 quilogramas, pelo transporte entre Portugal continental e as Ilhas da Madeira e Açores.

6.— O remetente duma encomenda postal tem o direito de exigir aviso de recepção da mesma encomenda, pagando adiantadamente uma taxa fixa igual à taxa de uma carta de porte simples para o estrangeiro. Pelos avisos de recepção pedidos depois da entrega das encomendas ao correio, assim como pelos pedidos de esclarecimentos, quando o remetente não tenha pago a taxa especial do aviso de recepção, poderá ser cobrado o dobro da referida taxa. Igualmente poderá ser cobrado do expedidor duma encomenda caída em refugo o dobro da aludida taxa na ocasião em que responder ao aviso modelo J, de que trata o artigo XV do Regulamento de execução. Estas taxas pertencem por inteiro à Administração do país de procedência.

ARTICLE 6

Bonifications aux Offices de destination
et aux Offices intermédiaires

L'Office expéditeur bonifie pour chaque colis :

a) à l'Office destinataire, par colis jusqu'au poids de 1 kilog., le cas échéant, 30 centimes ; par colis jusqu'au poids de 5 kilog. 50 centimes, et par colis de 5 à 10 kilog. 0,90 avec addition, s'il y a lieu, des surtaxes prévues aux 5 premiers paragraphes de l'article 5 précédent et d'un droit de 0 fr. 05 pour chaque somme de 300 francs ou fraction de 300 francs de valeur déclarée ainsi que du droit de remise à domicile par expès prévu à l'article 9 ;

b) éventuellement à chaque Office intermédiaire, les droits fixés par l'article 3.

ARTICLE 7

Droits de factage et de formalités en douane

Il est loisible au pays de destination de percevoir, pour le factage et pour l'accomplissement des formalités en douane, un droit dont le montant total ne peut pas excéder 0 fr. 50 par colis. Sauf arrangement contraire entre les Offices intéressés, cette taxe est perçue du destinataire au moment de la livraison du colis. En outre, il est accordé aux Offices de destination la faculté de percevoir un droit de factage spécial qui ne peut dépasser 50 centimes, chaque fois qu'un colis est présenté au domicile du destinataire, après une première présentation infructueuse.

ARTICLE 8

Colis contre remboursement

1.—Les colis peuvent être expédiés grevés de remboursement dans les relations entre les pays dont les Administrations conviennent d'assurer ce service. Le maximum du remboursement est égal au maximum fixé pour les mandats de poste à destination des pays d'origine des colis.

Toutefois, chaque Office est obligé d'admettre en transit les colis contre remboursement, quel que soit le montant du remboursement.

2.—Il est perçu sur l'expéditeur d'un colis grevé de remboursement une taxe spéciale de 1 pour 100 du montant du remboursement. L'Office expéditeur a la faculté d'arrondir la taxe d'après les convenances de son système monétaire et de fixer un minimum de perception qui ne peut dépasser une demi-unité monétaire.

La taxe 1 pour 100 est partagée entre l'Administration du pays d'origine et celle du pays de destination de la manière prescrite par le Règlement d'exécution.

3.—La liquidation des montants des remboursements encaissés est effectuée au moyen de mandats de remboursement, qui sont délivrés gratuitement.

Le montant d'un mandat de remboursement tombé en rebut reste à la disposition de l'Administration du pays d'origine du colis grevé de remboursement.

A tous les autres égards, les mandats de remboursements sont soumis aux dispositions fixées par l'Arrangement concernant l'échange des mandats de poste, sous les réserves prévues au Règlement d'exécution.

4.—La perte d'un colis grevé de remboursement engage la responsabilité du service postal dans les conditions déterminées par l'article 16 ci-après pour les colis non grevés de remboursement.

ARTIGO 6

Abonos às Repartições destinatárias
e às Repartições intermediárias

A Repartição expedidora abona por cada encomenda :

a) a Repartição destinatária, por cada encomenda até o peso de 1 quilograma, 30 centimos ; por cada encomenda até o peso de 5 quilogramas, 50 centimos, e por cada encomenda de 5 a 10 quilogramas, 90 centimos, com o aumento, quando o houver, das taxas adicionais previstas nos 5 primeiros parágrafos do artigo 5 precedente, de um prêmio de 5 centimos por cada 300 francos ou fracção de 300 francos de valor declarado, e da taxa de entrega por próprio prevista no artigo 9 ;

b) Eventualmente, a cada Repartição intermediária, os direitos fixados no artigo 3.

ARTIGO 7

Taxas de distribuição domiciliária
e para cumprimento das formalidades da Alfândega

É permitido ao país de destino cobrar, pela distribuição domiciliária e para o cumprimento das formalidades da Alfândega, uma taxa cuja importância total não pode exceder a 50 centimos por encomenda. Salvo acôrdo em contrário entre as Administrações interessadas, a referida taxa é cobrada do destinatário na ocasião da entrega da encomenda. É também concedida às Administrações destinatárias a faculdade de cobrarem uma taxa especial de distribuição domiciliária, que não pode exceder 50 centimos por cada vez que uma encomenda fôr apresentada no domicílio do destinatário, depois duma primeira apresentação sem resultado.

ARTIGO 8

Encomendas sujeitas a embólso.

1.—Podem permutar-se encomendas sujeitas a embólso entre os países cujas Administrações resolvam encarregar-se deste serviço. A importância máxima do embólso por cada encomenda é igual à importância máxima fixada para os vales de correio destinados aos países de procedência das encomendas.

Todavia cada Repartição é obrigada a dar trânsito às encomendas sujeitas a embólso, qualquer que seja a sua importância.

2.—Por cada encomenda sujeita a embólso cobra-se do remetente uma taxa especial de 1 por cento da importância do embólso. A Repartição expedidora tem a faculdade de arredondar a taxa conforme as conveniências do seu sistema monetário e de fixar um mínimo de percepção que não pode exceder meia unidade monetária.

A taxa de 1 por cento é dividida entre a Administração do país de procedência e a Administração do país de destino, segundo a forma prescrita no Regulamento de execução.

3.—A liquidação das importâncias dos embolsos efectuados realiza-se por meio de vales de embólso, emitidos gratuitamente.

A importância dum vale de embólso caído em refugo fica à disposição da Administração do país de procedência da encomenda sujeita a embólso.

Salvas as reservas previstas no Regulamento de execução, ficam os vales de embólso sujeitos, para todos os mais efeitos, às disposições estabelecidas no Acôrdo relativo à permutação dos vales de correio.

4.—Pela perda duma encomenda postal sujeita a embólso é responsável o serviço postal, nas condições estabelecidas no artigo 16 da presente Convenção para as encomendas não sujeitas a embólso.

Après la livraison de l'objet, l'Administration du pays de destination est responsable du montant du remboursement, à moins qu'elle ne puisse prouver que le colis et le bulletin d'expédition y afférent ne portaient pas, lors de la transmission à son service, les désignations prescrites, pour les colis grevés de remboursement, par le Règlement d'exécution.

Les sommes encaissées régulièrement du destinataire sont garanties à l'expéditeur dans les conditions déterminées par l'Arrangement concernant les mandats de poste, sauf dans les cas prévus au 2^e alinéa de l'article 17 de la présente Convention.

5.—Les dispositions des §§ 5 et 6 de l'article 8 de la Convention principale s'appliquent également aux colis postaux grevés de remboursement.

ARTICLE 9

Remise par exprès

1.—Les colis sont, à la demande des expéditeurs, remis à domicile par un porteur spécial immédiatement après leur arrivée, dans les pays de l'Union dont les Administrations conviennent de se charger de ce service.

Ces envois, qui sont qualifiés «*exprès*», sont soumis à une taxe spéciale; cette taxe est fixée à 0 fr. 50 et doit être entièrement acquittée d'avance par l'expéditeur, en sus du port ordinaire, que le colis puisse, ou non, être remis au destinataire ou seulement signalé par exprès dans le pays de destination. Elle fait partie des bonifications dévolues à ce pays.

2.—Si un colis de l'espèce est, par suite de changement de domicile du destinataire, réexpédié à un autre pays sans que la remise par exprès ait été tentée, la taxe fixe payée par l'expéditeur est bonifiée au nouveau pays de destination, si celui-ci a consenti à se charger de la remise par exprès; dans le cas contraire, cette taxe reste acquise à l'Office du pays de la première destination; il en est de même lorsque les colis sont tombés en rebut.

3.—Lorsque le domicile du destinataire se trouve en dehors du rayon de la distribution gratuite du bureau de destination, ce bureau peut percevoir une taxe complémentaire, jusqu'à concurrence du prix fixé pour la remise par exprès dans le service interne, déduction faite de la taxe fixe payée par l'expéditeur, ou de son équivalent dans la monnaie du pays qui perçoit ce complément.

La taxe complémentaire prévue ci-dessus, reste exigible en cas de réexpédition ou de mise en rebut de l'objet; elle est acquise à l'Administration qui l'a perçue.

4.—La remise ou l'envoi d'un avis d'invitation au destinataire n'est essayé qu'une seule fois. Après un essai infructueux, le colis cesse d'être considéré comme exprès et sa remise s'effectue dans les conditions requises pour les colis ordinaires.

ARTICLE 10

Colis urgents

1.—Dans les relations entre les pays qui se sont mis d'accord à ce sujet, l'expéditeur peut demander qu'un colis ordinaire soit transporté autant que possible par les moyens rapides utilisés pour le transport de la poste aux lettres. Ces colis, qualifiés d'urgents, sont remis par exprès au domicile du destinataire pourvu qu'ils ne portent pas la mention «*poste restante*». Il est perçu pour les colis urgents la triple taxe d'affranchissement des colis ordinaires du même poids et de la même des-

A Administração do país de destino é responsável pela importância do embolso, logo que a encomenda tiver sido entregue ao destinatário, excepto no caso em que puder provar que, tanto a encomenda como o respectivo aviso de remessa, não traziam, quando foram remetidos ao seu serviço, as indicações prescritas no Regulamento de execução para as encomendas sujeitas a embolso.

As importâncias cobradas regularmente do destinatário ficam garantidas ao expedidor nas condições determinadas pelo Acôrdo relativo à permutação dos vales de correio, excepto nos casos previstos na 2.^a alínea do artigo 17 da presente Convenção.

5.—Aplicam-se igualmente às encomendas postais sujeitas a embolso as disposições dos §§ 5 e 6 do artigo 8 da Convenção principal.

ARTIGO 9

Entrega por próprio

1.—As encomendas são, a pedido dos remetentes, entregues por um próprio nos domicílios dos destinatários, logo depois da sua chegada, nos países da União cujas Administrações concordarem em estabelecer este serviço nas suas mútuas relações.

Estas encomendas, designadas com o nome de *exprès*, ficam sujeitas a uma taxa especial, fixada em 50 cêntimos, que deve ser paga adiantadamente e por inteiro, pelo remetente, além do porte ordinário, quer a encomenda possa ou não ser entregue ao destinatário, quer este seja simplesmente avisado da sua chegada por um próprio. A referida taxa faz parte dos abonos pertencentes ao país de destino.

2.—Se uma das encomendas de que se trata fôr, por motivo de mudança de residência do destinatário, reexpedida para outro país, sem que a entrega por próprio se procurasse realizar, é abonada ao novo país de destino a taxa fixa paga pelo remetente, caso o mesmo país se encarregue da entrega por próprio; em caso contrário, assim como pelo que respeita às encomendas caídas em refugo, a aludida taxa fica pertencendo ao país do primitivo destino.

3.—Quando o domicílio do destinatário se achar fora da área da distribuição gratuita da Repartição destinatária, pode esta cobrar uma taxa adicional até o preço estabelecido para a entrega por próprio no seu serviço interno, deduzindo-se a taxa fixa paga pelo remetente ou a sua equivalência na moeda do país que receber a taxa adicional.

Se a encomenda fôr reexpedida ou cair em refugo, é exigível a mencionada taxa adicional, a qual fica pertencendo à Administração que a tiver cobrado.

4.—As diligências para entregar uma encomenda ou a remessa de um aviso ao destinatário só se fazem uma vez. Não se realizando essa entrega ou remessa, a encomenda deixa de considerar-se *exprès* e a sua entrega efectua-se nas condições estabelecidas para as encomendas ordinárias.

ARTIGO 10

Encomendas urgentes

1.—Nas relações entre os países que concordarem no estabelecimento deste serviço, pode o remetente pedir que uma encomenda ordinária seja transportada tanto quanto fôr possível pelos meios rápidos utilizados para o transporte das correspondências. Estas encomendas, que se classificam de urgentes, são entregues por um próprio no domicílio do destinatário, salve quando tenham a indicação de «*posta restante*». Por estas encomendas é cobrado o triplo da taxa de franquia aplicada às enco-

mination ainsi que, le cas échéant, la taxe de remise par exprès. La taxe additionnelle pour les colis encombrants et les autres taxes accessoires ne sont perçues, le cas échéant, qu'à leur simple montant.

2.—Pour les colis urgents, chaque Office participant au transport reçoit les bonifications qui lui reviennent d'après les dispositions du paragraphe précédent.

ARTICLE 11

Colis pour les prisonniers de guerre

Les colis postaux, à l'exception des colis grevés de remboursement, destinés aux prisonniers de guerre ou expédiés par eux, sont affranchis de toutes taxes prévues par la présente Convention, aussi bien dans les pays d'origine et de destination que dans les pays intermédiaires. Ces colis postaux expédiés en franchise ne donnent lieu ni aux bonifications prévues par les articles 3, 5, 6, 7 et 9 de la présente Convention, ni à paiement d'indemnité en cas de perte, de spoliation ou d'avarie.

ARTICLE 12

Interdiction de percevoir des droits autres que ceux prévus par la Convention ;
payement des droits de douane ; perception d'arrhes

1.—Les colis auxquels s'applique la présente Convention ne peuvent être frappés d'aucun droit postal autre que ceux prévus par les divers articles de ladite Convention.

Est accordée aux Offices de destination, la faculté de prélever des destinataires, un droit de magasinage pour les colis adressés poste restante ou qui ne seraient pas retirés de la poste dans un délai stipulé par les règlements internes de ces pays. Le montant du droit en question est fixé par la législation intérieure de chaque pays et suit le colis en cas de réexpédition ou de retour à l'envoyeur au profit de l'Office qui a frappé le colis de ce droit.

2.—Les droits de douane ou autres droits non postaux doivent être acquittés par les destinataires des colis. Toutefois, les expéditeurs peuvent prendre à leur charge les droits dont il s'agit, moyennant déclaration préalable au bureau de départ. Dans ce cas, ils doivent payer, sur la demande du bureau de destination, les sommes indiquées par ce bureau. Les bureaux d'expédition ont la faculté de percevoir des expéditeurs des arrhes suffisantes.

L'Administration qui fait opérer le dédouanement pour le compte de l'expéditeur, est autorisée à percevoir, de ce chef, un droit spécial qui ne peut dépasser 25 centimes par colis. Ce droit est indépendant de celui prévu à l'article 7 précédent.

ARTICLE 13

Retrait ou modification d'adresse ; annulation ou modification du montant du remboursement

L'expéditeur d'un colis postal peut le faire retirer du service ou en faire modifier l'adresse aux conditions et sous les réserves déterminées pour les correspondances, par l'article 11 de la Convention principale, avec cette addition que, si l'expéditeur demande le renvoi ou la réexpédition d'un colis, il est tenu de garantir d'avance le paiement du port dû pour la nouvelle transmission.

mendas ordinárias do mesmo peso e para o mesmo destino, bem como a taxa de entrega por próprio, se tal entrega houver sido designada. A taxa adicional para as encomendas de difícil acomodação e as outras taxas acessórias, quando as haja, cobram-se pela sua importância simples.

2.—Pelas encomendas urgentes, cada Administração que toma parte no seu transporte recebe os abonos que lhe pertencem segundo as disposições do parágrafo antecedente.

ARTIGO 11

Encomendas destinadas a prisioneiros de guerra

Com excepção das encomendas sujeitas a embolso, todas as encomendas postais destinadas a prisioneiros de guerra ou por elles expedidas são isentas das taxas previstas na presente Convenção, tanto nos países de procedência e de destino como nos países intermediários. As referidas encomendas, expedidas francas de porte, não dão lugar nem aos abonos indicados nos artigos 3, 5, 6, 7 e 9 da presente Convenção, nem a pagamento de indemnização no caso de perda, expoliação ou avaria.

ARTIGO 12

Proibição de cobrar quaisquer taxas que não forem as previstas na Convenção ;
pagamento dos direitos de Alfândega ;
depósito de garantia

1.—As encomendas a que se applique a presente Convenção não podem ficar sujeitas a quaisquer outras taxas postais que não forem as previstas nos diferentes artigos da mesma Convenção.

É concedida às Administrações dos países de destino das encomendas a faculdade de cobrarem dos respectivos destinatários uma taxa de armazenagem pelas encomendas dirigidas à posta restante ou que não forem retiradas do correio no prazo estipulado pelos regulamentos internos daqueles países. A importância da mesma taxa é fixada pela legislação interna de cada país e acompanha a encomenda no caso de reexpedição ou de devolução ao remetente, revertendo para a Administração que a onerou com esta taxa.

2.—Os direitos de Alfândega ou quaisquer outros que não sejam postais devem ser pagos pelos destinatários das encomendas. Contudo, podem os remetentes encarregar-se do pagamento desses direitos, fazendo previamente a necessária declaração na Repartição expedidora. Neste caso, os mesmos remetentes devem pagar, quando a Repartição destinatária o reclamar, as quantias por ella indicadas. As Repartições expedidoras têm a faculdade de exigir dos remetentes um depósito de garantia sufficiente.

A Administração que faz proceder ao despacho aduaneiro por conta do remetente fica autorizada a cobrar por tal motivo uma taxa especial que não deve exceder a 25 centimos por cada encomenda. Esta taxa é independente da prevista no artigo 7 precedente.

ARTIGO 13

Retirada do serviço ou alteração de endereço ;
anulação ou alteração da importância do embolso

O remetente duma encomenda postal pode reclamar que ella seja retirada do serviço ou que elle seja alterado o endereço, nas condições e com as reservas determinadas para as correspondências no artigo 11 da Convenção principal, com a diferença, porém, de que o mesmo remetente é obrigado a garantir, adiantadamente, o porte devido pela nova transmissão da encomenda, quando reclamar a sua devolução ou reexpedição.

L'expéditeur d'un colis postal grevé de remboursement peut aussi faire annuler ou réduire le montant de ce remboursement; les demandes à cet effet sont transmises de la même manière que les demandes de retrait ou de modification d'adresse.

ARTICLE 14

Réexpédition; rebuts; annulation des droits de douane

1.— La réexpédition d'un pays sur un autre, de colis postaux, par suite de changement de résidence des destinataires, ainsi que le renvoi des colis postaux tombés en rebut, ou refoulés par la douane, donne lieu à la perception supplémentaire des taxes fixées par les paragraphes 1 à 5 de l'article 5 à la charge des destinataires ou, le cas échéant, des expéditeurs, sans préjudice du remboursement des droits de douane ou autres frais spéciaux dont le pays de destination n'accorde pas l'annulation.

2.— Lorsque le destinataire a demandé la réexpédition d'un colis postal dans le territoire du pays de destination même, il est loisible à l'Administration de ce pays de percevoir une taxe de réexpédition sur la base de ses règlements internes. Cette taxe reste exigible au profit du pays qui a effectué la réexpédition dans les limites de son territoire, en cas de renvoi du colis au pays d'origine.

Toutefois, l'expéditeur est autorisé à interdire au moyen d'une annotation appropriée sur le bulletin d'expédition et sur le colis, toute réexpédition qui pourrait être demandée par le destinataire.

3.— Les Administrations contractantes s'engagent à intervenir auprès des Administrations des douanes respectives pour que les droits de douane soient annulés sur les colis postaux renvoyés au pays d'origine, abandonnés par l'expéditeur, détruits pour cause d'avarie complète du contenu ou réexpédiés sur un tiers pays.

ARTICLE 15

Interdictions

1.— Sauf arrangement contraire entre les pays contractants, il est interdit d'expédier par la voie de la poste des colis contenant:

a) des matières explosibles, inflammables ou dangereuses, des animaux ou insectes vivants, sauf les exceptions prévues au Règlement d'exécution;

b) de l'opium, de la morphine, de la cocaïne et autres stupéfiants. Toutefois, cette interdiction ne s'applique pas aux envois de cette nature effectués dans un but médical, pour les pays qui les admettent à cette condition;

c) des objets dont l'admission n'est pas autorisée par les lois ou règlements de douane ou autres;

d) des lettres ou des notes ayant le caractère de correspondance actuelle et personnelle ainsi que des objets de correspondance de toute nature portant une autre adresse que celle du destinataire du colis.

Il est permis, cependant, d'insérer dans l'envoi la facture ouverte réduite à ses énonciations constitutives, de même qu'une simple copie de l'adresse du colis avec mention de l'adresse de l'expéditeur.

Il est également interdit d'expédier des pièces monétaires, des matières d'or et d'argent et d'autres objets

O remetente duma encomenda postal sujeita a embolso pôde também reclamar que seja anulada ou reduzida a importância do mesmo embolso, devendo as reclamações que se apresentarem para esse fim transmitir-se pela mesma forma por que se transmitem as reclamações relativas à retirada do serviço ou à alteração de endereço das encomendas.

ARTIGO 14

Reexpedição; rebulos; anulação dos direitos de Alfândega

1.— A reexpedição de encomendas postais dum para outro país, por motivo de mudança de residência dos destinatários, bem como a devolução das encomendas postais caídas em refugio ou não admitidas pela Alfândega, dá lugar à cobrança suplementar das taxas fixadas nos §§ 1 a 5 do artigo 5, por parte dos destinatários ou, quando acontecer, por parte dos remetentes, sem prejuízo do reembolso dos direitos de Alfândega ou outras despesas especiais de que o país de destino não conceder a anulação.

2.— Quando o destinatário reclamar a reexpedição duma encomenda postal para qualquer localidade do território do próprio país de destino, é permitido à Administração deste país cobrar uma taxa de reexpedição em harmonia com a sua legislação interna. Esta taxa pertence ao país que efectuar a reexpedição dentro dos limites do seu território e continua a onerar a encomenda no caso em que esta seja devolvida ao país de procedência.

Todavia, o remetente fica autorizado a proibir, por meio duma nota escrita no aviso de remessa e na própria encomenda, que seja feita qualquer reexpedição a pedido do destinatário.

3.— As Administrações dos países aderentes comprometem-se a intervir junto das respectivas Administrações das Alfândegas a fim de obter que sejam anulados os direitos aduaneiros que onerem as encomendas postais, quando estas tiverem de ser devolvidas ao país de procedência, abandonadas pelo remetente, destruídas por motivo de avaria completa do conteúdo, ou reexpedidas para um terceiro país.

ARTIGO 15

Proibições

1.— Salvo acôrdo em contrário entre os países aderentes, é proibido expedir, por intermédio do correio, encomendas contendo:

a) Matérias explosivas, inflamáveis ou perigosas, animais ou insectos vivos, salvas as excepções previstas no Regulamento de execução;

b) Ópio, morfina, cocaína e outros estupefacientes. Todavia, esta proibição não se aplica às remessas desta espécie que se destinem a fins medicinais e sejam endereçadas aos países que as admitam nestas condições;

c) Os objectos a cuja admissão se opuserem as leis ou regulamentos de Alfândega ou outros;

d) Cartas ou notas com carácter de correspondência actual e pessoal, bem como quaisquer objectos de correspondência apresentando um endereço que não seja o do destinatário da encomenda.

É contudo permitido incluir na encomenda a respectiva factura aberta, apresentando unicamente as indicações relativas à mesma factura, assim como uma simples cópia do endereço da encomenda com a indicação do endereço do respectivo remetente.

É igualmente proibido expedir dinheiro em metal, artigos de ouro, prata e outros objectos preciosos, nas

précieux, dans les colis sans valeur déclarée à destination des pays qui admettent la déclaration de valeur.

2.— Les colis qui auraient été admis à tort à l'expédition doivent être renvoyés à l'Office d'origine, sauf le cas où l'Administration du pays de destination serait autorisée par sa législation ou ses règlements internes à en disposer autrement.

ARTICLE 16

Responsabilité

1.— Sauf le cas de force majeure et les cas prévus au § 1 de l'article 15 de la présente Convention, lorsqu'un colis postal a été perdu, spolié ou avarié, l'expéditeur et, à défaut de celui-ci, le destinataire a droit à une indemnité correspondant au montant réel de la perte, de la spoliation ou de l'avarie, à moins que le dommage n'ait été causé par la faute ou la négligence de l'expéditeur ou ne provienne de la nature de l'objet et sans que cette indemnité puisse dépasser, pour les colis ordinaires, 10 francs par colis jusqu'au poids de 1 kilogramme, 25 francs par colis de 1 à 5 kilogrammes et 40 francs par colis de 5 à 10 kilogrammes, et pour les colis avec valeur déclarée, le montant de cette valeur.

Ne sont pas pris en considération les dommages indirects ou les bénéfices non réalisés.

L'indemnité est calculée d'après le prix courant des marchandises de même nature et qualité, au lieu et à l'époque où la marchandise a été acceptée au transport. A défaut de prix courant, l'indemnité est calculée d'après la valeur ordinaire de la marchandise évaluée sur les mêmes bases.

Les Administrations des pays contractants s'engagent à intervenir auprès des Administrations des douanes respectives pour que les droits soient annulés sur les colis postaux perdus, spoliés ou avariés dans leur service. Toutefois, les droits dont l'annulation n'a pu être obtenue tombent à la charge des transporteurs responsables de la perte, de la spoliation ou de l'avarie.

Dans le cas où une indemnité est due pour la perte, la destruction ou la spoliation complète d'un colis, l'expéditeur a, en outre, droit à la restitution des frais d'expédition. Il en est de même quant aux envois refusés par les destinataires à cause de leur mauvais état pourvu que celui-ci soit imputable au service postal et qu'il engage, par conséquent, la responsabilité des Administrations en cause. Lorsqu'une réclamation a été motivée par une faute de la poste, les frais postaux de réclamation sont restitués à l'expéditeur.

Le destinataire qui a pris livraison d'un colis spolié ou avarié, en faisant de réserves, a droit à l'indemnité réglementaire.

Le droit d'assurance reste acquis, dans tous les cas, aux Administrations postales.

2.— L'obligation de payer l'indemnité incombe à l'Administration dont relève de bureau expéditeur. Est réservé à cette Administration le recours contre l'Administration responsable, c'est-à-dire contre l'Administration sur le territoire ou dans le service de laquelle la perte, spoliation ou avarie a eu lieu.

Lorsqu'un colis avec valeur déclarée a été perdu, spolié ou avarié dans des circonstances de force majeure, l'Office sur le territoire ou dans le service duquel la perte, la spoliation ou l'avarie a eu lieu en est responsable devant l'Office expéditeur si les deux pays se chargent des risques, en cas de force majeure, quant aux colis avec valeur déclarée.

3.— Jusqu'à preuve du contraire, la responsabilité incombe à l'Administration qui, ayant reçu le colis sans

encomendas sem valor declarado com destino a países que admitem a declaração de valor.

2.— As encomendas que forem expedidas erradamente serão devolvidas à Repartição de procedência, salvo no caso em que a Administração do país de destino estiver autorizada, pela sua legislação ou pelos seus regulamentos internos, a proceder doutro modo.

ARTIGO 16

Responsabilidade

1.— Salvo o caso de força maior e os casos previstos no § 1 do artigo 15 da presente Convenção, quando uma encomenda postal se perder ou sofrer subtração ou avaria, e esta não tiver sido causada por falta ou negligência do remetente ou não provier da própria natureza da encomenda, o remetente e, na sua falta, o destinatário têm direito a uma indemnização correspondente à importância real da perda ou da subtração ou avaria, sem que esta indemnização possa exceder, nas encomendas ordinárias 10 francos por encomenda até o peso de 1 quilograma, 25 francos por encomenda de 1 a 5 quilogramas, e 40 francos por encomenda de 5 a 10 quilogramas, e, nas encomendas com valor declarado, a importância do seu valor.

Não são tidos em conta os prejuízos indirectos ou os lucros não realizados.

A indemnização é calculada pelo preço corrente das mercadorias da mesma natureza e qualidade no lugar e na época em que a mercadoria foi aceita para transporte. Na falta de preço corrente, a indemnização é calculada pelo valor ordinário da mercadoria avaliado sobre as mesmas bases.

As Administrações dos países aderentes comprometem-se a intervir junto das Administrações das Alfândegas respectivas para a anulação dos direitos sobre as encomendas perdidas, espoliadas ou avariadas no seu serviço. Todavia, os direitos cuja anulação não puder ser obtida ficam a cargo dos serviços responsáveis pela perda, subtração ou avaria.

Quando for devida indemnização pela perda, destruição ou espoliação completa duma encomenda, tem o respectivo remetente igualmente direito à restituição das despesas de expedição. O mesmo se dá quanto às encomendas recusadas pelos destinatários em virtude do seu mau estado, salvo quando este possa ser atribuído ao serviço postal, comprometendo por consequência a responsabilidade das Administrações interessadas. Quando uma reclamação for motivada por irregularidade do correio, são restituídas ao remetente as taxas postais dessa reclamação.

Quando o destinatário receber, sob reserva, uma encomenda espoliada ou avariada, tem direito à indemnização regulamentar.

O prémio de seguro fica, em todos os casos, pertencendo às Administrações postais.

2.— A obrigação de pagar a indemnização compete à Administração de que depende a Repartição expedidora. Fica reservado a esta Administração o recurso contra a Administração responsável, isto é, contra a Administração em cujo território ou serviço se realizou a perda, subtração ou avaria.

Pela perda, subtração ou avaria duma encomenda postal de valor declarado, em circunstâncias de força maior, a Administração em cujo território ou serviço tiver lugar a perda, subtração ou avaria, é por ela responsável para com a Administração expedidora, se os dois países assumirem a responsabilidade dos riscos em caso de força maior, pelas encomendas de valor declarado.

3.— A responsabilidade pertence, emquanto não houver prova em contrário, à Administração que, tendo re-

faire d'observation, ne peut établir ni la délivrance au destinataire ni, s'il y a lieu, la transmission régulière à l'Administration suivante.

4. — Le paiement de l'indemnité par l'Office expéditeur, doit avoir lieu le plus tôt possible et, au plus tard, dans le délai d'un an à partir du jour de la réclamation.

Le dit Office a la faculté de différer exceptionnellement le règlement de l'indemnité au delà du délai précité lorsqu'il n'est pas encore fixé sur le sort de l'objet recherché ou sur l'importance du dommage ou lorsque la question de responsabilité n'a pu être tranchée pour des raisons étrangères au service postal (force majeure par exemple).

Toutefois, l'Office d'origine est autorisé à desintéresser l'expéditeur pour le compte de l'Office intermédiaire ou destinataire qui, régulièrement saisi, a laissé s'écouler six mois sans donner de solution à l'affaire; ce délai est porté à neuf mois dans les relations avec les pays d'outre-mer.

L'Office responsable ou pour le compte duquel le paiement est effectué, en conformité de l'alinéa précédent, est tenu de rembourser à l'Office expéditeur le montant de l'indemnité, dans le délai de trois mois après avis de paiement. Ce remboursement s'effectue sans frais pour l'Office créditeur, soit par voie de décompte, soit au moyen d'un mandat de poste ou d'une traite, soit en espèces ayant cours dans le pays créditeur. Le cas échéant, le montant de l'indemnité est repris d'Office par voie de décompte sur le pays responsable, soit directement, soit par l'intermédiaire du premier Office de transit, qui se crédite à son tour sur l'Office suivant, l'opération étant répétée jusqu'à ce que la somme payée ait été portée au débit de l'Office responsable. Passé ce délai de trois mois, la somme due à l'Office expéditeur est productive d'intérêt à raison de 7 % l'an, à dater du jour de l'expiration du dit délai.

Un office dont la responsabilité est dûment établie et qui a tout d'abord décliné le paiement de l'indemnité, doit, en outre, prendre à sa charge tous les frais accessoires résultant du retard non justifié apporté au paiement.

5. — Il est entendu que la réclamation n'est admise que dans le délai d'un an à partir du jour qui suit celui du dépôt du colis à la poste; passé ce terme, le réclamant n'a droit à aucune indemnité.

6. — L'Administration pour le compte de laquelle est opéré le remboursement du montant de la valeur déclarée des colis non parvenus à destination est subrogée dans tous les droits du propriétaire.

7. — Si la perte, la spoliation ou l'avarie a lieu en cours de transport sans qu'il soit possible d'établir sur quel territoire le fait s'est accompli, ou si, en cas de transmission globale des colis ordinaires, il ne peut être établi sur quel territoire un colis a été perdu, spolié, ou avarié, les Administrations en cause supportent le dommage par parts égales.

Pour les envois adressés bureau restant ou conservés en instance à la disposition des destinataires, la responsabilité cesse par la délivrance à une personne qui a justifié de son identité suivant les règles en vigueur dans le pays de destination et dont les noms et qualités sont conformes aux indications de l'adresse.

8. — Les Administrations cessent d'être responsables des colis postaux dont les ayants droit ont pris livraison,

cebeido a encomenda sem contestação, não puder comprovar a entrega ao destinatário, nem, quando a houver, a sua regular transmissão à Administração imediata.

4. — O pagamento da indemnização pela Administração expedidora deve ser feito no mais curto prazo possível e, o mais tardar, no prazo de um ano, a contar do dia da reclamação.

A referida Administração tem a faculdade de adiar excepcionalmente o pagamento da indemnização além do prazo acima citado quando não tiver ainda conhecimento do destino da encomenda reclamada ou da importância do prejuízo ou quando a responsabilidade não estiver ainda definida por motivos estranhos ao serviço postal (força maior por exemplo).

Todavia a Administração do país de procedência fica autorizada a indemnizar o remetente por conta da Administração intermediária ou destinatária que, tendo sido oportunamente prevenida do assunto, deixou decorrer seis meses sem lhe dar solução; este prazo é elevado a nove meses nas relações com os países de ultramar.

A Administração responsável ou por conta da qual o pagamento da indemnização é efectuado, em conformidade com as disposições precedentes, é obrigada a reembolsar a Administração expedidora da importância da indemnização no prazo de três meses a contar do aviso de pagamento. Este reembolso efectua-se livre de despesas para a Administração credora, quer por meio das contas, quer por meio de vale do correio ou cheque ou ainda em valores com curso no país credor. Quando a indemnização se liquidar por meio das contas, a respectiva importância é debitada ao país responsável, quer directamente, quer por intermédio da primeira Administração de trânsito, a qual por sua vez se credita na conta para a Administração seguinte, repetindo-se a operação tantas vezes quantas forem necessárias até que a importância paga seja debitada à Administração responsável. Decorrido o prazo de três meses, a importância devida à Administração expedidora vence juros à razão de 7 por cento ao ano a contar do dia da expiração do dito prazo.

Além disso, quando uma Administração, cuja responsabilidade se ache devidamente comprovada, tenha de princípio declinado o pagamento da indemnização, devem tanto esta como as despesas accessórias resultantes da demora injustificada em tal pagamento ficar a cargo da mesma Administração.

5. — Fica entendido que a reclamação só pode ser aceita durante o período de um ano, a contar do dia seguinte ao da entrega da encomenda no correio; passado este prazo, o reclamante não tem direito a indemnização alguma.

6. — A Administração por conta da qual se efectuou o reembolso da importância do valor declarado das encomendas não entregues aos destinatários fica subrogada em todos os direitos do possuidor.

7. — Se a perda, subtracção ou avaria se realizou durante o percurso sem se poder averiguar em que território se deu esse facto, ou se, tendo sido as encomendas ordinárias transmitidas em globo nas guias de remessa, não se puder também averiguar em que território se perden ou sofreu subtracção ou avaria algumas dessas encomendas, as respectivas Administrações são responsáveis em partes iguais pelo prejuízo.

Pelo que respeita às encomendas de posta restante ou conservadas à disposição dos destinatários nas Repartições a que forem dirigidas, cessa a responsabilidade das Administrações logo que as mesmas encomendas tiverem sido entregues a pessoas que provarem a sua identidade, segundo as regras em vigor no país de destino, e cujos nomes e qualidades estiverem em conformidade com as indicações do endereço.

8. — As Administrações deixam de ser responsáveis pelas encomendas postais logo que os interessados as

ainsi que des colis dont elles ne peuvent rendre compte par suite de la destruction des documents de service pour cause de force majeure.

ARTICLE 17

Déclaration frauduleuse

Toute déclaration frauduleuse de valeur supérieure à la valeur réelle du contenu d'un colis est interdite. En cas de déclaration frauduleuse de cette nature, l'expéditeur perd tout droit à une indemnité, sans préjudice des poursuites judiciaires que peut comporter la législation du pays d'origine.

Il en est de même pour les colis contenant des objets dont l'insertion est interdite dans les envois de l'espèce, aux termes de l'article 15 de la présente Convention.

Il n'y a pas contravention du fait de ne déclarer qu'une partie de la valeur du contenu d'un colis postal.

ARTICLE 18

Suspension temporaire du service

Chaque Administration peut, dans des circonstances extraordinaires qui sont de nature à justifier la mesure, suspendre temporairement le service des colis postaux d'une manière générale ou partielle, à la condition d'en donner immédiatement avis, au besoin par le télégraphe, à l'Administration ou aux Administrations intéressées.

ARTICLE 19

Législation intérieure

La législation intérieure de chacun des pays contractants demeure applicable en tout ce qui n'est pas prévu par les stipulations contenues dans la présente Convention.

ARTICLE 20

Unions restreintes

1.—Les stipulations de la présente Convention ne portent pas restriction au droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des conventions spéciales, ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes, en vue de la réduction des taxes ou de toute autre amélioration de service.

2.—Toutefois, les Offices des pays participants à la présente Convention, qui entretiennent un échange de colis postaux avec des pays non contractants, admettent tous les autres Offices participants à profiter de ces relations pour l'échange des colis postaux avec ces derniers pays.

ARTICLE 21

Adhésions à la Convention

1.—Les pays de l'Union postale universelle qui n'ont point pris part à la présente Convention sont admis à y adhérer sur leur demande et dans la forme prescrite par l'article 26 de la Convention principale en ce qui concerne les adhésions à l'Union postale universelle.

2.—Toutefois, si le pays qui désire adhérer à la présente Convention réclame la faculté de percevoir une surtaxe supérieure à 25 centimes par colis, le Gouvernement de la Confédération suisse soumet la demande d'adhésion à tous les pays contractants. Cette demande est considérée comme admise si, dans un délai de six mois, aucune objection n'a été présentée.

tiverem recebido, bem como por aquelas que, em virtude da destruição dos documentos de serviço por motivo de força maior, não possam ser objecto de investigação.

ARTIGO 17

Declaração fraudulenta

É proibida qualquer declaração fraudulenta de valor superior ao valor real do conteúdo duma encomenda. No caso de declaração fraudulenta desta natureza ou pela inclusão, nas encomendas, de objectos proibidos nos termos do artigo 15 da presente Convenção, o remetente perde todo o direito à indemnização, sem prejuízo do processo criminal que possa haver em conformidade com a legislação do país de procedência.

Não se considera infracção o facto de não declarar senão uma parte do valor do conteúdo duma encomenda postal.

ARTIGO 18

Suspensão temporária do serviço

Cada Administração pode suspender temporariamente o serviço das encomendas postais dum modo geral ou parcial, quando houver circunstâncias extraordinárias que justifiquem semelhante medida, com a condição, porém, de assim o comunicar imediatamente, se preciso fôr pelo telegrafo, à Administração ou Administrações interessadas.

ARTIGO 19

Legislação interna

A legislação interna de cada um dos países aderentes continua a ser aplicada em tudo o que não estiver previsto nas estipulações contidas na presente Convenção.

ARTIGO 20

Direito de celebrar novos tratados ou estabelecer relações mais íntimas

1.—As estipulações da presente Convenção não restringem aos países aderentes o direito de manter e de celebrar Convenções especiais, assim como de manter e estabelecer uniões mais íntimas, a fim de reduzir as taxas ou melhorar o serviço das encomendas postais.

2.—Contudo, as Administrações dos países aderentes que permutam encomendas postais com países que não fazem parte da presente Convenção admitem todas as outras Administrações aderentes a utilizar-se dessas relações para a permutação de encomendas postais com aqueles últimos países.

ARTIGO 21

Adesões à Convenção

1.—Os países da União Postal Universal que não tomaram parte na presente Convenção são admitidos a entrar nela a seu pedido e na forma prescrita pelo artigo 26 da Convenção principal, no que respeita às adesões à União Postal Universal.

2.—Todavia, se o país que desejar aderir à presente Convenção exigir a faculdade de cobrar uma taxa adicional superior a 25 centimos por encomenda, o Governo da Confederação Suíça submeterá o pedido de adesão à apreciação de todos os países aderentes. Este pedido considerar-se há como aceito se no prazo de seis meses nenhuma objecção se tiver apresentado a seu respeito.

ARTICLE 22

Règlement d'exécution

Les Administrations des postes des pays contractants désignent les bureaux ou localités qu'elles admettent à l'échange international des colis postaux; elles règlent le mode de transmission de ces colis et arrêtent toutes les autres mesures de détail et d'ordre nécessaires pour assurer l'exécution de la présente Convention.

ARTICLE 23

Congrès et Conférences

La présente Convention est soumise aux conditions de révision déterminées par l'article 27 de la Convention principale.

ARTICLE 24

Propositions de modification formulées dans l'intervalle des Congrès

1.— Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues à l'article 27 de la Convention principale, toute Administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions concernant le service des colis postaux.

Pour être mise en délibération, chaque proposition doit être appuyée par, au moins, deux Administrations, sans compter celle dont la proposition émane. Lorsque le Bureau international ne reçoit pas, en même temps que la proposition, le nombre nécessaire de déclarations d'appui, la proposition reste sans aucune suite.

2.— Toute proposition est soumise au procédé déterminé au paragraphe 2 de l'article 28 de la Convention principale.

3.— Pour devenir exécutoires, ces propositions doivent réunir, savoir:

a) l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 23 et 25 de la présente Convention;

b) les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions de la présente Convention autres que celles des articles précités;

c) la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions de la présente Convention, sauf le cas de litige prévu à l'article 25 de la Convention principale.

4.— Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, et dans le troisième cas, par une notification administrative, selon la forme indiquée à l'article 28 de la Convention principale.

5.— Toute modification ou résolution n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

ARTICLE 25

Durée de la Convention;
abrogation des traités antérieurs; ratifications

1.— La présente Convention sera mise à exécution le 1^{er} janvier 1922.

Toutefois, chaque pays est autorisé à mettre les nouveaux tarifs en vigueur à partir du 1^{er} avril 1921, du 1^{er} juillet 1921, ou du 1^{er} octobre 1921, sous réserve de

ARTIGO 22

Regulamento de execução

As Administrações postais dos países aderentes designam as Repartições ou localidades admitidas à permutação internacional das encomendas postais; regulam o modo de transmissão das mesmas encomendas e determinam todas as outras medidas de serviço necessárias para assegurar a execução da presente Convenção.

ARTIGO 23

Congressos e Conferências

Esta Convenção fica sujeita às condições de revisão determinadas pelo artigo 27 da Convenção principal.

ARTIGO 24

Propostas de alterações
apresentadas no intervalo dos Congressos

1.— No intervalo que mediar entre as reuniões previstas no artigo 27 da Convenção principal qualquer Administração dos correios dum dos países aderentes tem o direito de dirigir às outras Administrações dos mesmos países, por intermédio da Secretaria Internacional, propostas relativas ao serviço das encomendas postais.

Qualquer dessas propostas deve, para entrar em discussão, ter, pelo menos, o assentimento de duas Administrações, sem contar aquela que é autora da proposta. Sempre que a Secretaria Internacional deixe de receber, juntamente com a proposta, o respectivo número de declarações que a aprovam, fica a mesma proposta sem efeito.

2.— Essas propostas ficam sujeitas ao processo determinado no § 2 do artigo 28 da Convenção principal.

3.— Para que essas propostas se tornem executivas devem reunir:

a) A unanimidade dos votos, se se tratar da adopção de novas disposições, da modificação deste artigo ou das disposições dos artigos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 23 e 25 da presente Convenção;

b) Os dois terços dos votos, se se tratar da modificação de quaisquer outras das disposições da presente Convenção que não forem as dos artigos já citados;

c) A simples maioria absoluta, se se tratar da interpretação das disposições da presente Convenção, salvo o caso de litígio previsto no artigo 25 da Convenção principal.

4.— As resoluções que se tomarem serão sancionadas, nos dois primeiros casos, por uma declaração diplomática, e no terceiro caso por uma notificação administrativa, segundo a forma indicada no artigo 28 da Convenção principal.

5.— Qualquer resolução ou modificação aprovada só começará a ter vigor três meses depois, pelo menos, de ter sido notificada.

ARTIGO 25

Duração da Convenção;
derrogação de tratados anteriores; ratificações

1.— A presente Convenção começará a vigorar no 1.º de Janeiro de 1922.

Todavia, cada país fica autorizado a pôr em vigor as novas taxas a partir do 1.º de Abril, do 1.º de Julho ou do 1.º de Outubro de 1921, com a condição de avisar a

prévenir le Bureau international, au besoin par télégramme, deux mois à l'avance.

2.— Elle aura la même durée que la Convention principale, sans préjudice du droit laissé à chaque partie contractante de se retirer de la présente Convention moyennant un avis donné, un an à l'avance, par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération suisse.

3.— Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution de la présente Convention, les stipulations de la Convention concernant l'échange des colis postaux, conclue à Rome en 1906.

4.— La présente Convention sera ratifiée aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Madrid.

En foi de quoi, les plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé la présente Convention à Madrid, le trente novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne:

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pour la République Argentine:

A. Barrera Nicholson.

Pour l'Autriche:

Eberan.

Pour la Belgique:

*A. Pirard.
Tixhon.
Hub. Krains.*

Pour la colonie du Congo belge:

*M. Halewyck.
G. Tondeur.*

Pour la Bolivie:

Luis Rodriguez.

Pour le Brésil:

*Alcibiades Peçanha.
J. Henrique Aderne.*

Pour la Bulgarie:

*N. Startcheff.
N. Boschnakoff.*

Pour le Chili:

*A. de la Cruz.
Florencio Marquez de la Plata.
Gus. Cousiño.*

Pour la Chine:

Liou Fou-Tcheng.

Pour la République de Colombie:

*W. Mac Lellan.
Gabriel Roldan.*

Pour la République de Costa-Rica:

Pour la République de Cuba:

Juan Iruretagoyena.

Secretaria Internacional, se preciso fôr pelo telégrafo, com dois meses de antecedência.

2.— Terá a mesma duração que a Convenção principal, sem prejuízo do direito reservado a cada uma das partes contratantes de se retirar da mesma Convenção, mediante aviso dado com um ano de antecedência pelo seu Governo ao Governo da Confederação Suíça.

3.— Ficam derogadas, a contar do dia em que a presente Convenção fôr posta em vigor, as disposições da Convenção relativa à permutação das encomendas postais, celebrada em Roma em 1906.

4.— A presente Convenção será ratificada no mais curto prazo possível, e os instrumentos de ratificação serão trocados em Madrid.

Em firmeza do que, os plenipotenciários dos países acima designados assinaram a presente Convenção em Madrid, aos trinta de Novembro de mil novecentos e vinte.

Pela Alemanha:

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pela República Argentina:

A. Barrera Nicholson.

Pela Áustria:

Eberan.

Pela Bélgica:

*A. Pirard.
Tixhon.
Hub. Krains.*

Pela colónia do Congo belga:

*M. Halewyck.
G. Tondeur.*

Pela Bolívia:

Luis Rodriguez.

Pelo Brasil:

*Alcibiades Peçanha.
J. Henrique Aderne.*

Pela Bulgária:

*N. Startcheff.
N. Boschnakoff.*

Pelo Chile:

*A. de la Cruz.
Florencio Marquez de la Plata.
Gus. Cousiño.*

Pela China:

Liou Fou-Tcheng.

Pela República de Colômbia:

*W. Mac Lellan.
Gabriel Roldan.*

Pela República de Costa Rica:

Pela República de Cuba:

Juan Iruretagoyena.

Pour le Danemark :
Hollnagel Jensen.
Holmblad.

Pour la République Dominicaine :
Leopoldo Lovelace.

Pour l'Égypte :
N. T. Borton.

Pour la République de l'Équateur :
Luis Robalino Dávila.
Leonidas A. Yerovi.

Pour l'Espagne :
Conde de Colombi.
José de Garcia Torres.
Guillermo Capdevila.
Martin Vicente.
Antonio Camacho.

Pour les colonies espagnoles :
Bernardo Rolland.
Manuel G. Acebo.

Pour l'Éthiopie :
Weuldeu-Berhane.

Pour la Finlande :
G. E. F. Albrecht.

Pour la France :
M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.

Pour l'Algérie :
H. Treuillé.

Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine :
André Touzet.

Pour l'ensemble des autres colonies françaises :
G. Demartial.

Pour la Grèce :
P. Scassi.
Th. Pentheroudakis.

Pour le Guatemala :
Juan J. Ortega.
Enrique Traumann.

Pour la République d'Haïti :
Luis Ma. Solér.

Pour la République du Honduras :
Ricardo Beltrán y Rózpide.

Pour la Hongrie :
O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Inde Britannique :
G. R. Clarke.

Pela Dinamarca :
Hollnagel Jensen.
Holmblad.

Pela República Dominicana :
Leopoldo Lovelace.

Pelo Egipto :
N. T. Borton.

Pela República do Equador :
Luis Robalino Dávila.
Leonidas A. Yerovi.

Pela Espanha :
Conde de Colombi.
José de Garcia Torres.
Guillermo Capdevila.
Martin Vicente.
Antonio Camacho.

Pelas colónias espanholas :
Bernardo Rolland.
Manuel G. Acebo.

Pela Etiópia :
Weuldeu-Berhane.

Pela Finlândia :
G. E. F. Albrecht.

Pela França :
M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.

Pela Argélia :
H. Treuillé.

Pelas colónias e protectorados franceses da Indo-China :
André Touzet.

Pelo conjunto das outras colónias francesas :
G. Demartial.

Pela Grécia :
P. Scassi.
Th. Pentheroudakis.

Pela Guatemala :
Juan J. Ortega.
Enrique Traumann.

Pela República de Haiti :
Luis Ma. Solér.

Pela República de Honduras :
Ricardo Beltrán y Rózpide.

Pela Hungria :
O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pela Índia britânica :
G. R. Clarke.

Pour l'Islande :
Hollnagel Jensen.

Pour l'Italie et les colonies italiennes :
E. Delmati.
S. Ortisi.

Pour le Japon :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour le Chosen :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour la République de Libéria :
Luis Ma. Solér.

Pour le Luxembourg :
G. Faber.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole) :
Gérard Japy.
J. Walter.

Pour le Maroc (zone espagnole) :
M. Aguirre de Cárcer.
L. López-Ferrer.
C. García de Castro.

Pour le Nicaragua :
M. Ig. Terán.

Pour la Norvège :
Sommerschield.
Klaus Helsing.

Pour la République de Panama :
J. D. Arosemena.

Pour le Paraguay :
Fernando Pignet.

Pour les Pays-Bas :
A. W. Kymmell.
J. S. v. Gelder.

Pour les Indes néerlandaises :
Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pour les colonies néerlandaises en Amérique :
Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pour le Pérou :
D. C. Urrea.
O. Barrenechea y Raygada.

Pela Islândia :
Hollnagel Jensen.

Pela Itália e colónias italianas :
E. Delmati.
S. Ortisi.

Pelo Japão :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pelo Chosen :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pelo conjunto das outras dependências japonesas :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pela República de Libéria :
Luis Ma. Solér.

Pelo Luxemburgo :
G. Faber.

Por Marrocos (com exclusão da zona espanhola) :
Gérard Japy.
J. Walter.

Por Marrocos (zona espanhola) :
M. Aguirre de Cárcer.
L. López-Ferrer.
C. García de Castro.

Pela Nicarágua :
M. Ig. Terán.

Pela Noruega :
Sommerschield.
Klaus Helsing.

Pela República de Panamá :
J. D. Arosemena.

Pelo Paraguai :
Fernando Pignet.

Pelos Países Baixos :
A. W. Kymmell.
J. S. v. Gelder.

Pelas Índias neerlandesas :
Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pelas colónias neerlandesas na América :
Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pelo Peru :
D. C. Urrea.
O. Barrenechea y Raygada.

Pour la Perse :	Pela Pérsia :
<i>Husséin Khan Alaï.</i>	<i>Husséin Khan Alaï.</i>
<i>C. Molitor.</i>	<i>C. Molitor.</i>
Pour la Pologne :	Pela Polónia :
<i>W. Dobrowolski.</i>	<i>W. Dobrowolski.</i>
<i>Maciejewski.</i>	<i>Maciejewski.</i>
<i>Dr Marjan Blachier.</i>	<i>Dr. Marjan Blachier.</i>
Pour le Portugal :	Por Portugal :
<i>Henrique Mousinho de Albuquerque.</i>	<i>Henrique Mousinho de Albuquerque.</i>
Pour les colonies portugaises de l'Afrique :	Pelas colónias portuguesas da África :
<i>Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.</i>	<i>Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.</i>
Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie :	Pelas colónias portuguesas da Asia e da Oceânia :
<i>José Emilio dos Santos e Silva.</i>	<i>José Emilio dos Santos e Silva.</i>
Pour la Roumanie :	Pela Roménia :
<i>D. G. Marinesco.</i>	<i>D. G. Marinesco.</i>
<i>Eug. Boukman.</i>	<i>Eug. Boukman.</i>
Pour la Russie :	Pela Rússia :
Pour la République de St-Marin :	Pela República de S. Marino.
Pour le Salvador :	Pelo Salvador :
<i>Ismael G. Fuentes.</i>	<i>Ismael G. Fuentes.</i>
Pour le Territoire de la Sarre :	Pelo Território de Sarre :
<i>Douarche.</i>	<i>Douarche.</i>
Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes :	Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios :
<i>Drag. Dimitriyevitch.</i>	<i>Drag. Dimitriyevitch.</i>
<i>S. P. Toutoundjitch.</i>	<i>S. P. Toutoundjitch.</i>
<i>Dr. Franya Pavlitch.</i>	<i>Dr. Franya Pavlitch.</i>
<i>Costa Zlatanovitch.</i>	<i>Costa Zlatanovitch.</i>
Pour le Royaume de Siam :	Pelo Reino de Sião :
<i>Phra Sanpakitch Preecha.</i>	<i>Phra Sanpakitch Preecha.</i>
Pour la Suède :	Pela Suécia :
<i>Julius Juhlin.</i>	<i>Julius Juhlin.</i>
<i>Thore Wennqvist.</i>	<i>Thore Wennqvist.</i>
Pour la Suisse :	Pela Suíça :
<i>Mengotti.</i>	<i>Mengotti.</i>
<i>F. Boss.</i>	<i>F. Boss.</i>
Pour la Tchécoslovaquie :	Pela Tcheco-Slováquia :
<i>Dr Otokar Růžička.</i>	<i>Dr. Otokar Růžička.</i>
<i>Václav Kučera.</i>	<i>Václav Kučera.</i>
Pour la Tunisie :	Pela Tunísia :
<i>Gérard Japy.</i>	<i>Gérard Japy.</i>
<i>A. Barbarat.</i>	<i>A. Barbarat.</i>
Pour la Turquie :	Pela Turquia :
<i>Méhmed-Ali.</i>	<i>Méhmed Ali.</i>
Pour l'Uruguay :	Pelo Uruguai :
<i>Adolfo Agorio.</i>	<i>Adolfo Agorio.</i>
Pour les Etats-Unis de Vénézuëla :	Pelos Estados Unidos de Venezuela :
<i>Pedro-Emilio Coll.</i>	<i>Pedro-Emilio Coll.</i>
<i>Barceló</i>	<i>Barceló.</i>
<i>A. Posse.</i>	<i>A. Posse.</i>

Protocole final

Au moment de procéder à la signature de la Convention conclue à la date de ce jour, relativement à l'échange des colis postaux, les plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I

Tout pays où la poste ne se charge pas actuellement du transport des colis postaux et qui adhère à la Convention susmentionnée aura la faculté d'en faire exécuter les clauses par les entreprises de chemins de fer et de navigation. Il pourra en même temps limiter ce service aux colis provenant ou à destination de localités desservies par ces entreprises.

L'Administration postale de ce pays devra s'entendre avec les entreprises de chemins de fer et de navigation pour assurer la complète exécution, par ces dernières, de toutes les clauses de la Convention, spécialement pour organiser le service d'échange à la frontière.

Elle leur servira d'intermédiaire pour toutes leurs relations avec les Administrations postales des autres pays contractants et avec le Bureau international.

II

Par exception aux dispositions du § 1 de l'article 2, des §§ 1 et 2 de l'article 3 et respectivement des §§ 1 et 4 de l'article 5 de la Convention.

1° Le Gouvernement russe a la faculté de porter à 1 fr. 25 le droit de transit territorial pour la Russie d'Europe et pour celle d'Asie prises chacune séparément.

2° Le Gouvernement ottoman a la faculté de porter à 2 francs 50 le droit de transit territorial pour les colis postaux qui doivent traverser la Turquie d'Asie.

3° Le Gouvernement chinois a la faculté de porter à 1 franc 25 le droit de transit territorial pour les colis qui doivent traverser la Chine.

4° Le Gouvernement argentin a la faculté d'appliquer une surtaxe de 1 franc 50 par colis, à titre de transit territorial, aux colis postaux qui doivent être transportés par le chemin de fer transandin.

5° Est appliquée pour le transport des colis postaux provenant ou à destination des bureaux argentins de la Costa del Sur, Tierra del Fuego et îles adjacentes, une surtaxe ne dépassant pas 1 franc 25 centimes par colis et, pour le transport des colis avec déclaration de valeur à destination ou provenant des mêmes bureaux, un droit supplémentaire de 10 centimes par 300 francs ou fraction de 300 francs.

6° La République de Colombie, l'Equateur, le Pérou, les États-Unis de Venezuela et le Brésil ont la faculté de porter transitoirement:

- a) à 1 franc le droit de transit territorial;
- b) à 1 franc 25 la surtaxe à appliquer aux colis postaux originaires ou à destination de leur territoire.

7° La Colonie du Congo belge a la faculté:

1° d'appliquer aux colis postaux, pour leur parcours au delà de ses bureaux d'échange: une surtaxe qui ne peut dépasser le tarif applicable aux colis de son service intérieur;

2° de limiter à 500 francs le maximum de la déclaration de valeur des colis postaux.

Protocolo final

Por ocasião de se proceder à assinatura da Convenção celebrada em data de hoje, relativa à permutação de encomendas postais, os plenipotenciários abaixo assinados concordaram no seguinte:

I

Qualquer país cujo correio não tiver actualmente a seu cargo o transporte de encomendas postais, e que aderir à Convenção acima mencionada, terá a faculdade de fazer executar as cláusulas da mesma Convenção pelas empresas de caminhos de ferro e de navegação. Igualmente poderá limitar esse serviço às encomendas provenientes das localidades servidas por essas empresas ou a elas destinadas.

A Administração postal desse país deverá entender-se com as empresas de caminhos de ferro e de navegação, a fim de garantir a completa execução, por parte das mesmas empresas, de todas as cláusulas da Convenção e especialmente de organizar o serviço de permutação na fronteira.

A mesma Administração servir-lhes há de intermediária em todas as suas relações com as Administrações postais dos outros países aderentes e com a Secretaria Internacional.

II

Por excepção às disposições do § 1 do artigo 2, dos §§ 1 e 2 do artigo 3 e respectivamente dos §§ 1 e 4 do artigo 5 da Convenção:

1.º O Governo Russo tem a faculdade de elevar a 1 franco e 25 centimos o direito de trânsito terrestre para a Rússia da Europa e para a Rússia da Ásia, consideradas separadamente;

2.º O Governo Otomano tem a faculdade de elevar a 2 francos e 50 centimos o direito de trânsito terrestre para as encomendas postais que tenham de atravessar a Turquia da Ásia;

3.º O Governo Chinês tem a faculdade de elevar a 1 franco e 25 centimos o direito de trânsito terrestre para as encomendas que tenham de atravessar a China;

4.º O Governo Argentino tem a faculdade de, a título de trânsito terrestre, aplicar uma taxa adicional de 1 franco e 50 centimos a cada encomenda postal que tenha de ser transportada pelo caminho de ferro transandin;

5.º É aplicada às encomendas postais, procedentes das Repartições argentinas da Costa do Sul, Terra do Fogo e ilhas adjacentes ou destinadas às mesmas Repartições, uma taxa adicional não excedente a 1 franco e 25 centimos por cada encomenda, e às encomendas com valor declarado, procedentes das referidas Repartições ou a elas destinadas, um prêmio suplementar de seguro de 10 centimos por cada 300 francos ou fracção de 300 francos;

6.º A República de Colômbia, o Equador, o Peru, os Estados Unidos de Venezuela e o Brasil têm a faculdade de elevar transitariamente:

- a) A 1 franco, o direito de trânsito terrestre;
- b) A 1 franco e 25 centimos, a taxa adicional aplicável às encomendas postais procedentes do seu território ou a ele destinadas;

7.º A Colônia do Congo belga tem a faculdade:

1.º De aplicar às encomendas postais, pelos percursos além das suas Repartições de permutação, uma taxa adicional que não pode exceder a aplicável às encomendas do seu serviço interno;

1.º De limitar a 500 francos o máximo da declaração de valor das encomendas postais;

3° de ne pas assurer le transport des colis postaux en transit par son territoire.

8° La Perse et les Colonies portugaises d'Afrique ont la faculté de ne pas assurer le transport des colis postaux en transit par leur territoire. Cette faculté leur est accordée à titre provisoire.

9° L'Inde britannique a la faculté d'appliquer aux colis postaux originaires de son pays à destination des autres pays, en tarif gradué correspondant à différentes catégories de poids, à la condition que la moyenne des taxes ne dépasse pas la taxe normale, y compris la surtaxe à laquelle elle aurait droit.

Cette dernière faculté est également accordée aux pays qui adhéreront à la Convention dans l'intervalle, jusqu'au prochain Congrès.

10° Est réservée aux pays de l'Union la faculté de percevoir une surtaxe, qui ne peut dépasser 30 centimes par 20 grammes ou fraction de 20 grammes, pour chaque envoi qui, à la demande de l'expéditeur est transporté dans un coffre-fort flottant placé à bord d'un paquebot postal. La surtaxe est acquise aux pays d'origine de l'envoi.

L'emploi de coffres-forts flottants est réglé de commun accord entre les Administrations qui conviennent d'assurer ce service dans leurs relations réciproques.

III

La Grèce, la Tunisie et la Turquie d'Asie ont la faculté de ne pas admettre provisoirement les colis dont les dimensions ou le volume excèderaient le maximum autorisé pour les services maritimes dans le Règlement d'exécution.

Les Colonies néerlandaises ont la faculté de limiter provisoirement à 0^m,60 le maximum de dimension dans un sens quelconque et à 25 dm³ le volume des colis postaux.

En foi de quoi, les plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si les dispositions qu'il contient étaient insérées dans la Convention, et ils l'ont signé sur un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement espagnol et dont une copie sera remise à chaque partie.

Madrid, le trente novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne :

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pour la République Argentine :

A. Barrera Nicholson.

Pour l'Autriche :

Eberan.

Pour la Belgique :

*A. Pirard.
Tixhon.
Hub. Krains.*

Pour la colonie du Congo belge :

*M. Halewyck.
G. Tondeur.*

Pour la Bolivie :

Luis Rodriguez.

3.º De não assegurar o transporte das encomendas postais em trânsito pelo seu território;

8.º A Pérsia e as Colónias portuguesas de África têm a faculdade de não garantir o transporte de encomendas postais em trânsito pelo seu território. Esta faculdade só é concedida a título provisório;

9.º A Índia britânica tem a faculdade de aplicar, às encomendas postais procedentes do seu serviço e destinadas a outros países, uma taxa graduada, conforme as diversas categorias de peso, com a condição, porém, de que a média das taxas não exceda a taxa normal, incluindo a taxa adicional a que teria direito.

E igualmente concedida esta última faculdade aos países que aderirem à Convenção até a reunião do próximo Congresso;

10.º Fica reservada aos países da União a faculdade de cobrar uma taxa adicional, que não pode exceder 30 centimos por 20 gramas ou fracção de 20 gramas, por cada encomenda que, a pedido do remetente, for transportada num cofre forte flutuante colocado a bordo dum paquete postal. A referida taxa adicional pertence ao país de procedência da encomenda.

O emprêgo de cofres fortes flutuantes é regulado de comum acôrdo entre as Administrações que concordarem em garantir este serviço nas suas mútuas relações.

III

A Grécia, a Tunísia e a Turquia da Ásia têm a faculdade de não aceitar provisoriamente encomendas cujas dimensões ou volume excedam o máximo autorizado para os serviços marítimos no Regulamento de execução.

As colónias neerlandesas têm a faculdade de limitar provisoriamente a 60 centímetros o máximo de dimensão em qualquer sentido e a 25 decímetros cúbicos o volume das encomendas postais.

Em firmeza do que, os plenipotenciários abaixo assinados lavraram o presente Protocolo final, que terá tanta força e validade como se as disposições nele contidas estivessem insertas na Convenção, e assinaram-no num exemplar que fica depositado nos arquivos do Governo espanhol e de que será dada uma cópia a cada uma das partes.

Madrid, aos trinta de Novembro de mil novecentos e vinte.

Pela Alemanha :

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pela República Argentina :

A. Barrera Nicholson.

Pela Áustria :

Eberan.

Pela Bélgica :

*A. Pirard.
Tixhon.
Hub. Krains.*

Pela colónia do Congo belga :

*M. Halewyck.
G. Tondeur.*

Pela Bolívia :

Luis Rodriguez.

Pour le Brésil:	Pelo Brasil:
<i>Alcibiades Peçanha.</i>	<i>Alcibiades Peçanha.</i>
<i>J. Henrique Aderne.</i>	<i>J. Henrique Aderne.</i>
Pour la Bulgarie:	Pela Bulgária:
<i>N. Startcheff.</i>	<i>N. Startcheff.</i>
<i>N. Boschnakoff.</i>	<i>N. Boschnakoff.</i>
Pour le Chili:	Pelo Chile:
<i>A. de la Cruz.</i>	<i>A. de la Cruz.</i>
<i>Florencio Marquez de la Plata.</i>	<i>Florencio Marquez de la Plata.</i>
<i>Gus. Cousiño.</i>	<i>Gus. Cousiño.</i>
Pour la Chine:	Pela China:
<i>Liou Fou-Tcheng.</i>	<i>Liou Fou-Tcheng.</i>
Pour la République de Colombie:	Pela República de Colômbia:
<i>W. Mac Lellan.</i>	<i>W. Mac Lellan.</i>
<i>Gabriel Roldan.</i>	<i>Gabriel Roldan.</i>
Pour la République de Costa Rica:	Pela República de Costa Rica:
Pour la République de Cuba:	Pela República de Cuba:
<i>Juan Iruretagoyena.</i>	<i>Juan Iruretagoyena.</i>
Pour le Danemark:	Pela Dinamarca:
<i>Hollnagel Jensen.</i>	<i>Hollnagel Jensen.</i>
<i>Holmblad.</i>	<i>Holmblad.</i>
Pour la République Dominicaine:	Pela República Dominicana:
<i>Leopoldo Lovelace.</i>	<i>Leopoldo Lovelace.</i>
Pour l'Egypte:	Pelo Egipto:
<i>N. T. Borton.</i>	<i>N. T. Borton.</i>
Pour la République de l'Equateur:	Pela República do Equador:
<i>Luis Robalino Davila.</i>	<i>Luis Robalino Davila.</i>
<i>Leonidas A. Yerovi.</i>	<i>Leonidas A. Yerovi.</i>
Pour l'Espagne:	Pela Espanha:
<i>Conde de Colombi.</i>	<i>Conde de Colombi.</i>
<i>José de Garcia Torres.</i>	<i>José de Garcia Torres.</i>
<i>Guillermo Capdevila.</i>	<i>Guillermo Capdevila.</i>
<i>Martín Vicente.</i>	<i>Martín Vicente.</i>
<i>Antonio Camacho.</i>	<i>Antonio Camacho.</i>
Pour les colonies espagnoles:	Pelas colónias espanholas:
<i>Bernardo Rolland.</i>	<i>Bernardo Rolland.</i>
<i>Manuel G. Acebo.</i>	<i>Manuel G. Acebo.</i>
Pour l'Ethiopie:	Pela Etiópia:
<i>Weuldeu-Berhane.</i>	<i>Weuldeu-Berhane.</i>
Pour la Finlande:	Pela Finlândia:
<i>G. E. F. Albrecht.</i>	<i>G. E. F. Albrecht.</i>
Pour la France:	Pela França:
<i>M. Lebon.</i>	<i>M. Lebon.</i>
<i>P. M. Georges Bonnet.</i>	<i>P. M. Georges Bonnet.</i>
<i>M. Lebon.</i>	<i>M. Lebon.</i>
<i>G. Blin.</i>	<i>G. Blin.</i>
<i>P. Bouillard.</i>	<i>P. Bouillard.</i>
<i>Barraill.</i>	<i>Barraill.</i>
Pour l'Algérie:	Pela Argélia:
<i>H. Treuillé.</i>	<i>H. Treuillé.</i>
Pour les colonies et protectorats français de l'Indochine:	Pelas colónias e protectorados franceses da Indo-China:
<i>André Touzet.</i>	<i>André Touzet.</i>

Pour l'ensemble des autres colonies françaises :
G. Demartial.

Pelo conjunto das outras colónias francesas :
G. Demartial.

Pour la Grèce :
P. Scassi.
Th. Penthéroudakis.

Pela Grécia :
P. Scassi.
Th. Penthéroudakis.

Pour le Guatemala :
Juan J. Ortega.
Enrique Traumann.

Pela Guatemala :
Juan J. Ortega.
Enrique Traumann.

Pour la République d'Haïti :
Luis Ma. Solér.

Pela República de Haiti :
Luis Ma. Solér.

Pour la République du Honduras :
Ricardo Beltrán y Rózpide.

Pela República de Honduras :
Ricardo Beltrán y Rózpide.

Pour la Hongrie :
O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pela Hungria :
O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Inde britannique :
G. R. Clarke.

Pela Índia britânica :
G. R. Clarke.

Pour l'Islande :
Holtnagel Jensen.

Pela Islândia :
Holtnagel Jensen.

Pour l'Italie et les colonies italiennes :
E. Delmati.
S. Ortisi.

Pela Itália e colónias italianas :
E. Delmati.
S. Ortisi.

Pour le Japon :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pelo Japão :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour le Chosen :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pelo Chosen :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pelo conjunto das outras dependências japonesas :
S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour la République de Libéria :
Luis Ma. Solér.

Pela República de Libéria :
Luis Ma. Solér.

Pour le Luxembourg :
G. Faber.

Pelo Luxemburgo :
G. Faber.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole) :
Gérard Japy.
J. Walter.

Por Marrocos (com exclusão da zona espanhola) :
Gérard Japy.
J. Walter.

Pour le Maroc (zone espagnole) :
M. Aguirre de Cárcer.
L. López-Ferrer.
C. García de Castro.

Por Marrocos (zona espanhola) :
M. Aguirre de Cárcer.
L. López-Ferrer.
C. García de Castro.

Pour le Nicaragua :
M. Ig. Terán.

Pela Nicarágua :
M. Ig. Terán.

Pour la Norvège :
Sommerschield.
Klaus Helsing.

Pela Noruega :
Sommerschield.
Klaus Helsing.

Pour la République de Panama :
J. D. Arosemena.

Pela República de Panamá :
J. D. Arosemena.

Pour le Paraguay:
Fernando Pignet.

Pelo Paraguai:
Fernando Pignet.

Pour les Pays-Bas:
A. W. Kymmell.
J. S. v. Gelder.

Pelos Países Baixos:
A. W. Kymmell.
J. S. v. Gelder.

Pour les Indes néerlandaises:
Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pelas Índias neerlandesas:
Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pour les colonies néerlandaises en Amérique:
Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pelas colónias neerlandesas na América:
Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pour le Pérou:
D. C. Urrea.
O. Barrenechea y Raygada.

Pelo Peru:
D. C. Urrea.
O. Barrenechea y Raygada.

Pour la Perse:
Husséin Khan Alaï.
C. Molitor.

Pela Pérsia:
Husséin Khan Alaï.
C. Molitor.

Pour la Pologne:
W. Dobrowolski.
Maciejewski,
Dr. Marjan Blachier.

Pela Polónia:
W. Dobrowolski.
Maciejewski.
Dr. Marjan Blachier.

Pour le Portugal:
Henrique Mousinho de Albuquerque.

Por Portugal:
Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pour les colonies portugaises de l'Afrique:
Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas colónias portuguesas da África:
Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:
José Emílio dos Santos e Silva.

Pelas colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia:
José Emílio dos Santos e Silva.

Pour la Roumanie:
D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pela Roménia:
D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pour la Russie:

Pela Rússia:

Pour la République de St-Marin:

Pela República de S. Marino:

Pour le Salvador:
Ismael G. Fuentes.

Pelo Salvador:
Ismael G. Fuentes.

Pour le Territoire de la Sarre:
Douarche.

Pelo Território do Sarre:
Douarche.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:
Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr. Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios:
Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr. Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pour le Royaume de Siam:
Phra Sanpakitch Preecha.

Pelo Reino de Sião:
Phra Sanpakitch Preecha.

Pour la Suède:
Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pela Suécia:
Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse :

Mengotti.
F. Boss.

Pour la Tchécoslovaquie :

Dr Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pour la Tunisie :

Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pour la Turquie :

Méhmed-Ali.

Pour l'Uruguay :

Adolfo Agorio.

Pour les États-Unis de Vénézuëla :

Pedro-Emílio Coll.
Barceló.
A. Posse.

Pela Suíça :

Mengotti.
F. Boss.

Pela Tcheco-Slováquia :

Dr. Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pela Tunísia :

Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pela Turquia :

Méhmed-Ali.

Pelo Uruguai :

Adolfo Agorio.

Pelos Estados Unidos de Venezuela :

Pedro-Emílio Coll.
Barceló.
A. Posse.

Arrangement concernant le service des recouvrements

Conclu entre

L'Allemagne, l'Autriche, la Belgique, le Chili, la Chine, le Danemark, l'Égypte, l'Éthiopie, la France, l'Algérie, la Grèce, la Hongrie, l'Islande, l'Italie et les Colonies italiennes, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole), le Maroc (zone espagnole), la Norvège, les Pays-Bas, les Indes néerlandaises, les Colonies néerlandaises en Amérique, la Pologne, le Portugal, les Colonies portugaises de l'Afrique, de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie et la Turquie.

Les soussignés, plénipotentiaires des Gouvernements des pays ci-dessus dénommés, vu l'article 21 de la Convention principale, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant :

ARTICLE 1

Dispositions préliminaires

L'échange des valeurs à recouvrer par la poste entre ceux des pays contractants dont les Administrations postales conviennent de se charger réciproquement de ce service, est régi par les dispositions du présent Arrangement.

ARTICLE 2

Papiers admis à l'encaissement ; maximum du montant ; protêts

1.—Sont admis à l'encaissement les quittances, factures, billets à ordre, traites, coupons d'intérêts et de dividendes, titres amortis, et généralement toutes les valeurs commerciales ou autres, payables sans frais, et dont le montant total par envoi n'excède pas le maximum des mandats de poste émis par le pays de destination.

Acôrdo relativo ao serviço de cobranças

Celebrado entre os seguintes países

Alemanha, Áustria, Bélgica, Chile, China, Dinamarca, Egipto, Etiópia, França, Argélia, Grécia, Hungria, Islândia, Itália e Colónias italianas, Luxemburgo, Marrocos (com exclusão da zona espanhola), Marrocos (zona espanhola), Noruega, Países Baixos, Índias neerlandesas, Colónias neerlandesas na América, Polónia, Portugal, Colónias portuguesas de África, da Ásia e da Oceânia, Roménia, República de S. Marino, Território do Sarre, Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios, Suécia, Suíça, Tcheco-Slováquia, Tunísia e Turquia.

Os abaixo assinados, plenipotenciários dos Governos dos países acima designados, visto o artigo 21 da Convenção principal, estipularam, de comum acôrdo e sob reserva de ratificação, as disposições seguintes :

ARTIGO 1

Disposições preliminares

A permutação de valores a cobrar por intermédio do correio, entre os países aderentes cujas Administrações postais se encarreguem reciprocamente deste serviço, obedece às disposições do presente Acôrdo.

ARTIGO 2

Valores que se aceitam para cobrança ; importância máxima da cobrança ; protestos

1.—Admitem-se à cobrança recibos, facturas, ordens de pagamento, letras de câmbio, cupões de juros e de dividendos, títulos amortizados e, em geral, todos os valores comerciais ou quaisquer outros, pagáveis sem despesas, e cuja importância total não exceder, por cada remessa, o máximo dos vales de correio emitidos pelo país destinatário.

Les Administrations des postes de deux pays correspondants peuvent, d'un commun accord, adopter un maximum plus élevé.

Toutefois, les Administrations qui ne pourraient se charger de l'encaissement des coupons d'intérêts ou de dividendes et de titres amortis le notifieront aux autres Administrations intéressées par l'intermédiaire du Bureau international.

2.—Les Administrations des postes des pays contractants peuvent également se charger de faire protester les effets de commerce, de faire exercer des poursuites juridiques au sujet de créances et de prendre, d'un commun accord, les dispositions nécessaires au sujet de ce service.

ARTICLE 3

Montant à recouvrer

Sauf arrangement contraire entre les Administrations intéressées, le montant des valeurs à recouvrer par la poste est exprimé en monnaie du pays chargé du recouvrement.

ARTICLE 4

Expédition ; nombre des annexes

1.—L'envoi des valeurs à recouvrer est fait sous forme de pli recommandé adressé directement par le déposant au bureau de poste qui doit encaisser les fonds.

2.—Le même envoi peut contenir plusieurs valeurs recouvrables par un même bureau de poste sur des débiteurs différents, au profit d'une même personne.

Cependant le même envoi ne peut contenir ni des valeurs recouvrables sur plus de cinq débiteurs différents, ni des valeurs à différents jours d'échéance.

ARTICLE 5

Taxe ; récépissé

1.—La taxe d'un envoi fait en conformité de l'article 4 précédent ne doit pas dépasser celle d'une lettre recommandée du poids de cet envoi. Cette taxe appartient en entier à l'Administration des postes du pays d'origine.

2.—Un récépissé de l'envoi est remis gratuitement à l'intéressé au moment du dépôt.

ARTICLE 6

Inadmissibilité de paiements partiels

Il n'est pas admis de paiement partiel. Chaque valeur doit être payée intégralement et en une seule fois, sinon elle est tenue comme refusée.

ARTICLE 7

Droits d'encaissement et de présentation

1.—L'Administration chargée du recouvrement, prélève sur le montant de chaque valeur recouvrée un droit d'encaissement de 30 centimes.

2.—Toute valeur qui demeure impayée après avoir été présentée à l'encaissement est passible d'une taxe de présentation de 20 centimes.

Les valeurs qui ne peuvent être mises en recouvrement par suite d'une irrégularité quelconque ou par suite d'un vice d'adresse et qui, pour l'un de ces motifs, doivent être renvoyées à l'expéditeur, ne sont pas soumises à cette taxe.

As Administrações postais de dois dos países correspondentes podem, de comum acordo, adoptar um máximo mais elevado.

Contudo, as Administrações que não puderem encarregar-se da cobrança de cupões de juros ou de dividendos e de títulos amortizados assim o deverão participar às outras Administrações interessadas, por intermédio da Secretaria Internacional.

2.—As Administrações postais dos países aderentes podem igualmente encarregar-se de fazer protestar os títulos comerciais, assim como de promover outras diligências judiciais por falta de pagamentos e de tomar, de comum acordo, as necessárias disposições com respeito a este serviço.

ARTIGO 3

Importância a cobrar

A importância de valores a cobrar pelo correio deve ser indicada na moeda do país encarregado da cobrança, salvo acordo em contrário entre as Administrações interessadas.

ARTIGO 4

Expedição ; número de anexos

1.—A remessa de valores a cobrar faz-se em forma de carta registada, transmitida directamente pelo remetente à Repartição postal que deve receber as respectivas importâncias.

2.—A mesma remessa pode conter diversos valores a cobrar, pela mesma Repartição postal, de diferentes devedores em proveito dum mesmo remetente.

Não deve, porém, conter valores a cobrar de mais de cinco devedores diferentes nem a cobrar em datas diversas.

ARTIGO 5

Taxas ; recibos

1.—A taxa duma carta contendo valores a cobrar é, em conformidade com o artigo 4 precedente, a duma carta registada de peso igual. Esta taxa pertence por inteiro à Administração postal do país de procedência.

2.—No acto de se receber uma carta com valores a cobrar entrega-se gratuitamente ao interessado um recibo da mesma.

ARTIGO 6

Inadmissibilidade de pagamentos parciais

Não se admitem pagamentos parciais. Cada título deve ser pago integralmente de uma só vez, e, deixando de o ser, considera-se como recusado.

ARTIGO 7

Prémio de cobrança e taxa de apresentação

1.—A Administração postal encarregada da cobrança percebe, sobre a importância de cada valor cobrado, um prémio de cobrança de 30 centimos.

2.—Qualquer valor que não seja pago depois de ter sido apresentado à cobrança é onerado com uma taxa de apresentação de 20 centimos.

Os valores que não possam ser cobrados em consequência de qualquer irregularidade ou por motivo dum erro no endereço, e que por qualquer destes motivos devam ser devolvidos ao remetente, não são sujeitos a esta taxa.

3.—Le droit d'encaissement et la taxe de présentation prévus aux alinéas précédents ne donnent lieu à aucun décompte entre les Administrations intéressées.

ARTICLE 8.

Transmission du montant recouvré; renvoi des valeurs non recouvrées

1.—La somme recouvrée, après déduction:
a) du droit d'encaissement, et, éventuellement, de la taxe de présentation prévus à l'article 7, §§ 1 et 2,
b) de la taxe ordinaire des mandats de poste et,
c) s'il y a lieu, des droits fiscaux appliqués aux valeurs et de la différence de cours, est convertie, par le bureau qui a fait le recouvrement, en un mandat de poste au profit du déposant. Ce mandat lui est envoyé sans frais.

Les Administrations des postes des pays contractants peuvent se charger de verser en compte courant postal le montant des sommes recouvrées revenant à l'expéditeur.

2.—Les valeurs qui n'ont pu être recouvrées sont renvoyées en franchise de port au bureau de dépôt. La taxe prévue à l'article 7, § 2, est déduite du montant des valeurs recouvrées inscrites sur le même bordereau que les valeurs impayées. Lorsque la déduction de l'ensemble des taxes dues ne peut pas être intégralement opérée ces taxes sont perçues sur l'expéditeur de l'envoi.

L'Administration chargée du recouvrement n'est tenue à aucune mesure conservatoire ou constatation de nature quelconque de non-paiement.

ARTICLE 9

Application des dispositions de l'Arrangement concernant les mandats

1.—Les dispositions de l'Arrangement concernant le service des mandats de poste sont applicables, en tout ce qui n'est pas contraire au présent Arrangement, aux mandats de poste délivrés en vertu de l'article 8 précédent, pour la liquidation des valeurs recouvrées par la poste.

Toutefois, les mandats de recouvrement qui n'ont pas été payés aux bénéficiaires pour un motif quelconque, ne sont pas remboursés à l'Office d'émission et le montant en revient définitivement à l'Administration du pays expéditeur des valeurs à recouvrer, après l'expiration du délai légal de prescription.

2.—Ces mandats sont admis jusqu'au maximum fixé en vertu du premier paragraphe de l'article 2.

ARTICLE 10

Retrait des recouvrements; rectification du bordereau

Le déposant d'un envoi contenant des valeurs à recouvrer peut, aux conditions et sous les réserves déterminées pour les correspondances ordinaires et recommandées par l'article 11 de la Convention principale:

1° retirer l'envoi entier ou une ou plusieurs des valeurs y contenues, et

2° faire rectifier, en cas d'erreur, les indications inscrites au bordereau accompagnant l'envoi, aussi longtemps que la ou les valeurs en cause n'ont été ni payées par le ou les débiteurs, ni renvoyées ou réexpédiées par le bureau chargé du recouvrement.

ARTICLE 11

Responsabilité

1.—La perte d'un pli recommandé contenant des valeurs à recouvrer engage la responsabilité du service

3.—O prêmio de cobrança e a taxa de apresentação previstos nas alíneas precedentes não dão lugar a conta alguma entre as Administrações interessadas.

ARTIGO 8

Remessa da importância cobrada; devolução dos valores não cobrados

1.—A importância cobrada, depois de deduzidos:
a) O prêmio de cobrança e eventualmente a taxa de apresentação previstos no artigo 7, §§ 1 e 2;
b) O prêmio ordinário dos vales de correio; e
c) Os direitos fiscais e diferença de câmbio, quando os houver, aplicáveis aos valores a cobrar, é convertidos, pela Repartição que fez a cobrança, em um vale de correio a favor do remetente, vale que lhe é enviado sem despesa alguma.

As Administrações postais dos países aderentes podem encarregar-se de fazer lançar em conta corrente postal a totalidade das importâncias cobradas a favor do expedidor.

2.—Os valores que não forem cobrados reenviam-se à Repartição expedidora isentos de franquia. A taxa prevista no artigo 7, § 2, é deduzida da importância dos valores cobrados inscritos na mesma lista de cobrança que os valores que não foram cobrados. Quando a dedução do conjunto das taxas devidas não puder ser integralmente feita, estas taxas são cobradas do remetente.

A Administração dos correios encarregada da cobrança não fica obrigada a processo algum judiciário nem a provar por qualquer forma a razão da falta de pagamento.

ARTIGO 9

Aplicação das disposições do Acôrdo relativo a vales

1.—Aos vales emitidos em virtude do artigo 8 precedente, para liquidação dos valores cobrados por intermédio do correio, são aplicáveis, em tudo que não fôr contrário ao presente Acôrdo, as disposições do Acôrdo relativo à permutação de vales do correio.

Contudo os vales de cobrança que por qualquer motivo não forem pagos aos destinatários não são reembolsados à Repartição emissora, revertendo definitivamente a sua importância, depois de findo o prazo legal da prescrição, a favor da Administração postal do país remetente dos valores a cobrar.

2.—É aplicável a estes vales o limite máximo fixado no § 1 do artigo 2.

ARTIGO 10

Faculdade de retirar do correio os valores a cobrar; rectificação da lista de cobrança

O remetente dum carta contendo valores a cobrar pode, nas condições e sob as reservas estabelecidas para as correspondências ordinárias e registadas no artigo 11 da Convenção principal:

1.º Retirar a mesma carta ou um ou mais dos valores nela contidos; e

2.º No caso de erro, fazer rectificar as indicações da lista de cobrança que a acompanha, emquanto o valor ou valores de que se trata não forem pagos pelo devedor ou devedores nem devolvidos ou reexpedidos pela Repartição encarregada da cobrança.

ARTIGO 11

Responsabilidade

1.—A responsabilidade para com o remetente dum carta registada contendo valores a cobrar pertence ao

postal envers l'expéditeur dans les conditions déterminées par l'article 10 de la Convention principale pour les envois recommandés.

Il en est de même s'il s'agit de la perte du pli recommandé contenant les valeurs non encaissées retournées à l'expéditeur.

2.—En cas de perte des valeurs au bureau chargé de l'encaissement avant leur présentation aux débiteurs, l'Administration responsable n'est tenue de rembourser aux déposants que le montant effectif du dommage causé. Le remboursement pour les valeurs perdues ne peut pas excéder le montant de l'indemnité prévue au paragraphe 1 ci-dessus.

3.—Les sommes recouvrées régulièrement, déduction faite des taxes prévues à l'article 8, qu'elles aient ou non été converties en mandats de poste sont garanties à l'expéditeur des valeurs dans les conditions déterminées par l'article 7 de l'Arrangement concernant le service des mandats de poste ou, le cas échéant, par l'article 7 de l'Arrangement concernant le service des virements postaux.

4.—Si une valeur à recouvrer a été livrée au débiteur sans encaissement du montant du recouvrement l'expéditeur a droit à une indemnité qui ne pourra dépasser dans aucun cas le montant du recouvrement. Il en est de même, si la somme encaissée du débiteur est inférieure au montant de la valeur, à condition toutefois, que le non-encaissement du montant total ne soit pas dû à une faute ou à une négligence de l'expéditeur.

Par le fait du paiement l'Administration est subrogée dans tous les droits de l'expéditeur.

5.—Les Administrations ne sont tenues à aucune responsabilité du chef de retards :

- 1° dans la transmission ou présentation des valeurs à recouvrer,
- 2° dans la transmission des mandats représentatifs des sommes encaissées ni dans l'inscription de ces sommes au crédit de comptes courants postaux,
- 3° dans l'établissement du protêt ou dans l'exercice des poursuites judiciaires dont elles se seraient chargées par application des dispositions de l'article 2, § 2.

6.—Il est entendu que la réclamation n'est admise que dans le délai d'un an à partir du lendemain du jour du dépôt à la poste de l'envoi de recouvrement; passé ce délai, le réclamant n'a droit à aucune indemnité.

ARTICLE 12

Unions restreintes

Les stipulations du présent Arrangement ne portent pas restriction au droit des parties contractantes de maintenir et de conclure des arrangements spéciaux, ainsi que de maintenir et d'établir des unions plus restreintes, en vue d'améliorer le service des recouvrements internationaux.

ARTICLE 13

Législation intérieure

En outre, le présent Arrangement ne porte pas atteinte à la législation intérieure des pays contractants, dans tout ce qui n'est pas prévu par cet Arrangement.

ARTICLE 14

Application des dispositions du service intérieur

1.—Il est entendu qu'à défaut de dispositions formelles du présent Arrangement, chaque Administration a la

service postal, nas condições determinadas no artigo 10 da Convenção principal, na parte respeitante aos objectos registados.

Igual responsabilidade pertence ao mesmo serviço postal no caso de perda das cartas registadas contendo valores não cobrados, devolvidas aos remetentes.

2.—No caso em que os valores tenham sido perdidos na Repartição encarregada da cobrança, antes da sua apresentação aos devedores, a Administração responsável só é obrigada a reembolsar o remetente da importância efectiva do prejuízo causado, não podendo este reembolso exceder a importância da indemnização prevista no § 1 antecedente.

3.—As importâncias regularmente cobradas, depois de deduzidas as taxas previstas no artigo 8, quer elas sejam, quer não, convertidas em vales de correio, pertencem ao remetente dos valores, nas condições determinadas no artigo 7 do Acôrdo referente ao serviço dos vales de correio, ou no artigo 7 do Acôrdo referente ao serviço de transferências postais, se se tratar deste serviço.

4.—Se um valor a cobrar fôr entregue ao devedor sem se ter procedido à respectiva cobrança, ou se a importância cobrada ao devedor fôr inferior ao seu valor, o remetente tem direito a uma indemnização que não poderá, em caso algum, exceder a importância da cobrança, com a condição porém que a falta de cobrança da importância total não seja devida a culpa ou negligência do remetente.

A Administração que tiver realizado o pagamento da indemnização fica subrogada em todos os direitos do remetente.

5.—As administrações não são responsáveis pelas demoras :

- 1.º Na transmissão ou apresentação dos valores a cobrar ;
- 2.º Na transmissão dos vales representativos das importâncias cobradas, nem na sua inscrição no crédito de contas correntes postais ;
- 3.º Na promoção de qualquer protesto ou doutras diligências judiciais de que se tivessem encarregado nos termos das disposições do artigo 2, § 2.

6.—Fica bem entendido que qualquer reclamação só é aceita dentro do prazo de um ano, a contar do dia imediato àquele em que o objecto a cobrar foi entregue ao correio. Decorrido este prazo, o reclamante não tem direito a qualquer indemnização.

ARTIGO 12

Estreitamento de relações

As estipulações do presente Acôrdo não restringem o direito às partes contratantes de manter e celebrar acordos especiais, bem como de conservar e estabelecer uniões mais íntimas, com o fim de melhorar o serviço de cobranças internacionais.

ARTIGO 13

Legislação interna

Além disto, o presente Acôrdo não altera a legislação interna dos países aderentes, na parte a que se não referirem as estipulações nele contidas.

ARTIGO 14

Aplicação das disposições do serviço interno

1.—Fica entendido que, na falta de disposições formais do presente Acôrdo, cada Administração tem a fa-

faculté d'appliquer les dispositions régissant la matière dans son service intérieur.

2. — Il est toutefois formellement interdit de percevoir, soit dans le pays d'origine, soit dans le pays de destination, une taxe ou rétribution quelconque autre que celles qui sont prévues par le présent Arrangement.

ARTICLE 15

Suspension extraordinaire du service

Chaque Administration peut, dans des circonstances extraordinaires de nature à justifier la mesure, suspendre temporairement le service des recouvrements, d'une manière générale ou partielle, sous la condition d'en donner immédiatement avis, au besoin par voie télégraphique, à l'Administration ou aux Administrations intéressées.

ARTICLE 16

Bureaux participant au service; Règlement d'exécution

1. — Les Administrations des postes des pays contractants admettent au service des recouvrements tous les bureaux chargés du service des mandats de poste internationaux.

2. — Elles règlent, d'un commun accord, le mode du dépôt et de l'envoi des valeurs à recouvrer, ainsi que toutes les autres mesures de détail ou d'ordre nécessaires pour assurer l'exécution du présent Arrangement.

ARTICLE 17

Adhésions à l'Arrangement

Les Etats de l'Union qui n'ont point pris part au présent Arrangement sont admis à y adhérer sur leur demande, et dans la forme prescrite par la Convention principale en ce qui concerne les adhésions à l'Union postale universelle.

ARTICLE 18

Propositions dans l'intervalle des réunions

1. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues par la Convention principale, toute Administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions concernant le service des recouvrements.

Pour être mise en délibération, chaque proposition doit être appuyée par au moins deux Administrations, sans compter celle dont la proposition émane. Lorsque le Bureau international ne reçoit pas, en même temps que la proposition, le nombre nécessaire de déclarations d'appui, la proposition reste sans aucune suite.

2. — Toute proposition est soumise au procédé déterminé par le § 2 de l'article 28 de la Convention principale.

3. — Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir:

1° l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17 et 19 du présent Arrangement;

2° les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification des dispositions de l'article 16;

3° la simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions du présent Arrangement, sauf le cas de litige prévu à l'article 25 de la Convention principale.

culdade de aplicar as disposições que regem as cobranças no seu serviço interno.

2. — Contudo, é formalmente proibido cobrar-se, quer no país de procedência, quer no país de destino, qualquer taxa ou retribuição além das previstas no presente Acôrdo.

ARTIGO 15

Suspensão temporária do serviço

Cada Administração pode, em circunstâncias extraordinárias que justificarem semelhante medida, suspender temporariamente o serviço das cobranças, duma maneira geral ou parcial, contanto que o participe imediatamente, se necessário fôr pelo telégrafo, à Administração ou Administrações interessadas.

ARTIGO 16

Repartições que desempenham o serviço; Regulamento de execução

1. — As Administrações postais dos países aderentes admitem ao serviço das cobranças todas as Repartições encarregadas do serviço de vales internacionais.

2. — Regulam, de comum acôrdo, o modo de receber e transmitir os valores a cobrar, bem como quaisquer outras medidas necessárias para assegurar a execução do presente Acôrdo.

ARTIGO 17

Adesões ao Acôrdo

Os Estados da União que não tomaram parte neste Acôrdo podem aderir a ele, a seu pedido e na forma prescrita pela Convenção principal, na parte que se refere às adesões à União Postal Universal.

ARTIGO 18

Propostas no intervalo das reuniões

1. — No intervalo que mediar entre as reuniões previstas pela Convenção principal qualquer Administração postal dum dos países aderentes tem o direito de dirigir às outras Administrações que participam deste Acôrdo, por intermédio da Secretaria Internacional, propostas relativas ao serviço das cobranças.

Qualquer dessas propostas deve, para entrar em discussão, ter, pelo menos, o assentimento de duas Administrações, sem contar aquela que é autora da proposta. Sempre que a Secretaria Internacional deixe de receber, juntamente com a proposta, o respectivo número de declarações que a aprovam fica a mesma proposta sem efeito.

2. — Essas propostas ficam sujeitas ao processo determinado no § 2 do artigo 28 da Convenção principal.

3. — Para que se tornem executivas devem as mesmas propostas reunir:

1.º A unanimidade dos votos, se se tratar da adopção de novas disposições ou da modificação das disposições deste artigo e dos artigos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17 e 19 do presente Acôrdo;

2.º Os dois terços dos votos, se se tratar da modificação das disposições do artigo 16;

3.º A simples maioria absoluta, se se tratar da interpretação das disposições do presente Acôrdo, salvo o caso de litígio previsto no artigo 25 da Convenção principal.

4.—Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, et dans le troisième cas, par une notification administrative, selon la forme prévue par la Convention principale.

5.—Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins après sa notification.

ARTICLE 19

Durée de l'Arrangement; ratification

1.—Le présent Arrangement entrera en vigueur le 1^{er} janvier 1922.

2.—Il aura la même durée que la Convention principale, sans préjudice du droit réservé à chaque pays de se retirer de cet Arrangement moyennant un avis, donné, un an à l'avance, par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération suisse. Pendant cette dernière année, l'Arrangement continuera d'avoir son exécution pleine et entière, sans préjudice de la liquidation et du solde des comptes après l'expiration dudit terme.

3.—Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution du présent Arrangement, toutes les dispositions convenues antérieurement entre les divers Gouvernements ou Administrations des parties contractantes.

4.—Le présent Arrangement sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Madrid.

En foi de quoi, les plénipotentiaires des pays ci-dessus dénommés ont signé le présent Arrangement à Madrid, le trente novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne:

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pour l'Autriche:

Eberan.

Pour la Belgique:

*A. Pirard.
Tixhon.
Hub. Krains.*

Pour le Chili:

*A. de la Cruz.
Florencio Marquez de la Plata.
Gus. Cousiño.*

Pour la Chine:

Liou Fou-Tcheng.

Pour le Danemark:

*Hollnagel Jensen.
Holmblad.*

Pour l'Egypte:

N. T. Borton.

Pour l'Ethiopie:

Weuldeu-Berhane.

Pour la France:

*M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Glin.
P. Bouillard.
Barrail.*

4.—As resoluções que se tomarem serão sancionadas, nos dois primeiros casos, por uma declaração diplomática, e, no terceiro caso, por uma notificação administrativa, segundo a forma prevista pela Convenção principal.

5.—Qualquer resolução ou modificação aprovada só entrará em execução três meses depois, pelo menos, de haver sido notificada.

ARTIGO 19

Duração do Acôrdo; ratificação

1.—O presente Acôrdo começará a vigorar no dia 1 de Janeiro de 1922.

2.—Terá a mesma duração que a Convenção principal, sem prejuízo do direito reservado a cada país de se retirar deste Acôrdo mediante aviso dado, com um ano de antecedência, pelo seu Governo ao Governo da Confederação Suíça. Durante este último ano o Acôrdo continuará a ter plena execução, sem prejuízo da liquidação e do saldo das contas, depois de findar o dito prazo.

3.—São derogadas, a contar do dia em que este Acôrdo fôr pôsto em execução, todas as disposições estipuladas anteriormente entre os diversos Governos ou Administrações dos países aderentes.

4.—O presente Acôrdo será ratificado no mais curto prazo possível, e os actos de ratificação trocar-se hão em Madrid.

Em firmeza do que, os plenipotenciários dos países acima designados assinaram o presente Acôrdo em Madrid, aos trinta de Novembro de mil novecentos e vinte.

Pela Alemanha:

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pela Áustria:

Eberan.

Pela Bélgica:

*A. Pirard.
Tixhon.
Hub. Krains.*

Pelo Chile:

*A. de la Cruz.
Florencio, Marquez de la Plata.
Gus. Cousiño.*

Pela China:

Liou Fou-Tcheng.

Pela Dinamarca:

*Hollnagel Jensen.
Holmblad.*

Pelo Egipto:

N. T. Borton.

Pela Etiópia:

Weuldeu-Berhane.

Pela França:

*M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.*

Pour l'Algérie: <i>H. Treuillé.</i>	Pela Argélia: <i>H. Treuillé.</i>
Pour la Grèce: <i>P. Scassi.</i> <i>Th. Penthéroudakis.</i>	Pela Grécia: <i>P. Scassi.</i> <i>Th. Penthéroudakis.</i>
Pour la Hongrie: <i>O. de Fejér.</i> <i>G. Baron Szalay.</i>	Pela Hungria: <i>O. de Fejér.</i> <i>G. Baron Szalay.</i>
Pour l'Islande: <i>Hollnagel Jensen.</i>	Pela Islândia: <i>Hollnagel Jensen.</i>
Pour l'Italie et les colonies italiennes: <i>E. Delmati.</i> <i>T. C. Giannini.</i> <i>S. Ortisi.</i>	Pela Itália e colónias italianas: <i>E. Delmati.</i> <i>T. C. Giannini.</i> <i>S. Ortisi.</i>
Pour le Luxembourg: <i>G. Faber.</i>	Pelo Luxemburgo: <i>G. Faber.</i>
Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole): <i>Gérard Japy.</i> <i>J. Walter.</i>	Por Marrocos (com exclusão da zona espanhola): <i>Gérard Japy.</i> <i>J. Walter.</i>
Pour le Maroc (zone espagnole): <i>M. Aguirre de Cárcer.</i> <i>L. López-Ferrer.</i> <i>C. Garcia de Castro.</i>	Por Marrocos (zona espanhola): <i>M. Aguirre de Cárcer.</i> <i>L. López-Ferrer.</i> <i>C. Garcia de Castro.</i>
Pour la Norvège: <i>Sommerschield.</i> <i>Klaus Helsing.</i>	Pela Noruega: <i>Sommerschield.</i> <i>Klaus Helsing.</i>
Pour les Pays-Bas: <i>A. W. Kymmell.</i> <i>J. S. v. Gelder.</i>	Pelos Países Baixos: <i>A. W. Kymmell.</i> <i>J. S. v. Gelder.</i>
Pour les Indes néerlandaises: <i>Wigman.</i> <i>W. F. Gerdes Oosterbeek.</i> <i>J. van der Werf.</i>	Pelas Índias neerlandesas: <i>Wigman.</i> <i>W. F. Gerdes Oosterbeek.</i> <i>J. van der Werf.</i>
Pour les colonies néerlandaises en Amérique: <i>Wigman.</i> <i>W. F. Gerdes Oosterbeek.</i> <i>J. van der Werf.</i>	Pelas colónias neerlandesas na América: <i>Wigman.</i> <i>W. F. Gerdes Oosterbeek.</i> <i>J. van der Werf.</i>
Pour la Pologne: <i>W. Dobrowolski.</i> <i>Maciejewski.</i> <i>Dr Marjan Blachier.</i>	Pela Polónia: <i>W. Dobrowolski.</i> <i>Maciejewski.</i> <i>Dr. Marjan Blachier.</i>
Pour le Portugal: <i>Henrique Mousinho de Albuquerque.</i>	Por Portugal: <i>Henrique Mousinho de Albuquerque.</i>
Pour les colonies portugaises de l'Afrique: <i>Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.</i>	Pelas colónias portuguesas de África: <i>Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.</i>
Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie: <i>José Emílio dos Santos e Silva.</i>	Pelas colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia: <i>José Emílio dos Santos e Silva.</i>
Pour la Roumanie: <i>D. G. Marinesco.</i> <i>Eug. Boukman.</i>	Pela Roménia: <i>D. G. Marinesco.</i> <i>Eug. Boukman.</i>
Pour la République de St-Marin:	Pela República de S. Marino:
Pour le Territoire de la Sarre: <i>Douarche.</i>	Pelo Território do Sarre: <i>Douarche.</i>

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:

Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pour la Suède:

Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:

Mengotti.
F. Boss.

Pour la Tchécoslovaquie:

Dr Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pour la Tunisie:

Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pour la Turquie:

Méhmed-Ali.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios:

Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr. Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pela Suécia:

Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça:

Mengotti.
F. Boss.

Pela Tcheco-Slováquia:

Dr. Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pela Tunísia:

Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pela Turquia:

Méhmed-Ali.

Protocole final

Au moment de procéder à la signature de l'Arrangement concernant le service des recouvrements les plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

I

La stipulation de l'article II du Protocole final de la Convention principale concernant la faculté pour chaque pays de fixer les équivalents des taxes dans sa monnaie intérieure, d'accord avec l'Administration des postes suisses, s'applique aussi aux taxes prévues à l'article 7 du présent Arrangement. Les équivalents doivent correspondre exactement à ceux fixés par le Règlement d'exécution de la Convention principale.

II

En ce qui concerne les taxes et droits prévus par l'Arrangement, chaque pays est autorisé à les mettre en vigueur avant le 1^{er} janvier 1922 à la condition d'en informer le Bureau international au moins un mois d'avance et, au besoin, par télégramme.

En foi de quoi, les plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même de l'Arrangement et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement espagnol et dont une copie sera remise à chaque partie.

Fait à Madrid, le trente novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne:

Ronge.
Schenk.
Orth.

Pour l'Autriche:

Eberan.

Protocolo final

Por ocasião de se proceder à assinatura do Acôrdo relativo ao serviço do cobranças, os plenipotenciários abaixo assinados concordaram no seguinte:

I

O disposto no artigo 11 do Protocolo final da Convenção principal, relativo à faculdade de cada país fixar as equivalências das taxas na sua moeda interna, de acôrdo com a Administração dos correios suíços, applica-se também às taxas previstas no artigo 7 do presente Acôrdo. As referidas equivalências devem corresponder exactamente às fixadas no Regulamento para execução da mesma Convenção principal.

II

Relativamente às taxas e prémios previstos no Acôrdo, cada país fica autorizado a pô-los em vigor antes do 1.º de Janeiro de 1922, contanto que informe a Secretaria Internacional de tal medida, pelo menos, um mês antes, e, sendo necessário, por telegrama.

Em firmeza do que, os plenipotenciários abaixo assinados lavraram o presente Protocolo final, que terá tanta força e validade como se as disposições nele contidas estivessem insertas no próprio texto do Acôrdo a que se refere, e assinaram-no num exemplar que ficará depositado nos arquivos do Governo de Espanha, e de que será dada uma cópia a cada uma das partes.

Feito em Madrid, aos trinta de Novembro de mil novecentos e vinte.

Pela Alemanha:

Ronge.
Schenk.
Orth.

Pela Áustria:

Eberan.

Pour la Belgique :

A. Pirard.
Tichon.
Hub. Krains.

Pour le Chili :

A. de la Cruz.
Florencio, Marquez de la Plata.
Gus. Cousiño.

Pour la Chine :

Liou Fou-Tcheng.

Pour le Danemark :

Hollnagel Jensen.
Holmblad.

Pour l'Égypte :

N. T. Borton.

Pour l'Éthiopie :

Weuldeu-Berhane.

Pour la France :

M. Lebon,
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.

Pour l'Algérie :

H. Treuillé.

Pour la Grèce :

P. Scassi.
Th. Penthéroudakis.

Pour la Hongrie :

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Islande :

Hollnagel Jensen.

Pour l'Italie et les colonies italiennes :

E. Delmati.
T. C. Giannini.
S. Ortisi.

Pour le Luxembourg :

G. Faber.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole) :

Gérard Japy.
J. Walter.

Pour le Maroc (zone espagnole) :

M. Aguirre de Cárcer.
L. López-Ferrer.
C. García de Castro.

Pour la Norvège :

Sommerschield.
Klaus Helsing.

Pour les Pays-Bas :

A. W. Kymmell.
J. S. v. Gelder.

Pela Bélgica :

A. Pirard.
Tichon.
Hub. Krains.

Pelo Chile :

A. de la Cruz.
Florencio, Marquez de la Plata.
Gus. Cousiño.

Pela China :

Liou Fou-Tcheng.

Pela Dinamarca :

Hollnagel Jensen.
Holmblad.

Pelo Egipto :

N. T. Borton.

Pela Etiópia :

Weuldeu-Berhane.

Pela França :

M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.

Pela Argélia :

H. Treuillé.

Pela Grécia :

P. Scassi.
Th. Penthéroudakis.

Pela Hungria :

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pela Islândia :

Hollnagel Jensen.

Pela Itália e colónias italianas :

E. Delmati.
T. C. Giannini.
S. Ortisi.

Pelo Luxemburgo :

G. Faber.

Por Marrocos (com exclusão da zona espanhola) :

Gérard Japy.
J. Walter.

Por Marrocos (zona espanhola) :

M. Aguirre de Cárcer.
L. López-Ferrer.
C. García de Castro.

Pela Noruega :

Sommerschield.
Klaus Helsing.

Pelos Países Baixos :

A. W. Kymmell.
J. S. v. Gelder.

Pour les Indes néerlandaises :

Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pour les colonies néerlandaises en Amérique :

Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pour la Pologne :

W. Dobrowolski.
Maciejewski.
Dr Marjan Blachier.

Pour le Portugal :

Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pour les colonies portugaises de l'Afrique :

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie :

José Emilio dos Santos e Silva.

Pour la Roumanie :

D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pour la République de St.-Marin :

Pour le Territoire de la Sarre :

Douarche.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes.

Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pour la Suède :

Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse :

Mengotti.
F. Boss.

Pour la Tchécoslovaquie :

Dr Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pour la Tunisie :

Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pour la Turquie :

Méhmed-Ali.

Pelas Índias neerlandesas :

Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pelas colónias neerlandesas na América :

Wigman.
W. F. Gerdes Oosterbeek.
J. van der Werf.

Pela Polónia :

W. Dobrowolski.
Maciejewski.
Dr. Marjan Blachier.

Por Portugal :

Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pelas colónias portuguesas de África :

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia :

José Emilio dos Santos e Silva.

Pela Roménia :

D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pela República de S. Marino :

Pelo Território do Sarre :

Douarche.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios :

Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr. Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pela Suécia :

Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça :

Mengotti.
F. Boss.

Pela Tcheco-Slováquia :

Dr. Otokar Růžička.
Václav Kucera.

Pela Tunísia :

Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pela Turquia :

Méhmed-Ali.

Arrangement concernant les abonnements aux journaux et publications périodiques

Conclu entre

L'Allemagne, la République Argentine, l'Autriche, la Belgique, la Bulgarie, le Chili, la République de Colombie, le Danemark, l'Égypte, la Finlande, la France,

Acôrdo relativo às assinaturas de jornais e publicações periódicas

Celebrado entre os seguintes países

Alemanha, República Argentina, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chile, República de Colômbia, Dinamarca, Egípto, Finlândia, França, Argélia, Grécia, República

ce, l'Algérie, la Grèce, la République du Honduras, la Hongrie, l'Italie et les Colonies italiennes, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole), le Maroc (zone espagnole), la Norvège, les Pays-Bas, la Pologne, le Portugal, les Colonies portugaises de l'Afrique, de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, la République de St-Marin, le territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie, la Tunisie, la Turquie et l'Uruguay.

Les soussignés, plénipotentiaires des Gouvernements des pays ci-dessus énumérés.

Vu l'article 21 de la Convention principale, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant:

ARTICLE 1

Dispositions préliminaires

Le service postal des abonnements aux journaux et publications périodiques entre ceux des pays contractants dont les Administrations postales s'entendent pour établir réciproquement ce service, est régi par les dispositions du présent Arrangement.

ARTICLE 2

Réception des souscriptions

Les bureaux de poste de chaque pays reçoivent les souscriptions du public aux journaux et ouvrages périodiques publiés dans les divers pays contractants et dont les éditeurs ont accepté l'intervention de la poste dans le service international des abonnements.

Ce service s'étend également à des publications de tous autres pays, que certaines Administrations seraient en mesure de fournir.

Le présent Arrangement ne restreint en aucune manière l'application des dispositions de l'article 18, § 4 de la Convention principale.

ARTICLE 3

Tarifs et périodes d'abonnement

1. — Le prix de l'abonnement est exigible au moment de la souscription et pour toute la période d'abonnement.

2. — Les changements de tarifs doivent être notifiés à l'Administration centrale du pays destinataire ou à un bureau spécialement désigné à cet effet, au plus tard un mois avant le commencement de la période à laquelle ils se rapportent. Ils sont applicables aux abonnements qui sont souscrits pour cette période, mais n'ont pas d'effet sur les abonnements en cours au moment de la notification des nouveaux tarifs.

3. — Les abonnements ne peuvent être demandés que pour les périodes fixées aux listes officielles.

ARTICLE 4

Responsabilité

Les Administrations des postes, en se chargeant des abonnements à titre d'intermédiaires, n'assument aucune responsabilité quant aux charges et obligations qui incombent aux éditeurs.

Elles ne sont tenues à aucun remboursement en cas de cessation ou d'interruption d'une publication en cours d'abonnement.

de Honduras, Hungria, Itália e Colónias italianas, Luxemburgo, Marrocos (com exclusão da zona espanhola); Marrocos (zona espanhola), Noruega, Países Baixos, Polónia, Portugal, Colónias portuguesas da África, da Ásia e da Oceânia, Roménia, República de S. Marino, Território do Sarre, Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios, Suécia, Suíça, Tcheco-Slováquia, Tunísia, Turquia e Uruguai.

Os abaixo assinados, plenipotenciários dos Governos dos países acima designados, visto o artigo 21 da Convenção principal, estipularam, de comum acordo e sob reserva de ratificação, as disposições seguintes:

ARTIGO 1

Disposições preliminares

O serviço postal de assinaturas de jornais e publicações periódicas entre os países aderentes, cujas Administrações postais resolvem estabelecer reciprocamente o mesmo serviço, obedece às disposições do presente Acôrdo.

ARTIGO 2

Recepção de assinaturas

As Repartições postais de cada país recebem do público assinaturas para os jornais e publicações periódicas dos países aderentes, cujos editores tenham aceitado a intervenção do correio no serviço internacional de assinaturas.

Este serviço compreende também as publicações de qualquer outro país que determinadas Administrações estiverem no caso de fornecer.

O presente Acôrdo não modifica por qualquer forma a aplicação das disposições do artigo 18, § 4, da Convenção principal.

ARTIGO 3

Tabelas e períodos de assinatura

1. — O preço da assinatura é pago no acto de ela se fazer e por todo o tempo da sua duração.

As alterações de tabelas devem ser notificadas à Administração central do país destinatário ou a uma Repartição designada especialmente para tal fim, e o mais tardar um mês antes de começar o período ao qual se referem. As tabelas são aplicáveis às assinaturas que forem tomadas para este período, mas não àquelas que estiverem decorrendo por ocasião da notificação das novas tabelas.

2. — As assinaturas só podem ser feitas pelo tempo indicado nas listas oficiais.

ARTIGO 4

Responsabilidade

As Administrações postais, encarregando-se, a título de intermediárias, das assinaturas, não assumem responsabilidade alguma pelo que respeita aos encargos e obrigações inerentes aos editores.

Igualmente não são obrigadas a reembolso algum quando a publicação terminar ou se interromper durante o período da assinatura.

ARTICLE 5

Bureaux d'échange

Le service international des abonnements s'effectue par l'entremise de bureaux d'échange à désigner respectivement par chaque Administration.

ARTICLE 6

Prix de livraison

1.—Chaque Administration fixe les prix auxquels elle fournit aux autres Administrations ses publications nationales et, s'il y a lieu, les publications de toute autre origine.

Toutefois, ces prix ne peuvent, dans aucun cas, être supérieurs à ceux qui sont imposés aux abonnés à l'intérieur, sauf addition, pour ce qui concerne les relations entre des pays non limitrophes, des droits de transit dus aux Offices intermédiaires (article 4 de la Convention principale).

2.—Les droits de transit sont établis d'avance à forfait, en prenant pour base le degré de périodicité combiné avec le poids moyen des journaux.

3.—Les prix courants, prospectus, réclames, etc., encartés dans la publication mais qui ne font pas partie intégrante de celle-ci sont soumis à la taxe des imprimés; cette taxe doit être représentée au moyen de timbres-poste ou d'empreintes de machines à affranchir, soit sur la bande ou l'enveloppe, soit sur l'imprimé lui-même.

ARTICLE 7

Prix d'abonnement

1.—L'Administration des postes du pays destinataire fixe le prix à payer par le demandeur, en ajoutant au prix de livraison établi en vertu de l'article 6 précédent, telle taxe, droit de commission ou de factage qu'elle juge utile d'adopter, mais sans que ces redevances puissent dépasser celles qui sont perçues pour ses abonnements à l'intérieur. Elle y ajoute, le cas échéant, le droit de timbre fixé par la législation de son pays.

2.—Le prix de livraison est converti s'il y a lieu, par l'Office du pays de destination en sa monnaie. Si les Administrations ont adhéré à l'Arrangement concernant les mandats, la conversion se fait d'après le taux applicable aux mandats de poste, à moins qu'elles ne conviennent d'un taux moyen de conversion.

ARTICLE 8

Exonération de mise en compte des taxes et droits

Les taxes ou droits établis en vertu des articles 6 et 7 précédents ne donnent lieu à aucun décompte spécial entre les Offices correspondants.

ARTICLE 9

Irregularités

Les administrations postales sont tenues de donner suite, sans frais pour les abonnés, à toute réclamation fondée concernant des retards ou des irrégularités quelconques dans le service des abonnements.

ARTIGO 5

Repartições de permutação

O serviço internacional de assinaturas efectua-se por intermédio das Repartições de permutação respectivamente designadas por cada Administração.

ARTIGO 6

Preço de publicação

1.—Cada Administração fixa os preços por que fornece às outras Administrações, tanto as suas publicações nacionais como as publicações de qualquer outra procedência, cuja assinatura possa realizar-se por sua intervenção.

Estes preços, porém, não podem em caso algum ser superiores aos que se exigem aos assinantes no interior do país, salvo o aumento dos direitos de trânsito devidos às Administrações intermediárias pelo que respeita às relações entre países não limitrofes (artigo 4 da Convenção principal).

2.—Os direitos de trânsito são previamente calculados, tomando-se por base o grau de periodicidade dos jornais combinado com o seu peso médio.

3.—Os preços correntes, prospectos, reclamos, etc., incluídos na publicação mas que não façam parte integrante dela, são submetidos à taxa dos impressos, sendo esta taxa representada por meio de selos-postais ou impressões de máquinas de franquear, aplicados sobre o próprio impresso.

ARTIGO 7

Preço da assinatura

1.—A Administração postal do país de destino fixa o preço que tem a pagar a pessoa que pede a assinatura, acrescentando ao preço da publicação estabelecido, em virtude do artigo 6 antecedente, o porte, comissão ou taxa, pela entrega no domicílio, que julgar necessários, não devendo, todavia, estas despesas exceder as que se exigem pelas assinaturas no interior do mesmo país. Quando o houver, a mesma Administração adiciona ao referido preço o imposto de selo estabelecido pela legislação do seu país.

2.—O preço de publicação será convertido, sendo necessário, pela Repartição destinatária, na sua própria moeda. Se as Administrações dos referidos países fizerem parte do Acôrdo relativo aos vales de correio, realiza-se a conversão pela taxa aplicável aos mesmos vales, salvo quando resolvam adoptar uma taxa média de conversão.

ARTIGO 8

Desobrigação de contas especiais por taxas ou direitos

As taxas ou direitos, estabelecidos em virtude dos artigos 6 e 7 antecedentes, não dão lugar a conta alguma especial entre as Administrações correspondentes.

ARTIGO 9

Irregularidades

Compete às Administrações postais dar seguimento, sem despesas para os assinantes, a qualquer reclamação justificada, relativa a irregularidades ou demoras no serviço das assinaturas.

ARTICLE 10

Comptes trimestriels

1. — Les comptes des abonnements fournis et demandés sont dressés trimestriellement. Après avoir été débattus et arrêtés contradictoirement, ces comptes sont soldés en monnaie légale du pays créancier.

2. — A cet effet et sauf entente contraire entre les Officiers intéressés, la différence est liquidée, le plus tôt possible, par mandat de poste.

La créance la plus faible est, sauf autre arrangement, convertie en la monnaie de la créance la plus forte, conformément à l'article 6 de l'Arrangement concernant les mandats.

3. — Les mandats de poste émis à cette fin ne sont soumis à aucun droit et ils peuvent excéder le maximum déterminé par cet Arrangement.

4. — Les soldes en retard portent intérêt à 7 % l'an, au profit de l'Administration créditrice.

ARTICLE 11

Unions restreintes

Les stipulations du présent Arrangement ne portent pas restriction au droit des parties contractantes de maintenir ou de conclure des Arrangements spéciaux en vue d'améliorer, de faciliter ou de simplifier le service des abonnements internationaux.

ARTICLE 12

Adhésions à l'Arrangement

Les pays de l'Union qui n'ont pas pris part au présent Arrangement sont admis à y adhérer sur leur demande et dans la forme prescrite par l'article 26 de la Convention principale en ce qui concerne les adhésions à l'Union postale universelle.

ARTICLE 13

Forme et délais des comptes; règlement d'exécution

Les Administrations des postes des pays contractants arrêtent la forme des comptes désignés à l'article 10 précédent, fixent les époques auxquelles ils doivent être dressés et règlent toutes les autres mesures d'ordre et de détail nécessaires pour assurer l'exécution du présent Arrangement.

ARTICLE 14

Application des dispositions du service intérieur

Il est entendu qu'à défaut de dispositions formelles du présent Arrangement, chaque Administration a la faculté d'appliquer les dispositions régissant la matière dans son service intérieur.

ARTICLE 15

Propositions dans l'intervalle des réunions

1. — Dans l'intervalle qui s'écoule entre les réunions prévues par la Convention principale, toute Administration des postes d'un des pays contractants a le droit d'adresser aux autres Administrations participantes, par l'intermédiaire du Bureau international, des propositions concernant le service des abonnements aux journaux.

Pour être mise en délibération, chaque proposition doit être appuyée par au moins deux Administrations, sans compter celle dont la proposition émane. Lorsque le Bu-

ARTIGO 10

Contas trimestrais

1. — As contas relativas a assinaturas feitas e requisitadas estabelecem-se trimestralmente, sendo, depois de conferidas e aprovadas, saldadas em moeda legal do país credor.

2. — Para este fim, e salvo acordo em contrário entre as Administrações interessadas, liquida-se a diferença, com a possível brevidade, por meio de um vale do correio.

Salvo acordo em contrário, deve o crédito menor ser convertido na moeda do crédito maior, em conformidade com o artigo 6 do Acordo relativo aos vales de correio.

3. — Os vales de correio, que por tal motivo se emitirem, não ficam sujeitos a prêmio algum e podem exceder o máximo fixado pelo já referido Acordo.

4. — Os saldos em atraso vencem o juro de 7 por cento ao ano em proveito da Administração credora.

ARTIGO 11

Estreitamento de relações

As estipulações do presente Acordo não restringem o direito que têm as partes contratantes de manter ou celebrar Acordos especiais com o fim de melhorar, facilitar ou simplificar o serviço das assinaturas internacionais.

ARTIGO 12

Adesões ao Acordo

Os países da União que não tomaram parte no presente Acordo podem a ele aderir, a seu pedido, na forma prescrita no artigo 26 da Convenção principal, no que respeita às adesões à União Postal Universal.

ARTIGO 13

Forma e prazo das contas; regulamento de execução

As Administrações postais dos países aderentes determinam a forma das contas designadas pelo artigo 10 precedente, fixam as épocas em que elas devem ser organizadas e estipulam todas as outras medidas regulamentares, necessárias para assegurar a execução do presente Acordo.

ARTIGO 14

Aplicação das disposições do serviço interno

Fica entendido que, na falta de disposições formais do presente Acordo, cada Administração tem a faculdade de adoptar as disposições que regem o assunto no seu serviço interno.

ARTIGO 15

Propostas no intervalo das reuniões

1. — No intervalo que mediar entre as reuniões previstas pela Convenção principal, qualquer Administração postal dum dos países aderentes tem o direito de dirigir às outras Administrações dos mesmos países, por intermédio da Secretaria Internacional, propostas relativas ao serviço de assinaturas de jornais.

Qualquer dessas propostas deve, para entrar em discussão, ter, pelo menos, o assentimento de duas Administrações, sem contar aquela que é autora da proposta.

reau international ne reçoit pas, en même temps que la proposition, le nombre nécessaire de déclarations d'appui, la proposition reste sans aucune suite.

2.—Toute proposition est soumise au procédé déterminé par le § 2 de l'article 28 de la Convention principale.

3.—Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir:

1.º l'unanimité des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions du présent article et des articles 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16 et 17 du présent Arrangement;

2.º les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de la modification de l'article 13;

3.º la simple majorité absolue, s'il agit de l'interprétation des dispositions du présent Arrangement, sauf le cas de litige prévu par l'article 25 de la Convention principale.

4.—Les résolutions valables sont consacrées, dans les deux premiers cas, par une déclaration diplomatique, et dans le troisième cas, par une notification administrative selon la forme indiquée à l'article 28 de la Convention principale.

5.—Toute modification ou résolution adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

ARTICLE 16

Durée de l'Arrangement

1.—Le présent Arrangement entrera en vigueur le 1^{er} janvier 1922.

2.—Il aura la même durée que la Convention principale, sans préjudice du droit réservé, à chaque pays de se retirer de cet Arrangement moyennant un avis donné, un an à l'avance, par son Gouvernement au Gouvernement de la Confédération suisse.

3.—Le cas échéant, les abonnements courants devront être servis dans les conditions prévues par le présent Arrangement, jusqu'à l'expiration du terme pour lequel ils ont été demandés.

ARTICLE 17

Abrogation des dispositions antérieures; ratification

1.—Sont abrogées, à partir du jour de la mise à exécution du présent Arrangement, toutes les dispositions sur la matière convenues antérieurement entre les Gouvernements ou Administrations des parties contractantes.

2.—Le présent Arrangement sera ratifié aussitôt que faire se pourra. Les actes de ratification seront échangés à Madrid. Toutefois, chaque pays est autorisé à le mettre en vigueur avant le 1^{er} janvier 1922 à la condition d'en informer le Bureau international au moins un mois d'avance et, au besoin, par télégramme.

3.—En foi de quoi, les plénipotentiaires des pays ci-dessus énumérés ont signé le présent Arrangement à Madrid, le trente novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne:

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pour la République Argentine:

A. Barrera Nicholson.

Pour l'Autriche:

Eberan.

Sempre que a Secretaria Internacional deixe de receber, juntamente com a proposta, o respectivo número de declarações que a aprovam, fica a mesma proposta sem efeito.

2.—Essas propostas ficam sujeitas ao processo determinado no § 2 do artigo 28 da Convenção principal.

3.—Para que se tornem executivas, devem as mesmas propostas reunir:

1.º A unanimidade dos votos, se se tratar da adopção de novas disposições ou da modificação das disposições deste artigo e dos artigos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16 e 17 do presente Acôrdo;

2.º Os dois terços dos votos, se se tratar da modificação do artigo 13;

3.º A simples maioria absoluta, se se tratar da interpretação das disposições do presente Acôrdo, salvo o caso de litigio previsto no artigo 25 da Convenção principal.

4.—As resoluções que se tomarem serão sancionadas, nos dois primeiros casos, por uma declaração diplomática e, no terceiro caso, por uma notificação administrativa, segundo a forma indicada no artigo 28 da Convenção principal.

5.—Qualquer modificação ou resolução aprovada só entrará em vigor três meses depois, pelo menos, de haver sido notificada.

ARTIGO 16

Duração do Acôrdo

1.—O presente Acôrdo começará a vigorar no 1.º de Janeiro de 1922.

2.—Terá a mesma duração que a Convenção principal, independentemente do direito reservado a cada país de se retirar do mesmo Acôrdo, mediante aviso dado com um ano de antecedência pelo seu Governo ao Governo da Confederação Suíça.

3.—Neste caso, porém, o serviço das assinaturas existentes continuará a ser desempenhado nas condições previstas no presente Acôrdo, até findar o período por que as mesmas assinaturas foram feitas.

ARTIGO 17

Derrogação de disposições anteriores; ratificação

1.—Ficam derrogadas, a contar do dia em que o presente Acôrdo fôr pôsto em execução, todas as disposições relativas a este assunto anteriormente convencionadas entre os Governos ou Administrações dos países aderentes.

2.—O presente Acôrdo será ratificado no mais curto prazo possível, e os instrumentos de ratificação serão trocados em Madrid. Todavia, cada país fica autorizado a pô-lo em vigor antes do 1.º de Janeiro de 1922 com a condição de informar do facto a Secretaria Internacional pelo menos com um mês de antecedência e, sendo necessário, por meio de telegrama.

3.—Em firmeza do que, os plenipotenciários dos países acima mencionados assinaram o presente Acôrdo em Madrid, aos trinta de Novembro de mil novecentos e vinte.

Pela Alemanha:

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pela República Argentina:

A. Barrera Nicholson.

Pela Áustria:

Eberan.

Pour la Belgique :

A. Pirard.
Tixhon
Hub. Krains.

Pour la Bulgarie :

N. Startcheff.
N. Boschnakoff.

Pour le Chili :

A. de la Cruz.
Florencio Marquez de la Plata.
Gus. Cousiño.

Pour la République de Colombie :

W. Mac Lellan.
Gabriel Roldan.

Pour le Danemark :

Hollnagel Jensen.
Holmblad.

Pour l'Égypte :

N. T. Borton.

Pour la Finlande :

G. E. F. Albrecht.

Pour la France :

M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.

Pour l'Algérie :

H. Treuillé.

Pour la Grèce :

P. Scassi.
Th. Penthéroudakis.

Pour la République du Honduras :

Ricardo Beltrán y Rózpide.

Pour la Hongrie :

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Italie et les colonies italiennes :

E. Delmati.
S. Ortisi.

Pour le Luxembourg :

G. Faber.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole) :

Gérard Japy.
J. Walter.

Pour le Maroc (zone espagnole) :

M. Aguirre de Cárcer.
L. López-Ferrer.
G. García de Castro.

Pour la Norvège :

Sommerschild.
Klaus Helsing.

Pour les Pays-Bas :

A. W. Kymmell.
J. S. v. Gelder.

Pela Bélgica :

A. Pirard.
Tixhon.
Hub. Krains.

Pela Bulgária :

N. Startcheff.
N. Boschnakoff.

Pelo Chile :

A. de la Cruz.
Florencio Marquez de la Plata.
Gus. Cousiño.

Pela República de Colômbia :

W. Mac Lellan.
Gabriel Roldan.

Pela Dinamarca :

Hollnagel Jensen.
Holmblad.

Pelo Egipto :

N. T. Borton.

Pela Finlândia :

G. E. F. Albrecht.

Pela França :

M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.

Pela Argélia :

H. Treuillé.

Pela Grécia :

P. Scassi.
Th. Penthéroudakis.

Pela República de Honduras :

Ricardo Beltrán y Rózpide.

Pela Hungria :

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pela Itália e colônias italianas :

E. Delmati.
S. Ortisi.

Pelo Luxemburgo :

G. Faber.

Por Marrocos (com exclusão da zona espanhola) :

Gérard Japy.
J. Walter.

Por Marrocos (zona espanhola) :

M. Aguirre de Cárcer.
L. López-Ferrer.
G. García de Castro.

Pela Noruega :

Sommerschild.
Klaus Helsing.

Pelos Países Baixos :

A. W. Kymmell.
J. S. v. Gelder.

Pour la Pologne :

W. Dobrowolski.
Maciejewski.
Dr Marjan Blachier.

Pour le Portugal :

Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pour les colonies portugaises de l'Afrique :

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie :

José Emílio dos Santos e Silva.

Pour la Roumanie :

D. G. Marinesco.
Eug. Boulman.

Pour la République de St-Marin :

Pour le Territoire de la Sarre :

Douarche.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes :

Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pour la Suède :

Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse :

Mengotti.
F. Boss.

Pour la Tchécoslovaquie :

Dr Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pour la Tunisie :

Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pour la Turquie :

Méhméd-Ali.

Pour l'Uruguay :

Adolfo Agorio.

Pela Polónia :

W. Dobrowolski.
Maciejewski.
Dr Marjan Blachier.

Por Portugal :

Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pelas colónias portuguesas de Africa :

Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia :

José Emílio dos Santos e Silva.

Pela Roménia :

D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pela República de S. Marino :

Pelo Território do Sarre :

Douarche.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios :

Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
D' Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pela Suécia :

Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça :

Mengotti.
F. Boss.

Pela Tcheco-Slováquia :

Dr. Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pela Tunísia :

Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pela Turquia :

Méhméd-Ali.

Pelo Uruguai :

Adolfo Agorio.

Arrangement concernant le service des vi- rements postaux

Conclu entre

L'Allemagne, l'Autriche, la Belgique, le Danemark, l'Éthiopie, la France, l'Algérie, la Grèce, la Hongrie, l'Italie et les Colonies italiennes, le Japon, le Chosen, l'Ensemble des autres dépendances japonaises, le Luxembourg, le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole), les Pays-Bas, le Portugal, les Colonies portugaises de l'Afrique, de l'Asie et de l'Océanie, la Roumanie, le Territoire de la Sarre, le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes, la Suède, la Suisse, la Tchécoslovaquie et la Tunisie.

Acôrdo relativo ao serviço de transferências postais

Realizado entre os seguintes países

Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Etiópia, França, Argélia, Grécia, Hungria, Itália e Colónias italianas, Japão, Chosen, Conjunto das outras dependências japonesas, Luxemburgo, Marrocos (com excepção da zona espanhola), Países Baixos, Portugal, Colónias portuguesas da África, da Ásia e da Oceânia, Roménia, Território do Sarre, Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios, Suécia, Suíça, Tcheco-Slováquia e Tunísia.

Les soussignés, plénipotentiaires des Gouvernements des pays ci-dessus énumérés.

Vu l'article 21 de la Convention principale, ont, d'un commun accord et sous réserve de ratification, arrêté l'Arrangement suivant:

PREMIÈRE PARTIE

Relations entre les titulaires de comptes et les Administrations

ARTICLE 1

Obligation des Administrations d'effectuer les virements

1.— Tout titulaire d'un compte courant postal dans l'un des pays participant au présent Arrangement peut ordonner des virements de son compte à un compte courant postal tenu dans un autre de ces pays.

2.— Chaque Administration a la faculté de limiter le montant maximum des virements qu'un titulaire peut ordonner soit dans une journée, soit au cours d'une période déterminée.

3.— Chaque Administration peut appliquer les conditions imposées par le droit public de son pays, notamment en ce qui concerne l'exportation de capitaux.

4.— Toute Administration de l'un des pays contractants est autorisée à suspendre, d'une manière générale ou partielle, le service des virements lorsque des circonstances exceptionnelles justifient cette mesure.

ARTICLE 2

Taux de conversion

Chaque Administration fixe elle-même le taux de conversion de sa monnaie en monnaie du pays destinataire pour les virements ordonnés par les titulaires.

ARTICLE 3

Taxes

1.— La taxe d'un virement ne doit pas excéder 1 % de la somme virée. Chaque Administration a la faculté d'arrondir, le cas échéant, les fractions selon les conventions de son système monétaire. Elle peut aussi fixer un minimum de taxe qui ne doit pas dépasser 20 centimes-or ou l'équivalent correspondant aussi exactement que possible au pair de la monnaie des pays contractants.

2.— L'inscription d'un virement au crédit d'un compte courant postal ne doit pas être soumise à une taxe supérieure à celle qui serait éventuellement perçue pour une même opération dans le service intérieur.

ARTICLE 4

Avis de virements

1.— Le titulaire de compte doit joindre un avis à tout ordre de virement. Il peut utiliser le verso de cet avis pour une communication particulière destinée au bénéficiaire.

2.— Chaque Administration a la faculté de percevoir sur le titulaire du compte débité une taxe pour les communications particulières qui figurent au verso des avis de virement, à condition, toutefois, que cette taxe existe dans son service intérieur.

La taxe reste acquise à l'Administration qui l'a perçue.

Os abaixo assinados, plenipotenciários dos Governos dos países acima designados, visto o artigo 21 da Convenção principal, estipularam, de comum acordo e sob reserva de ratificação, o seguinte Acôrdo:

PRIMEIRA PARTE

Relações entre os titulares de contas e as Administrações postais

ARTIGO 1

Obrigações das Administrações realizarem as transferências

1.— Qualquer titular duma conta corrente postal pode, em qualquer dos países que aderirem ao presente Acôrdo, ordenar transferências da sua conta para uma outra conta corrente postal que tenha em outro destes países.

2.— Cada Administração tem a faculdade de limitar a importância máxima das transferências que cada titular pode ordenar, quer num só dia, quer no decurso dum determinado período.

3.— Cada país pode aplicar as condições impostas pela sua legislação, especialmente na parte respeitante à exportação de capitais.

4.— Qualquer administração dum dos países aderentes fica autorizada a suspender, dum modo geral ou parcial, o serviço de transferências, desde que circunstâncias excepcionais justifiquem tal medida.

ARTIGO 2

Taxas de conversão

Cada Administração fixa a taxa da conversão da sua moeda na moeda do país destinatário para as transferências ordenadas pelos titulares.

ARTIGO 3

Taxas

1.— A taxa duma transferência não deve exceder 1 por mil da importância transferida. Cada Administração tem a faculdade de arredondar as fracções segundo as conveniências do seu sistema monetário. Pode também fixar um mínimo de taxa que não deve exceder 20 centimos-or, ou o equivalente, que corresponda tam exactamente quanto possível ao par da moeda dos países aderentes.

2.— Pelo lançamento duma transferência no crédito duma conta corrente postal, não deve exigir-se uma taxa superior à que se cobrar eventualmente por uma operação idêntica no serviço interno.

ARTIGO 4

Avisos de transferência

1.— O titular de conta deve juntar a qualquer ordem de transferência um aviso, podendo utilizar o verso deste aviso para uma comunicação particular destinada ao beneficiário.

2.— Cada Administração tem a faculdade de cobrar do titular da conta debitada uma taxa pelas comunicações particulares que figurem no verso dos avisos de transferência, com a condição de tal taxa existir no seu serviço interno.

Esta taxa fica pertencendo ao país que a cobrar.

3.—Les avis de virement sont toujours remis francs de port aux bénéficiaires.

ARTICLE 5

Annulation des ordres de virements

1.—Les ordres de virements peuvent être annulés par le titulaire du compte débité tant que l'inscription au crédit du compte bénéficiaire n'a pas été effectuée.

2.—La demande d'annulation doit être adressée par le titulaire du compte à l'Administration à laquelle il a donné l'ordre de virement.

3.—Les conditions d'admission de cette demande sont fixées par chaque Administration, suivant les dispositions qui régissent la matière dans son service intérieur.

ARTICLE 6

Listes des titulaires de comptes

Les titulaires de comptes peuvent obtenir, par l'intermédiaire de l'Administration qui tient leurs comptes, les listes de titulaires publiées par les autres Administrations, aux prix déterminés par celles-ci dans leur service intérieur.

ARTICLE 7

Responsabilité

1.—Les Administrations sont responsables des erreurs commises par leur service dans les inscriptions des virements au crédit des comptes courants postaux, ainsi que des indications erronées fournies par elles sur les listes de virements qu'elles transmettent aux autres Administrations. Toutefois, la responsabilité est limitée au remboursement du montant du virement.

2.—Les Administrations ne sont tenues à aucune responsabilité du chef de retard dans la transmission et l'exécution des ordres de virements.

3.—Le titulaire du compte débité doit adresser sa réclamation à l'Administration à laquelle il a donné l'ordre de virement, sauf le cas où il a autorisé le bénéficiaire à s'entendre avec l'Administration qui tient le compte de celui-ci. Le soin de rembourser incombe à l'Administration dûment saisie de la réclamation reconnue fondée, même s'il n'y a pas eu faute de sa part. Le remboursement doit avoir lieu le plus tôt possible.

4.—La réclamation n'est admise que dans le délai d'un an à partir du lendemain du jour où l'ordre de virement a été donné.

DEUXIÈME PARTIE

Relations entre les Administrations

ARTICLE 8

Suspension temporaire du service

L'Administration qui use de la faculté prévue au paragraphe 4 de l'article 1 concernant la suspension du service en doit immédiatement donner avis, au besoin par le télégraphe, à l'Administration ou aux Administrations intéressées.

ARTICLE 9

Attribution des taxes; franchise

1.—Les taxes de virements restent acquises à l'Administration qui tient les comptes débités.

3.—Os avisos de transferência são sempre enviados aos beneficiários isentos de franquia.

ARTIGO 5

Anulação das ordens de transferência

1.—As ordens de transferência podem ser anuladas pelo titular da conta debitada enquanto não tiver sido efectuado o lançamento no crédito da conta do beneficiário.

2.—O pedido de anulação deve ser feito pelo titular da conta à Administração a quem deu a ordem de transferência.

3.—As condições de aceitação deste pedido são determinadas por cada Administração em conformidade com as disposições que regulam o assunto no seu serviço interno.

ARTIGO 6

Listas dos titulares de contas

Os titulares de contas podem adquirir, por intermédio da Administração encarregada das suas contas, as listas de titulares publicadas pelas outras Administrações, pelo preço por que elas as venderem no seu serviço interno.

ARTIGO 7

Responsabilidade

1.—As Administrações são responsáveis pelos erros cometidos pelo seu serviço no lançamento de transferências no crédito das contas correntes postais, assim como pelas erradas indicações que forneçam nas listas de transferências por elas remetidas às outras Administrações. Esta responsabilidade é, porém, limitada ao reembolso da importância da transferência.

2.—As Administrações não assumem qualquer responsabilidade pelo facto de demora na transmissão e execução das ordens de transferências.

3.—O titular de qualquer conta debitada deve dirigir a sua reclamação à Administração a quem deu a ordem de transferência, salvo quando tenha autorizado o beneficiário a entender-se com a Administração encarregada da conta deste último. A Administração que devidamente recebeu a reclamação, desde que reconheça o seu fundamento, embora a irregularidade não tenha sido por ela cometida, é quem reembolsa o reclamante, o que deve fazer o mais cedo possível.

4.—A reclamação só é admitida no prazo de um ano a contar do dia imediato àquele em que foi dada a ordem de transferência.

SEGUNDA PARTE

Relações entre as Administrações

ARTIGO 8

Suspensão temporária do serviço

A Administração que usar da faculdade prevista no § 4 do artigo 1, respeitante à suspensão do serviço, deve imediatamente dar conhecimento do facto à Administração ou Administrações interessadas, sendo necessário, por telegrama.

ARTIGO 9

Arrecadação das taxas; isenções

1.—As taxas de transferências pertencem à Administração que debita as contas.

2.— Sont exempts de toute taxe les virements d'office relatifs au service qui sont échangés entre les Administrations chargées du service des virements ou entre les bureaux relevant de ces Administrations.

ARTICLE 10

Echange des virements

1.— Les Administrations chargées du service des virements se notifient réciproquement les noms des bureaux qu'elles ont désignés pour effectuer l'échange des listes de virements.

2.— Elles se communiquent les virements une fois par jour ouvrable, au moyen de listes auxquelles sont joints les avis de virements destinés aux titulaires des comptes à créditer.

3.— Sauf arrangement contraire entre les Administrations intéressées, le montant des virements est exprimé sur les listes et sur les avis de virements en monnaie du pays où est tenu le compte à créditer.

ARTICLE 11

Décomptes

1.— Les Administrations des pays contractants dressent, pour chaque jour ouvrable et pour chaque Administration participante, un compte sur lequel sont récapitulés les totaux des listes de virements reçues et expédiées.

2.— Le règlement des comptes ainsi établis est, sous réserve des dispositions prévues au paragraphe 4 ci-après, basé sur le principe de la compensation réciproque.

3.— A cet effet, et sauf arrangement contraire, la créance la plus faible est convertie en monnaie de la créance la plus forte calculée d'après la moyenne arithmétique des cours du change cotés officiellement aux Bourses ou aux Banques spécialement désignées par chaque pays intéressé.

La compensation est effectuée journellement. Toutefois, les Administrations peuvent s'entendre en vue de grouper dans un même décompte les totaux de plusieurs journées.

4.— L'Administration qui, pour une raison quelconque, ne désire pas faire application de la compensation réciproque, peut déclarer qu'elle se libérera de la totalité des sommes dues.

5.— Le solde débiteur est productif d'intérêt à partir d'un délai et à un taux à fixer d'un commun accord par les Administrations des pays contractants. Le taux de cet intérêt ne doit pas excéder 5 % l'an.

ARTICLE 12

Paiement des soldes

1.— Chaque Administration peut entretenir auprès de l'Administration d'un pays contractant un avoir en monnaie de ce pays, destiné au règlement des sommes qu'elle peut devoir à cette dernière Administration, soit au titre du service des virements postaux, soit à tout autre titre. Si cet avoir ne suffit pas pour exécuter les ordres donnés, les virements sont néanmoins portés au crédit des comptes des bénéficiaires.

2.— L'Administration créancière a le droit d'exiger en tout temps le paiement des sommes qui lui sont dues. Le cas échéant, elle fixe la date à laquelle le paiement devra être effectué, en tenant compte des délais de distance. Si l'Administration débitrice n'a pas effectué le paiement dans le délai prescrit, le taux de l'intérêt prévu

2.— São isentas de qualquer taxa as transferências oficiais, relativas a serviço, que forem permutadas entre as Administrações encarregadas do serviço de transferências ou entre as Repartições suas dependentes.

ARTIGO 10

Permutação das transferências

1.— As Administrações encarregadas do serviço de transferências comunicam reciprocamente os nomes das Repartições que designarem para efectuar a permutação das listas de transferências.

2.— As transferências são reciprocamente comunicadas todos os dias úteis, por meio de listas, às quais devem ser juntos os avisos de transferência destinados aos titulares das contas a creditar.

3.— Salvo acôrdo em contrário entre as Administrações interessadas, a importância das transferências é expressa, nas listas e nos avisos de transferência, na moeda do país onde existe a conta a creditar.

ARTIGO 11

Contas

1.— As Administrações dos países aderentes organizam, em cada dia útil e por cada uma das Administrações com que se correspondam, uma conta, na qual serão recapitulados os totais das listas de transferências recebidas e expedidas.

2.— A regularização das contas assim organizadas é, sob reserva das disposições do § 4 d'este artigo, baseado no princípio da compensação recíproca.

3.— Para este fim, e salvo acôrdo em contrário, o crédito menor é convertido na moeda do crédito maior, calculado segundo a média aritmética das cotações oficiais das bolsas ou bancos especialmente designados por cada país interessado.

A compensação é efectuada diariamente. Podem todavia as Administrações combinar em reunir numa mesma conta os totais de muitos dias.

4.— A Administração que, por qualquer motivo, não deseje utilizar-se da compensação recíproca pode declarar que se creditará da totalidade das importâncias devidas.

5.— O saldo devedor vence juro a contar dum prazo e a uma taxa que devem ser fixados de comum acôrdo entre as Administrações dos países aderentes. A taxa d'este juro não deve exceder 5 por cento ao ano.

ARTIGO 12

Pagamento dos saldos

1.— Cada Administração pode ter depositada na Administração dum outro país aderente uma importância em moeda desse país, destinada ao pagamento das quantias que ela possa dever a essa Administração, quer a título de transferências postais, quer a outro qualquer título. Se este depósito não chegar para executar as ordens dadas, as transferências são, não obstante, levadas a crédito das contas dos beneficiários.

2.— A Administração credora tem o direito de, a todo o tempo, exigir o pagamento das importâncias em dívida. Neste caso, fixa a data em que o pagamento deve ser feito, tomando em consideração que este prazo seja fixado em relação às distâncias entre as duas. Se a Administração devedora não efectuar o pagamento no prazo

au § 5 de l'article 11 précédent est augmenté de 2 % l'an à compter du sixième jour qui suit celui de l'échéance du délai visé ci-dessus.

3.—L'avoir constitué par une Administration en vertu des dispositions du § 1, ne peut, en aucun cas, recevoir une affectation autre sans le consentement de cette Administration.

ARTICLE 13

Echange des listes des titulaires de comptes

Les Administrations des pays contractants se livrent, réciproquement et à titre gratuit, les listes de leurs titulaires de comptes qui sont nécessaires pour les besoins du service.

ARTICLE 14

Droit de recours

1.—L'Administration à laquelle incombe le remboursement prévu à l'article 7 a, le cas échéant, le droit d'exercer son recours contre l'Administration responsable, c'est-à-dire contre l'Administration dans le service de laquelle l'erreur a été commise.

2.—Lorsque l'erreur est imputable aux deux Administrations, elles contribuent au remboursement par parts égales.

3.—L'Administration à laquelle une réclamation a été présentée dans les conditions prévues à l'article 7, est autorisée à désintéresser le réclamant pour le compte de l'Administration dont la responsabilité a été établie. L'Administration qui, après une mise en demeure, n'a pas répondu dans le délai de six mois, est considérée comme ayant reconnu tacitement sa responsabilité.

4.—L'Office responsable est tenu de désintéresser l'Office qui a effectué le remboursement dans un délai maximum de deux mois à compter de la date d'arrivée de la notification qui lui a été faite de ce remboursement. En cas de non-paiement dans ce délai, l'Administration débitrice est redevable d'un intérêt moratoire de 7 pour cent l'an, à partir de l'échéance dudit délai.

TROISIÈME PARTIE

ARTICLE 15

Règlement d'exécution et dispositions diverses

1.—Les Administrations des pays contractants règlent la forme et le mode de transmission des listes et des avis de virements, la forme des comptes visés à l'article 11, et toute autre mesure de détail ou d'ordre nécessaire pour assurer l'exécution du présent Arrangement.

2.—Les dispositions des articles 21, 23, 25, 26 et 30 de la Convention principale sont applicables en ce qui concerne la législation intérieure, les Unions restreintes, les litiges à régler par arbitrage, les adhésions à l'Arrangement, la mise à exécution et la durée de l'Arrangement.

3.—Les propositions formulées dans l'intervalle des Congrès sont traitées suivant les règles indiquées à l'article 28 paragraphes 1 et 2 de la Convention principale.

Pour devenir exécutoires, les propositions doivent réunir, savoir:

1° Les deux tiers des suffrages, s'il s'agit de l'addition de nouvelles dispositions ou de la modification des dispositions de l'Arrangement;

2° La simple majorité absolue, s'il s'agit de l'interprétation des dispositions de l'Arrangement, hors le cas de litige prévu à l'article 25 de la Convention principale.

fixado, a taxa dos juros prevista no § 5 do artigo 11 precedente sofre um aumento de 2 por cento ao ano, a contar do sexto dia imediato ao do vencimento do prazo acima.

3.—O depósito feito por uma Administração em virtude das disposições do § 1 não pode em caso algum ter qualquer outra aplicação, sem o seu consentimento.

ARTIGO 13

Permutação das listas dos titulares de contas

As Administrações dos países aderentes permutam, reciproca e gratuitamente, as listas dos seus titulares de contas que sejam indispensáveis às necessidades do serviço.

ARTIGO 14

Direito de recurso

1.—A Administração incumbida de pagar o reembolso previsto no artigo 7 tem, no caso de o ter pago, o direito de recorrer contra a Administração responsável, isto é, contra aquela em cujo serviço tiver sido cometido o erro.

2.—Quando o erro fôr da responsabilidade de duas Administrações, será o reembolso pago em partes iguais por ambas.

3.—A Administração à qual fôr apresentada uma reclamação nas condições previstas no artigo 7 é autorizada a indemnizar o reclamante por conta da Administração que tiver a sua responsabilidade devidamente comprovada. A Administração que não responder no prazo de seis meses a qualquer intimação que lhe seja feita é considerada como tendo tacitamente reconhecido a sua responsabilidade.

4.—A Administração responsável é obrigada a indemnizar a que efectuou o reembolso, num prazo máximo de dois meses a contar da data em que tiver recebido a notificação de elle se ter efectuado. No caso de a indemnização não ter sido paga no referido prazo, a Administração devedora deve pagar o juro moratório de 7 por cento ao ano, a contar da data do vencimento do dito prazo.

TERCEIRA PARTE

ARTIGO 15

Regulamento de execução e disposições diversas

1.—As Administrações dos países aderentes regulam a forma e o modo de transmissão das listas e avisos de pagamento, a organização das contas indicadas no artigo 11 e qualquer outra medida pormenorizada para assegurar o execução d'este serviço.

2.—As disposições dos artigos 21, 23, 25, 26 e 30 da Convenção principal são applicáveis, na parte que respeita à legislação interna, às relações mais intimas, aos litígios que tiverem de ser resolvidos por arbitragem, às adesões ao Acôrdo, ao comêço de execução e à sua duração.

3.—As propostas formuladas no intervalo dos Congressos ficam sujeitas ao processo determinado no artigo 28, §§ 1 e 2, da Convenção principal.

Para que se tornem executivas, devem as mesmas propostas reunir:

1.º Dois terços dos votos, se se tratar da adopção de novas disposições ou de modificações das actuais;

2.º A simples maioria absoluta, se se tratar da interpretação das disposições do Acôrdo, com excepção do caso de litigio previsto no artigo 25 da Convenção principal.

4. — Les résolutions valables sont consacrées, dans le premier cas, par une déclaration diplomatique que le Gouvernement de la Confédération suisse est chargé d'établir et de transmettre à tous les Gouvernements des pays contractants, et, dans le deuxième cas, par une simple notification du Bureau international à toutes les Administrations de l'Union.

5. — Toute nouvelle disposition ou toute modification adoptée n'est exécutoire que trois mois, au moins, après sa notification.

Fait à Madrid, le trente novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne:

Ronge.
Shenk.
Orth.

Pour l'Autriche:

Eberan.

Pour la Belgique:

A. Pirard.
Tixhon.
Hub. Krains.

Pour la Danemark:

Hollnagel Jensen.
Holmblad.

Pour l'Éthiopie:

Weuldeu-Berhane.

Pour la France:

M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour la Grèce:

P. Scassi.
Th. Pentheroudakis.

Pour la Hongrie:

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pour l'Italie et les colonies italiennes:

E. Delmati.
T. C. Giannini.
S. Ortisi.

Pour le Japon:

S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour le Chosen:

S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises:

S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

4. — As resoluções válidas são sancionadas, no primeiro caso por uma declaração diplomática que o Governo Suíço é encarregado de formular e transmitir a todos os Governos dos países aderentes, e no que respeita ao segundo caso, por uma simples notificação feita pela Secretaria Internacional a todas as Administrações da União.

5. — Qualquer nova disposição ou modificação adoptada só entra em vigor três meses, pelo menos, depois de ter sido notificada.

Feita em Madrid, aos trinta de Novembro de mil novecentos e vinte.

Pela Alemanha:

Ronge.
Schenk.
Orth.

Pela Áustria:

Eberan.

Pela Bélgica:

A. Pirard.
Tixhon.
Hub. Krains.

Pela Dinamarca:

Hollnagel Jensen.
Holmblad.

Pela Etiópia:

Weuldeu-Berhane.

Pela França:

M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.

Pela Argélia:

H. Treuillé.

Pela Grécia:

P. Scassi.
Th. Pentheroudakis.

Pela Hungria:

O. de Fejér.
G. Baron Szalay.

Pela Itália e colónias italianas.

E. Delmati.
T. C. Giannini.
S. Ortisi.

Pelo Japão:

S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pelo Chosen:

S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pelo conjunto das outras dependências japonesas:

S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.

Pour le Luxembourg:
G. Faber.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole):
Gérard Japy.
J. Walter.

Pour les Pays-Bas:
A. W. Kymmell.
J. S. v. Gelder.

Pour le Portugal:
Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pour les colonies portugaises de l'Afrique:
Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:
José Emilio dos Santos e Silva.

Pour la Roumanie:
D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pour le Territoire de la Sarre:
Douarche.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:
Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pour la Suède:
Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:
Mengotti.
F. Boss.

Pour la Tchécoslovaquie:
Dr Otokar Růžička.
Václav Kucera.

Pour la Tunisie:
Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pelo Luxemburgo:
G. Faber.

Por Marrocos (com exclusão da zona espanhola):
Gérard Japy.
J. Walter.

Pelos Países Baixos:
A. W. Kymmell.
J. S. v. Gelder.

Por Portugal:
Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pela colónias portuguesas da África:
Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia:
José Emilio dos Santos e Silva.

Pela Roménia:
D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pelo Território do Sarre:
Douarche.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios:
Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr. Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pela Suécia:
Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça:
Mengotti.
F. Boss.

Pela Tcheco-Slováquia:
Dr. Otokar Růžička.
Václav Kučera.

Pela Tunísia:
Gérard Japy.
A. Barbarat.

Protocole final

Au moment de procéder à la signature de l'Arrangement concernant le service des virements postaux, les plénipotentiaires soussignés sont convenus de ce qui suit:

ARTICLE UNIQUE

1.—La stipulation de l'article II du Protocole final de la Convention principale concernant la faculté pour chaque pays de fixer les équivalents qu'il juge convenables, s'applique aussi à la taxe de 20 centimes prévue à l'article 3 du présent Arrangement.

2.—Par dérogation aux dispositions de l'article 15, § 2, concernant la date de mise en vigueur de l'Arrangement, chaque pays contractant notifiera aux autres pays adhérents la date à partir de laquelle il mettra le service en application.

Protocolo final

Por ocasião de se proceder à assinatura do Acôrdo relativo ao serviço de transferências postais, os plenipotenciários abaixo assinados concordaram no seguinte:

ARTIGO ÚNICO

1.—A estipulação do artigo II do Protocolo final da Convenção principal, relativa à faculdade de cada país fixar as equivalências que julgue convenientes, applica-se também à taxa de 20 cêntimos prevista no artigo 3 do presente Acôrdo.

2.—Em derrogação do disposto no artigo 15, § 2, relativamente à data da entrada em execução do Acôrdo, cada país aderente notificará aos outros países aderentes a data em que começará a executar o serviço.

En foi de quoi, les plénipotentiaires ci-dessous ont dressé le présent Protocole final, qui aura la même force et la même valeur que si ses dispositions étaient insérées dans le texte même de l'Arrangement et ils l'ont signé en un exemplaire qui restera déposé aux Archives du Gouvernement espagnol et dont une copie sera remise à chaque partie.

Fait à Madrid, le trente novembre mil neuf cent vingt.

Pour l'Allemagne:

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pour l'Autriche:

Eberan.

Pour la Belgique:

*A. Pirard.
Tixhon.
Hub. Krains.*

Pour le Danemark:

*Hollnagel Jensen.
Holmblad.*

Pour l'Éthiopie:

Weuldeu-Berhane.

Pour la France:

*M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.*

Pour l'Algérie:

H. Treuillé.

Pour la Grèce:

*P. Scassi.
Th. Pentheroudakis.*

Pour la Hongrie:

*O. de Fejér.
G. Baron Szalay.*

Pour l'Italie et les colonies italiennes:

*E. Delmati.
T. C. Giannini.
S. Ortisi.*

Pour le Japon:

*S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.*

Pour le Chosen:

*S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.*

Pour l'ensemble des autres dépendances japonaises:

*S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.*

Em firmeza do que, os plenipotenciários abaixo assinados lavraram o presente Protocolo final, que terá tanta força e validade como se as disposições nele contidas estivessem insertas no próprio texto do Acôrdo, e assinaram-no num exemplar que fica depositado nos arquivos do Govêrno espanhol e de que será dada uma cópia a cada uma das partes.

Feito em Madrid, aos trinta de Novembro de mil novecentos e vinte.

Pela Alemanha:

*Ronge.
Schenk.
Orth.*

Pela Áustria:

Eberan.

Pela Bélgica:

*A. Pirard.
Tixhon.
Hub. Krains,*

Pela Dinamarca:

*Hollnagel Jensen.
Holmblad.*

Pela Etiópia:

Weuldeu-Berhane.

Pela França:

*M. Lebon.
P. M. Georges Bonnet.
M. Lebon.
G. Blin.
P. Bouillard.
Barrail.*

Pela Argélia:

H. Treuillé.

Pela Grécia:

*P. Scassi.
Th. Pentheroudakis.*

Pela Hungria:

*O. de Fejér.
G. Baron Szalay.*

Pela Itália e colónias italianas:

*E. Delmati.
T. C. Giannini.
S. Ortisi.*

Pelo Japão:

*S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.*

Pelo Chosen:

*S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.*

Pelo conjunto das outras dependências japonesas:

*S. Nakanishi.
Arajiro Miura.
Y. Hiratsuka.*

Pour le Luxembourg:
G. Faber.

Pour le Maroc (à l'exclusion de la zone espagnole):
Gérard Japy.
J. Walter.

Pour les Pays-Bas:
A. W. Kymmell.
J. S. v. Gelder.

Pour le Portugal:
Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pour les colonies portugaises de l'Afrique:
Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pour les colonies portugaises de l'Asie et de l'Océanie:
José Emilio dos Santos e Silva.

Pour la Roumanie:
D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pour le Territoire de la Sarre:
Douarche.

Pour le Royaume des Serbes, Croates et Slovènes:
Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pour la Suède:
Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pour la Suisse:
Mengotti.
F. Boss.

Pour la Tchécoslovaquie:
Dr Otokar Ružička.
Václav Kučera.

Pour la Tunisie:
Gérard Japy.
A. Barbarat.

Pelo Luxemburgo:
G. Faber.

Por Marrocos (com exclusão da zona espanhola):
Gérard Japy.
J. Walter.

Pelos Países Baixos:
A. W. Kymmell.
J. S. v. Gelder.

Por Portugal:
Henrique Mousinho de Albuquerque.

Pelas colónias portuguesas de África:
Juvenal Elvas Floriado Santa Bárbara.

Pelas colónias portuguesas da Ásia e da Oceânia:
José Emilio dos Santos e Silva.

Pela Roménia:
D. G. Marinesco.
Eug. Boukman.

Pelo Território do Sarre:
Douarche.

Pelo Reino dos Sérvios, Croatas e Slovénios:
Drag. Dimitrijevitch.
S. P. Toutoundjitch.
Dr. Franya Pavlitch.
Costa Zlatanovitch.

Pela Suécia:
Julius Juhlin.
Thore Wennqvist.

Pela Suíça:
Mengotti.
F. Boss.

Pela Tcheco-Slováquia:
Dr. Otokar Ružička.
Václav Kučera.

Pela Tunísia:
Gérard Japy.
A. Barbarat.

